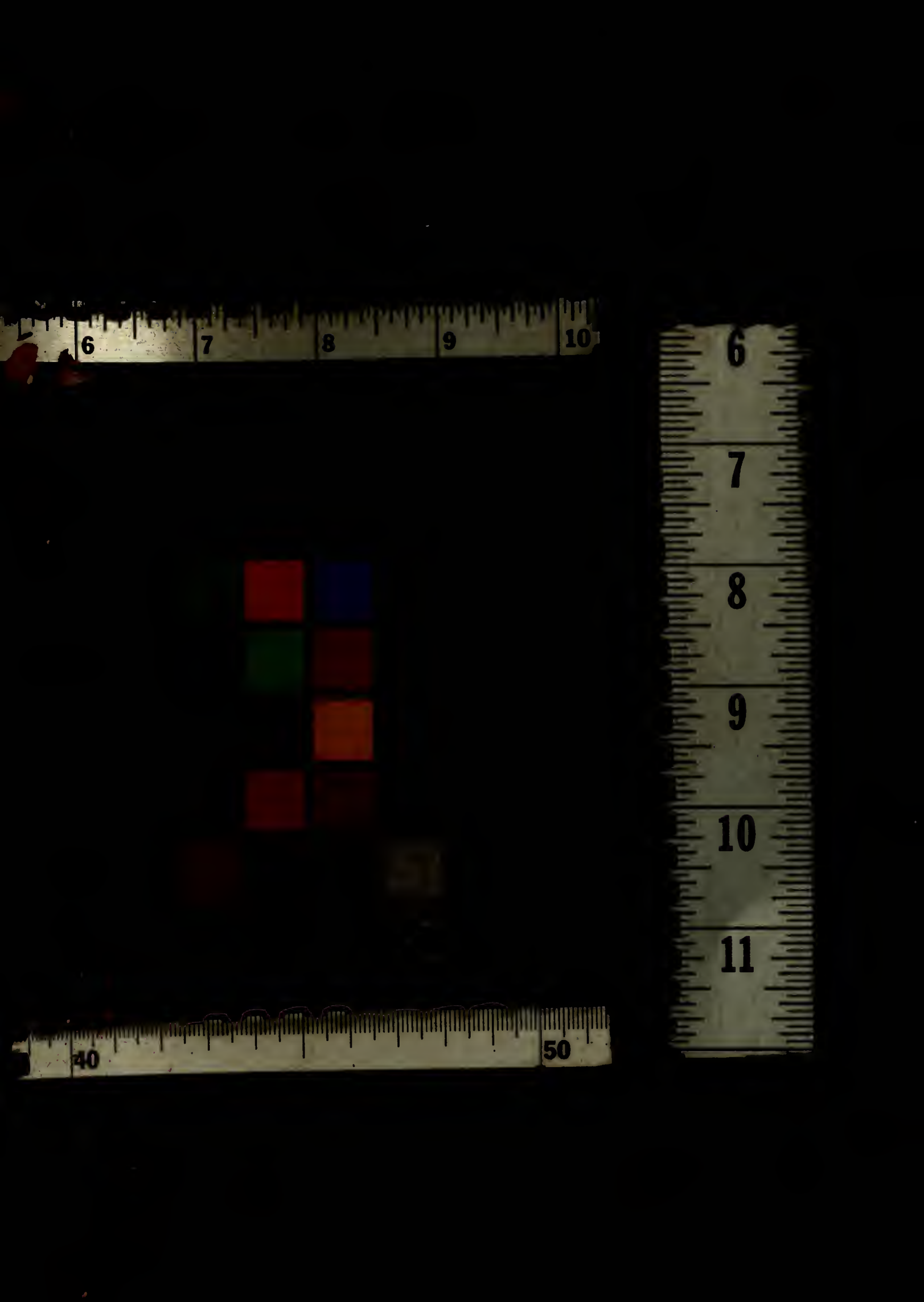


BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIII — VOL. XXV JUNHO — 1945 N.º 6

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

A. J. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Alberto de Andrade Queiroz — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Otavio Milanez — Delegado do Ministério do Trabalho

Alfredo de Maya
Antônio Corrêa Meyer
José Rufino Bezerra Cavalcanti
José Carlos Pereira Pinto
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Aderbal Carneiro Novais
Cassiano Pinheiro Maciel
Joaquim Alberto Brito Pinto
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Arnaldo Pereira de Oliveira
Gustavo Fernandes Lima
João Carlos Belo Lisboa
Luis Dias Rollemberg
} Representantes dos usineiros

Manuel Neto Carneiro Campelo Junior — Representante dos banguezeiros

João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
José Pinheiro Brandão
} Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Enderêço telegráfico: — COMDECAR

Fones Alcool-Motor, 43-5079 e 23-2999; Assistência à Produção, 23-6192; Caixa, 23-2400; Comissão Executiva, 23-4585; Comunicações, 43-8161 e 23-0796; Contadoria, 23-6250; Estatística, 43-6343; Estudos Econômicos, 43-9717; Fiscalização, 23-6251; Gabinete da Presidência, 23-2935; Gerência, 23-5189; Jurídica, 23-6161; Material, 23-6253; Mecanografia, 23-4133; Pessoal, 43-6109; Portaria, 43-7526; Presidência, 23-6249; Publicidade, 23-6252; Restaurante, 23-0313; Serviço do Alcool, 43-3798; Serviço Médico, 43-7208; Técnico Industrial, 43-6539.

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Seção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Enderêço telegráfico: SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió
BAHIA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador
MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte
PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. — João Pessoa
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife
RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., sala 301/309 — São Paulo
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju

DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAHIA — Santo Amaro — End. telegráfico: DICENBA, SANTO AMARO.
DO ESTADO DE MINAS GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 60 — End. telegráfico: — DICENOVA, PONTE NOVA.
DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa postal, 97 — Recife. — End. telegráfico: DICENPER, RECIFE.
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage — (E. F. Leopoldina) — Caixa postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Loge, 5.
DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 35 — End. telegráfico: DICENÇÓIS. UBIRAMA.

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado, com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Oficio do Registro de Títulos e Documentos e no D . I . P.

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav.

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL 420

DIRETOR — **Miguel Costa Filho.**

Redator principal — **Joaquim de Melo.**

Redatores — **Adrião Caminha Filho, José de Oliveira Leite, Renato Vieira de Melo e João Antônio Mesplé.**

Assinatura (anual), para o Brasil	**Cr$ 25,00**
Assinatura (anual), para o exterior	**Cr$ 35,00**
Número avulso (do mês)	**Cr$ 3,00**

Vendem-se coleções a partir do 4.º volume, encadernadas, por semestre, excetuando-se os 6.º e 7.º volumes. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. **We ask for exchange.**

On demande l'échange. **Pidese permuta.**

AGENTES:

OTAVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

JUNHO — 1945

POLITICA AÇUCAREIRA. 3
DIVERSAS NOTAS — A questão do tabelamento de cana — O transporte de açúcar do Estado do Rio — A praga da cigarrinha em Sergipe — A desobstrução do rio Cururipe. 10
LEGISLAÇÃO. 14
HIBRIDAÇÃO E SOLOS. 14
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 15
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 24
ATOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 28
DECISÕES ADMINISTRATIVAS. 35
AS CLASSES E O CONGRESSO DE TERESÓPOLIS — Barbosa Lima Sobrinho. 36
PRIMEIRA USINA COOPERATIVA DO BRASIL. 38
AMPLIAÇÃO DO PARQUE AÇUCAREIRO DO BRASIL. 40
CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL. 50
A INDUSTRIA AÇUCAREIRA NAS FILIPINAS — George F. Dudik. 56
MODERNIZAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA — Adelino Deícola dos Santos. 60
A CRISE DE AÇUCAR NOS ESTADOS-UNIDOS. 61
MECANIZAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA. 62
TERCEIRA CONFERENCIA INTER-AMERICANA DE AGRICULTURA. . . 64
INDUSTRIA E PESQUISA CIENTIFICA — Walter M. de Oliveira. 66
MATERIA ORGANICA PARA SOLOS. 68
AS PESQUISAS CIENTIFICAS E A INDUSTRIA AÇUCAREIRA. 70
MAQUINAS PARA A LAVOURA DE CANA. 71
FOLKLORE DO AÇUCAR — Joaquim Ribeiro. 72
A PORTEIRA — Ademar Vidal. 75
AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRAS NO SECULO XVIII — José Honório Rodrigues. 78
OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SECULO PASSADO — Alberto Lamego. 86
ACORDO INTERNACIONAL DO AÇUCAR. 87
O AÇUCAR ATRAVÉS DO PERIODICO "O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL" — Jerônimo de Viveiros. 88
O AÇUCAR NA "CULTURA BRASILEIRA" — Miguel Costa Filho. 90
ENGENHOS DO OESTE CARIOCA — Afonso Várzea. 93
SOCIOLOGIA DA CANA DE AÇUCAR — Vasconcelos Torres. 96
NOVOS EMPREGOS PARA O AÇUCAR. 98
IMPUREZAS DO ALCOOL ETILICO — Jaci Botelho. 99
BIBLIOGRAFIA. 102
O AÇUCAR E AS DOENÇAS DO CORAÇÃO. 103
QUADROS DA SEÇÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A. 104
BALANCETE DO I.A.A. (abril de 1945). 108
ORÇAMENTO DO I.A.A. (posição em abril de 1945). 111
INDICE ALFABETICO E REMISSIVO, POR ASSUNTOS, PAISES E AUTORES. 113

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIII — VOL. XXV JUNHO — 1945 N.º 6

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Num dos comunicados do Instituto do Açúcar e do Álcool, a respeito de críticas que lhe estavam sendo feitas em Belo Horizonte, mostrámos que a produção autorizada pelo Instituto não havia sido alcançada pelas usinas do Estado de Minas. Não fizemos dêsse fato motivo de censura às usinas mineiras. Limitamo-nos ao registro da ocorrencia, que poderia ter várias explicações, mas que de qualquer forma positivava que o Instituto não estava comprimindo a produção mineira.

O fato poderia ser explicado de diversas maneiras. Mas a hora era de ataques ao Instituto e não custa muito apanhar pedras e sacudi-las, quando se está, de momento, numa turba de apedrejadores. Questão de menor esfôrço, de mimetismo, ou de qualquer outro sentimento, que não convém apurar.

Nos seus clássicos mistifórios, de difícil inteligência, criticou um dos usineiros de Minas a requisição de aguardente feita pelo Instituto. Poderíamos responder que na requisição de aguardente o Instituto fôra tão sòmente executor de uma decisão da Coordenação da Mobilização Econômica. Não o faremos, porém. A requisição de aguardente foi uma providência necessária, quando a falta de carburante criou uma situação aflitiva para a produção brasileira. No desejo de aumentar a fabricação de carburante, o Instituto requisitou aguardente para transformação em álcool e assim obteve, em dois anos, cêrca de 20 milhões de litros de álcool, que foram entregues às autoridades incumbidas de coordenar a distribuição do carburante, nos Estados onde se requisitara a aguardente. Em dois anos, transportou assim o Instituto 40.000.000 de litros de aguardente, retirando-os dos engenhos e entregando-os às usinas com tôdas as dificuldades que essas operações representavam. O produtor de aguardente não era prejudicado, pois se entregava parte de seu produto por preço mais baixo (para que fôsse possível obter álcool em condições normais que não onerassem o consumidor), em compensação ganhava com a valorização que a retirada da aguardente estabelecia em benefício do remanescente de sua produção. Em média, tirava o produtor um preço realmente remunerador e vantajoso, superior ainda ao preço obtido no açúcar cristal como se verificou pelo desvio de matéria prima destinada às usinas para os alambiques de aguardente. Houve queixas, sem dúvida. Harpagão, por exemplo, pleitearia as duas coisas: a venda livre e os benefícios da voloziração resultantes da requisição. Como poderia conciliar essas duas coisas é o que ninguém sabe.

Plano de emergência, ditado pelas condições excepcionais da guerra, a requisição de aguardente só se fêz em dois anos. Na safra passada não se tornou necessária, pela entrada regular de gasolina. E' claro que não será adotada, no ano presente, nem de futuro. Só um interêsse público de grande monta poderia levar o Instituto a arrostar com o imenso trabalho e as dificuldades de semelhante providência. Diga-se de passagem que não são poucos os produtores que sugerem a repetição da requisição, convencidos de que sustenta e eleva os preços de sua produção remanescente. De resto, o que o Instituto apurou na arrecadação da taxa instituída sôbre o aguardente liberada, destina-se a constituir bonificações em proveito dos que tiveram a sua mercadoria requisitada. O Instituto não recolherá às suas reservas nem incorporará às suas receitas ordinárias um ceitil dessa arrecadação sôbre a aguardente e se não a distribuiu ainda, foi por atraso na prestação de contas de diversas coletorias.

Podemos, aliás, acrescentar que já está concluído o levantamento relativo às requisições feitas na safra 1943/44 e que o Instituto distribuirá em breve, como bonificação aos aguardenteiros que tiveram matéria prima

requisitada cêrca de 350 centavos por litro dessa aguardente requisitada. Receberão, também, bonificação os usineiros que concorreram para a redistilação da aguardente e sua transformação em álcool. Os coletores terão a comissão que lhes foi assegurada. Nenhuma parcela da arrecadação ficará com o Instituto, que assim cumprirá todos os compromissos de seu plano, como já cumpriu os deveres que se impôs nos planos de álcool, redistribuindo integralmente a arrecadação feita e, em alguns casos, contribuindo mesmo para as bonificações, com uma parte de sua receita ordinária.

Os conceitos humorísticos, relativos às dificuldades da requisição da aguardente, ganhariam muito se não tivessem saído da pena fúnebre que os traçou. O Instituto não ignorava essas dificuldades e por isso mesmo estabeleceu a liberação. Só se requisitava, onde fôsse possível transportar a aguardente. Em caso contrário, dava-se liberação, com o pagamento de uma taxa, em benefício da produção requisitada. Talvez um pouco sutil demais para o espírito acanhado do Mamede a que o articulista se referiu. Culpa do Mamede e não do Instituto. De resto, a que se reduzem essas pilhérias pueris, quando se sabe que o Instituto conseguiu que fôssem redistilados e convertidos em álcool 40.000.000 de litros de aguardente? Convertem-se as críticas em louvores, pois que o Instituto conseguiu vencer as imensas dificuldades, que se apresentavam na realização do plano da aguardente, para atender à necessidade nacional de maior produção de carburante.

Outro ponto é o do consumo de óleo na fabricação de álcool. Verbera o articulista que se tenha consumido 600 gramas de óleo combustível para produzir 800 de álcool. Mas não diz que apanhou os dados num relatório concernente à fase de iniciação de uma distilaria, com as paradas e os reajustamentos resultantes dessa fase. O cálculo também está falseado, como seria de supor. O consumo foi, não de 600 gramas de óleo por 800 gramas de álcool, mas de 516 gramas de óleo por 794 gramas de álcool, ou de 516 gramas de óleo por litro de álcool. Se, porém, em vez do período anormal de iniciação do funcionamento, fôsse tomada a base de consumo de combustível verificada em 1942, teríamos menos de 400 gramas de óleo por litro de álcool. E, como se sabe, tem o óleo um preço muito inferior ao do álcool.

As distilarias do Instituto não são produtoras de álcool. São aparelhos reguladores da produção destinados ao aproveitamento de excessos e funcionaam apenas para utilizar matéria prima que venha a sobrar de distilarias particulares. O consumo de óleo dessas distilarias não é, de modo nenhum, o que vem indicado pelo usineiro, fundado num documento esporádico e relativo a uma fase anormal. Sôbre o assunto já disse o Instituto o seguinte:

"A questão do combustivel parece irritar a alguns censores graciosos. Queimar óleo estrangeiro para a fabricação de produtos nacionais! Onde já se viu absurdo maior? Paremos um pouco nas exclamações. Será com o álcool apenas que acontece êsse absurdo? Ou não está êle generalizado a dezenas de indústrias, que prosperam sob as tarifas do protecionismo? A crítica seria justa se tivéssemos reflorestamento sistemático. Mas no regime de derrubadas em que vivemos, que será melhor para o Brasil — a queima de óleo estrangeiro ou a devastação das matas brasileiras? E que mal havia em que se queimasse um quilo de óleo a Cr$ 0,60, para fabricar 3,5 litros de álcool a Cr$ 1,20 o litro? Descansem, porém, os bravios e inconsequêntes censores. Das distilarias centrais do Instituto, a de Campos já está adaptada para o uso da lenha. A da Bahia utilizará também a lenha. A de Minas trabalhará com o próprio bagaço de cana. A de Pernambuco, se houver necessidade, também queimará lenha".

Isso, é claro, em período de guerra. Porque em tempos de paz, quando houver óleo disponível e sair mais em conta do que a lenha (como acontece geralmente), que se diria do Instituto se preferisse o combustível mais caro, ou mais difícil, ou o mais nocivo à economia do país, pela devastação das matas?

Observe-se ainda que o consumo de lenha, na Distilaria de Martins Lage, do Instituto do Açúcar e do Álcool, é, por litro de álcool produzido, o "mais baixo que se obtém em Campos", apesar das excelentes condições técnicas das distilarias particulares que ali se encontram. Deixa-se, porém, de lado tudo o que representa o trabalho normal das fábricas, para se destacar um algarismo de fase de preparação, nos primeiros 15 dias em que ela funcionou sob a direção do Instituto.

A que atribuir a subalternidade dessa argumentação facciosa? Ódio, cegueira, mania? Quem o sabe, ou quem pode adivinhar o que se passa nos desvãos de inteligências sombrias e tortuosas?

Passemos agora ao comunicado do próprio Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais. Afirma o comunicado:

Não temos, preliminarmente, receio de afirmar que as usinas mineiras não atingiram a produção autorizada, em face de injunções criadas pelo próprio Instituto do Açúcar e do Álcool.

Em que consiste essa responsabilidade do Instituto? Responde o Sindicato: "pela maneira como o Instituto tratou a safra mineira de 1940/41, quando Minas produziu de extra-limite cêrca de 100.000 sacos. Por fôrça da Resolução n.º 24/41, de 22 de maio de 1941, que desamparou a produção extra-limite. Por fôrça ainda da aplicação do Estatuto da Lavoura Canavieira. Como "conseqüência dêste estado de coisas — e não podia deixar de ser a mais lamentável — as safras de 1943/44 e 1944/45 vieram encontrar os canaviais, fonte de matéria prima, num estado de decadência impressionante. Ninguém quereria correr os riscos de aventurar-se por caminhos escuros, que conduziriam não se sabe aonde"...

Isso diz o Sindicato. Di-lo, porém, num verdadeiro passe de mágica: queixa-se da ação do Instituto em relação às safras de 1940/41 e 1941/42 e atribui a essa intervenção o fracasso, não de safra imediata, de 1942/43, mas à de 1944/45, quando o efeito mais sério deveria ter sido na safra mais próxima.

Não vê o Sindicato que a redução não foi geral, ao Estado de Minas Gerais, como não o deixaria de ser, se o fenômeno resultasse de medidas compressoras do Instituto. As usinas de Rio Branco, naquêle Estado, mantiveram o nível da safra 1941/42, com exceção da safra 1943/44, em que tiveram uma queda de produção considerável. Mas em 1944/45 já voltaram à situação de 1941/42, desmentindo, assim, a tese artificiosa e inexata do Sindicato de Minas. Vejamos os números da produção nos últimos quatro anos:

	Sacos
1941/42.	133.909
1942/43.	130.898
1943/44.	98.353
1944/45.	142.697

O que o Sindicato não diz é que o Instituto, para manter a limitação fixada, precisava exportar açúcar a preço de sacrificio, custeando essa exportação com as suas receitas, e com o sacrificio impôsto, como não podia deixar de ser, à produção intra-limite. Nada mais absurdo que estimular, em semelhante situação, a produção extra-limite, pois que iria essa atitude agravar os ônus que ainda pesavam sôbre o açúcar da limitação. Por ontro lado, para que o Institdto pudesse permitir uma produção extra-limite, em qualquer Estado, seria forçoso que o fizesse em todos os Estados, o que aumentaria os inconvenientes da medida e tornaria insolúveis os problemas comuns.

Apesar dessas normas, o Instituto revelou grande flexibilidade na maneira de considerar os interêsses da produção extra-limite. Na safra de 1940/41, a limitação de Minas Gerais era, rigorosamente, de 376.572 sacos. E qual foi a produção de Minas? 532.003 sacos. Houve, pois, um excesso, autorizado ou liberado de 155.431 sacos, ou de 41 % sôbre o limite. Nessa safra todos os Estados tiveram excessos de produção, mas a percentagem dêsses excessos sôbre a limitação respectiva foi a seguinte:

Pernambuco.	2,9 %
Alagoas.	1,9 %
Sergipe.	16,4 %
Rio de Janeiro.	23,3 %
São Paulo.	11,6 %
Minas Gerais.	41,2 %

Nenhum Estado teve liberação superior à que foi concedida a Minas Gerais, de resto, nunca o Instituto impediu que os excessos de matéria prima fôssem transformados em álcool. Deixava, também, margem a que se encaminhasse o excesso ao mercado externo. No plano da safra 1940/41 se dissera expressamente:

"Os excessos de produção das usinas do país, apreendidos na forma da lei, à medida que o Instituto julgar conveniente,

serão removidos para portos de mar, onde se torne viável o seu embarque imediato para o exterior.

Os encargos relativos às operações previstas no item acima correrão por conta dos produtores, aos quais caberá receber o valor do açúcar apurado nas vendas para o exterior.

Aos produtores que o preferirem, faculta-se o direito de transformar em álcool, de qualquer qualidade, o açúcar de excesso de sua produção".

Onde a perseguição, o castigo, a opressão, nessas providências perfeitamente naturais?

Nesse período, o saco de açúcar para exportação era cotado a Cr$ 22,00 F.O.B., o que daria, na usina, menos de Cr$ 15,00. Mesmo assim, o Instituto criou uma margem de 10 %, acima do limite como produção bonificada, considerando extra-limite apenas o que excedesse dessa margem. Mas não se impediu a produção do extra-limite. O fato é que Minas poderia produzir o limite de 376.572 sacos, mais 10 %, ou 37.657, ou 414.229 sacos. Pois fabricou muito mais. Foi até 532.003 sacos, sem que o Instituto o impedisse. Por que? Porque o Instituto elaborou um plano de escoamento do extra-limite, dentro das seguintes normas:

O Estado do Rio e São Paulo, que contavam com distilarias, transformariam os excessos em álcool, cabendo ao Instituto retirar êsse álcool e encaminhá-lo às companhias de gasolina. Os Estados do Norte, com os centros produtores perto do litoral, exportariam o açúcar de excesso. E Minas Gerais? Sem distilarias e sem possibilidade de exportação, que se faria com o seu açúcar de excesso?

O Instituto resolveu ir liberando, à medida que se verificassem as necessidades do mercado consumidor, pagando-se pelos excessos de Minas o mesmo preço dado pelos excessos do Estado do Rio e de São Paulo, quando transformados em álcool, ou pelos do Norte, quando exportados. Se eram onerosas as condições, sê-lo-iam para todos. E por que eram onerosas? Por um fator de ordem inelutável: o preço baixo existente no mercado internacional. Em dezembro de 1940, os preços do exterior baixavam a Cr$ 14,70 F.O.B., Recife, não liquidando o produtor nem Cr$ 10,00 por saco. Mesmo nessas condições, o Instituto exportou para o estrangeiro, em 1940, a preço de sacrifício, 1.102.211 sacos, o que permitiu colocar no mercado interno o excesso de Minas, o de São Paulo, o do Estado do Rio. Deve-se, pois, à ação do Instituto a possibilidade de liberação dêsse açúcar, que de outro modo poderia ter trazido a desorganização do mercado nacional e o colapso dos preços. Se o produtor de Minas fôsse exportar o seu açúcar de excesso naquele período com os preços internacionais em vigor, não apuraria nem o suficiente para pagar o transporte de seu açúcar até a bordo dos navios. Se obteve Cr$ 36,00, deve-o ao Instituto e ao plano de escoamento executado.

Na safra imediata, de 1941/42, Minas teve também excesso considerável. Mas produziu êsse excesso, e obteve para êle liberação. Em 1941, o Instituto exportou para o estrangeiro, ainda em condições deficitárias, mais de 400.000 sacos. Dentro da mesma fórmula da safra anterior fixava um preço ou uma sobretaxa, que estáva longe de ser arbitrária, pois que valia pela diferença entre o preço internacional e o preço estabelecido para a produção intra-limite. Uma vez que a liberação de cada saco de açúcar do extra-limite acarretava a exportação, de quantidade equivalente de açúcar intra-limite, não se podia deixar de pagar ao produtor dêste açúcar o preço do mercado interno. Como era mais alto que o preço do mercado externo, ia-se buscar na sobretaxa a indenização, com que compensar a produção intra-limite exportada. Absurdo seria exportar a preço de sacrifício a produção intra-limite, para deixar margem de lucro ao açúcar de excesso. A exportação, entretanto, permitia a liberação intra-limite e significava, mesmo com a sobretaxa, ou com os preços baixos estabelecidos, a **melhor solução que se poderia proporcionar ao açúcar de excesso.** Pediram os produtores de Minas que fôsse dividido em parcelas o pagamento dessa sobretaxa e o Instituto concordou, dando de tudo conhecimento ao representante dos usineiros de Minas Gerais na Comissão Executiva do Instituto. Vale a pena transcrever, a respeito dessas medidas, o que diz a Ata da Comissão Executiva de 29/4/42:

"Para os excessos de produção de açúcar das usinas do Estado de Minas Gerais foi criada a sobretaxa de 19$000 por saco, a ser paga à saída do açúcar para o consumo. Parte da sobretaxa já foi paga, e para o restante do açúcar, sujeito àquela tributação, pedem os interessados

uma concessão que facilite o respectivo pagamento.

O assunto é apresentado à Comissão Executiva, pelo Gerente do Instituto, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente. Ouvido, a respeito, o Sr. Belo Lisboa, representante de usineiros indicado pelo Estado de Minas, manifesta S. S.ª a sua aprovação à proposta, **considerando-a de grande vantagem para os produtores mineiros**, neste período final de entre-safra".

Submetida a votos, a proposta é aprovada, por unanimidade, presente, como se viu, o representante do Sindicato dos Usineiros de Minas Gerais.

Hoje, os usineiros do mesmo Sindicato que indicou o Sr. Belo Lisboa, se apresentam como vítimas do Instituto! Memória humana, de que és capaz!

O excesso de Minas sôbre a produção autorizada foi de 108.534 sacos, na safra de 1941/42. Dessa quantidade, parte foi liberada com o pagamento da mesma sobretaxa criada para todos os outros Estados. Mas houve uma parcela de mais de 60.000 sacos que teve o privilégio de uma sobretaxa inferior a de todos os outros Estados. Por que? Por uma razão simples: O Instituto considerava de seu dever preservar os excessos de Ponte Nova, uma vez que estava montando uma distilaria para o aproveitamento dêsses excessos. Na base das cotações que então vigoravam, o produtor de Minas obtinha por essa quota privilegiada mais de Cr$ 40,00 na usina. O açúcar intra-limite do Norte talvez não alcançasse êsse nível como preço médio. O produtor de Minas recebia Cr$ 55,00 pelo açúcar intra-limite. Na parcela não privilegiada, o preço para todo o Brasil era de Cr$ 36,00, dependendo da liquidação dos excessos para o recebimento de uma bonificação, que foi realmente paga. Verificando, pela situação da safra, que havia necessidade de mandar para o estrangeiro quantidade de açúcar menor que a prevista, o Instituto restituiu aos produtores parte da sobretaxa arrecadada. Coube a Minas Gerais receber por êsse meio Cr$ 5,00 por saco — restituição feita espontaneamente pelo Instituto, o que elevava a Cr$ 43,00 o preço médio do extra-limite do Estado, quando o intra-limite do Norte e de Campos, na quota de suprimento do Distrito Federal, saía da usina por menos de Cr$ 40,00. E a quota do Distrito representava cêrca de 12 % sôbre o limite dos Estados que a forneciam. E' a isso que o Sindicato de Minas denomina opressão, esmagamento ou coisa equivalente? Pois bem, mesmo com essas sobretaxas, a média de preços da produção mineira de excesso foi superior à média de preços obtida em Pernambuco, Alagoas ou Sergipe, para a produção intra-limite.

Nessa época, aliás, o açúcar bruto não conseguia em Ponte Nova muito mais de Cr$ 15,00 por saco, o que trouxe, como não podia deixar de acontecer, grande desânimo à produção de tipos baixos.

A solução dada pelo Instituto estava muito longe de ser ruinosa. E tanto não o era, que a safra de 1942/43 ainda veio mais ou menos no nível das duas outras anteriores:

1940/41	532.003
1941/42	536.546
1942/43	514.825

A queda da produção apareceu nas safras imediatas: 1943/44 e 1944/45: 418.016 e 470.000 sacos, respectivamente.

Mas se o Instituto se esforçou tanto pela solução do escoamento dos excessos de produção, se as suas medidas eram consideradas como "uma grande vantagem" pelo delegado dos usineiros de Minas Gerais junto à Comissão Executiva desta autarquia, como explicar a queda das safras? Pela influência do Estatuto da Lavoura Canavieira? Indiferença dos fornecedores? Nesse caso, que respondessem os fornecedores. Indagamos dêles se eram os culpados e a resposta dada pelo Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova, pelo seu Presidente, Sr. Helder de Aquino, foi a seguinte: "Respondendo sua consulta, êste Sindicato assevera que causas imediatas diminuição safra 44/45 foram escassez das chuvas, degenerescência espécie 1727 ainda largamente cultivada no Estado, e como causa remota a larga fabricação de açúcares baixos, rapadura e aguardente em busca natural remuneração".

"Em aditamento nosso telegrama de 2 do corrente, apresentamos ainda como causa diminuição safra 1944/45 escassez braços desviados outras culturas mais remuneradoras. Saudações — Helder de Aquino, Presidente do Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova".

Ainda bem que o Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova usou essa linguagem leal. Ainda bem que se não incorpurou à farândula dos apedrejadores. Por sinal que em setembro de 1941, quando a Comissão Executiva do Instituto concedia a Minas Gerais um regime de exceção, que lhe permitisse o aproveitamento dos excessos existentes, recebíamos dêsse mesmo Sindicato o seguinte telegrama, que está transcrito na ata de 24 de setembro de 1941:

"Concessão moagem extra-limite presente safra nesta zona demonstrou êsse órgão defesa produto conhecedor necessidade justiça nossa causa. Motivo êsse ato Sindicato Plantadores Cana vem manifestar seu reconhecimento — Saudações — Helder de Aquino, Secretário".

A verdade está com os lavradores. Se a culpa da redução das safras mineiras fôsse do fornecedor e não da usina, não se deveria encontrar nenhuma queda de produção na parte das canas próprias das usinas. Entretanto, as usinas também produziram menos, como se pode ver pelos números seguintes, relativos às toneladas de canas próprias das usinas, moídas nas safras em questão:

	Toneladas
1940/41	194.071
1941/42	181.996
1942/43	193.455
1943/44	161.513

O que representa, na safra 1943/44, em relação à safra anterior, uma redução de 16,5 % na matéria prima de produção das usinas.

O Sindicato dos Plantadores de Cana de Ponte Nova e o reresentante do Sindicato dos Usineiros de Minas Gerais pensavam da mesma forma, no reconhecimento da solução vantajosa que o Instituto encontrara para as dificuldades da safra 1941/42. Hoje, o Sindicato dos Usineiros se apresenta como vítima dessa solução, quando a verdade está com o Sr. Helder de Aquino. Não foram as medidas do Instituto — medidas louvadas, na ocasião, pelos produtores — que trouxeram o declínio das safras mineiras. Explica-se o declínio por diversos fatôres, as estações que não foram boas, a degenerescência de certos tipos de cana, a dificuldade de mão de obra, numa zona sujeita à influência do mercado do trabalho que surgiu em Volta Redonda e em outros serviços federais, o interêsse por outras atividades mais rendosas, a criação, por exemplo.

O Sindicato conhece tudo isso, nem havia, no comunicado do Instituto, a idéia de responsabilizar o usineiro pela queda das safras. O que frisamos é que Minas não tinha o direito de queixar-se das quotas, quando não as alcançava mais com a sua produção. E êsse fato são os números que o demonstram, nem há explicação que o possa destruir.

A indústria açucareira de Minas Gerais está situada entre dois fortes concorrentes: o Estado do Rio, que desfruta de condições agrícolas excepcionais, e São Paulo, que possui elementos industriais de primeira ordem. Terá Minas Gerais meios de suportar essa concorrencia, ou de prosperar dentro dela? Os algarismos do tempo da economia açucareira livre respondem pela negativa. O período de safra é o mesmo em todos êsses Estados. Bastaria um excesso qualquer num dêles para desorganizar de vez a situação de tôda a economia açucareira do sul, tanto mais quanto a semelhança das condições de tempo dessas zonas faz com que o excesso se apresente quase sempre como um fenômeno geral, para todos os três Estados. Não esqueçam que os verdadeiros competidores da indústria açucareira de Minas Gerais não são os Estados do Norte, mas o Rio de Janeiro e São Paulo, êste produzindo mais de 3.000.000 de sacos e o Rio de Janeiro caminhando para 4.000.000 de sacos.

A economia livre às vêzes é muito bonita no papel, nos discursos, nas imagens floridas ou ardentes da demagogia. A realidade, porém, não conhece a retórica.

*
* *

Os jornais da capital do país e dos Estados publicaram, em meados de junho último, a propósito de uma notícia divulgada acêrca da próxima suspensão do racionamento do açúcar, em face do término da guerra e do restabelecimento do tráfego marítimo, graças à diminuição da campanha submarina, as seguintes declarações do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool:

"Não vejo possibilidade de suspender o racionamento desde já, uma vez que as dificuldades de transportes marítimos e ferroviários continuam pràticamente as mesmas. Os que insinuam a suspensão o fazem no pressuposto de que o término da guerra bastará para que retomemos a franquia de tráfego por mar e por terra, de que gozavamos antes dela. Mas, pergunto eu: E os navios que o Lloyd Brasileiro e a Cia. Nacional de Navegação Costeira perderam nos torpedeamentos, já foram substituídos? E mais: Pode-se repor imediatamente a flutuar 10, 15, 20 navios para substituírem os que foram torpedeados, apenas duas, três ou dez semanas depois de ter a guerra terminado?

A safra de Campos do ano passado ainda não saiu de todo, existindo um estoque maior do que a metade normal nesta época. E por que? Falta de transporte. Além disso, o preço excepcional por que o açúcar está sendo vendido nesta Capital não aconselharia já a suspensão do racionamento. A suspensão agora resultaria no câmbio negro e na saída para além dos limites de nossa cidade da quase totalidade do açúcar que representa a cota normal dos cariocas. Os que clamam pela suspensão imediata do racionamento terão que esperar mais algumas semanas. A medida virá a seu tempo".

* * *

Os jornais do Rio e São Paulo, entre outras, divulgaram as seguintes declarações do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, em princípios do corrente mês, sôbre a questão do pagamento da matéria prima:

— "Um movimento de repulsa, por parte dos usineiros fluminenses e paulistas às medidas que o Instituto vai pôr em prática em defesa dos interêsses dêles próprios e dos plantadores, que sòmente em Campos montam a 20 mil e nos outros Estados produtores a 40 mil, não existe pròpriamente. Êles não são contrários ao aumento. Entendem, sim, que a majoração de salários conduz fatalmente ao aumento de preço, que para êles está na proporção de 60 a 70% do que se refere à atividade agrícola. Para melhorá-la, só temos um processo: modificar a tabela e permitir que ao invés do lavrador pagar 40 quilos de açúcar por tonelada de cana, passe a pagar 50% do que obtiver de uma tonelada do produto. Isto reverterá em melhoria da produção do lavrador e representa uma das bases mais moderadas já posta em prática no mundo inteiro. Mesmo assim, os produtores alegam que com a majoração dos salários não podem pagar ao Instituto na base já referida.

Em face dessa alegação, o Instituto está estimando o problema para verificar o que poderá fazer em face do aumento dos preços, preocupado antes de tudo em criar uma situação de estímulo para o lavrador a fim de que não falte a matéria-prima. A preocupação do Instituto é levar ao extremo, dentro das atuais contingências da vida, a defesa do produtor e sobretudo a do consumidor. E é animado dêsse espírito de cooperação que está estudando a fórmula de solução para o caso".

Interpelado se subiria o preço do açúcar, respondeu:

— "O Instituto está fazendo tudo quanto é possível para que o povo, o consumidor, não seja atingido por uma majoração. Entretanto, eu não quero iludir a ninguém e declaro que até agora os estudos que estamos realizando propendem a um aumento de preço".

— De quanto? perguntou o repórter.

— "Não lhe posso precisar. Mas se chegarmos a êsse extremo, não será de molde a colocar o açúcar fora das possibilidades, mesmo dos mais pobres".

* * *

O Instituto do Açúcar e do Álcool enviou uma nota à imprensa comunicando que não fará, na safra 1945/46, requisição de aguardente de engenho para transformação em álcool, de acôrdo com Resolução de sua Comissão Executiva, em sessão de 2 de maio último.

Alcoometria, estereometria e análise do álcool

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . **Cr$ 15,00**
Pelo Correio. ..... **Cr$ 17,00**

Na Seção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Álcool

DIVERSAS NOTAS

A QUESTÃO DO TABELAMENTO DE CANA

O Sr. Joaquim Pinto apresentou à Comissão Executiva do I.A.A., em sua sessão de 25 de abril último, o seguinte trabalho:

"Em aditamento ao requerimento verbal apresentado em sessão de 5 do andante, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. os elementos que justificam, por parte dos plantadores de cana do Estado do Rio de Janeiro, aquela pretensão, no que tange à margem de 5% sôbre o preço do açúcar fixado na Resolução n.º 83/44, conferida aos produtores.

Assim, em sessão de 12/7/44, regulamentando as disposições do art. 13 da Resolução 83/44, resolveu esta Comissão autorizar os produtores a gozarem da margem concedida aos atacadistas, "5 % sôbre o valor da mercadoria F.O.B. ou C.I.F.", quando a venda fôsse efetuada diretamente ao industrial, com a aprovação do I.A.A.

Nas vendas F.O.B., a margem de 5 % recairia sôbre a mercadoria, na usina ou posta a bordo, conforme se tratasse de embarque terrestre ou marítimo.

Nas vendas C.I.F., aquela margem recairia sobre o preço C.I.F., isto é, o valor da mercadoria acrescido das despesas de frete e seguro, até o ponto em que a levasse o vendedor.

Deliberou ainda esta Comissão que a referida margem, representada pela diferença entre os preços estabelecidos na Resolução citada e os das vendas diretas aos industriais, seria incluída na fatura e recolhida ao Instituto, deduzida da diferença do impôsto de Vendas Mercantis, correspondente à parcela do acréscimo da margem do atacadista, e que o resultado da arrecadação líquida da margem em aprêço o Instituto distribuiria oportunamente, em época e condições determinadas pela Comissão Executiva, entre os produtores de cada Estado de que proviesse a arrecadação.

Aconteceu, porém, que a execução daquele plano coube à Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar Ltda., organizada depois da elaboração do mesmo.

Em sessão de 29/8/44, em resposta à consulta feita pela referida Sociedade, a Comissão Executiva determinou as despesas que deveriam ser incluídas no preço do açúcar para a venda C.I.F., Rio, fixando-o em Cr$ 706,10 que acrescido da margem de 5 % resultou no preço final de Cr$ 111,50 na estação de destino. Êsse preço ainda sofre a alteração para Cr$ 115,00 visto serem incluídas mais as despesas: carreto, Cr$ 2,00; quebra Cr$ 1,00 e arredondamento, Cr$ 0,50, quando pôsto na casa do comprador.

Ora, a margem de 5 % calculada sôbre o preço de Cr$ 106,10, resulta no aumento de Cr$ 5,40 em saco de açúcar, que, acrescido dos Cr$ 0,50 de arredondamento eleva a um total de Cr$ 5,90 por saco de açúcar, do preço estabelecido na Resolução n.º 83/44.

Acontece ainda que, das despesas outras autorizadas por esta Comissão, figuram margens que raramente incidem sôbre a produção, como sejam: a de Cr$ 1,00 de polarização; Cr$ 1,50 de carreto e a de juros admitidos e computados sôbre as vendas efetuadas, por isso que, quando o açúcar era embarcado em Campos, o comprovante da nota de entrega era o recibo firmado por aquela Sociedade.

Daí, conclui-se que o aumento verificado, sôbre o preço estabelecido no plano de safra, foi de Cr$ 10,50 em saco de açúcar exportado.

Admitindo-se que gozando dessa margem tenham sido contemplados apenas 2/3 da produção do Estado, que foi a 3.060.000 sacos, teremos um aumento global de Cr$ 21.420.000,00 sôbre aquela produção, ao qual corresponde a diferença unitária de Cr$ 7,00 em saco de açúcar produzido.

Pela citada Resolução, cabe aos produtores o aumento verificado, e, tendo a lavoura concorrido com 61 % da matéria prima empregada na produção do Estado, na safra passada, justo será que a sua participação não seja olvidada, no que de direito lhe assiste, em conseqüên-

cia da alteração sofrida nos preços estabelecidos pela aludida Resolução 83/44.

Outra solução não aguardam os fornecedores do Estado do Rio, mormente em se tratando de uma safra como a 1944/45, que, desde o seu início vêm, com os demais colegas do Brasil, pleiteando a revisão das tabelas de cana no sentido de que se verificasse, em tempo, uma equitativa remuneração pela matéria prima entregue aos senhores industriais.

Outrossim, esperam os lavradores que, em virtude da aproximação da nova safra, seja o assunto resolvido com a necessária antecedencia".

— O Sr. Barbosa Lima Sobrinho recebeu do Sr. Rodrigues Teixeira, Presidente do Sindicato dos Lavradores de Cana da Bahia, com data de 27 de abril último, o seguinte telegrama :

"O Sindicato dos Lavradores de Cana da Bahia, solidário com os companheiros plantadores de cana de Alagoas, Pernambuco e Campos, apela para Vossência a aprovação da nova tabela de preço na fábrica, sem qualquer desconto, além da bonificação de quinze cruzeiros por tonelada, em face do prejuízo causado pela redução da última safra e exagerado aumento do custo de vida".

O TRANSPORTE DE AÇÚCAR DO ESTADO DO RIO

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A. de 25 de abril último, o Sr. José Carlos Pereira Pinto informou que em 15 de maio começaria a safra fluminense, com o início da moagem das Usinas Santo Amáro e São José; outras usinas entrariam em funcionamento antes do fim do referido mês. Essa circunstância o obrigava a voltar ao caso dos transportes da Estrada de Ferro Leopoldina, junto à qual deveria haver o mais insistente trabalho, para que a mesma tomasse tôdas as medidas possíveis ao atendimento das necessidades do escoamento do açúcar fluminense.

Segundo constava, antes de agôsto não terá a Leopoldina em tráfego normal o material rodante que está recebendo ou para receber da América do Norte e da Inglaterra.

Em seguida, o gerente comunicou ter estado pessoalmente nos escritórios da E. F. Leopoldina, onde se entrevistou com o Diretor, Sr. Sousa Aguiar, tendo-lhe êste afirmado que a Companhia se achava preparada para atender com regularidade as necessidades da próxima safra açucareira do Estado do Rio.

O emprêgo dos vagões para cana, pertencentes ao Instituto, a partir de julho — época em que deverão estar montados — muito concorrerá para facilitar o movimento de transportes de cana e de açúcar, da safra fluminense, a se iniciar. Os vagões mencionados são em número de 80, e estão sendo recebidos por conta dos cem encomendados pelo Instituto para a Distilaria Central de Ponte Nova.

Voltou a fazer uso da palavra o Sr. José Carlos Pereira Pinto, expondo a necessidade da imediata confecção do plano da safra 1945/46, a fim de que, já dentro de suas disposições, se inicie a nova safra fluminense, bem como a paulista, a mineira e a dos demais Estados produtores do Sul. Não seria de forma alguma conveniente o início da safra, sem estarem estabelecidas as normas legais que deverão regê-la.

Por fim, o Sr. Presidente declarou que o caso relativo à E. F. Leopoldina será tratado com tôda a atenção, acompanhando o Instituto as medidas que fôrem sendo tomadas por aquela Companhia, no sentido de atender com regularidade às necessidades dos transportes da próxima safra fluminense. Quanto ao plano da safra 1945/46, mandará ativar as providências já determinadas no sentido da sua organização, a fim de abreviar o seu estabelecimento.

A PRAGA DA CIGARRINHA EM SERGIPE

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto Açúcar e do Álcool recebeu o seguinte telegrama, de Aracaju, datado de 17 de abril último :

"A Comissão encarregada da campanha contra a cigarrinha leva ao conheci-

mento de Vossência que foi iniciado o serviço, de acôrdo com o plano aprovado por êsse Instituto. Já foram executados trabalhos nas usinas Outeirinhos, Santa Bárbara, Jurema, Soledade, Junco, Central e Brejo, contando tratores do Estado bem como do Fomento Agrícola Federal. Com tratores particulares foram realizados trabalhos nas usinas Vassouras e Pinheiros, tudo sob a assistência técnica dos Agrônomos Euler Coelho e Arlindo Beiró Uchoa. Solicitamos a Vossência seja autorizada uma indenização na base de 75 cruzeiros por tarefa, quota correspondente a êsse Instituto na base de indenização total de um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Aguardamos resposta para o prosseguimento dos trabalhos bem como designação do representante do Instituto para efeito de medição da área revolvida. O interventor está de pleno acôrdo com a nossa sugestão. Saudações. A Comissão: **Euler Coelho**, Chefe Seção Fomento Federal; **Arlindo Beiró Uchoa**, Agrônomo contratado Estado; **Otávio Acioli Sobral** e **Pedro Diniz Gonçalves Filho**".

Na sessão efetuada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 25 de abril, o Sr. Presidente declarou que ia nomear para representante do Instituto, junto à Comissão encarregada dos trabalhos de combate à cigarrinha, o Sr. Pedro da Silva Bastos, Gerente da Delegacia Regional do Instituto em Aracaju. Em seguida, propôs e a Comissão Executiva aprovou que a verba de Cr$ 1.500.000,00, já designada para aquêle serviço, fôsse posta à disposição da Comissão, nas condições aprovadas oportunamente.

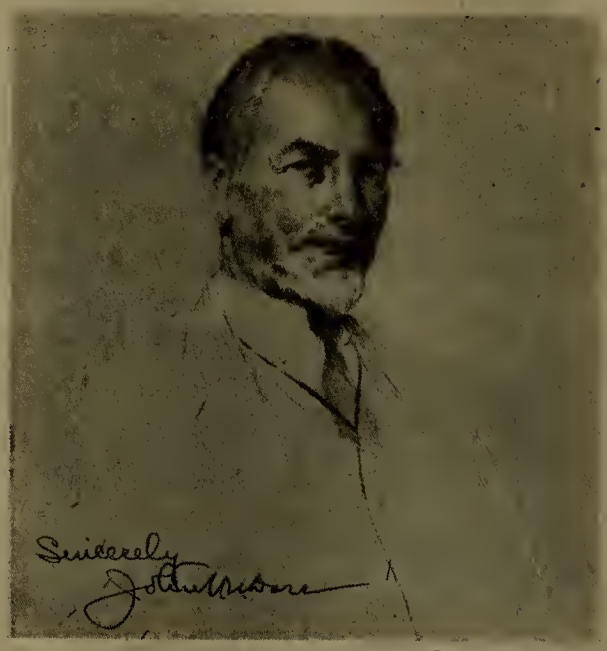
A remessa dos fundos destinados ao serviço, por conta da verba referida, será feita à medida das necessidades, de acôrdo com as informações prestadas pelo representante do Instituto junto à Comissão e a critério da Presidência do I.A.A.

A DESOBSTRUÇAO DO RIO CORURIPE

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, recebeu o telegrama seguinte :

"Coruripe — Alagoas — Os plantadores de cana do Vale do Rio Coruripe vêm trazer a V. Ex.ª seus agradecimentos e viva gratidão pelo beneficio que lhes foi feito por V. Ex.ª prestando auxilio financeiro desobstrução referido rio, providência que nos livrou agora de total destruição e imensos prejuízos. Atenciosas saudações. — **Macário Neto Beltrão Lessa. — José Beltrão de Castro Junuior. — José Gama Lessa. — Amabílio Higino de Carvalho.** — Pelos herdeiros do Engenho Imbuy — — **Avila Moreira de Carvalho Coutinho.** — Pelos herdeiros de João Moreira de Carvalho, — **Luís Gonzaga Moreira Coutinho. — Otávio Lessa. — Augusto Gama. — Euclides Alves de Castro. — Manuel Simeão de Castro. — José Rocha Filho. — José Ferreira de Araujo. — Luís Militão. — Pedro Maurício da Rocha. — Maria de Castro Reis. — Ernesto Lessa. — Alípio Silva. — Otávio Barbosa. — Edgar Nunes. — José Beltrão Sobrinho. — Otacílio Beltrão de Castro. — Roberto da Costa Nunes. — Agripina Costa Nunes. — João da Costa Nunes. — Celso Ferreira. — Santa Nunes. — João Luís dos Anjos. — João Terto. — Enock Miguel. — José Silvestre. — José Alves. — Antonio de Oliveira Gama. — Alfredo de Oliveira Gama. — Alfrefredo de Sousa Oliveira. — Ana Ferreira da Silva. — Francisco Pedro. — Alvaro Higino de Carvalhó. — Juventino Ferreira. — Manoel da Cunha Coutinho. — João Odilon. — Adelino Enedino. — Celestino. — Francisca Ataide. — Antonio Terto. — Miguel Pita. — Severo Gomes. — João Catumbá. — Manoel Pedro. — Josefa Luciano. — Almerinda Padre. — Manoel de Oliveira Lessa. — João de Castro Gama. — Antonio Lobato Porto. — Odilon Leopoldino de Castro. — Augusto José da Silva. — Osmar de Castro Carvalho. — Gerdulino Bispo. — Helvécio Cardoso dos Santos. — Cristovão José Dantas. — Helvio de Castro Reis. — Ernani de Castro Azevedo. — João Rollemberg Lessa. — Euclides Baeta e Berlino de Lima Carvalho**".

JOHN VAN NOSTRAND DORR



ANIVERSARIOS DOS QUAIS PARTICIPA THE DORR COMPANY

	Anos
Atividade na engenharia química e industrial Dr. J. V. N. Dorr	50
Classificador DORR para separação de sólidos	40
Sedimentador DORR thickener para engrossar sólidos	37
Clarificador DORR na Indústria química e sanitária	30
Clarificador DORR na Indústria Açucareira	25
Clarificador DORR na Indústria Açucareira Brasileira	20

O Brasil tem mais de 80 Clarificadores DORR nas Usinas de Açúcar

---

OS PROCESSOS E EQUIPAMENTO DE DESENHO DORR TRABALHAM NA PRODUÇÃO SEGUINTE :

Indústrias	Proporção DORRCO	Indústria	Produção diária
OURO	95%	Açúcar	20.000 toneladas
PRATA	95	Acido fosfórico	1.800 "
COBRE	93	FOSFATOS	14.000 "
CHUMBO	93	Soda cáustica	3.000 "
ZINCO	85	CIMENTO	3.200 "
NIQUEL	100	Areia (concreto)	225.000 "
ALUMINIO	100	Polpa de madeira	7.500 "

PARA MAIS INFORMAÇÕES ESCREVAM A

DIVISÃO PETREE & DORR DA DORR COMPANY

570 Lexington Av., New York 22, E. U. da América do Norte

LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º 7.553 — DE 17 DE MAIO DE 1945

Transfere à Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington as atribuições conferidas pelo Decreto-Lei n.º 5.428, de 27 de abril de 1943, ao Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta :

Art. 1.º — Ficam transferidas à Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington as atribuições conferidas pelo Decreto-Lei n.º 5.428, de 27 de abril de 1943, ao Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica.

Art. 2.º — A documentação referente a borracha e elastômero, existente no Setor da Produção Industrial da Coordenação da Mobilização Econômica, será entregue à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington.

Art. 3.º — Êste Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Sousa Costa.

(D. O.; 18-5-45).

HIBRIDAÇÃO E SOLOS

Dois processos existem para elevar os rendimentos das lavouras comerciais. Um dêles consiste em enriquecer o solo, adicionando-lhe os adubos comerciais, fertilizantes naturais e outras fontes de humos. É o processo mais caro, porquanto os adubos, a mão de obra, a água de irrigação custam dinheiro. Mais accessível é o processo de criar novas variedades que sejam inerentemente mais vigorosas e tenham mais vida. Por tôda parte os geneticistas, inclusive os especializados em cana de açúcar, se empenham na descoberta de novos "seedlings", capazes de vegetar com um suprimento de alimentos que seria a fome para as velhas variedades. Nesse particular, os trabalhos de hibridação da cana têm obtido grandes êxitos. Muitos dêles resultaram da descoberta de variedades resistentes, mas fundamentalmente êsses êxitos dependeram da lei agrobiológica de que o vigor vital de uma espécie é inversamente proporcional à percentagem do seu teor de nitrogênio. Admitida a igualdade dos outros fatôres, o trabalho do geneticista deve orientar-se no sentido de conseguir uma maior proporção de nitrogênio e hidrato de carbono.

F. Hardy, em artigo para "Tropical Agriculture", artigo do qual se encontra um resumo no número de janeiro de "Sugar", entende que o processo acima aludido envolve um perigo, por isso que o excesso de confiança no esfôrço do geneticista leva a negligenciar os cuidados da boa prática agrícola, uma vez que o plantador sabe que pode obter melhores rendimentos, em solos cansados, apenas com o recurso a novas variedades. Do mesmo passo, êle não terá cuidados para evitar que as terras férteis se deteriorem. O autor indica também que a propagação de pestes e doenças resulta de más condições do solo e não de defeitos intrínsecos da planta. O autor conclui dizendo que é tempo de advertir os agricultores de que devem cuidar das suas terras para que estas não se deteriorem. Agora mais do que nunca, diz êle, é tempo de promover pesquisas sôbre as condições dos solos, de modo a se conhecer exatamente os recursos que êles podem oferecer e melhorar os métodos do trabalho agrícola.

"Álcool Absoluto"

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr$ 6,00

Pelo Correio . . . . . Cr$ 7,00

À venda no Instituto do Açúcar e do Álcool

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 105/45 — De 4 de abril de 1945

ASSUNTO — Dispõe sôbre a concorrência para a montagem de novas Usinas e dá outras providências

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve :

Art. 1.º — A concessão para a montagem de novas usinas far-se-á mediante concorrência.

Art. 2.º — A concessão feita a órgãos públicos não dependerá de concorrência, mas só poderá passar a particulares por meio de concorrência processada pelo I.A.A.

Parágrafo único — Para os efeitos dêste artigo, equiparam-se aos órgãos públicos as entidades em que a maioria do capital pertença a órgãos públicos.

Art. 3.º — Na concessão para a montagem de novas usinas, terão preferência, em igualdade de condições, as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam proprietárias de usina.

Art. 4.º — A concessão para a montagem de novas usinas será condicionada à instalação de distilarias de álcool anidro — com a capacidade mínima de 15 litros de álcool por saco de açúcar de 60 quilos, da cota legal atribuída à usina.

Art. 5.º — Em suas propostas os interessados deverão declarar :

a) local onde o proponente pretende instalar a usina, — com indicação da natureza do terreno, meios de comunicação e situação da exploração agrícola, se existir ;

b) regime de fornecedores e indicação das respectivas — cotas máximas de fornecimento, para transformação em açúcar e álcool ;

c) natureza e constituição da emprêsa responsável pela exploração da usina e montante do respectivo capital ;

d) plano das instalações industriais de que se comporá o estabelecimento, bem como das obras a executar e melhoramentos projetados ;

e) situação jurídica do imóvel em que serão instaladas a usina e a distilaria ;

f) tratamento que pretende dispensar aos seus fornecedores, trabalhadores e operários, indicando :

1 — condições de trabalho e fornecimento ;

2 — assistência médica e hospitalar ;

3 — natureza das habitações oferecidas ;

4 — assistência social e financeira ;

5 — assistência técnico-agrológica ;

6 — dimensões da área concedida para plantação e criação necessárias à subsistência do trabalhador ou operário e sua família.

Art. 6.º — As propostas a que alude o artigo anterior deverão ser acompanhadas:

a) de provas de nacionalidade brasileira;

b) de prova de idoneidade moral e financeira dos proponentes mediante atestados de autoridades públicas — federais, estaduais ou municipais e de estabelecimentos idôneos de crédito;

c) de prova de capacidade das terras em que será localizada a usina ou prova de que os proponentes já têm ajustada a compra de tais propriedades, mediante escritura de promessa de compra e venda, devidamente registrada no Registro de Imóveis;

d) de prova de propriedade das áreas circunvizinhas ou de promessa de compra e venda das áreas indispensáveis ao estabelecimento dos fornecedores, salvo se existirem na região agrícola da futura usina lavradores proprietários com capacidade para abastecerem a fábrica, o que será verificado pelo I.A.A.;

e) prova de depósito no Banco do Brasil da quantia de Cr$ 20.000,00.

§ 1.º — O depósito a que alude a letra **c** dêste artigo far-se-á mediante guia do I.A.A.

§ 2.º — Julgada a concorrência, os depósitos da letra **c** ficarão à disposição dos depositantes não vitoriosos, sendo retirados mediante carta liberatória expedida pelo I.A.A. ao Banco do Brasil, ressalvado o disposto no páragrafo seguinte.

§ 3.º — Os concorrentes vitoriosos, dentro de 30 dias a contar da data do julgamento da concorrência, deverão completar o

depósito feito na proporção da cota obtida e de acôrdo com a seguinte tabela :

de 20.000 a 30.000 scs.	50.000,00
de 30.000 a 60.000 scs.	100.000,00
de mais de 60.000 scs.	150.000,00

§ 4.º — Os depósitos feitos pelos proponentes vitoriosos — ficarão à disposição dos mesmos logo que a usina esteja em funcionamento e tenham sido julgadas cumpridas tôdas as condições da concorrência.

Art. 7.º — No julgamento das propostas, terão preferência :

a) os candidatos que tenham apresentado os melhores e mais completos planos de assistência social, técnica e financeira ;

b) As usinas que se localizem longe do litoral ;

c) os candidatos que se proponham a lotear a terra, para venda aos fornecedores, desde que se responsabilizem pela execução das obras e serviços de interêsse coletivo destinados a garantir a segurança, bem estar e abastecimento dos fornecedores, suas famílias, bem como de seus agregados e dependentes ;

d) os candidatos que se comprometam a manter maior número de fornecedores, observadas, porém, as cotas mínimas indispensáveis para assegurar ao lavrador uma existência digna e decente ;

e) os candidatos que se propuserem a constituir distilarias de maior capacidade.

Parágrafo único — Na distribuição das cotas de fornecimento o Instituto procurará favorecer os fornecedores do tipo referido no artigo 76 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Art. 8.º — Julgada a concorrência, os proponentes vitoriosos serão convidados pela Seção Jurídica a assinar, dentro do prazo de 30 dias, a escritura pública de concessão, da qual constarão :

a) as cláusulas da concessão ;

b) as condições constantes da proposta ;

c) os prazos dentro dos quais o concessionário deverá dar início à montagem e ao funcionamento da usina ;

d) os casos de intervenção.

Parágrafo único — Se, dentro do prazo fixado para o início da montagem, esta ainda se não tiver verificado, caducará a concessão, que será deferida ao candidato imediatamente colocado na concorrência, ou se abrirá nova concorrência, na hipótese de só ter concorrido um candidato.

Art. 9.º — O concessionário, mediante licença prévia do I.A.A., poderá ceder os seus direitos à emprêsa que organizar para exploração da usina e distilaria, lavrando-se a competente escritura pública de cessão e transferência de direitos.

Art. 10 — O I.A.A. não admitirá à concorrência, nem à cessão de que cuida o artigo anterior, as sociedades anônimas que não tiverem o respectivo capital subdividido em ações nominativas.

Art. 11 — De acôrdo com o disposto na letra **d** do art. 8.º o I.A.A. intervirá provisòriamente na usina e distilaria, nos seguintes casos :

a) se a emprêsa concessionária não observar o disposto no art. 54 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

b) se a emprêsa, quando sociedade anônima, transformar suas ações nominativas em ações ao portador :

c) no caso de substituição ou admissão de novos sócios com infração do disposto no artigo 3.º desta Resolução ;

d) se a emprêsa fôr julgada culpada, em atos contrários à economia coletiva;

e) no caso de inobservância, por parte da emprêsa concessionária, dos preços oficiais, fixados pelo I.A.A., para o açúcar, álcool, melaços ou canas, sem prejuízo das penalidades que no caso couberem ;

f) no caso de abandono ou cessação das atividades industriais por uma safra, salvo motivo de fôrça maior, a critério do I.A.A., sem prejuízo do disposto no art. 28 do Estatuto da Lavoura Canavieira ;

g) na hipótese em que a concessão venha a ser transferida, por qualquer título, às pessoas referidas no art. 3.º.

Art. 12. — Assinada a escritura a que se refere o art. 8.º a Seção Jurídica convidará o concessionário a apresentar, dentro do prazo de 90 dias :

a) prova de propriedade das terras indispensáveis para a montagem da usina e, quando fôr o caso, para a execução do

plano de loteamento a que se reportam as alíneas **c** e **d** do artigo 6.º ;

b) prova de nacionalidade dos acionistas ou sócios da emprêsa responsável pela exploração da usina ;

c) minuta de contrato-tipo para a compra e venda dos lotes a que se refere o art. 14.º ;

d) minuta do contrato-tipo sôbre as condições do fornecimento (art. 24 do Estatuto da Lavoura Canavieira) ;

e) prova de loteamento do terreno, através do registro a que se refere o Decreto-lei n.º 58 de 10 de dezembro de 1937 ;

f) descrição das instalações da usina e relatório circunstanciado do respectivo aparelhamento ;

g) plantas das habitações higiênicas que deverão ser construídas pelas usinas para os seus empregados e condições mediante as quais as mesmas lhes serão entregues ;

h) plantas das habitações higiênicas que deverão ser construídas, pelas usinas nos lotes vendidos aos seus fornecedores e indicação do respectivo custo e preço da venda ;

Art. 13 — No caso de existência de lavradores na zona agrícola da futura usina, o proponente se obrigará a receber dos mesmos a quantidade de canas que vier a ser fixada pelo I.A.A.

Art. 14 — Não havendo lavradores na região agrícola da futura usina em número suficiente para o seu abastecimento, o proponente se obrigará a lotear as terras de sua propriedade de acôrdo com o plano aprovado pelo I.A.A.

§ 1.º — Os lotes serão vendidos aos fornecedores da usina a longo prazo, pelo preço e mediante as condições estabelecidas no contrato-tipo aprovado pelo I.A.A.

§ 2.º — Na fixação do preço a que alude o parágrafo anterior, o I.A.A. tomará por base o preço de aquisição do imóvel, levando em consideração as melhorias introduzidas pelo proprietário das terras e as obras de interêsse coletivo feitas pela usina.

Art. 15 — Fica o Presidente do I.A.A. autorizado a baixar provimento regulando o processo da concorrência estabelecida na presente Resolução.

Art. 16 — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial" da União, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 4 dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e cinco.

Barbosa Lima Sobrinho — Presidente

"Legislação Açucareira e Alcooleira"

(Anotada)

Licurgo Veloso

CONSTRUTORA de DISTILARIAS e INSTALAÇÕES QUIMICAS S. A.

CAPITAL SOCIAL REALIZADO : Cr$ 15.000.000,00

Oficinas : **SÃO PAULO**
Rua Passo da Pátria, 1515
Alto da Lapa — Bela Aliança.
Caixa : 3161 - Fone: 5-0617

Teleg. "CODIQ"

Escritório no **RIO**
Praça 15 de Novembro, 42-3.º pav
(Salas 301/302)
Caixa : 3354 - Fone : 23-6209

A MAIOR ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO DE DISTILARIAS DE ÁLCOOL E INSTALAÇÕES QUÍMICAS

Área dos terrenos pertencentes à Cia. — 45.000 m²
600 operários, 60 técnicos e empregados

Fundição de bronze, ferro e aço
Fábrica própria de **moto-bombas**
Construção de material de **usinas de açúcar**

Contratou, de 1941 a fins de 1943, **51 distilarias de álcool etílico, tôdas construídas no Brasil**, partindo de melaço, cana, mandioca, milho, laranja e bananas, das quais 30 já funcionando, 12 em montagem e 9 em construção.

Construiu, no **ramo de distilação,** distilarias de: acetona, álcool butílico, éter sulfúrico, aguardente fina de laranja e banana; benzol, xistos, carvão e madeira.

A capacidade de produção diária das distilarias de álcool construídas por CODIQ é de 345.000 litros, tendo duplicado, desta forma, a capacidade de produção das distilarias de álcool anidro existentes no Brasil, antes da guerra

COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta seção resumos das atas da Comissão Executiva do I.A.A. Na seção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

18.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Sores Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte: telegrama do presidente da Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar de Sergipe, comunicando ter sido nomeado representante da referida entidade nesta capital o Sr. Durval Rodrigues da Cruz; carta do presidente do Comité de Socorro às Vítimas da Guerra na Polônia, agradecendo um donativo; telegrama do Sindicato dos Lavradores de Cana na Bahia a respeito do tabelamento de canas; telegrama endereçado ao Sr. Presidente da República pelo Sindicato Agrícola de Campos sôbre a regulamentação dos preços de cana, de acôrdo com o Estatuto da Lavoura Canavieira.

Fabrico de aguardente — De acôrdo com o parecer da Seção de Estudos Econômicos, autoriza-se a Usina Flexas, Mato Grosso, a fabricar aguardente da safra 1945/46.

— Idêntica autorização concede-se à Usina Pedreira, Santa Catarina.

Financiamento — De acôrdo com o parecer da Gerência e contra os votos dos Srs. Moacir Pereira e Castro Azevedo, é indeferido o requerimento da Cooperativa dos Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos, Alagoas, solicitando um empréstimo para instalar uma distilaria.

Transporte de açúcar — Aprova-se o plano de embarque dos açúcares de Sergipe, elaborado pela Gerência.

Limitação — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser encaminhado aos órgãos competentes do I. A. A. o memorial de onze pequenas usinas de São Paulo, em que as mesmas pleiteiam vários benefícios.

Liberação — De acôrdo com o parecer da Gerência, aprova-se a sugestão da Seção de Fiscalização, no sentido de serem liberados os excessos de produção em todo o território nacional.

Inscrição e transferência de proprietários — Cícero Domingos Pinto — Ceará — Resolve-se aprovar o parecer da Seção Jurídica, para o fim de deferir o pedido constante da inicial.

— Vitório Salarole — Espírito Santo — Com fundamento no parecer da Seção Jurídica, resolve-se deferir a pretensão constante da inicial.

— Joaquim Ribeiro Ferreira Filho — Minas Gerais — O interessado, na inicial, requer a averbação da transferência para o seu nome, do engenho adquirido de Joaquim Ribeiro Ferreira. A Comissão Executiva, de acôrdo com o parecer da Seção Jurídica, e com fundamento no Decreto-lei n.º 6.389, de 30-3-44, resolve mandar inscrever o engenheiro em nome de Joaquim Ribeiro Ferreira, procedendo-se, em seguida, à averbação da transferência para o requerente.

Cancelamento de inscrições — Com fundamento nos pareceres da Seção Jurídica, resolve a Comissão Executiva deferir os pedidos de cancelamento de inscrição de engenho, em caráter definitivo, dos seguintes requerentes: José Inácio de Luna, Maria Augusta de Oliveira, João Joaquim de Oliveira, Felix Augusto de Macedo.

Inscrição de fábricas — De rapadura — Benvindo dos Anjos Macedo — Minas Gerais — Deferido.

De aguardente — Joaquim Epifânio de Faria — Minas Gerais — Deferido.

Modificação de espécie — F. A. Miléo — Pará — A interessada, na qualidade de proprietária de um engenho produtor de açúcar turbinado, álcool e aguardente, situado em Alenquer, Estado do Pará, solicita o cancelamento, em caráter definitivo, da sua inscrição como turbinador, conservando, entretanto, sua inscrição como produtor de aguardente. A Seção Jurídica, em parecer, que é aprovado, opina pelo deferimento do pedido constante da inicial, observadas as formalidades legais, e feitas as devidas comunicações à firma interessada.

19.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Caixa dos funcionários — Aprova-se o anteprojeto de criação da Caixa de Beneficência dos Funcionários do I. A. A.

Retenção sôbre álcool — Aprova-se a seguinte resolução proposta pelo Sr. Presidente: "Autorizar o pagamento dos 20 % retidos, sôbre as bonificações relativas ao álcool da safra 1942-43, acentuando que êsse pagamento corre por conta, não da receita arrecadada pela Caixa do Álcool, mas da verba votada pela Comissão Executiva para êsse fim e proveniente da receita ordinária do I. A. A.".

Bonificação — Considerando um pedido formulado pela firma proprietária da Distilaria Central de Campos e atendendo ao parecer da Seção de Estudos Econômicos, a C. E. resolve que a referida fábrica nenhum direito tem à bonificação sôbre álcool da safra 1942-43.

Preços legais de açúcar — Em face das consultas da Delegacia Regional do Recife e do Sr. Rafael Correia Meyer sôbre os preços do açúcar, diante da majoração do impôsto de consumo, resolve a C. E. ouvir a respeito a Coordenação da Mobilização Econômica.

Produção de açúcar — O Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Sergipe solicita alteração da percentagem de produção de açúcares baixos, de segundo e terceiro jatos, fixada na Resolução n.º 94/44. Justifica o Sindicato o seu pedido com a praga da cigarrinha que tem provocado o empobrecimento das canas. Examinando o assunto, a Seção de Estudos Econômicos opinou que seja permitido aos usineiros de Sergipe elevarem até ao dôbro das da safra passada, a percentagem de açúcares de tipos baixos a serem fabricados na presente safra, margem essa que, embora arbitrária, parece suficiente para atender aos efeitos da cigarrinha no rebaixamento do teor sacarino da cana moída nas usinas sergipanas.

Tabelamento de cana — O Sr. Presidente sugere, sendo aprovado, que o Sr. Joaquim Pinto apresente por escrito o seu requerimento, no sentido de que a C. E. examine a participação dos fornecedores de cana do Estado do Rio na margem de 5 % conferida aos usineiros pela Resolução 83/44.

Inscrição de fábricas — A. C. E. autoriza a inscrição das fábricas de rapadura das seguintes pessoas: Júlia Maria de Jesus, Valdemar Moreira Ramos, João Batista Pereira, José Soares de Oliveira, (3) engenhos de Corinto Lourenço, Jair Cardoso de Melo e Antônio Simão, Manuel Ribeiro da Silva.

— Manda inscrever também as fábricas de aguardente de José Lopes da Silva, Pedro Mapurunga de Miranda, José Vieira Sobrinho, Neon Sales Lopes, Pedro Antônio da Silva, Antônio Correia de Oliveira, José Teodósio Pereira, Jerônimo Marchiorato, Jacomo Damiani, José Ramos Figueiredo, Oto & Oliveira, João Colombo e Usina Santa Rita S/A.

Cancelamento de inscrição — Manda-se cancelar a inscrição do engenho de João Cardoso da Silva, Bahia.

Modificação de espécie — Manuel de Melo Lemos Sobrinho — Goiás, deferido.

Transferência de proprietários e cancelamento de inscrição — João da Cunha Rêgo — Pernambuco, deferido.

Transferência de engenhos — João da Silva Furtado — Minas Gerais, deferido; Raimundo Rodrigues Bitencourt — Maranhão, deferido; Antônio Pita — Ceará, deferido.

Aumento de limite — Com fundamento nos pareceres da Seção Jurídica, anexos aos processos abaixo relacionados, a Comissão Executiva resolve conceder os pedidos de aumentos para as fábricas de açúcar de Joana de Assis Carvalho, Sebastião Carneiro da Cunha e José Marcos da Rocha e Silva.

20.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, José Bezerra Filho, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Expediente — Constou do seguinte: Telegrama do Sr. Ministro da Agricultura, agradecendo a comunicação que lhe foi feita em 28-3-45, sôbre a concessão da montagem de uma usina de açúcar na região da Cachoeira de Paulo Afonso.

— Telegrama do Sr. Dermeval Lusitano, ex-representante da lavoura canavieira fluminense junto à Comissão Executiva, externando os seus protestos de repulsa à publicação feita em colunas pagas de jornais de São Paulo e Rio, de calúnias contra o Sr. Presidente do I. A. A.. Dá S. S.ª o seu testemunho da inteligência, honestidade e patriotismo da administração do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, na Presidência do Instituto.

— Telegrama de 8-4-45, da Associação de Lavradores e Fornecedores de Cana do Município de Igarapava, subscrito pelo seu Presidente, Sr. Francisco Antônio Maciel, declarando que, no momento em que a Comissão Executiva do I. A. A. discute o art. 87 do Estatuto da Lavoura Canavieira, para melhoria dos preços da cana, a Associação em causa hipoteca ao Instituto o seu incondicional apoio e irrestrita solidariedade, certa de que o Instituto defenderá os sagrados e legítimos interêsses da grande classe dos fornecedores de cana do Brasil.

Abastecimento — Em memorial de 21-3-45, o Sindicato da Indústria do Açúcar, no Estado da Bahia, fazendo considerações em tôrno da redução da presente safra de açúcar das Usinas da Bahia e, por outro lado, do aumento do seu consumo no Estado, pede providenciar no sentido de ser-lhe assegurado um suprimento mínimo de

120.000 sacos de açúcar dos Estados do Norte, inclusive Sergipe. A. C. E. concorda com o parecer da Gerência, no sentido de que, no momento, é impossível atender ao pedido, podendo o assunto ser, oportunamente, objeto de novo exame.

Limitação — A Seção de Assistência à Produção, tendo em vista as disposições da Resolução 74/43, propõe aumentos de quotas para as usinas sub-limitadas de Santa Catarina, com base nas respectivas percentagens de canas dos fornecedores. A proposta é aprovada.

Tributação — Em seu ofício n.º 5/45, de 20/3/45, a Seção de Assistência à Produção apresenta o mapa relativo à distribuição das quotas partes da taxa de Cr$ 1,00 por tonelada de cana, às Associações de Classe do Estado de São Paulo e à Federação dos Plantadores de Cana do Brasil. A distribuição é aprovada.

Incorporações de quotas — Antonelli Bhering —Minas Gerais, indeferido; Lídia Rosa de Sousa — Minas Gerais, deferido.

Inscrição de fábricas — Hildebrando Ribeiro de Oliveira (Herds.) — Ceará, manda-se inscrever.

— Reconsiderando despachos anteriores, manda-se inscrever os engenhos de Antônio Fernandes Damasceno, Antônio Ferreira Gomes, Antônio de Mesquita Martins, Antônio Domingos Marques, Antônio Militão de Araujo, Antônio Fernandes de Lima e Antônio Cândido de Sá.

— José Geraldo de Moura Guerra — Pernambuco, resolve-se encaminhar o processo à Seção de Comunicações.

21.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Fabrico de aguardente — Autoriza-se a Usina Santa Teresa, M. Gerais, a produzir aguardente, por não estar a mesma aparelhada a fabricar álcool.

Distilaria de Ponte Nova — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente no sentido de se aguardar o resultado dos estudos da comissão designada para estudar os problemas relacionados com o funcionamento da Distilaria de Ponte Nova para que se discuta a questão do recebimento de canas dos fornecedores.

Preços legais — A C. E. manda que se comunique aos interessados o texto da resolução do Serviço de Abastecimento da C. M. E., relativa às novas taxas do imposto de consumo.

Limitação — Aprova-se o parecer da Seção de Estudos Econômicos referente ao pedido de aumento de limite, formulado pela Usina Bandeirante, Paraná.

Transporte — Resolve-se encaminhar à Seção Jurídica a exposição da Seção de Fiscalização propondo normas sôbre as notas de remessa e entrega.

— Aprova-se a sugestão do Sr. Presidente, no sentido de ser o Gerente encarregado de entender-se com a Leopoldina Railway a propósito do escoamento da safra de Campos.

Venda de maquinaria — Aprovam-se as sugestões da Seção de Fiscalização, referentes à venda de maquinaria de fábricas de açúcar.

Inscrição de fábricas de aguardente e mudança de nome — João Pagliuchi — São Paulo, deferido.

Inscrição e transferência de proprietário — Raimundo Marinho de Queirós — Ceará, deferido.

Incorporação de quotas — Autoriza-se a incorporação da quota da Usina Varzinha ao limite da Usina Mato Grosso, ambas em Sergipe.

— Autorizam-se mais as seguintes: à Usina Jatiboca, M. Gerais, a quota do engenho de Pedro José Fraga; à Usina Ariadnópolis, M. Gerais, a quota do engenho de José Tiburcio do Prado; à Usina Lindoia, M. Gerais, a quota do engenho de Sebastião Vargas Neto; à Usina Santa Helena, M. Gerais, a quota do engenho de José Gomes da Costa Lana; à Usina Boa Vista, S. Paulo, a quota do engenho turbinador de João Gimenes Guerreiro; à Usina São Manuel, S. Paulo, a quota do engenho de Sebastião Justino de Faria; à Usina Capricho, Alagoas, a quota do engenho de Antônio Toledo de Albuquerque; à Usina Sant'Ana, Alagoas, a quota do engenho de Aristides Marinho; à Usina São Simeão, Alagoas, a quota do engenho de João Vicente Ferreira; à Usina Camaragibe, Alagoas, a quota do engenho de Francisco Xavier Filho; à Fazenda Niagara S. A., M. Gerais, a quota do engenho de Galdino Cesar da Silva; ao engenho Patí, a quota do engenho de João Durval de Oliveira e Plides Mendes de Lima.

— De acôrdo com os pareceres da Seção Jurídica, constantes dos respectivos processos e do voto do Relator, Sr. Castro Azevedo, a Comissão Executiva, tendo em vista as desistências dos proprietários das fábricas a incorporar, resolve mandar arquivar os processos abaixo relacionados, observadas as exigências e as formalidades dos mesmos pareceres:

À Usina Pontal — Minas Gerais — Proc. 3930/39 — Eng.º de Luís Alfredo Claudino e outros; Proc. 3450/36 — Eng.º de Pedro Nolasco Gonçalves; Proc. 4644/39 — Eng.º de Antônio Roberto Neto.

À Usina Volta Grande — Minas Gerais — Proc. 4943/40 — Eng.º de Manuel Filipe de Sousa.

À Usina Camaragibe — Alagoas — Proc. 5408/41 — Eng.º de Francisco Rodrigues Braga.

Ao Eng.º de Antônio Valentim Sobrinho — Minas Gerais — Proc. 1129/40 — Eng.º de Francisco Pires de Olivera.

À Usina São João — Minas Gerais — Proc. 2706/42 — Eng.º de José Ridrigues da Silva.

À Usina Lindóia — Minas Gerais — Proc. 2512/42 — Eng.º de Artur de Sousa Machado; Proc. 1005/41 — Sebastião Francisco de Medeiros — Minas Gerais; Proc. 306/41 — Ribeiro Junqueira & Filho — Minas Gerais; Proc. 5230/42 — Durval Teodoro de Campos e Amélio Ferreira de Oliveira — Minas Gerais; Proc. 1752/42 — José Chaves Junior — Minas Gerais, convertido em diligência.

— Proc. 2946/42 — Antônio Garcia dos Santos — À Usina Ana Florência — Minas Gerais, convertido em diligência.

Fornecimentos de cana — Maria Cristina de Sousa Leão e outros, Pernambuco, fixada a quota de 6.000 toneladas em nome de D. Maria Cristina de Sousa Leão.

Produção de açúcar — Nelson Nunes de Siqueira — Usina Santa Rosa — Minas Gerais, concede-se um aumento de 295 sacos em caráter definitivo.

— Pereira, Osório Mauad & Cia. Ltda. — Usina Pedrão — Minas Gerais, manda-se cancelar o aumento provisório.

Modificação de espécie — João Batista de Miranda — Rio Grande do Norte, deferido. Sebastião Ferreira dos Santos — Minas Gerais, deferido.

22.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1945

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Moacir Soares Pereira, Cassiano Pinheiro Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Medidores — A C. E., tomando conhecimento da circular do Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, referente ao uso de medidores de álcool e aguardente, decide seja a mesma comunicada às Delegacias, fiscais e inspetores do I. A. A.

Empréstimos — A propósito do empréstimo aos usineiros de Alagoas, atingidos pela redução da safra, a C. E. examina a proposta apresentada pelo Gerente e Chefe da Seção de Estudos Econômicos e resolve seja novamente encaminhada aos aludidos funcionários.

Tabelamento na Bahia — Aprova-se o parecer da Gerência com relação à nova tabela de preços estabelecida para o açúcar das usinas do Estado da Bahia.

Montagem de novas fábricas — Aprovam-se as conclusões do parecer da Seção Jurídica, referente à consulta da Interventoria no Maranhão sôbre a montagem de uma fábrica de açúcar e álcool-motor na Colônia Lima Campos, naquele Estado.

Cancelamento de inscrção — Processo de Vigilato Antônio de Sousa, M. Gerais — deferido; Viúva Tertuliano Batista de Oliveira, Bahia — deferido.

Modificação de espécie — Belmiro Borges de Freitas, M. Gerais, de açúcar refinado para açúcar bruto — deferido; Antônio Ferreira da Costa, Alagoas, de açúcar para rapadura — manda-se arquivar; Ana Maria de São José, M. Gerais, de açúcar para rapadura — deferido; Afonso Augusto dos Santos, M. Gerais, de açúcar para rapadura, — deferido; Agostinho Machado de Rezende, M. Gerais, de rapadura para açúcar — manda-se fazer a inscrição como produtor de açúcar, aguardente e rapadura.

Inscrição e transferência de proprietários — Rosa Cunha Damasceno — Ceará, deferido.

Transferência de proprietário — Francisco Tomaz Vieira de Sousa, M. Gerais — deferido; Rufino Sardinha da Costa, Goiás — deferido.

23.ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1945

Presentes os Srs. Barbosa Lima Sobrinho, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Otávio Milanez, Antônio Corrêa Meyer, J. Bezerra Filho, José Carlos Pereira Pinto, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Aderbal Novais, Cassiano Pinheiro Maciel e Joaquim Alberto Brito Pinto.

Presidência do Sr. Barbosa Lima Sobrinho.

Caixa Beneficente — Aprova-se a proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser o Chefe da Seção do Pessoal encarregado de entender-se com o IPASE a fim de estudar a possibilidade de terem os funcionários do I. A. A. os benefícios dos serviços médicos daquela instituição.

Fabrico de aguardente — Autoriza-se a Distilaria Faraone & Cia. S. Paulo, a fabricar aguardente.

— Idêntica autorização cencede-se à Usina Santo Antônio, M. Grosso.

Praga da cigarrinha — O Sr. Presidente manda proceder à leitura de um telegrama do Interventor em Sergipe sôbre a praga da cigarrinha nos canaviais do Estado e declara que estão sendo tomadas providências para satisfação dos compromissos pecuniários assumidos pelo I. A. A.

Empréstimos — Com relação ao empréstimo aos usineiros de Alagoas, atingidos pela redução

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, despachou os seguintes processos:

ESTADO DE ALAGOAS:

N.º 3.202/41 — Américo Ferreira de Melo Silva — União — Transf. do eng. de Antônio Lopes Pimentel e Agueda Lopes Pimentel — Deferido, em 5-4-1945.

N.º 948/37 — Manuel Pereira Magalhães — S. Luís do Quitunde — Ins. eng. açúcar — Arquive-se, em 17-4-45.

N.º 4.200/43 — Amaro Cavalcanti Albuquerque e outros — S. Luís do Quitunde — Conversão quota prod. açúcar em fornecimento de cana — Arquive-se, em 5-4-45.

N.º 3.842/46 — Abraão Cerqueira Moura — Atalaia — Transf. eng. aguardente p/ José M. Pontes Miranda — Deferido, em 12-4-45.

N.º 10.378/45 — Antônio Celestino da Silva — Passo Camaragibe — Insc. engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 10.379/45 — Cancio Sobrinho — S. Luís do Quitunde — Transf. e remoção eng. de aguardente p/ Dijelso Pontes Lira — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.844/42 — João Pinto Fernandes — S. Luís do Quitunde — Transf. p/ Antônio Rocha de Aquino — Deferido, em 11-5-45.

N.º 3.799/43 — José Monte de Melo — Muricí — Protesto c/a incorp. do limite de seu engenho à Us. Alegria, de Antônio Cansação — Arquive-se, em 19-3-45.

N.º 40562/44 — Osciram Oliveira Lima e outros — União dos Palmares — Transf. de eng. de açúcar — Deferido, em 19-4-45.

ESTADO DA BAHIA:

N.º 6.830/44 — Antônio Ramos de Araujo — Rio Real — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 5-4-44.

N.º 722/37 — José Pimenta Lins — Esplanada — Montagem de engenho — Arquive-se, em 5-4-45.

N.º 1.622/43 — Develides Alves Coêlho — Rio de Contas — Insc. de eng. de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 1.679/43 — Francisco Herculano de Sousa — Livramento — Insc. de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

---

de safra, resolve-se o seguinte: "1.º — Aprovar a proposta dos Srs. Gerente e Chefe da Seção de Estudos Econômicos, constante do quadro apresentado na sessão de 25-4-45, e anexo à respetiva ata, mantido o limite máximo de Cr$ 500.000,00 — por usina, no total de Cr$ 2.247.160,00. 2.º — Conceder um empréstimo de Cr$ 752.840.00 (para complemento de um empréstimo total de Cr$.... 3.000.000,00) à Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda., a título de refôrço de Caixa, sob responsabilidade exclusiva da mesma Cooperativa, para emprêgo como julgar mais conveniente".

Requisição de aguardente — Depois de examinar uma exposição da Seção de Fiscalização sôbre a requisição de aguardente, a C. E. resolve o seguinte: "Declarar que não haverá requisição de aguardente, justificando a declaração no comunicado que, a respeito, se fizer".

— Dá-se vista ao Sr. José Carlos Pereira Pinto do requerimento em que a Cia. Engenho Central Quissamã solicita a indenização do custo de 100 mil litros de aguardente, adquiridos pela mesma e requisitados pelo I. A. A.

Processos fiscais — Aprova-se o parecer do Sr. Castro Azevedo a propósito de um memorial da Seção de Fiscalização referente à decisão de autos de excessos de limite, lacrados anteriormente ao Decreto-lei 1831, de 4-12-39.

Aumento de limite — Manda-se voltar à Seção de Estudos Econômicos o processo em que a Usina Vassununga, S. Paulo, solicita revisão de sua quota.

Incorporação de quotas — Autoriza-se a incorporação da quota do engenho de José Rodrigues Ferreira, M. Gerais, ao limite da Usina Ana Florência.

— São denegados os pedidos de incorporação de Lúcia das Dores de Jesus para a Usina Ariadnópolis, M. Gerais; o de Inácio Tavares Leite para a Usina São Manuel, S. Paulo.

Aumento de limite — De acôrdo com a Resolução 74/43, resolve-se conceder, em caráter definitivo, o aumento de 305 sacos de açúcar à Usina Santa Bárbara, Sergipe.

Inscrição e transferência de proprietário — Adão Matielo, Sergipe — deferido; José Carlos da Silva, M. Gerais — deferido.

Transferência de proprietários — Ana Tomaz de Aquino e Crispim Roque de Oliveira, Ceará — deferido; Sebastião Teixeira Lopes Lima, M. Geras — deferido.

Inscrição de fábrica de rapadura — José Antônio de Araujo Lins, M. Gerais — deferido.

Inscrição de fábrica de açúcar e aguardente — Horácio Carvalho de Faria, S. Paulo — deferido.

Inscrição de fábrica de rapadura e aguardente — Arsênio Meira de Vasconcelos, Pernambuco — deferido; Altino Marques, M. Gerais — deferido.

N.º 3.064/43 — Isac Rodrigues de Oliveira — Morro do Chapeu — Montagem de eng. rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.502/45 — Felix Damião de Carvalho — Paramirim — Remoção do eng. p/ o município de Macaúbas onde possui também propriedade — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.632/43 — Francisca Maria de Jesus — Rio de Contas — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 2-5-45.

N.º 3.292/43 — Lauriano José da Silva — São Miguel — Baixa de inscrição de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.633/43 — Antônio de Padua Tanajura — Livramento — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 11-5-45.

N.º 1.616/43 — Dionísio Teodoro da Silva — Rio de Contas — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 11-5-45.

N.º 278/43 — Gabriel & Filho — Mundo Novo — Permissão p/ não funcionar s/ engenho durante 2 ou 3 anos — Arquive-se, em 11-5-45.

ESTADO DO CEARÁ:

N.º 13.254/44 — Antônio Carvalho Lima — Tianguá — Inscrição engenho de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 13.255/44 — Antônia Carvalho Lima — Tianguá — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 5.043/41 — Antônio Pereira Martins — Ipu — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 11.886/44 — Anselmo Alves Pessoa — S. Benedito — Ubajara — Inscr. de eng. de rap. — Deferido, em 6-4-45.

N.º 45.885/44 — Benício José de Morais-Herds. — Ibiapina — Baixa de inscrição de rapadura — Deferido, em 2-4-45.

N.º 38.611/44 — Raimundo Rodrigues de Paiva — S. Benedito — Transf. para José Artur do Nascimento — Deferido, em 12-4-45.

N.º 3.568/39 — Alvaro Barbalho U. Cavalcanti — Santos Dumont — Transf. eng. p/ Augusto U. Cavalcanti — Deferido, em 12-4-45.

N.º 3.476/40 — Maria Madalena da Silva — Tianguá — Inscrição eng. de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.443/40 — Antônio Barros de Albuquerque — Pacotí — Aumento limite prod. rapadura — Arquive-se, em 12-4-45.

N.º 4.553/40 — Antônio Jorge Leite de Araujo — Jardim — Aumento limite prod. rapadura — Arquive-se, em 6-4-45.

N.º 4.747/40 — Antônio Francisco de Maria — Missão Velha — Aumento quota rapadura — Arquive-se, em 12-4-45.

N.º 6.988/40 — Edmar Ferreira Lima — Baturité — Insc. engenho de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 7.082/40 — João Rodrigues Sobrinho — Tianguá — Transf. eng. de José Francisco de Sousa e aumento limite de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 7.264/40 — Inácio Martins Memória — Ipu — Aumento de limite de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 536/42 — Manoel Pinto de Mesquita — Pacoti — Inscrição de engenho açúcar e rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.042/43 — Francisco Correia de C. e Sá — Ipu — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.066/43 — Francisco Hemetério Pereira — Ubajara — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.223/43 — Edmundo de Mesquita — Pacotí — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.282/43 — Cícero Clementino de Medeiros — São Benedito — Redução de limite eng. rapadureiro — Arquive-se, em 12-4-45.

N.º 1.295/43 — Bento Anibal & Filhos Ltda. — Maranguape — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.318/45 — João Carlos & Cia. — Caucaia — Transf. de eng. p/ Roldão de Oliveira Dias — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.452/40 — Antônio Teixeira de Farias — Pacotí — Transf. do eng. de Manoel Teixeira de Farias e aumento de limite de rapadura — Deferido, em 19-4-45.

N.º 11 885/44 — João José de Oliveira — Ubajara — Transf. p/Francisco Baé Macedo — Deferido, em 19-4-45.

N.º 6.871/40 — Antônio Moreira Gomes — Palma — Inscr. de engenho de aguardente — Deferido, em 2-5-45.

N.º 43.784/44 — Francisco Facundo de Melo — Ibiapina — Transferência p/ José Facundo de Melo — Deferido, em 2-5-45.

N.º 3.429/41 — Manoel Benevenuto de Lima — Pacoti — Transf. do eng. de Francisco de Araujo Filho — Deferido, em 2-5-45.

N.º 6.884/40 — Marcos Vicente de Abreu — Palma — Inscr. de engenho de aguardente — Deferido, em 2-5-45.

N.º 3.863/41 — Rogério da Costa Flores — S. Benedito — Tranf. de eng. de Domingos Afonso da Costa — Deferido, em 2-5-45.

N.º 552/42 — Firmino Castelo Branco — Baturité — Transf. p/ Frutuoso Lopes Martins — Deferido, em 11-5-45.

N.º 764/43 — Manoel Joaquim de Sales — Maria Pereira — Transf. p/ Maria Diniz Vieira — Deferido, em 11-5-45.

DISTRITO FEDERAL:

N.º 13.264/45 — Federação dos Plantadores de Cana do Brasil — Rio de Janeiro — Certidão do inteiro teor do têrmo de conciliação lavrado no processo da Balança "Nova Java" da Usina Junqueira — Deferido, em 2-5-45.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

N.º 322/43 — João Gava — Cach. de Itapemirim — Insc. eng. rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.250/43 — José Vargas — Alegre — Ins-

crição de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 36.399/44 — Francisco de Paula —Cachoeiro do Itapemirim — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido,em 5-4-45.

N.º 36.385/44 — José Hemerly — Cachoeiro do Itapemirim — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 36.396/44 — Sebastião Martins — Cachoeiro do Itapemirim — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 24.899/44 — João Benedito — Colatina — Inscrição de engenho (C. M. E.) — Deferido, em 12-4-45.

N.º 36.391/44 — Alfredo Batista de Sousa — Cachoeiro de Itapemirim — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 36.394/44 — Cornélio Van-Til — Cachoeiro de Itapemirim — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 6.886/44 — Gaudêncio Batista — Ibirassu — Transf. de engenho p/ João Batista Batisti — Deferido, em 2-5-45.

N.º 36.392/44 — Ercílio Corrêa de Sousa — Cachoeiro do Itapemirim — Inscrição de engenho — Deferido, em 11-5-45.

ESTADO DE GOIÁS:

N.º 6.198/41 — Veríssimo de Aquino — Formosa — Transferência para Deodato Amaral Louli — Deferido, em 5-4-45.

N.º 48/42 — Aureliano Luís Ferreira — Vva. — Campo Formoso — Transf. de eng. p/ Graciano Mendes do Vale — Deferido, em 12-4-45.

N.º 5.481/42 — Oscar Sabino de Freitas — Rio Verde — Transf. eng. rapadura p/ Pedro Quintiliano Leão — Deferido, em 12-4-45.

N.º 548/43 — Engenio Juvenal de Almeida — Formosa — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 4.535/43 — Joaquim Antonio de Araujo — Herds. — Campo Formoso — Transf. e remoção eng. açúcar p/ Moisés Favorito — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.447/38 — Antonio Cassiano Mesquita Posse — Canc. insc. e transf. p/ João Antonio da Silva — Deferido, em 5-4-45.

N.º 476/42 — Joaquina Francisca do Carmo — Sta. Luzia — Transf. para Abílio Caixeta da Cunha — Deferido, em 19-3-45.

N.º 5.039/42 — Benedito José Moreira — Itaberaí — Remoção do eng. p/ o Mun. de Jaraguá "Faz. Piancó" no mesmo Estado — Deferido, em 19-4-45.

N.º 2.568/40 — Abrahão Metran — Morrinhos — Baixa de inscr. de engenho — Deferido, em 2-5-45.

N.º 6.588/40 — Paulo Pereira Cardoso e outros — Sta. Luzia — Transf. de eng. p/ José Antônio Vieira — Deferido, em 11-5-45.

N.º 1.849/39 — Virgínia de Sousa e Silva — Planaltina — Inscr. de engenho — Deferido, em 11-5-945.

ESTADO DE MATO GROSSO:

N.º 45.123/44 — J. Fernandes & Irmão — Cuiabá — Solicitam devolução das escrituras de Compra e Venda e Venda das referidas Usinas protocoladas sob ns. 3.019/43 e 2.335/43, respectivamente — Indeferido, em 5-4-45.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

N.º 2.801/43 — Américo Otoni de Carvalho— Carmo do Rio Claro — Transf. de engenho p/ Manoel P. de Carvalho — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.728/43 — Antônio Correia de Carvalho ou Antônio Carvalho — Conceição — Tranf. p/ Joaquim Isaías de Carvalho — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.003/43 — Antônio Lemos Ferreira — Carmo do Rio Claro — Inscr. de eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.367/43 — Antônio Marinho de Lima — Conceição — Montagem de eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.663/43 — Euclides de Sousa Moreira — Machado — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 741/43 — Francisco Soares dos Reis — Conceição — Montagem de eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.168/43 — Francisco Sales B. Brandão — Ouro Fino — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.257/43 — Francisco Teixeira Silva — Monte Belo — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 686/43 — Georgina de Siqueira Bossi — Conceição — Inscr. de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.032/43 — Geraldo Ferreira — Conceição— Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.696/43 — José Carlos Pinheiro — Espera Feliz — Inscr. de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.968/43 — Marcial de Magalhães Barbalho — Virginópolis — Deslacramento e transferência p/ Abílio Borges Perpétuo — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.076/43 — Eugênio Alves Ferreira — Guaranésia — Montagem de eng. de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 1.369/43 — Francisco Américo Dinis — Ouro Fino — Montagem de engenho de rapadura —Deferido, em 6-4-45

N.º 3.222/43 — Melquiades Pinto de Carvalho — Curvelo — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 1.346/43 — Adelino José de Bastos — Perdões — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.041/43 — Benedito Serra — Ouro Fino — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 691/43 — Cândido José Placides — Inhapim — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 1.316/43 — Francisco Ferreira — Cabo

Verde — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.700/45 — José Simão — Paranhos — Transf. de engenho rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.693/45 — Alice Maciel Coutinho — Miraí — Transf. de eng. rapadureiro — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.694/45 — Américo Silvério de Siqueira — Guaranésia — Transf. de engenho rapadureiro — Deferido, em 17-4-45.

N.º 7.720/45 — Benevides Luiz de Freitas — Paraguassu — Transf. de eng. p/ Humberto Moterani — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.697/45 — Joaquim Hilário da Silva — Botelhos — Transf. p/ Izidoro Suriano Inês — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.698/45 — José Alexandre de Faria — Monte Belo — Transf. p/ Antônio Lourenço — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.699/45 — José Pereira da Silva — Monte Belo — Tranf. p/ Atílio Podestá — Deferido, em 17-4-45.

N.º 7.722/45 — Maria da Conceição Araujo — Piranga — Transf. p/ Geraldino Magela de Araujo — Deferido, em 17-4-45.

N.º 7.726/45 — Vicente Duarte de Magalhães — Patos — Transf. para José Moreira de Magalhães — Deferido, em 17-4-45.

N.º 2.980/41 — Alfredo Francisco do Amaral — Minas Novas — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4 45.

N.º 2.308/41 — Alfredo Rabelo — Itamarandiba — Montagem de eng. rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.446/41 — Antônio Estulano Pinto — Monte Carmelo — Transf. p/ Manoel Cassiano de Oliveira — Deferido, em 5-4-45.

N.º 5.520/41 — Antônio Francisco Nazaré — Piumhi — Transf. para Antônio Gonçalves Moura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.507/41 — Alirio Novais de Assis — Carangola — Transf. do eng. de Antônio de Oliveira Barros. Anexo 5.933/40 — Deferido, em 5-4-45.

N.º 36.179/44 — José Belisário de Oliveira — Pirapetinga — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 4.209/41 — Ladislau Soares da Silva — Minas Novas — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.649/44 — Martinho Ferreira da Costa — Minas Novas — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 21.740/44 — Oscar Ferreira Pinto — Gunhães — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 4.686/41 — Ovídio Ferreira da Silva Lima — Além Paraíba — Transf. para Deodoro Afonso Franches — Deferido, em 5-4-45.

N.º 4.142/41 — Américo Ferreira de Oliveira — Minas Novas — Montagem de eng. rapadureiro — Deferido, em 6-4-45.

N.º 42.368/44 — Damião Martins de Paiva — Carangola — Inscr. de açúcar instantâneo ou rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 42.799/44 — Pedro Militão de Andrade — Gunhães — Modificação de inscr. de açúcar p/ rapadura — Deferido, em 10-4-45.

N.º 22.142/44 — Maria Adelindes de Brito — Três Pontas — Inobservância às tabelas de preço de açúcar — Aprovado — Encaminhe-se à Sec. Trib. de Seg. Nac.

N.º 3.054/44 — Antônio Rodrigues da Fonseca — Muriaé — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 3.947/41 — Altino Soares Duarte — Minas Novas — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.569/41 — Ezequiel Rois da Cunha — Guia Lopes — Transf. eng. rapadura p/ Jorcelino Alves da Silva — Deferido, em 12-4-45.

N.º 5.496/41 — Joaquim Justino de Magalhães — Alvinópolis — Transf. para José Pedro Cota — Deferido, em 12-4-45.

N.º 40.648/44 — Joaquim Rodrigues Gomes — Uberaba — Transf. de eng. p/ Alvaro Ferreira — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.440/41 — José Dias Duarte — Itabira — Montagem de eng. de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 3.053/41 — José Pinheiro da Silva — Minas Novas — Montagem de eng. de rapadura — Deferido. em 12-4-45.

N.º 2.655/44 — Marcos Gomes Barbosa — Montes Claros — Inscr. de engenho rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.496/41 — Martinho José Freitas — Pitanguí — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.748/42 — Afonso Justiniano de Resende — Três Pontas — Permissão p/ fabricar álcool em seu engenho de aguardente — Deferido, em 19-4-45.

N.º 6.775/40 — Alvaro Pereira de Carvalho — Leopoldina — Inscrição de eng. rapadureiro — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 45.289/44 — Anselmo Castejon — Monte Santo — Transf. de quotas de açúcar p/ Irmãos Resende — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 2.730/40 — Armando Gabriel Ribeiro — Monte Carmelo — Inscr. de eng. rapadureiro — Deferido, em 19-4-45.

N.º 35.779/44 — Astolfo Alves de Miranda — Areado — Inscr. de eng. de rapadura — Deferido, em 19-4-45.

N.º 3.448/41 — Gregório Gonçalves Filgueiras — S. João Nepomuceno — Desistência de transf. (Transf. já efetuada e aprovada p/ Sr. Pres.) — Indeferido, em 19-4-45.

N.º 2.425/41 — Francisco Antônio de Arruda Camara — Leopoldina — Restituição do excesso de pagamento de taxa — Deferido, em 19-4-45.

N.º 3.017/43 — Francisco Soares dos Reis — Conceição — Pede deslacramento de engenho de rapadura — Deferido, em 19-4-45.

N.º 1.495/41 — João Bento de Melo — Carmo do Rio Claro — Transf. do eng. de Antônio Bento de Melo — Deferido, em 19-4-45.

N.º 4.876/40 — Joaquim Barbosa Lima — Botelhos — Requer baixa de inscrição — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 49/38 — Joaquim Moreira da Silva — Sete Lagoas — Inscrição de engenho — Deferido, em 19-4-45.

N.º 49.260/44 — José Gomes Sampaio — Esvalha — Pede solução de processos — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 5.527/42 — Juvenil Pires da Luz — Pirapetinga — Inscr. de eng. de rapadura — Deferido, em 19-4-45.

N.º 241/43 — Manoel Carneiro de Resende — Araxá — Consulta sôbre taxa de açúcar — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 5.848/40 — Silvestre Francisco Barbosa — Mercês — Herds. — Baixa de inscrição — Deferido, em 19-4-45.

N.º 3.316/39 — Alvaro de Sá Barbosa — Carangola — Incorporação de quota à Usina Jatiboca — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 2.369/38 — Antônio Fernandes de Sousa —Mar de Espanha — Transf. p/ Francisco José Ferreira — Deferido, em 2-5-45.

N.º 6.656/40 — Avelino Gomes Queiroz — Juiz de Fora — Inscr. de engenho — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 47.734/44 — Efraim Ferreira de Magalhães — Gunhães — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 2-5-455.

N.º 857/43 — Felisberto Pereira do Lago — Areado — Montagem de eng. rapadureiro — Deferido, em 2-5-45.

N.º 780/43 — João Manoel de Vasconcelos — Espera Feliz — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.573/36 — José Mizael — Cassia — Baixa de engenho — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 6.444/45 — Manoel Antônio Pena — Muriaé — Deslacramento de moendas p/ montá-las em outro eng. também de s/ propriedade — Deferido, em 2-5-45.

N.º 48.524/44 — Manuel dos Reis Neto — Ubá — Modificação no maquinismo do eng. — Deferido, em 2-5-45.

N.º 47.773/44 — Maria Paula de Magalhães Gloria — Gunhães — Modificação de inscrição de açúcar p/ rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.977/39 — Marinho Alves Belo — Piumhi — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.070/43 — Miguel Jorge Safe — Conceição — Autorização p/ fabricar álcool — Deferido, em 2-5-45.

N.º 2.379/41 — Venerando Francisco Afonso — Formiga —Transf. do eng. de Josino Rodrigues de Oliveira — Deferido, em 2-5-45.

N.º 4.248/40 — Vicente de Paula Ferreira — Dom Silvério — Transferência do eng. de Antº. Norberto Ferreira — Deferido, em 2-5-45.

N.º 2.571/41 — Domingos Lopes Macedo — Minas Novas — Liberação de engenho — Deferido, em 11-5-45.

N.º 291/43 — Fernando Batista dos Santos — Areado — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 11-5-45.

N.º 42.362/44 — Francisco Moreira Lopes — Uberaba — Autorização para interromper a fabricação de açúcar na presente safra — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 1.029/43 — Ilídio Mendes de Magalhães — Manhuassú — Remoção de eng. p/ Mun. de Ipanema — Deferido, em 11-5-45.

N.º 3.533/38 — João Alves Vieira — Monte Carmelo — Transf. do eng. de José Vaz Vieira — Deferido, em 11-5-45.

N.º 4.346/43 — João Batista Firmiano — Nova Rezende — Baixa de inscrição — Deferido, em 11-5-45.

N.º 3.595/41 — João Dornelas Roldão — Monte Carmelo — Transf. do eng. de Alceu Luiz de Moura — Deferido, em 11-5-45.

N.º 4.861/40 — João Gonçalves Pereira e José Fernandes Gonçalves Botelho — Modif. de firma p/ Emerenciana Maria de Jesus — Deferido, em 11-5-45.

N.º 5.940/40 — João Luciano Pinto — Monte Carmelo — Transf. do eng. para Gamaliel Pinto — Deferido, em 11-5-45.

N.º 3.038/42 — Joaquim da Costa Passos — Gunhães — Transf. e modificação de inscrição de açúcar para rap. Osvaldo de Carvalho Lage — Deferido, em 11-5-45.

N.º 714/43 — Ponciana Barbosa Machado — Passos — Inscrição de eng. de açúcar e aguardente — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 6.121/41 — Preciosa Margarida de Jesus — Mar de Espanha — Transf. p/ Miguel Teixeira da Silva — Deferido, em 11-5-45.

Nº. 45.178/44 — Manoel Joaquim Magalhães Gomes — Guaxupé — Transf. de engenho Turbinador — Deferido, em 12-5-45.

N.º 6.653/35 — Joaquim Zeferino Pinto — Itabira — Instalação de engenho — Deferido, em 5-4-45.

N.º 123/38 — Américo Possato — Uberaba — Transf. de engenho — Arquive-se, em 5-4-45.

N.º 232/38 — Antonio Martins Ferreira — Frutal — Inscrição de eng. rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 921/38 — Martiniano Fernandes Souto — Formiga — Inscrição de engenho — Deferido, em 5-4-45.

N.º 2.073/38 — José Pinto de Godói — Piranga — Inscrição de engenho — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.208/38 — Adão Brinati — Carangola — Isencão de taxa de açúcar — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.397/39 — Romualdo José de Miranda — Raul Soares — Transf. eng. p/ José Raimundo Nogueira de Sousa — Não poderá montar turbina, sem prévia aut. Institut.

N.º 3.826/39 — Messias Elias da Rocha — Tarumirim — Inscr. eng. de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 4.791/39 — Xenofonte Dutra de Carvalho — Raul Soares — Transf. de eng. de açúcar p/ José Raimundo Nogueira de Sousa — Deferido, c/ incorporação quotas, p/ açúcar bruto.

N.º 639/40 — Alfredo Martins de Melo — Taromirim — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.038/40 — Alexandrino da Costa Pereira — Oliveira — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 12-4-45.

N.º 3.045/40 — Amaro Rodrigues de Andrade — Itabira — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.794/40 — Augusto Candido Vieira — Sabinópolis — Inscrição engenho rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.797/40 — José da Costa e Silva — Sabinópolis — Inscrição de engenho rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 4.319/40 — Agostinho Rodrigues Marques — Ubá — Transf. de eng. de Joaquim Lopes Tomé — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.877/40 — Ananias José Pinto e Irmãos — Botelhos — Requer baixa de inscrição — Deferido, em 6-4-45.

N.º 6.119/40 — Francisca Vieira Maciel — Muricí — Transf. eng. de Maria Lins Peixoto — Arquive-se. em 5-4-45.

N.º 6.305/40 — Djalma Matos Barros — Rio Branco — Transf. eng. de Augusto Pereira Ferraz — Deferido, em 12-4-45.

N.º 6.356/40 — Alvino Alves Pereira — Brasilia — Montagem de eng. rapadureiro — Deferido, em 5-4-45.

N.º 6. 984/40 — Alfredo José de Figueiredo — Montes Claros — Montagem de eng. rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 2.095/41 — Dimas Henriques de Freitas — Paraopeba — Transf. eng. de Adônis de Assis Guimarães — Deferido, em 17-4-45.

N.º 367/42 — Martiniano Batista Pereira — Passos — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 445/42 — Américo Alves de Oliveira — Diamantina — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.875/42 — José Pena de Miranda — Guanhães — Modificação de incr. açúcar p/ rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.878/42 — José Pereira da Silveira — Guanhães — Modificação de inscr. açúcar p/ rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 3.022/42 — José Pedro da Silva — Guanhães — Modificação de inscr. açúcar p/ rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 240/43 — Albino de Oliveira Ruela — Alfenas — Transf. de eng. p/ Dionisio de Oliveira Ruela — Deferido, em 5-4-45.

N.º 261/43 — Adelino Dias Vieira — Dôres do Indaiá — Transf. eng. p/ Miguel Guimarães — Arquive-se, em 12-4-45.

ESTADO PARÁ:

N.º 2.984/41 — Jacob Gabbay — Breves — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Arquive-se, em 5-4-45.

ESTADO DA PARAÍBA:

N.º 32.713/44 — Manoel Jácome Bezerra Cavalcante — Guarabira — Tranf. do eng. para Armando Xavier da Cunha e mudança de nome de "Espinho" para "Livramento" — Deferido, em 5-4-45.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

N.º 6.991/45 — Emerenciano Maranhão de Andrade — Vicência — Transf. eng. p/ Rui Ramos de Andrade Lima — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.995/45 — Maria Borba — Macaparana — Transf. de eng. p/ Urbano de Andrade Borba — Deferido, em 17-4-45.

N.º 6.997/45 — Antonio José dos Santos — Bezerros — Transf. de eng. rapadura p/ Izídio Ferreira Leite — Deferido, em 17-4-45.

N.º 3.668/43 — Aristides Carneiro — Recife — Consulta sôbre matéria regulada p/ Estatuto da Lavoura Canavieira — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 4.250/41 — Manoel Francisco Bezerra — Nazaré — Permissão p/ vender a maquinaria de seu engenho — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 12.960/45 — José Francisco de Morais Vasconcelos — Pau D'Alho — Solicita informação s/ pagamento do imposto do açúcar do engenho "Pindoba" do qual foi proprietário — Arquive-se, em 11-5-45.

ESTADO DO PIAUÍ:

N.º 1.528/43 — Eudoxio Lima Verde — Valença — Montagem de eng. de rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 2.328/43 — Flávio Barbosa de Moura — Oeiras — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 2.158/43 — João Gonçalves de Assis — Oeiras — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 3.881/41 — Maurício de Barros e Silva — Valença — Cancelamento de inscrição — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 5.835/40 — Epifânio Rodrigues Oliveira — S. João do Piauí — Montagem de eng. rapadureiro — Deferido, em 11-5-45.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

N.º 4.938/40 — Virgílio de Oliveira Lins — Natal — Recolhimento na Col. de Natal da taxa de Cr$ 1,50 p/ saco — Arquive-se, em 11-5-45.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

N.º 4.856/40 — Oto Esswein — Montenegro — Inscrição engenho aguardente — Arquive-se, em 5-4-45.

N.º 5.560/40 — Eduardo da Cruz — Montenegro — Inscric. de eng. de aguardente — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 4.096/40 — Silva & Freitag — Montenegro — Inscrição de fábrica de aguardente — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 33.726/44 — José Perondi — Guaporé — Inscr. de engenho de aguardente — Arquive-se, em 11-5-45.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

N.º 3.012/43 — José Olivares Urbano — Sta. Maria Madalena — Transf. eng. p/ Claver Portugal Cipriano — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.101/43 — Jovelino Rodrigues França — Itaperuna — Transf. eng. açúcar p/ Sebastião Rodrigues França — Deferido, em 12-4-45.

N.º 10.752/44 — Honório Neto da Silva — Itaperuna — Inscrição de eng. rapadureiro — Deferido, em 6-4-45.

N.º 3.411/43 — Antônio Alves de Oliveira — Itaperuna — Comunica que nunca fez requerimento ao I. A. A. nem autorizou ninguém a fazê-lo e pedindo modificação de registro do seu engenho — Indeferido, em 2-5-45.

ESTADO DE SANTA CATARINA:

N.º 765/43 — Francisco Miguel da Rosa — Concórdia — Baixa de insc. de eng. de açúcar — Deferido, em 12-4-45.

N.º 701/44 — Moisés Manuel Luciano — Tubarão — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Arquive-se, em 11-5-45.

ESTADO DE SÃO PAULO:

N.º 27.805/44 — Benedito Gonçalves dos Santos — Salesópolis — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 5-4-45.

N.º 25.645/44 — Ferúcio Botura — Mineiros — Inscrição de fábrica de aguardente — Deferido, em 5-4-45.

N.º 1.225/44 — Albano Franco Pereira — Bragança — Transf. de eng. p/ Júlio Pugiolli — Deferido, em 5-4-45.

N.º 10.284/44 — Luiz Quirino do Prado & Irmão — Dois Córregos — Inscrição de eng. de açúcar — Arquive-se, em 6-4-45.

N.º 14.906/44 — Francisco Fernandes — Araraquara — Reclamação de fornecedor de cana contra a Us. Tamôio — Aprovado, em 24-4-45. Encaminhe-se os autos ao D. N. T. por escapar o assunto à competência do I. A. A.

N.º 8.395/35 — Cristiano Osório de Oliveira — Pirassununga — Inscrição de eng. de açúcar — Deferido, em 5-4-45.

N.º 6.485/40 — João Monteiro de Araujo — Penápolis — Transf. eng. p/ Joaquim Nunes Monteiro — Deferido. em 6-4-45.

N.º 1.347/43 — Irmãos Quagliato Sucs. — Capivarí — Insc. eng. de açúcar e aguardente — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.586/43 — Domingos Perna — Descalvado — Insc. eng. de açúcar e rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 2.747/43 — Jerônimo Alves da Costa — Franca — Insc. eng. de açúcar — Arquive-se, em 6-4-45.

N.º 3.462/43 — João Ramos de Camargo — Santa Isabel — Insc. eng. de açúcar — Arquive-se, em 6-4-45.

N.º 4.005/43 — João Candido de Abreu — Jacareí — Inscrição eng. rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.081/43 — Bento Alves de Araujo — Jacareí — Inscrição eng. de rapadura — Deferido, em 12-4-45.

N.º 4.342/43 — Benedito Antonio de Morais — Jacareí — Inscrição eng. rapadura — Deferido, em 6-4-45.

N.º 2.696/45 — Francisco Gabriel Torres — Monte Aprazivel — Insc. eng. rapadura e transf. p/ Valentim Alves de Paula — Deferido, em 12-4-45.

N.º 2.702/45 — Domingos e Eugênio Quilici — Mococa — Inscrição de engenho aguardente — Deferido, em 6-4-45.

N.º 3.917/45 — Constantino de Mateus & Cia. — São Paulo — Inobservância às tabelas de preços de açúcar — Arquive-se, em 17-4-45.

N.º 2.880/38 — Ferdinando Silvestre — Salto Grande — Transf. e remoção de eng. para Olímpio Felix de Araújo Cintra em Porto Ferreira — Deferido, em 19-4-45.

N.º 2.703/43 — João Galvão de França Rangel — Guaratinguetá — Inscr. de eng. de açúcar — Arquive-se, em 19-4-45.

N.º 2.556/43 — João Leme do Prado — Salesópolis — Inscrição de fábrica de rapadura — Deferido, em 19-4-45.

N.º 46.509/44 — Maria de Lourdes Pierre Paupério — Capital — Solicita inteiro teôr das declarações prestadas p/ Dr. Cassio de Paiva e outros, bem como as suas próprias — Deferido, em 19-4-45.

N.º 38.524/44 — Camilo Tanure & Cia. — Boa Esperança — Inscr. de eng. de aguardente — Arquive-se. em 2-5-45.

N.º 2.478/43 — Francisco Custódio da Silva — S. João da Boa Vista — Inscr. de engenho — Deferido, em 2-5-45.

N.º 4.481/43 — Irmãos Rosin — Pirassununga — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 2.710/36 — Jesuino Afonso Ferreira — Piracaia — Inscr. de fábrica de aguardente — Arquive-se, em 2-5-45.

N.º 23.777/44 — Joaquim Berto — Piracicaba — Substituição de maquinaria — Deferido, em 2-5-45.

N.º 1.577/42 — José Marcelino dos Santos — Redenção — Inscrição de eng. de rapadura — Deferido, em 2-5-45.

N.º 488/44 — José Sicard — Monte Aprazível — Montagem de eng. de álcool aguardente e rapadura — Deferido, em 2-5-45

N.º 1.022/43 — Alfredo Luiz do Prado (suc. de João Horta do Prado — Descalvado — Solicita autorização p/ montar 1 alambique e 1 turbina e comprar 1 engenho p/ substituir o atual — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 873/43 — Eduardo Gomes de Sousa — Ribeirão Preto — Inscr. de engenho rapadureiro — Deferido, em 11-5-45.

N.º 247/35 — Ettore Soave — Piracicaba — Permissão para assentar uma moenda e respectivo registro — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 4.506/43 — Francisco Ferreira de Almeida — Pirassununga — Inscrição de eng. de açúcar e rapadura — Deferido, em 11-5-45.

N.º 7.471/44 — Isabel Lerro Ortemblad, Rodolfo e Alberto Ortemblad — Tabapuã — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 11-5-45.

N.º 2.712/43 — José Alves Taveira — Patrocínio do Sapucaí — Inscrição de eng. de açúcar — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 2.744/43 — Oscar Cardoso Vieira Braga — Queluz — Inscr. de engenho de açúcar — Arquive-se, em 11-5-45.

N.º 39.988/44 — Silvio Antônio Chiquito — Tieté — Isenção de taxa — Safra 1944 — Deferido, em 11-5-45.

DECISÕES ADMINISTRATIVAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Dia 30 de maio de 1945

PORTARIAS

N.º 76 — EC. 93.507-45 — O Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda resolve elogiar os senhores: Astério Dardeau Vieira — Diretor da Divisão de Estudos do Pessoal, do Departamento Administrativo do Serviço Público, Carlos Edmundo Amálio da Silva Filho — Secretário do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, Armando Madeira Basto, Encarregado de Serviço do Departamento Nacional do Café, Joaquim de Melo, Chefe da Seção do Pessoal do Instituto do Açúcar e do Álcool, João Lira Filho — Diretor da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro e Antônio João da Silva, Oficial administrativo, classe 18, do Quadro Suplementar, dêste Ministério, que constituíram a Comissão de Reorganização dos Quadros de Pessoal das Autarquias Vinculadas a esta Secretaria de Estado, o primeiro como seu presidente e os demais na qualidade de membros, agradecendo-lhes os serviços que prestaram com dedicação, zêlo e inteligência. — **A. de Sousa Costa.**

(D. O., Rio, 6-6-1945).

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

31 de maio de 1931

Ao Sr. Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro :

N.º 1.744 — SC. 39.086-45 — Comunica que, nesta data, o Sr. Ministro expediu a circular telegráfica n.º 364, do seguinte teor :

"Tendo em vista solicitou Comissão Marinha Mercante declaro inspetores alfândegas e administradores mesas rendas alfandegadas fica revogada permissão embarque açúcar em navios estrangeiros com destino portos nacionais de vez vapores brasileiros dispõem praça necessária para ditos transportes".

(D. O., Rio., 7-6-45.

FAZENDEIROS, USINEIROS!

COMPREM diretamente da produtora
ÁCIDO SULFÚRICO
ÁCIDO CLORÍDRICO
e
ÓLEO DE RÍCINO
OFEREÇAM diretamente à consumidora
A SUA PRODUÇÃO
DE OLEO FUSEL

Dirijam-se à

CIA. QUIMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329
S. PAULO

AGENCIAS :
S. Paulo — Rua Benjamim Constant, 55
Rio — Rua Buenos Aires, 100-100 A
Recife — Rua da Assembléia, 1
Pôrto Alegre - Rua Chaves Barcelos, 167

ESTADO DE SERGIPE:

N.º 581/42 — Francisco Alves de Andrade — Boquim — Baixa de insc. de eng. de açúcar — Deferido, em 5-4-45.

N.º 42.769/44 — Francisro Pedro Bastos Freire — Campo do Brito — Comunica que vai funcionar seu eng. de aguardente na presente safra — Arquive-se, em 5-4-45.

AS CLASSES E O CONGRESSO DE TERESÓPOLIS

Barbosa Lima Sobrinho

Mesmo que se não aceite integralmente a tese do materialismo histórico, não há como obscurecer a influência das lutas de classes nos acontecimentos políticos ou sociais. Se houvesse necessidade de encontrar um exemplo, que valesse de apoio ou de prova para semelhante influência, bastaria estudar as correntes que se formaram na Conferência de Teresópolis, há poucos dias encerrada. Nenhum assunto apaixonou mais vivamente a assembléia de Teresópolis que a questão das autarquias econômicas. Apesar de todos os elementos que a cidade serrana oferecia, com a suavidade de seu clima e a beleza fascinante de suas paisagens floridas, para a formação de um ambiente de cordialidade e de compreensão, os debates se tornaram agitados e violentos. Não obstante formada de homens sisudos, a assembléia não chegou a desdenhar algumas vêzes o recurso da vaia, ou coisa parecida, quando os oradores sustentavam teses diferentes das que vinham sendo expostas pelos exercitados batalhões anti-intervencionistas.

O curioso, entretanto, é o registro de que os elementos representativos das classes intermediárias tomaram posição, apaixonadamente, contra as autarquias econômicas que só encontraram, naquela numerosa assembléia, para a defesa de sua atuação ou de sua existência, as vozes não coordenadas de alguns escassos representantes da produção. De um modo geral, o comércio era contra as autarquias. Mas o produtor de mate no Rio Grande do Sul, o madeireiro do Paraná, o lavrador de cana de Campos, alguns delegados dos Estados do Norte, tomaram partido a favor das autarquias. Em suma, o comerciante queria acabar com as autarquias, mas o produtor achava que elas estavam sendo úteis aos seus interêsses. O mais era uma questão de diferença de volume nas vozes que se manifestavam. O comércio sempre se articulou melhor que os produtores, graças à concentração de suas fôrças nas grandes cidades, enquanto que os produtores se dispersam em áreas enormes, sem que tenham facilidade de se reunirem e muito menos de se coligarem. Por isso, no Brasil, o comércio sempre foi muito forte e sempre teve grande influência. A produção agrícola, porém, quando encontra defensores, pode-se dizer que é um ou outro idealista falando sòzinho. Se dependesse de movimentos ou de manifestações da opinião pública, nenhuma autarquia econômica teria sido criada, como não seria possível a adoção de nenhum regime que favorecesse a produção agrícola com prejuízo dos intermediários.

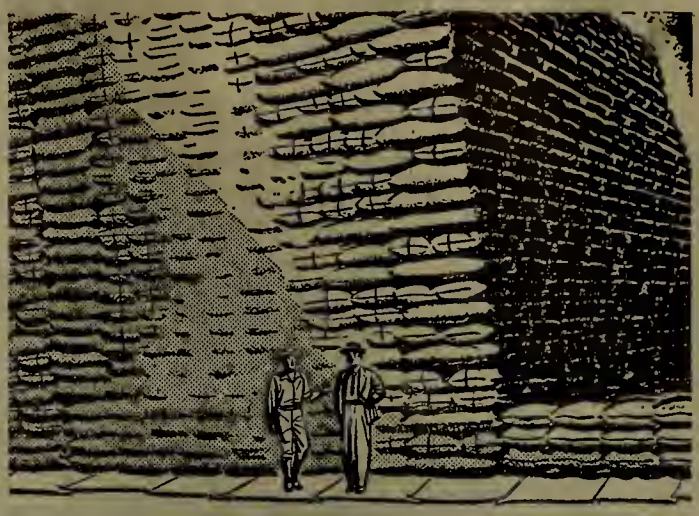
Basta ver a fôrça e o prestígio, em tôdas as capitais, para não dizer em tôdas as cidades importantes, das respectivas associações comerciais. O que é que existe por aí afora, como associação dos homens que lavram a terra? Compare-se a situação da Associação Comercial desta Capital, com os seus salões luxuosos e a sua admirável organização, com a Sociedade de Agricultura, órgão máximo da lavoura brasileira. E não se diga que não sejam também abnegados e trabalhadores os líderes da classe agrícola. O que acontece, porém, é que é difícil coordenar, ou reunir os homens do campo; enquanto que os comerciantes, vivendo nas cidades, ou tendo nas capitais os seus maiores interêsses e as suas fôrças dominantes, não precisam senão de algumas horas, para êsses entendimentos e para o acêrto das medidas que defendem o interêsse da classe.

A ofensiva que o intermediário faz contra as autarquias econômicas é por isso mesmo poderosa. Mas quem quiser raciocinar, talvez conclua também que, se o produtor está satisfeito e o intermediário não está, é que as autarquias conseguiram defender os interêsses até hoje nunca defendidos da produção rural.

No comércio do açúcar, por exemplo, havia poderosas firmas comerciais e influentes especuladores que ditavam os preços no mercado dêsse produto. As altas que surgissem encontravam a mercadoria vendida. Os bancos não faziam o financiamento direto ao produtor. Preferiam o comissário, que oferecia a garantia de dois patrimônios, o próprio e

o do produtor, embora não arriscasse comumente senão o valor do patrimônio do produtor. Atualmente, desapareceu, em todos os centros canavieiros, o comissário do açúcar. O financiomento é feito diretamente ao produtor e em condições excelentes, graças à estabilidade dos preços. Quem vende o açúcar é a cooperativa dos produtores e não a firma comissária. Em suma, desapareceu o intermediário inútil. Continuam a agir e a trabalhar os intermediários necessários, mas sem possibilidades de especulação, pois que foram também fixadas as margens de distribuição e de venda a varejo. De um modo geral, a influência mais sensível de tôdas as autarquias econômicas foi exatamente essa: restringir, em benefício da produção, os lucros e possibilidades do intermediário, embora sem desconhecer e sem desprezar a colaboração do intermediário útil.

As amarguras resultantes dessa orientação explodiram no Congresso de Teresópolis, criando o conflito das duas classes e permitindo a uma terceira classe, a dos industriais, a intervenção conciliadora, de que se fizeram líderes, com sua habilidade habitual, os industriais Srs. Roberto Simonsen e João Daudt de Oliveira. A proposta que encaminharam foi, sem dúvida, interessante e conveniente. Só merece louvores a idéia de um inquérito honesto e completo, a respeito da ação das autarquias econômicas. Se as autarquias econômicas estão sendo úteis à produção e se não esqueceram também a preservação do interêsse do consumidor, não há de ser a ofensiva do intermediário bastante expressiva, ou poderosa, para se tornar vitoriosa. Mas, se elas não atenderam aos objetivos enumerados, não há razão para que subsistam. Em suma, considero suspeito o voto das classes intermediárias e não sei mesmo se não será êle uma demonstração da utilidade das autarquias econômicas. Mas o voto do produtor deverá ser decisivo. Porque o Brasil o que precisa fazer cada dia, mais e mais, é defender o homem do campo, é preservar as atividades rurais, garantindo-lhes condições de sobrevivência e de prosperidade. Para isso nasceram as autarquias econômicas e só devem existir enquanto souberem cumprir essas obrigações essenciais.



Proteja sua Produção Contra a Umidade com SISALKRAFT

Usando SISALKRAFT V.S. elimina a necessidade dos calços—evita a rotura dos sacos—consegue uma proteção absoluta contra a umidade.

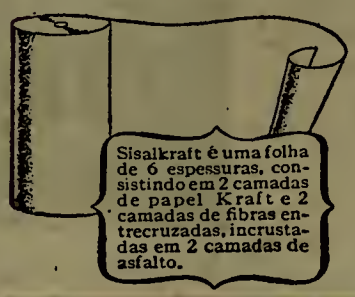
Facil de Usar — Facil de Aplicar! Basta estender o Sisalkraft no pavimento de seu armazem e amontoar sobre ele os sacos, à altura desejada. Não é preciso usar calços! Sendo à prova de água, Sisalkraft elimina os perigos da umidade superficial, de uma vez para sempre.

E ao eleger SISALKRAFT disfrutará de outra vantagem . . . não há praticamente conhecimento da rotura de sacos, quando protegidos da umidade!

Economize em Mão de Obra e Materiais Passe em revista os fatos supra. Os saços podem ser amontoados a qualquer altura! Não é preciso usar calços! Não há estragação de sacos! A facilidade de manipulação e instalação reduz as despesas de mão de obra.

V.S. verificará que o SISALKRAFT lhe poupa dinheiro em quase todo aspeto da armazenagem. Seu custo inicial é baixo; pode ser usado repetidas vezes. Pode ser comprado por menos do que se pagaria somente pelos calços. Oferece muitos outros usos econômicos, tais como o de proteger motores, paineis elétricos, maquinaria, etc.—especialmente durante as épocas inativas.

Peça-nos hoje informações completas.



Sisalkraft tomou o seu lugar no esforço de guerra das Nações Unidas, e talvez não seja obtido em toda ocasião. Isto se deve às dificuldades de transporte, etc.; mas estamos fazendo os maiores esforços para manter seu país devidamente abastecido.

THE SISALKRAFT CO.
205 WEST WACKER DRIVE · CHICAGO, E.U.A.
LONDRES, INGLATERRA SYDNEY, AUSTRALIA

DISTRIBUIDORES: CASA HILPERT S.A.
Av. Rio Branco, 26 - 15.º andar — Rio de Janeiro

PRIMEIRA USINA COOPERATIVA DO BRASIL

Resultou vitoriosa a iniciativa dos banguezeiros de S. Miguel dos Campos, no Estado de Alagoas, os quais reunidos em cooperativa delibèraram incorporar as quotas atribuídas aos seus antigos engenhos para, dessa forma, constituir a primeira usina cooperativa do Brasil.

Usina Caeté

A Usina Caeté, como se denomina o novo estabelecimento açucareiro, assinala um acontecimento dos mais auspiciosos na economia canavieira. Não só pela excelente demonstração de espírito associativo de que deram prova os banguezeiros alagoanos, como sobretudo pelas perspectivas que se abrem à solução do problema do banguê no nordeste.

Animados de uma compreensão perfeita dos imperativos progressistas da hora presente, trataram os cooperados nessa primeira usina cooperativa de centralizar e aperfeiçoar a sua indústria rotineira, de sorte a colocá-la em condições técnicas capazes de enfrentar vantajosamente os embates da concorrência.

O Instituto do Açúcar e do Álcool, dentro do seu programa de amparo aos pequenos e médios produtores, financiou a instalação da Usina Caeté, cujo edifício, como se vê das ilustrações que agora inserimos, está concluído, restando finalizar a montagem da maquinaria, que já vai bem adiantada.

Os antigos banguezeiros mostram-se muito animados com a sua evolução, uma vez que dentro dos quadros cooperativos poderão melhor preservar as suas pequenas e médias propriedades. Não fôra a concentração de esforços, muitos dêles teriam que ceder as suas propriedades,. o que importaria, pràticamente, nò fortalecimento das condições propícias ao desenvolvimento de latifúndios, tão maléficos para a economia regional.

Outro aspecto da usina Caeté vendo-se a casa de máquinas e esteira

S. A. LES USINES DE MELLE

ALCOOL ANIDRO

Processo de recuperação das leveduras

Fabricação direta do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas — Litros
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cacau	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumati	22.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luísa	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assu	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTIVEL

FERMENTAÇÃO

MELLE—BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas — Litros
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cacau	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lídia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraíso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumati	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luísa	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assu	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Bahia	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000

NOTAVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ALCOOL FABRICADO
na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel 23-368

AMPLIAÇÃO DO PARQUE AÇUCAREIRO DO BRASIL

A Seção de Estudos Econômicos do I. A. A. apresentou, em janeiro do corrente ano, ao Presidente desta autarquia a seguinte exposição:

NOVAS QUOTAS DE PRODUÇÃO

"Sob as notórias condições econômicas, de ordem interna e internacional, que caracterizam a atividade açucareira do Brasil, o problema do desenvolvimento da produção, de apurar-se a necessidade dêsse desenvolvimento, e de dosá-lo convenientemente, é para ser examinado tendo em vista, principalmente, os seguintes fatôres: o consumo nacional, a exportação para o exterior, os volumes da produção, o limite das usinas e a capacidade de produção.

1. — **Percentagem do crescimento anual do consumo**. O consumo de açúcar no Brasil tem crescido em ritmo seguro. Êsse desenvolvimento do mercado consumidor verifica-se notadamente quanto aos tipos de usina, exatamente aquêles sôbre os quais os nossos elementos estatísticos são mais fidedignos. Quanto aos tipos de engenho, não apenas o exame do consumo, mas o da própria produção ressentem-se da falta de dados seguros. E' bom notar, entretanto, que os elementos que possuímos assinalam o estacionamento ou lento declínio tanto da curva de produção como da do consumo dos chamados tipos baixos. Paulatinamente, continua o processo econômico da substituição dos antigos engenhos por fábricas mais aperfeiçoadas.

Para o estudo do consumo do açúcar de usina, em seu desenvolvimento, parece-nos aconselhável tomar, inicialmente, uma série longa. No quadro n. 1, temos os elementos que exprimem êsse consumo, por ano civil, no período de 19 anos, decorrido de 1926 a 1944.

QUADRO N.º 1

CONSUMO DE AÇÚCAR DE USINAS

ANOS	SACOS	Diferença de ano para ano	
		SACOS	%
1926	5.078.471	—	—
1927	5.810.939	+ 732.468	+ 14,4
1928	6.562.832	+ 751.893	+ 12,9
1929	7.797.860	+ 1.235.028	+ 18,8
1930	9.638.468	+ 1.840.608	+ 23,6
1931	8.100.704	— 1.537.764	— 15,9
1932	8.490.863	+ 390.159	+ 4,8
1933	8.324.334	— 166.529	— 1,9
1934	8.653.870	+ 329.536	+ 3,9
1935	10.173.996	+ 1.520.126	+ 17,5
1936	10.073.572	— 100.424	— 0,9
1937	10.074.906	+ 1.334	—
1938	10.989.324	— 914.418	+ 9,0
1939	11.847.875	+ 858.551	+ 7,8
1940	12.660.358	+ 812.483	+ 6,8
1941	13.195.377	+ 535.019	+ 4,2
1942	13.470.655	+ 275.278	+ 2,0
1943	14.182.090	+ 711.435	+ 5,2
1944	14.038.980 (est.)	— 143.110	— 1,0

Calculado, em cada ano, o respectivo aumento ou decréscimo percentual, apuramos uma taxa média de crescimento de 6,2%. Aplicada essa taxa média sôbre o consumo de cada ano imediatamente anterior, a partir de 1944, teríamos, para os próximos períodos anuais, como estimativa de consumo, 14,9 milhões em 1945, 15,95 milhões em 1946, 16,92 milhões em 1947, etc.

Vê-se, porém, do quadro, que a taxa média de aumento deriva de oscilações percentuais bastante acentuadas. E de tal modo que se torna precária uma estimativa de aumento de consumo à base da proporção expressa nessa taxa.

A tendência geral da série das percentagens é no sentido decrescente. Todavia, isso não indica qualquer diminuição das diferenças absolutas, verificadas de ano para ano, o que pode ser fàcilmente observado nos números representativos dessas diferenças. O decrescimento dos números percentuais decorre, òbviamente, do fato de aumentar o volume absoluto do consumo, sem que as diferenças anuais indicadoras dos aumentos estejam em progressão crescente. Nos primeiros anos, temos altas percentagens sôbre pequenos volumes. Nos últimos anos, temos percentagens baixas sôbre volumes maiores.

Em suma, a série indica, de modo geral, que o volume de crescimento do consumo se exprimirá

melhor por um determinado número fixo de unidades por ano do que por uma percentagem sôbre o açúcar dado a consumo no ano anterior.

2. — **Previsões de Leonardo Truda.** E qual será êsse número? O ilustre brasileiro Leonardo Truda, um dos nossos economistas que primeiro examinaram os problemas açucareiros em sua nova fase de economia organizada, apesar de cauteloso em suas asserções, mostrava-se otimista quanto ao aumento nacional do consumo. Dizia êle em outubro de 1935:

> "Recorramos, ainda uma vez, à documentação que as estatísticas oferecem. Há dez anos, dizem elas, na safra de 1925-26 a produção de açúcar das usinas existentes no país era de 5.252.071 sacos. Em 1934-35, essa produção subiu a 11.130.378 sacos. E' bem verdade que, nesta cifra, se computa um excesso, o qual se tornou necessário eliminar. Consideremo-lo de um milhão de sacos; elevemo-lo mesmo a um milhão e meio. Restarão mais de nove milhões e meio de sacos absorvidos pelo consumo nacional que, todos sabemos, oscila, em verdade, em tôrno dessa cifra. Temos, assim, que, em 1935, o Brasil consome uma quantidade de açúcar igual, quase, ao dôbro da totalidade da produção de 1925-26. Imaginemos que a lei da limitação houvesse sido estabelecida nessa época, poupando à indústria açucareira o doloroso desastre de 1929-30. Sem nenhuma violação dela, os limites estabelecidos estariam, hoje, elevados ao dôbro.
>
> Mas nêsse decênio, a crise formidável que desabou sôbre o mundo, a partir de 1928, a maior da história, no consenso unânime de economistas e sociólogos, crise a cujo império não podíamos escapar e cujas causas, de ordem universal, agravaram, para o Brasil, de muito, as conseqüências das nossas dificuldades internas, determinou situação de subconsumo ou, pelo menos, impediu expansão maior do consumo. Havemos, porém, de sair dessa situação; já de algum tempo a esta parte começa-se a divisar a claridade que está a indicar a saída do túnel escuro que vimos atravessando. Não há exagêro, pois, em admitir que no decênio próximo o aumento de consumo interno se processe na mesma proporção verificada no decênio decorrido. Teremos, então, de admitir como cifra razoável, em 1945, não menos de vinte milhões de sacos, o dôbro quase da produção da última safra". (Leonardo Truda — "A Defesa da Produção Açucareira", págs. 135 e 136).

Não permitiu a morte que Leonardo Truda verificasse se os fatos confirmariam a sua previsão. Em realidade, o consumo não duplicou no decênio, tendo aumentado, apenas, de cêrca de cinqüenta por cento. Se duplicado, estaríamos hoje com um volume de 19 a 20 milhões de sacos de açúcar de usina consumidos por ano, quando a estatística indica, pela análise das últimas safras, poder-se estimar em 14,5 a 15 milhões o consumo de 1945.

O fato de não ter faltado à previsão o apoio de um raciocínio seguro, baseado no decênio precedente e em dados demográficos, e de partir de tão sagaz e penetrante inteligência, êste fato está como advertindo os estudiosos da precariedade da preciência em assuntos econômicos e, particularmente, açucareiros.

Não nos afastemos, porém, da pergunta: qual o número que deve ser tomado para exprimir o aumento anual do consumo? Na série de 19 anos, as 18 diferenças anuais dão uma média de 497.806 sacos, digamos 500 mil. Com êsse aumento anual, teríamos de esperar ainda 10 a 12 anos, ou seja até 1955 a 1957, para que o consumo atingisse o volume que o autor de "A Defesa da Produção Açucareira" previu para 1945.

3. — **Exame da série do consumo.** — Para que se verifique se o aumento anual de meio milhão de sacos encontra apoio, procedamos a ligeiros cálculos nos elementos constantes do quadro n.º 1.

Consideremos a série das 18 diferenças anuais dividida em duas partes de 9 anos cada uma. Teremos:

Média de aumento do período 1926/1935	566.169
Média de aumento do período 1936/1944	495.676

A média de aumento do último novênio é, assim, inferior à do penúltimo em 70.493 sacos, circunstância que poderá parecer surpreendente aos que supuserem que o aumento de consumo se exprime em progressão geométrica. Por essa diferença, é responsável principalmente a diminuição de consumo havida em 1936 (100 mil sacos) e o estacionamento, em 1937, do volume consumido, superior ao do ano precedente apenas em 1.334 sacos.

No período 1938-1943 (seis anos), o crescimento do consumo é constante e a média de aumento passa a exprimir-se por 638.553 sacos. Êsse período de ascenção não deve, entretanto, levar a conclusões otimistas. Basta um ano de declínio ou mesmo de estacionamento do consumo para fazer baixar sensìvelmente a média. E' o que se verifica em 1944 quando as cifras de onze meses permitem estimar o consumo anual em..... 14.039.000 sacos: 143.000 a menos que em 1943, e no sexênio 1939-1944, temos uma média de crescimento igual a 508 mil sacos.

De tôdas essas constatações, o que se pode concluir é que o aumento do consumo se verificou em um volume aproximado de 500 mil sacos por ano. Considerando que, pela diminuição ocorrida em 1944, podem ser imputadas as dificuldades de distribuição trazidas pela guerra, não seria exagerado tomar a cifra de 600 mil sacos.

4. — **Elementos demográficos e padrão de vida.** — Dados de natureza demográfica poderão contribuir, também, para melhor entendimentos do problema. Entre os fatôres determinantes do au-

mento do consumo, no caso brasileiro, dois deverão ter papel mais relevante: o aumento da população e o de seu poder aquisitivo. O Professor Mortara calcula em 900.000 o número de habitantes que, anualmente, são acrescidos à população brasileira. Nesse caso, tomando o índice "per capita" de 26,3 (média dos últimos 7 anos, V. quadro n.º 2) temos que o aumento de consumo decorrente do de população se exprimirá por 23.670.000 kg ou..... 394.500 sacos.

Aliada a considerações anteriormente expostas, essa cifra de quase 400.000 sacos está a indicar que o fator demográfico é a determinante principal do aumento de consumo. Considerando estacionário o consumo dos tipos de engenho, os 600 mil sacos de aumento anual, se decomporiam, segundo suas causas determinantes, nas duas seguintes parcelas:

1.ª) devida ao crescimento da população ..... 400.000 scs.

2.ª) devida à melhoria das condições de vida e a outros fatôres ..... 200.000 scs.

600.000 scs.

À parcela pela qual responsabilizamos a melhoria das condições de vida e outros fatôres, entre os quais se devem compreender o surto de industrialização do país nos últimos anos, o centrifugismo rural, etc., a essa parcela não se pode deixar de emprestar certa importância. O consumo de açúcar por habitante verificado no Brasil ainda é dos mais baixos do mundo, só atingindo índices comparáveis aos de países mais adiantados, no Distrito Federal e em São Paulo, onde o padrão de vida se apresenta mais alto que nas outras unidades da Federação. E se o aumento do consumo de açúcar, como parece estar provado, é uma questão diretamente vinculada ao "standard of living", não há como deixar de esperar o seu desenvolvimento paralelamente à recuperação do poder aquisitivo de muitos milhões de brasileiros, o que constitui ponto fundamental em quantos esquemas de planificações se possam traçar e realizar no Brasil.

5. — **O consumo "per capita".** — E o consumo por habitante vem crescendo efetivamente, conforme mostra o quadro n.º 2. No conjunto de todos os tipos, passou de 24,1 kg, em 1937, para 28,3 kg, em 1943, o que representa um aumento de 4,2 kg em seis anos. Porém, mais regular e estatìsticamente mais seguro que o aumento "per capita" do consumo de todos os tipos no período considerado, é o dos tipos de usina.

QUADRO N.º 2

CONSUMO DE AÇÚCAR "PER CAPITA"

ANOS	CONSUMO PER CAPITA (KG POR HABITANTE)	
	TODOS OS TIPOS	TIPOS DE USINA
1937	24,1	15,4
1938	23,8	16,5
1939	25,1	17,4
1940	26,9	18,2
1941	28,5	18.5
1942	27,9	18,5
1943	28,3	19,1
1944	—	18,6

A tendência geral de crescimento quanto aos tipos de usina manifesta-se constante entre 1937 e 1943, enquanto, no conjunto de todos os tipos, há dois anos que revelam declínio. Embora se possa enxergar uma tendência de aumento do consumo "per capita" dos tipos de usina, não nos parece prudente basear nossos cálculos, para os próximos anos, exclusivamente em contingentes elevados devidos a êsse crescimento, sujeito, como não pode deixar de estar, às vicissitudes de nossa conjuntura econômica. Agora mesmo, os dados de onze meses, com que calculamos o consumo provável em 1944, revelam um estacionamento sôbre o volume absoluto consumido em 1943 e um decréscimento do índice "per capita" que baixa de meio kg, passando de 19,1 a 18,6 kg por habitante.

Alguns estudiosos do momento econômico brasileiro têm observado que a onda conjuntural que coincide com o período de guerra já passou de sua fase de ascenção para a de decesso. Será, disso, um sinal o decréscimo que, em 1944, se teria verificado no índice "per capita" do consumo de açúcar de usina? Quando se trata de um produto de consumo obrigatório, as influências conjunturais sôbre os volumes consumidos são geralmente mais remotas, como o têm assinalado os especialistas. Parece, assim, mais aceitável que o fato de 1944, não sòmente não haver seguido o ritmo de acréscimo dos anos anteriores, mas ter mesmo assinalado um pequeno decréscimo, é devido às já mencionadas dificuldades de distribuição.

6. — **O consumo e a produção: aumentos absolutos.** — O quadro n.º 3 abrange, quanto à produção, período idêntico ao que examinamos sôbre o consumo. Embora com idêntica tendência geral de ascenção, a série apresenta tantas oscilações, ou mais ainda, que a do consumo.

QUADRO N.º 3

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINA

ANOS	SACOS	DIFERENÇA DE ANO PARA ANO	
		SACOS	%
1926	5.282.071	—	—
1927	6.378.360	+ 1.096.289	+ 20,7
1928	6.992.551	+ 614.191	+ 9,6
1929	8.000.407	+ 1.007.856	+ 14,4
1930	10.804.034	+ 2.803.627	+ 35,0
1931	8.256.153	— 2.547.881	— 23,5
1932	9.156.948	+ 900.795	+ 10,9
1933	8.745.779	— 411.169	— 4,4
1934	9.049.590	+ 303.811	+ 3,4
1935	12.154.849	— 3.105.259	+ 34,3
1936	11.198.629	— 956.220	— 7,8
1937	10.073.313	— 1.125.316	— 10,0
1938	10.925.453	+ 852.140	+ 8,4
1939	13.093.034	+ 2.167.581	+ 19,8
1940	14.891.868	+ 1.798.834	+ 13,7
1941	14.146.884	— 744.984	— 5,0
1942	13.866.959	— 279.925	— 1,9
1943	14.408.018	+ 541.059	+ 3,9
1944	15.250.000	+ 841.982	+ 5,8

Operemos, com êsses dados numéricos, os mesmos cálculos que realizamos na série do consumo e confrontemos os resultados:

	Prod.	Cons.
Média das diferenças percentuais de ano para ano no período de 1926/44	7.0	6.2
Média de crescimento anual no período — 1926/44	553.773	497.806
Média do crescimento anual no período — 1926/35	763.642	566.169
Média do crescimento anual no período — 1936/44	506.421	495.676
Média do crescimento anual no período — 1938/43	696.513	638.553
Média do crescimento anual no período — 1939/44	431.393	438.221

De um modo geral, os elementos calculados revelam um aumento maior na produção que no consumo. A única exceção é a apresentada pelo cotejo das médias do período mais recente — o sexênio — 1939/44, ponto de suma importância ao qual voltaremos a atenção, com elementos possìvelmente mais expressivos.

7. — **O consumo e a produção: aumentos relativos** — O cotejo acima é feito entre números absolutos, não dando, por isso, idéia do crescimento relativo, a partir de determinadas épocas. A apreciação dêste último ponto é para ser feita através do exame dos números índices apurados nas duas séries. E' o que procuramos fazer a seguir. No quadro n.º 4, os números índices da série do consumo são confrontados com os da série da produção. No quadro n.º 5, êsses mesmos elementos se comparam, mas em período mais curto, o último novênio. Finalmente, nos quadros 6 e 7, temos novos cotejos, em lapsos ainda mais curtos, os sexênios que terminam respectivamente em 1943 e 1944.

QUADRO N.º 4

NÚMEROS ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AÇÚCAR DE USINA NO PERÍODO 1926/44

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO
1926	100	100
1927	120	114
1928	132	129
1929	151	153
1930	204	189
1931	156	159
1932	173	167
1933	165	163
1934	171	170
1935	230	200
1936	212	198
1937	190	198
1938	206	216
1939	247	233
1940	281	249
1941	267	259
1942	262	265
1943	272	279
1944	288	276

QUADRO N.º 5

NÚMEROS ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AÇÚCAR DE USINA NO PERÍODO 1936/44

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO
1936	100	100
1937	89	100
1938	97	109
1939	116	117
1940	132	125
1941	126	130
1942	123	133
1943	128	140
1944	136	139

QUADRO N.º 6

NÚMEROS ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AÇÚCAR DE USINA NO PERÍODO 1938/44

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO
1938	100	100
1939	119	107
1940	136	115
1941	129	120
1942	126	122
1943	131	129

QUADRO N.º 7

NÚMEROS ÍNDICES DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE AÇÚCAR DE USINA NO PERÍODO 1939/44

ANOS	PRODUÇÃO	CONSUMO
1939	100	100
1940	113	106
1941	108	111
1942	105	113
1943	110	119
1944	116	118

Reduzamos a um quadro único os elementos mais expressivos das tabelas números 4, 5, 6 e 7. Teremos:

PERÍODOS	Aumentos Percentuais	
	Produção	Cons.
1926/44 (19 anos).....	188	176
1926/35 (10 anos).....	130	100
1936/44 (9 anos).....	36	39
1938/43 (6 anos).....	31	29
1939/44 (6 anos).....	16	18

Êsses elementos indicam com muita clareza:

I) — que, no conjunto dos últimos 19 anos, a produção aumentou em proporção maior que o consumo;

II) — que a diferença na proporção do aumento é encontrada totalmente no decênio inicial;

III) — que, no novênio 36/44, a proporção de crescimento da produção é um pouco inferior à do consumo;

IV) — que, no sexênio 38/43, a proporção de aumento da produção é discretamente superior à do consumo;

V) — finalmente, que, no último sexênio, o ritmo de aumento do consumo ultrapassa um pouco o da produção.

8. — **O consumo, a limitação e a capacidade de produção.** — Essas constações valem como indicação de que se deve cuidar de ir desenvolvendo a produção de modo a ser guardado o paralelismo com o crescimento do consumo. Para isso, um dos meios é a ampliação dos limites das fábricas existentes, o que se tem promovido freqüentemente nas últimas safras, conforme está indicando o quadro n.º 8 onde se registra a evolução da produção autorizada desde a época da fixação dos limites, a safra 1934/35.

QUADRO N.º 8

LIMITE DE PRODUÇÃO DAS USINAS NO PERÍODO 1934/35 — 1944/45

SAFRAS	PRODUÇÃO AUTORIZADA	
	Volumes (sacos)	Números índices
1934/35	11.277.901	100
1935/36	11.963.134	106
1936/37	12.007.650	106
1937/38	12.090.400	107
1938/39	12.127.044	107
1939/40	12.240.263	108
1940/41	12.313.817	109
1941/42	14.404.947	127
1942/43	14.804.598	131
1943/44	15.683.377	139
1944/45	16.459.542	145

Durante a fase em que a superprodução constituía uma grande ameaça à estabilidade dos preços, verificaram-se, apenas, aumentos discretos. O de seis por cento na safra 1935/36 terá resultado de reajuste na fixação dos limites das usinas, promovida na safra anterior. A partir da safra 1941/42, porém, ocorrem aumentos maciços na produção autorizada que, do índice 109, em 1940/41, passa ao de 145 em 1944/45.

Além disso, em 1944, pela Resolução n.º 79, de 12 de abril de 1944, ainda mais ampla se tor-

nou a faculdade de produzir, tendo o Instituto assegurado a liberação dos excessos, dentro das possibilidades de absorção pelo consumo.

Acontece, porém, que, nos últimos quatro anos, a produção verificada não tem acompanhado "pari passu" a ampliação dos limites. Espera-se, para a safra em curso, de 1944/45, uma produção superior a 15, milhões de sacos, o que será uma cifra "record". Mas, dentro da capacidade agrícola das zonas canavieiras e da capacidade industrial das usinas existentes, levando-se em consideração as calamidades eventuais que ocorrem em mais alto ou mais baixo grau, ora numa, ora noutra região, não é de esperar que o volume da safra presente possa ser de muito ultrapassado em colheitas futuras.

O tombamento levantado pelo Instituto na maquinaria das usinas revela uma capacidade total teórica de 17,3 milhões de sacos em 120 dias de trabalho. Mas, à capacidade industrial das usinas é preciso vincular a capacidade agrícola das regiões onde se encontram e os percalços naturais das colheitas.

A análise da atual situação particular de cada Estado não deixa concluir por uma possibilidade de produção superior a 16 até 16,5 milhões na média de alguns anos de colheitas que sofram oscilações naturais, ao sabor das estações.

Significa isso que o Instituto, com o último aumento, que elevou o limite geral para 16,5 milhões de sacos, concedeu, às usinas existentes, quotas suficientes para trabalharem em plena capacidade, restando apenas a distribuição definitiva (foi feita uma distribuição provisória) dêsses aumentos em função de percentagem de fornecedores e de sub-limitação, na forma do Estatuto da Lavoura Canavieira. Acreditamos que novos aumentos de quota das usinas não acarretarão aumentos de produção. Está, pois esgotada a margem, dentro da qual as ampliações de limite das usinas existentes constituem estímulo ao desenvolvimento da produção.

A asserção pode ser evidenciada, cotejando-se a produção que, nos últimos anos, o Instituto tem autorizado com a que se tem verificado nos Estados grandes produtores. E' o que fazemos no quadro n.º 9, onde bem se apura o grau em que a produção tem respondido aos aumentos de quotas para as fábricas existentes.

Constata-se, ao primeiro relance de olhos sôbre o quadro, que, nas safras 1939/40 e 1940/41, quando a limitação estava em nível bem mais baixo que o atual (V. quadro n.º 8), os limites foram excedidos em todos os oito Estados.

Nas quatro últimas safras, o quadro muda de estrutura.

No Norte, sòmente o Estado de Paraíba tem ultrapassado invariàvelmente os limites. Pernambuco e Alagoas não completaram sua produção autorizada em qualquer das quatro últimas safras. Sergipe e Bahia sòmente em um ano excederam em pouco as respectivas quotas: o primeiro em 1943/44 e o segundo em 1942/43.

Dos três grandes produtores do Sul, sòmente o Estado do Rio de Janeiro apresenta tendência franca de excesso. Seu declínio de produção, em 1943/44, não significa falta de capacidade de atingir a quota, tendo antes resultado da irregularidade das estações. Minas teve excesso em 1941/42, completou a quota em 1942/43 e teve deficits consideráveis nas duas últimas safras. Finalmente, o que parecerá surpreendente a certos espíritos, São Paulo teve nas quatro últimas safras, dois deficits e dois saldos de produção sôbre o limite. Os deficits ocorrem em 1941/42 e 1943/44, sendo, respectivamente, de 224.000 e 218.000 sacos. Os saldos tiveram lugar em 1942/43 e 1944/45, expressos respectivamente por 151.000 e 15.000 sacos, cifras muito inferiores às dos deficits.

Realizando confronto semelhante no total do país, vemos que, das quatro últimas safras, sòmente uma, a de 1942/43, excedeu um pouco a produção autorizada. As outras ficaram bastante abaixo, sendo os deficits das duas últimas de ... 1.157.000 e 1.554.000 sacos.

9. — **A quota de exportação.** — O cômputo de nossas necessidades de açúcar estaria omisso se

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
ASSUCAR
TODOS OS TIPOS
"U S G A"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

QUADRO N.º 9

AÇÚCAR DE USINA

CONFRONTO DA PRODUÇÃO AUTORIZADA COM A VERIFICADA

SAFRAS 1939/40 a 1944/45
(em milhares de sacos)

SAFRAS	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais
1939/40								
Prod. autorizada ...	229	4.512	1.379	728	689	2.024	2.084	366
" verificada	326	5.216	1.818	843	849	2.308	2.464	384
Diferença	+ 97	+ 704	+ 439	+ 115	+ 160	+ 284	+ 380	+ 18
1940/41								
Prod. autorizada ...	229	4.526	1.417	728	694	2.026	2.088	377
" verificada ...	258	4.657	1.444	848	737	2.498	2.330	532
Diferença	+ 29	+ 131	+ 27	+ 120	+ 43	+ 472	+ 242	+ 155
1941/42								
Prod. autorizada ...	254	4.989	1.597	804	768	2.783	2.477	433
" verificada ...	341	4.533	1.365	767	661	3.158	2.252	537
Diferença	+ 87	— 456	— 232	— 37	— 107	+ 375	— 225	+ 104
1942/43								
Prod. autorizada ...	380	5.250	1.673	817	812	2.333	2.775	513
" verificada ...	554	5.074	1.456	777	857	2.545	2.927	515
Diferença	+ 174	— 176	— 217	— 40	+ 45	+ 212	+ 152	+ 2
1943/44								
Prod. autorizada ...	290	5.731	1.879	920	879	2.782	3.178	572
" verificada ...	430	5.450	1.707	976	875	2.304	2.960	418
Diferença	+ 140	— 281	— 172	+ 56	— 4	— 478	— 218	— 154
1944/45								
Prod. autorizada ...	301	5.990	1.968	961	934	2.716	3.055	602
" verificada (*)	450	4.800	1.500	760	900	3.015	3.070	470
Diferença	+ 149	— 1.190	— 468	— 201	— 34	+ 299	+ 15	— 132

*) — Estimativa.

não considerasse uma parcela destinada à exportação. E' bem verdade que não aspiramos, nêsse particular, uma situação em que a nossa economia açucareira ficasse na dependência das vicissitudes do comércio internacional. Mas a possibilidade de exportar certa parte da produção brasileira não deixa de constituir vantagem. Não existe talvez divergência de opinião quanto à tese de que o

mercado que convém ao açúcar brasileiro é principalmente o mercado interno. Assim o tem sido já de longa data, sendo pequena a proporção da exportação sôbre a produção (V. quadro n.º 10).

QUADRO N.º 10

EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PARA O EXTERIOR

SAFRAS	TOTAL SCS.	% Sôbre o total da Safra das Usinas
1931/32	81.400	0,9
1932/33	712.906	8,2
1933/34	404.860	4,5
1934/35	998.684	9,0
1935/36	1.727.501	14,6
1936/37	—	—
1937/38	—	—
1938/39	874.703	6,9
1939/40	1.007.302	7,0
1940/41	393.928	2,9
1941/42	812.080	5,9
1942/43	333.633	2,3
1943/44	1.017.510	6,6

Constitui orientação expressa do Instituto (Resolução — 79/44, da Comissão Executiva) manter a exportação de um milhão de sacos para o exterior.

Êsse contingente de exportação constitui velha tese defendida pelo Brasil em conferências internacionais e vitoriosa em Londres em 1937, quando foi assinado o Convênio Internacional do Açúcar. Embora estejam suspensas, devido à guerra, as obrigações e direitos pactuados naquêle ano, a quota de exportação de um milhão de sacos (60 mil toneladas) deverá ser reivindicada para o Brasil na regulação dos negócios açucareiros internacionais que, é de esperar, terá de vir depois da guerra. E isso porque as conhecidas condições de nossa economia açucareira e do mercado internacional não aconselham reivindiquemos maior contingente.

10. — **Quotas para usinas novas.** — Balanceando, com apoio em considerações anteriores, as nossas necessidades futuras, teremos:

a) — Consumo atual (ano civil de 1944) ..... 14.100.000 sacos
b) — Estimativa de aumento anual ..... 600.000 "
c) — Exportação, por ano 1.000.000 "

Dêsse modo, precisaremos:

em 1945 ..... 15.700.000
em 1946 ..... 16.300.000
em 1947 ..... 16.900.000

e assim, por diante.

Parece muito claro que, em 1947 ou 1948, a nossa atual capacidade de produção não será suficiente para produzir o açúcar de que precisaremos. Impor-se-á o contingente derivado de novas fábricas.

Faz-se preciso considerar, desde logo, que a montagem de usina nova é tarefa que demanda bastante tempo: há que se promover e julgar concorrência; que se adquirir material no estrangeiro ou no Brasil, em qualquer caso, de difícil obtenção atualmente; que se instalar êsse material e construir uma série de dependências necessárias à fábrica e ao seu pessoal; que se promover o plantio da cana, com uns 18 meses de antecedência da época da moagem. Sòmente dentro do prazo de dois a três anos estaria funcionando uma usina nova cuja quota fôsse concedida agora. Se a concessão da quota fôr em 1945, o funcionamento terá lugar em 1947 ou 1948. E como as nossas necessidades, naqueles anos, não poderão ser satisfeitas com as fábricas atualmente existentes, faz-se preciso criar, desde já, as novas quotas de produção.

11. — **Critério de distribuição das quotas criadas em 1945.** Elementos diversos devem ser levados em conta na distribuição de quotas para novas usinas. E' bom considerar, primeiramente, o fato de existirem, no Brasil, áreas extensas de muito pequeno desenvolvimento da indústria açucareira. Áreas em que êsse desenvolvimento é mesmo nulo, se considerada, como índice, a exis-

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar, Manganês
e outros produtos nacionais
Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Av. Nilo Peçanha, 12 - 9.° andar

TELEFONES: 22 - 5535, 22 - 5849, 22 - 8058, 42 - 3302

CAIXA POSTAL 3
Telegramas AFONTES-RIO
Rio de Janeiro

QUADRO N.º 11

RELAÇÃO ENTRE O LIMITE DE PRODUÇÃO E O CONSUMO, POR ESTADO

ESTADOS	Limite atual sc.	Consumo no ano de 1941 sc.	% do limite sôbre o consumo	Prod. ainda necessária p/completar 25% do consumo
Acre	—	9.705	—	2.426
Amazonas	—	140.689	—	35.172
Pará	17.552	255.158	6,8	46.238
Maranhão	32.039	98.726	32,4	—
Piauí	3.292	67.874	4,8	13.611
Ceará	18.886	239.753	7,8	41.052
R. G. do Norte	55.378	89.895	61,6	—
Paraíba	301.242	136.999	Exportador	—
Pernambuco	5.978.590	770.616	"	—
Alagoas	1.957.749	233.186	"	—
Sergipe	961.421	102.839	"	—
Bahia	916.983	340.891	"	—
E. Santo	66.000	119.225	55,3	—
R. de Janeiro	2.670.990	951.772	Exportador	—
D. Federal	—	1.501.309	—	—
São Paulo	2.792.261	4.669.277	59,8	—
Paraná	60.000	392.049	15,3	38.012
Sta. Catarina	77.319	141.976	54,4	—
R. G. do Sul	—	1.527.762	—	381.941
Minas Gerais	586.593	1.186.647	49,4	—
Goiás	40.000	26.216	—	—
Mato Grosso	37.721	95.189	39,6	—
BRASIL	16.574.016	13.097.783	—	558.452

tência do elemento industrial usina. Quando as zonas nessas condições são longínquas, separadas dos centros exportadores por milhares de quilômetros e os transportes são difíceis e penosos, torna-se grave o problema de seu abastecimento com açúcar. E êsse produto chega, até lá, com encargos acima das possibilidades aquisitivas de suas humildes populações.

E', particularmente, o caso dos Territórios Federais e dos Estados de Goiás e Mato Grosso. A essas regiões, tendo em vista, também, as necessidades de colonização, deveriam ser asseguradas quotas de produção correspondentes ao consumo.

Acontece que, não tendo os Territórios Federais atingido certo grau de desenvolvimento, dificilmente apareceriam interessados no aproveitamento das quotas que lhes fôssem assinadas. Achamos, por isso, que deve ser permitida a fundação de fábricas de açúcar naqueles Territórios até o limite dos respectivos consumos. O Instituto admitiria a montagem de novas fábricas sempre que o consumo estivesse acima das quotas. Quando a fábrica fundada fôsse da categoria de usina, ficaria sujeita ao regime de fornecedores na forma do Estatuto e a tôdas as estipulações legais que regulam a situação dessa espécie de fábrica.

O segundo fator a levar-se em conta seria a proporção entre o limite e o consumo. (V. quadro n.º 11). Sôbre essa base estabelecer-se-ia uma escala de prioridade para quotas de novas usinas. Êsse critério, não comportando dúvidas quanto ao seu sentido de justiça e de conveniência econômica, evitaria reivindicações descabidas.

Vários Estados têm proporções muito pequenas do limite sôbre o consumo. Êsses, os que devem ser contemplados primeiramente com quotas para novas usinas até atingirem uma proporção mínima de produção sôbre o consumo. Tal proporção, levando-se em conta o aumento proposto, de 600 mil sacos, pode ser fixada em 25%. Calculada a produção ainda necessária para que cada um dêsses Estados possa atingir essa percentagem, encontraremos os números constantes da última coluna do quadro n.º 10. Essas cifras e as representativas dos aumentos necessários para que os Estados de Goiás e Mato Grosso e os Territórios Federais atinjam os limites correspondentes ao consumo são as que sugerimos como novas quotas de produção em 1945.

12. — **As quotas sugeridas para 1945.** — Arredondando-se as cifras e levando-se em conta não ser econômicamente aconselhável uma quota de usina inferior a 10.000 sacos, os aumentos propostos seriam os seguintes:

a) Para atingir auto-suficiência:

MATO GROSSO	30.000
GOIÁS — Êsse Estado já conta com quotas novas suficientes para seu consumo: uma usina em Goiâna patrocinada pelo Interventor com 20.000 sacos; uma no Núcleo Colonial do Ministério da Agricultura, com 20.000 sacos; e uma terceira, em Rio Verde, concedida à Fundação Brasil Central, com 25.000 sacos, tôdas em montagem	
TERRITÓRIOS — As Estatísticas sôbre o consumo exato dos Territórios ainda não existem. Admitamos, por enquanto, 60.000 sacos, quota a ser aproveitada, seja em usinas ou em engenhos, sendo 10.000 para cada Território	60.000
Sub-total.....	90.000

b) Para atingir 25% do consumo:

AMAZONAS —	35.000
PARA —	45.000
PIAUÍ —	15.000
CEARA —	40.000
PARANA —	40.000
RIO GRANDE DO SUL —	380.000
Sub-total.....	555.000
Total	645.000

O total dessas quotas ultrapassa o volume proposto. Mas não aparece maior inconveniente nisso. Há que contar com grande demora na instalação de fábricas em certas regiões e mesmo com o não aproveitamento de alguns limites, o que depende, naturalmente, de um conjunto de fatôres existentes ou não em cada zona contemplada. Não há mal em que, para atender a essas circunstâncias, fique uma margem de 45.000 sacos.

As quotas destinadas aos Territórios poderão não bastar a que sua produção corresponda ao consumo. Reconhecido, porém, êste princípio, elas poderão ser aumentadas, desde que fique demonstrado ser o consumo de cada um superior ao limite que lhe fôr distribuído.

Dadas as condições de desenvolvimento dos Territórios e do Estado do Amazonas, as quotas destinadas a essas Unidades poderiam ser aproveitadas tanto por usinas como por engenhos do tipo banguê. A quota atribuída a Mato Grosso deveria beneficiar a região que tem por centro econômico a cidade de Campo-Grande, onde se poderá instalar uma usina com 30.000 sacos de capacidade. O novo limite atribuído ao Estado do Pará poderia ser dividido por duas usinas, sendo uma de 20.000 e uma de 25.000 sacos. As quotas dos Estados do Piauí e Paraná poderiam ser distribuídas, cada uma a uma usina. A do Ceará a duas usinas de 20.000 sacos, cada uma. A do Rio Grande do Sul a uma usina de 100.000 sacos, quatro de 50.000 e duas de 40.000.

O aproveitamento dos limites dependerá de um conjunto de elementos presentes ou não em cada Unidade da Federação, contemplada. Entre êsses, devem ser mencionados, de um lado, os agentes naturais como condições fisiográficas e climáticas, e, do outro, elementos demográficos e econômicos como o braço trabalhador e o capital.

Havendo uma distribuição muito desigual dêsses agentes entre os Estados contemplados com novos limites de produção, é de prever que alguns dêles não aproveitem parcial ou totalmente os limites agora concedidos. Será o caso de serem os volumes de quota não aproveitados redistribuídos entre outros Estados, tomando se, então, por critério, a divisão proporcional das sobras às cifras que a cada um forem necessárias para igualar a produção ao respectivo consumo.

CONCLUSÕES

PRIMEIRA:

O crescimento do consumo de açúcar, no Brasil, embora constante, não tem tido lugar em sentido progressivo. Em vez de exprimir-se por uma taxa percentual, êle se traduz melhor por uma cifra indicando o volume médio absoluto.

Foram exageradas as previsões de Leonardo Truda quando anteviu que, no decênio 1936/45, o consumo cresceria na mesma proporção que no decênio anterior, ou seja em cem por cento. Êsse aumento terá sido de 50%.

O exame das estatísticas indica, para os próximos anos, um aumento anual de 500 a 600 mil sacos. Tomando o volume de 600 mil, 400 mil seriam devidos ao fenômeno demográfico do aumento de população e os 200 mil restantes devidos à melhoria das condições de vida e a outros fatôres como as migrações rurais e a industrialização do País.

O consumo "per capita" do Brasil, ainda inferior a 30 kg por habitante, permite grande ampliação dos volumes consumidos. Sendo êsse índice diretamente vinculado ao "standard of living", não há como deixar de esperar o seu desenvolvimento, no caso de ser conseguida a elevação do poder aquisitivo do brasileiro, o que constitui ponto essencial nos planejamentos econômicos.

SEGUNDA:

A produção, considerados seus volumes absolutos de aumento, tem crescido mais que o consumo. Se considerados, porém, os aumentos relativos expressos em números índices e, comparados êstes com os do consumo em determinados períodos, observa-se, na segunda metade de uma série de 19 anos, uma proporção um pouco maior no crescimento do consumo que no da produção.

Um dos meios de aumentar a produção tem sido os acréscimos de limite, que já foram ampliados em 45% durante um decênio, aumentos outor-

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ÁFRICA

Willet and Gray estimou em 1.042.000 toneladas a produção açucareira da África na safra 1944-45.

Para as diferentes áreas produtoras as cifras são as seguintes, em toneladas: Egito, 172.000; Mauritius, 225.000; Reunião, 40.000; Natal e Zululândia, 530.000; Moçambique, 75.000.

A indústria açucareira africana pouco sofreu em conseqüência da guerra, conservando pràticamente os níveis de 1938-39, quando a sua produção foi de 1.098.720 toneladas.

ÁSIA

Segundo Willet and Gray, o continente asiático deverá produzir, na safra 1944-45, 6.665.000 toneladas de açúcar, assim distribuídas: Índia, .. 3.665.000 de gur e 1.300.000 de branco; Java,.... 400.000; Japão, 950.000; Filipinas, 350.000.

Considerando-se as cifras anteriores à guerra, verifica-se que houve enorme redução na capacidade produtora de Java e das Filipinas, bem como do Japão.

COLÔMBIA

Segundo informa "La Industria Azucarera" a produção de açúcar na Colômbia em 1944 foi em parte prejudicada pela dificuldade de obter máquinas e peças sobressalentes, o que se deu em algumas fábricas e, também, pela impossibilidade em que se encontrou uma das principais usinas de conseguir vagões para o transporte da cana.

A produção de 17 usinas no segundo trimestre de 1944 foi de 18.763.300 kg e no terceiro trimestre de 16.785.450 kg.

A única exportação verificada foi de 50.000 sacos de 50 kg para o Equador, durante o primeiro trimestre de 1944.

As importações do Peru foram iniciadas no terceiro trimestre, alcançando entre julho e fins de setembro o total de 95.038 sacos de 50 kg. Os estoques de açúcar indicados pela Companhia Distribuidora de Açúcares, no final de cada trimestre de 1944 somavam: em 31 de março 7.136.850 kg.; em 30 de junho, 5.419 kg; e em 30 de setembro,.... 5.801.000 kg.

CUBA

Escrevendo de Havana para o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", a firma Luís Mendoza & Co. informava que a Associação dos Usineiros Cubanos lançou veemente protesto contra o anteprojeto de decreto concedendo aos agricultores 30 por cento do valor líquido dos melaços finais, por isso que estão convencidos de que essa medida, que se diz aprovada pelo gabinete, não reflete a verdadeira situação em que se encontram as negociações entabuladas pelos industriais e os colonos em tôrno da venda dos melaços. Entendem os industriais que êsse decreto é infringente da Lei de Coordenação Açucareira e que o assunto poderia ser resolvido mediante acôrdo entre as par-

---

gados predominantemente a partir de 1941. Mas o acréscimo de limite das usinas existentes só poderá trazer aumento de produção dentro da capacidade agro-industrial do parque açucareiro. E, desde que essa capacidade está pràticamente saturada pelos acréscimos concedidos, novos aumentos de produção, além do limite geral, devem ser conseguidos através de fábricas novas.

Considerando a quota de exportação de um milhão de sacos, a estimativa de aumento anual de 600 mil sacos e o consumo de 14,1 milhões em 1944, na safra 1947/48, já precisaremos do contingente de produção de usinas novas. E, para que essas usinas possam funcionar, naquêle ano, faz-se mister que as respectivas quotas sejam concedidas em comêço de 1945. Essa primeira quota poderá ser de 645 mil sacos, a suficiente para atender às necessidades mais prementes de abastecimento de certas Unidades Federais, na forma abaixo indicada.

TERCEIRA:

O critério aconselhável para distribuir as quotas para novas usinas seria, de um modo geral, o que conciliasse as necessidades regionais com o interêsse nacional do intercâmbio e colocação dos produtos.

As quotas concedidas em 1945 deverão atender às regiões onde o abastecimento de açúcar se faz com maiores dificuldades. E' o caso dos Territórios Federais e dos Estados de Goiás e Mato Grosso, para os quais são propostas quotas suficientes para igualar a produção ao consumo. Em seguida, seriam atendidos todos os Estados em que o limite atual é inferior a 25% do consumo até ser atingida essa proporção. As quotas ou sobras de quotas não utilizadas seriam redistribuídas por outros Estados, proporcionalmente às cifras necessárias para serem igualados os limites aos consumos respectivos.

QUARTA:

Finalmente, parece-nos indicado o estudo anual da situação da economia açucareira em face das exigências do consumo, para o fim de ser apurada a necessidade de criação de novas quotas de produção e de serem fixados os volumes e a forma de distribuição dessas quotas".

Mário Lacerda de Melo
(Chefe da Seção)

tes ou de outro modo por intermédio do Instituto de Estabilização, que poderia reter uma parte do produto das vendas de melaços até que a questão fôsse resolvida por lei discutida pùblicamente e aprovada pelo Congresso.

Segundo o ante-projeto, o Instituto de Estabilização fica encarregado de formar um fundo com o produto da venda dos melaços finais e, depois de indenizar as usinas das despesas feitas com a colocação do produto, dividir o restante na proporção de 70 por cento para os industriais e 30 por cento para os plantadores, êstes devendo ser pagos na proporção dos fornecimentos feitos.

*
* *

Em seu número de fevereiro próximo passado a publicação "Cuba Economica y Financiera" informa que as negociações entre os governos cubano e norte-americano em tôrno à venda da safra de açúcar de Cuba sofreram certo atraso, em virtude da viagem de diversos dos negociadores. No entanto a impressão dominante era de que o preço viria a ser o de três centavos por libra, aceito pelo Presidente da República, chamado a decidir como árbitro, em conseqüência do impasse surgido nas negociações.

O Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar deliberou permitir o embarque de açúcares fabricados em 1945, na quantidade necessária para completar o carregamento dos navios que se encontravam em águas cubanas, fretados pela Commodity Credit Corporation, atendendo, assim, a solicitação formulada pela entidade norte-americana. Semelhante autorização foi concedida pelo Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar, sem que a mesma importasse na aceitação do preço oferecido pela Commodity Credit Corporation nem das demais condições por ela oferecidas e que haviam sido anteriormente recusadas pela comissão cubana participante das negociações em tôrno à venda da safra

A fim de facilitar o financiamento da safra o Ministro da Fazenda recomendou aos bancos estabelecidos em Cuba a concessão das necessárias facilidades de financiamento, utilizando para tanto a maior proporção possível de moeda nacional. Os banqueiros atenderam à solicitação ministerial, reservando-se, porém, a liberdade de realizar tais operações na moeda que julgassem conveniente.

A discussão pública sôbre o problema da participação dos colonos nos rendimentos econômicos dos melaços finais continuou movimentada.

Em vista dos colonos não haverem aceitado voluntàriamente o Decreto N.º 117, de 17 de janeiro do corrente ano, que determinou o pagamento obrigatório de mais 10% no salário dos trabalhadores agrícolas açucareiros, deliberando interpor recursos de inconstitucionalidade contra a medida, o Ministério da Agridultura levou o assunto à consideração do Conselho de Ministros.

Decidindo o caso, o Conselho determinou a distribuição entre fazendeiros e colonos do total do valor médio dos melaços finais na proporção de 70% para os primeiros e 30% para os segundos. Para tal fim o Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar constituirá anualmente, a partir da safra de 1945, um Fundo Geral de Melaços Finais, com o produto total obtido na venda de todos os melaços finais fabricados pelos engenhos em cada safra.

A Associação Nacional de Fazendeiros de Cuba, tomando conhecimento desta deliberação, convocou uma assembléia geral, a qual decidiu enviar um memorando ao Presidente da República expondo os pontos de vista da Associação, contrários a dar participação nos melaços finais aos colonos. A Associação gestionará a anulação da medida tomada pelo Govêrno e caso não seja atendida, entrará com o correspondente recurso de inconstitucionalidade contra a referida medida, que considera contrária à Lei de Coordenação Açucareira.

*
* *

Segundo dados do Ministério do Comércio dos Estados-Unidos, resumidos no número de fevereiro do "International Sugar Journal", a produção açucareira de Cuba atingirá este ano a cifra de 5 milhões de toneladas curtas, desde que as canas não sejam aproveitadas no fabrico de melaços invertidos. Informa aquela revista especializada que a Junta de Produção de Guerra, atendendo à grande procura de açúcar, aconselhou os produtores de álcool a preparar as suas instalações para o aproveitamento de cereais.

EGITO

A produção de açúcar bruto, no Egito, na safra 1943-44, totalizou 184.000 toneladas curtas, ou seja uma redução de quase 13 por cento em relação à safra anterior, quando foram fabricadas 208.000 toneladas.

As refinarias produziram naquele período .... 173.000 toneladas, havendo ainda um remanescente de 7.145 toneladas do ano anterior. Estima-se em 193.000 toneladas a produção do ano agrícola 1944-45, informa a firma norte-americana Willete and Gray.

EQUADOR

Informações do Consulado Geral dos Estados-Unidos em Guaiaquil, divulgadas pelo "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", aludem à grave escassez de gêneros alimentícios no Equador. O açúcar é um dos produtos em falta, tanto assim que o govêrno equatoriano baixou um decreto determinando que a exportação de arroz sòmente seria permitida quando uma quantidade igual de açúcar fôsse importada.

Outro decreto, de 22 de dezembro do ano passado, isentava de todos os direitos a importação de açúcar. O decreto autoriza os importadores a utilizar o açúcar diretamente para as suas necessidades ou a vender a pessoas ou entidades idôneas, com a condição de que os compradores também utilizassem o açúcar para as suas necessidades. Essas transações devem ser autorizadas pelo Ministério da Economia.

ESTADOS-UNIDOS

Noticia o "Boletim Americano", em seu número de 3 de maio próximo passado, que a Administração da Alimentação de Guerra (WFA) informou somar a quantidade de açúcar para consumo, recebida de janeiro a março, 1.443.571 toneladas. No primeiro trimestre do ano passado, o total correspondente foi de 1.087.149 toneladas.

*
* *

O "Jornal do Comércio", desta capital, na edição de 22 de maio último, publica o seguinte telegrama:

"WASHINGTON, 21 (UNITED PRESS) — O Comité de Subsistência da Câmara dos Representantes revelou hoje ser inevitável a escassez de açúcar nos Estados-Unidos e recomendou se iniciassem "imediatamente" as negociações para a compra das safras de 1946 de Cuba e Pôrto Rico.

O informe apresentado critica enèrgicamente por se ter ultrapassado os fornecimentos de açúcar, e pede sejam reajustados todos os contratos com o exterior para "proteger" os consumidores do mercado interior. Pede, também, a cooperação da Armada e do Exército em um programa de conservação das reservas de açúcar.

Acrescenta que os consumidores norte-americanos "não se dão conta ainda da crise que se avizinha e que sòmente compreenderão a realidade, quando ficar provado que pequena quantidade de açúcar vai ficar à sua disposição".

Diz que a menos que os contratos feitos com o exterior se modifiquem no mesmo sentido em que se modifiquem os fornecimentos, os Estados-Unidos só poderão contar o que sobra. Acrescenta que possìvelmente com tal procedimento possam ser conseguidas 125 mil toneladas a mais para o mercado interior norte-americano.

O emprêgo de 900 mil toneladas de açúcar cubano da safra de 1944 na produção de álcool, para a fabricação de borracha sintética, foi talvez a causa mais determinante da "escassez atual", segundo o informe apresentado.

As zonas produtoras de açúcar danificadas pela ação do inimigo, o tempo desfavorável, a limitada produção nacional, a escassez de braços e maquinárias, são outras causas assinaladas.

O Comité recomenda:

1.º — Contrôle mais rígido do racionamento para se manter dentro das quotas, evitando a repetição de excesso de consumo, como no ano anterior, na fabricação de conservas no lar;

2.º — Estabelecimento de uma quantidade mínima, abaixo da qual não se permita que fiquem os depósitos de açúcar destinado aos fornecimentos à população civil;

3.º — Reajustamento das quotas para uso industrial, que atualmente são sòmente de 50 por cento das quantidades consumidas pelas indústrias antes da guerra.

4.º — Publicação de todos os contratos e quotas, tanto interiores como exteriores."

*
* *

Há uma inflação de cêrca de 34 mil toneladas no consumo doméstico de açúcar nos Estados-Unidos, em conseqüência do excesso de 1.600.000 cartões de racionamento, informa a firma B. Dyer & Company.

A referida firma explica o fato, dizendo que um grande número de pessoas que ingressa no serviço militar não entrega os seus cartões de racionamento, havendo ainda consumidores que se registram duas vêzes e outros que requisitam novos cartões e depois passam a utilizar também os antigos que consideravam perdidos. Deve-se também computar naquele número os cartões de pessoas mortas, os quais não são recolhidos.

Desde que foi instituído o racionamento dos Estados-Unidos, o govêrno vem negando sistemàticamente concessão de quotas de açúcar para novos emprêgos industriais. Segundo informa a firma B. Dyer & Company, a O. P. A. foi solicitada a remover tais dificuldade, de modo a não impedir que os veteranos possam estabelecer negócios. Ao que parece, a O. P. A. vai proceder a uma revisão dos regulamentos do racionamento, a fim de permitir que os veteranos de regresso e com a necessária experiência possam obter açúcar para negócios, os quais a princípio seriam apenas em pequena escala.

*
* *

Estimativas oficiais, publicadas em novembro do ano passado, colocam a safra de açúcar de beterraba dos Estados-Unidos em 1944-45 na cifra de 1.100.000 toneladas contra 998.000 em 1943-44. A produção média obtida no decênio 1932-1942 foi de 1.581.000 toneladas.

FILIPINAS

No seu boletim de 27 de março, Lamborn divulga algumas informações sôbre a indústria açucareira na ilha de Negros. no arquipélago das Filipinas, informações que lhe foram prestadas por um técnico que permaneceu naquela ilha, depois da invasão nipônica, conseguindo fugir em julho de 1944. Os dados que se seguem representam a situação naquela data.

San Carlos Milling Company: não foi destruída e tôda a maquinaria permanece na propriedade. Hawaiian-Philippine Company. Silay: os japonêses pilharam todo o material que puderam transportar. Muitos dos edifícios foram incendiados, existindo apenas os restos de máquinas, pesadas, que devem ter sido transportados. North Negros Sugar Companhy, Manala: as instalações estão em boas condições, embora a fábrica esteja parada desde fevereiro de 1942. A distilaria continuou a funcionar, utilizando cêrca de dois têrços da sua capacidade. Central Leonor: Todo o material dessa usina

foi roubado pelos nipônicos, o mesmo acontecendo a outras fábricas pequenas.

Segundo informava Lamborn, no seu boletim de 6 de março último, a Administração de Economia Estrangeira solicitou à indústria açucareira norte-americana a designação de quatro especialistas, que deverão visitar as Filipinas, a fim de examinar as condições atuais do parque industrial açucareiro do arquipélago. O objetivo dessa visita será o de promover o reinício dos trabalhos tão cedo quanto possível.

FRANÇA

No número de janeiro, "The Internacional Sugar Journal" publica um estudo sôbre a situação presente da indústria do açúcar na França. Com a expulsão dos alemães, depois de quatro e meio anos de dominação, a indústria açucareira do país está novamente em condições de trabalhar sôbre bases de independência. Ainda não se dispõe de cifras exatas sôbre as safras realizadas durante a guerra, mas, de acôrdo com informações de publicações francesas, a produção anual desde 1940 tem sido aproximadamente de 500.000 toneladas, total em contraste com a produção de 858.900 toneladas correspondente à safra 1938-1939 e com a total de 975.000 correspondente à safra de 1937-1938.

A maior parte da produção açucareira durante a guerra foi consumida no mercado interno visto as requisições alemãs incidirem sôbre percentagem muito menores que as habituais em outras indústrias alimentícias da França. A última safra de açúcar de beterraba foi, no entanto, atingida pelo fato da Alemanha haver requisitado grandes quantidades de raízes para a fabricação de álcool industrial.

Ainda que os dados disponíveis não sejam muito seguros, como já foi dito, pode-se organizar o seguinte apanhado da safra 1942-1943: foram colhidos 265.000 ha com um rendimento de ..... 7.000.000 de toneladas de beterraba. Dêste total 4.900.000 toneladas foram destinadas à produção de açúcar, a qual somou 617.000 toneladas. O restante da colheita foi utilizado na fabricação de 1.950.000 hl de álcool. Cêrca de 100 usinas trabalharam para alcançar êsses resultados.

Durante o período da guerra, quando a produção açucareira da França era obtida sob os auspícios da Alemanha, foram formuladas numerosas queixas referentes à sua má distribuição. Havia grandes quotas para a indústria ao passo que os agricultores, por exemplo, recebiam um kg de açúcar por tonelada de beterraba produzida. Não é de surpreender, pois, que o açúcar tenha procurado o mercado negro, onde se tornou acessível ùnicamente às pessoas de posses.

A retirada do inimigo da parte norte da França, no comêço do outono, sem haver tido a oportunidade e o tempo de utilizar as fábricas para a sua defesa, deixou a parte material da indústria virtualmente intacta. Êste fato deveria facilitar o início da campanha açucareira de 1944-45. Mas, afora a escassez da mão de obra, tanto nos campos como nas fábricas, o principal problema da indústria tem sido a carência de carvão. Até meados de novembro os industriais do norte da França, que produzem 70% da produção total do país, não tinham podido iniciar suas atividades. As possibilidades de produção da colheita eram pessimistas. As beterrabas eram pobres tanto em pêso como em densidade, existindo a possibilidade de maiores danos futuros. Cêrca de 100.000 toneladas de carvão foram entregues à indústria em novembro, quantidade insuficiente, pois o total necessário era de mais de 400.000 toneladas. Em conseqüência, acredita-se que o rendimento industrial da colheita fique reduzido a 300.000 toneladas e que o consumidor francês seja alcançado por um severo racionamento.

Ao que se anuncia há grandes quantidades de açúcar disponível nas colônias francesas; mas neste caso o problema é o do transporte, o qual não tem solução. Mesmo que êste açúcar bruto das colônias pudesse chegar à metrópole, a sua refinação ficaria sujeita à escassez do combustível, situação que continuará sem solução durante certo tempo.

Quanto à colheita de 1945, ao ser elaborado o estudo presente, ainda era cedo para fazer maiores cálculos. Havia, também, o problema da mão de obra o qual só melhorará com o fim da guerra, quando a França desmobilizar o seu exército. Cabe considerar, finalmente, a escassez, que se espera venha a prolongar-se, de fertilizantes nitrogenados e de instrumental agrícola.

GUIANA INGLÊSA

De janeiro a outubro de 1944, a Guiana Inglêsa exportou 850.741 galões de melaços e 145.823 toneladas curtas de açúcar, contra 282 galões e..... 100.261 toneladas, respectivamente, em idêntico período do ano anterior.

Segundo o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", o aumento na exportação resultou de maiores facilidades de transporte marítimo, como também de medidas especiais do govêrno britânico, visando melhorar as condições econômicas.

HAITI

A estação de moagem da safra de 1945 vai decorrendo normalmente, informava em 1 de março o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal". Esperava-se em janeiro uma produção de 9.133 toneladas de açúcar e mais de 400 mil galões de melaços.

As lavouras apresentam-se em excelentes condições, acreditando-se que êste será um dos melhores anos na história da indústria açucareira haitiana. Os produtores locais estão, todavia, experimentando grandes dificuldades de transporte.

PANAMÁ

O número de usinas açucareiras da República do Panamá, segundo dados divulgados pela revista "La Industria Azucarera", é de seis e a respetiva produção conjunta subiu a 4.469.778 kg em 1943 e 3.694.081 kg em 1942. Embora a maioria da cana moída tenha sido de produção própria das usinas, há um número considerável de plantadores independentes. Em 1942 havia 10.000 plantações cobrindo uma área de 9.323 ha. A produção

anual de xaropes foi de 3.040.476 kg e a de açúcar cru de 1.014.040 kg.

Panamá importa algum açúcar refinado, especialmente para a fabricação de bebidas sem álcool e para completar as necessidades do consumo interno. Em 1944 as importações de açúcar refinado foram de 608.613 kg contra 2.645.385 kg, em 1943, e 3.800.280 kg, em 1942.

PARAGUAI

De acôrdo com dados recebidos pela revista "La Industria Azucarera", de Buenos Aires, a situação estatística da indústria açucareira no Paraguai, nos últimos cinco anos, era a seguinte:

	1944	1943	1942	1941	1940
Hectares colhidos	—	7.680	7.590	—	—
Lavradores independentes....	—	4.300	4.300	—	—
Cana moída (kg)	112.602.417	129.748.620	150.167.186	215.873.550	185.840.543
Açúcar fabricado (kg).....	9.833.450	10.202.620	10.201.000	15.830.390	12.446.810
Açúcar importado (kg).....	2.750.000	—	(imp. proíbida	—	—
Açúcar exportado (kg).....	—	(sem exp.)	(sem export.)	5.000.000	1.000.000
Consumo do país (kg).....	15.000.000	11.000.000	10.000.000	9.000.000	9.000.000

* * *

A produção de açúcar na estação de 1944 (junho a dezembro) elevou-se a 10.855 toneladas curtas, cifra que representa uma redução de cêrca de 3 por cento em relação ao volume produzido em 1943. A percentagem do rendimento em açúcar passou de 7.8 por cento em 1943 a 8,2 por cento em 1944.

O consumo interno no ano passado era estimado em 15.432 toneladas, com um aumento de 4.409 toneladas sôbre a quantidade especificada no decreto governamental de maio de 1943. Para atender à procura, informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", o Paraguai está importando açúcar do Peru, fonte onde habitualmente se abastece. Acrescenta o referido jornal, no seu número de 15 de fevereiro, que o govêrno autorizou a importação de 5.500 toneladas de açúcar do Brasil.

REUNIÃO

A produção de açúcar em 1944 foi a menor até agora registrada neste século, atingindo apenas 16.500 toneladas curtas contra 27.294 toneladas em 1943.

A escassez de adubos, cultivo de outras lavouras em 1941 e 1942 e o ciclone que atingiu a ilha em abril do ano passado e causou grandes devastações, são as causas apontadas como responsáveis pela redução da safra.

URUGUAI

O "Jornal do Comércio", desta Capital, publicou o seguinte:

"O açúcar importado pelo Uruguai é fornecido atualmente apenas pelo Brasil e pelo Peru. Êsse último país está desenvolvendo esforços no sentido de suprir o Uruguai de grandes partidas daquêle produto.

Segundo a Embaixada do Brasil em Montevidéu a imprensa dessa capital, especialmente "La Mañana", iniciou uma campanha no sentido de convencer os agricultures a desenvolverem as plantações de beterraba e de cana de açúcar. As plantações de beterraba apenas fornecem 10% das necessidades nacionais e quanto às de cana de açúcar, são ainda pequenas, localizadas em Departamento do norte. Quanto ao plantio da cana de açúcar, "La Mañana" citou como argumento muito interessante o fato de haverem as plantações de cana resistido às geadas do ano passado e à sêca dêste ano. Além disso proporcionarão de 4.000 e 8.000 toneladas de forragem para o gado".

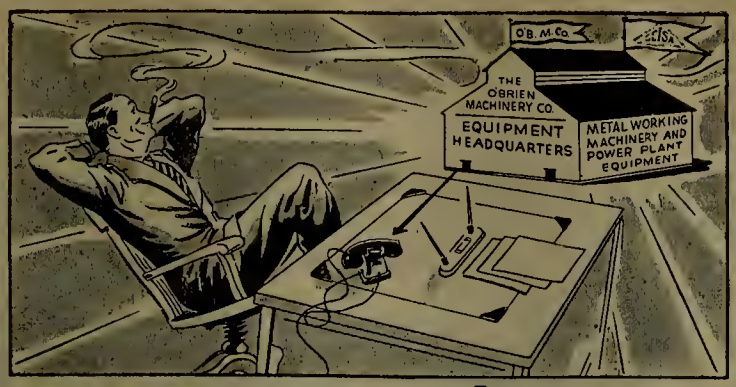
* * *

Em missão especial do govêrno uruguaio esteve nos Estados-Unidos e no Canadá adquirindo sementes de batata e beterraba o Sr. Carlos J. Berta, que acaba de regressar ao seu país. De acôrdo com informação divulgada pela "Revista Uruguay Industrial" foram compradas 44.000 libras de sementes de beterraba, no valor de..... 10.000 dólares.

VENEZUELA

Em seu número de janeiro, "Produción", revista dos produtores, editada em Caracas, solicita a adoção de medidas capazes de normalizar o mercado açucareiro da Venezuela. Refere que, há tempos, a Camara Uruguaio-Venezuelana realizou gestões para o embarque de 5.000 toneladas de açúcar mascavo para o Uruguai, operação que não chegou a completar-se por haver sido noticiado que a Usina Tacarigua perdera cêrca de 70.000 toneladas de cana semeadas fora de tempo. Posteriormente os preços do açúcar começaram a subir acima dos limites fixados e, mais tarde, o produto faltou no mercado, obrigando várias fábricas de doces a suspender por alguns dias as suas atividades, por falta de matéria prima.

Afirma "Produción" que a escassez observada deriva em parte do não funcionamento da Usina Tacarigua, propriedade do Estado, e da queda da produção da Usina Venezuela. Outra razão é o baixo rendimento das canas semeadas no país que obrigam a semeadura de grandes extensões para obter resultados satisfatórios. Urge que o poder público favoreça a aclimação de variedades mais ricas e produzidas em condições técnicas mais favoráveis. Na opinião da revista, a capacidade da produção da indústria é suficiente para cobrir o consumo do país, faltando apenas aproveitamento mais eficiente da mesma.



QUAL PREFERE: ÊSTE... OU ÊSTE ?

THE O'BRIEN MACHINERY Co.

PHILADELPHIA U.S.A.

é a maior organização de vendedores exportadores em máquinas novas, ou recondicionadas, de Philadelphia, que é um dos maiores centros industriais dos Estados-Unidos. A O'Brien se especializa neste ramo há 50 anos, exportando maquinaria para todo o mundo, onde o nome O'Brien é reputado pelo cuidado com que seus peritos engenheiros selecionam as máquinas, desmontam, recondicionam e testam antes de exportá-las.

A sua garantia tornou-se ainda mais extensa, graças à sua associação com a **S E I S A** .

A O'Brien não é uma casa comissária com apenas escritórios e arquivos — ela possui várias oficinas com um corpo técnico de mais de 100 engenheiros, mecânicos e eletricistas, que trabalham no recondicionamento das máquinas oferecidas aos seus clientes.

Sòmente uma tal organização poderia dar garantia completa aos seus clientes em tôdas as partes do mundo.

Ao potencial do mercado industrial do Brasil foi dedicado um interêsse especial, que resultou na organização da **S E I S A**, que conta com elementos técnicos, idôneos e capazes, para atender às necessidades dos seus clientes, que são inúmeros no Brasil.

Quando V. Sª. necessitar de qualquer tipo de máquina, não espere pelo apósguerra, pois durante muito tempo a indústria americana terá de suprir as necessidades do mercado interno e das grandes áreas devastadas da Europa. Procure agora a **S E I S A**, que lhe fornecerá preços para uma máquina ou para uma instalação completa, com maquinaria recondicionada pela O'Brien, com garantia desta e da **S E I S A** .

Usinas de fôrça; motores elétricos, diesel ou a vapor; compressores de alta e baixa pressão, fixos ou portáteis; máquinas, ferramentas, etc., tudo lhe poderá ser entregue em curto prazo graças às facilidades da O'Brien e da **S E I S A.**

Grandes industriais de São Paulo, Rio e outros Estados já receberam as suas máquinas, que estão em funcionamento satisfatório, cooperando para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Conforme foi divulgado pela imprensa, mesmo nos Estados-Unidos não podem ser adquiridas máquinas novas, a não ser para indústrias diretamente ligadas ao esfôrço bélico.

SEISA

SOC. EXPANSÃO INDUSTRIAL SUL AMERICANA LTDA

Rua da Candelaria, 9
9º andar — Salas: 902/4

RIO DE JANEIRO - BRASIL

CAPITAL Cr$ 2.000.000,00

Telegramas:
"RIOSEISA"
Fones: 23-6241 e 43-1609

Distribuidora no Distrito Federal e Estado do Rio de :

COMBRAL LTDA

A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA NAS FILIPINAS

George F. Budik (1)

Em seu número de abril, "La Industria Azucarera", de Buenos Aires, publica o trabalho, que a seguir divulgamos, sôbre a economia canavieira nas ilhas Filipinas.

Com a destruição dos conquistadores japonêses pelas fôrças armadas dos Estados-Unidos, a nação norte-americana tem novamente acesso a uma das suas principais fontes de abastecimento de açúcar. O comércio de açúcar entre as Filipinas e os Estados-Unidos data de mais de um século ou seja de antes das ilhas estarem livres do contrôle espanhol. Nos quarenta e poucos anos seguintes, favorecida tanto pelas vantagens da tarifa quanto pela segurança do mercado dos Estados-Unidos, a produção de açúcar aumentou notàvelmente nas Filipinas transformando se eventualmente no principal artigo de exportação das ilhas.

As Filipinas, nos anos que precederam a guerra do Pacífico, enviavam aproximadamente 1.000.000 de toneladas curtas (907.000 toneladas métricas) de açúcar anualmente para os Estados-Unidos. Êstes embarques totalizavam mais ou menos 90% da produção açúcareira das Filipinas, abastecendo cêrca de 15 % do consumo total dos Estados-Unidos. A perda desta fonte abastecedora foi seguida de uma diminuição da produção de açúcar nas zonas de beterraba do oeste dos Estados-Unidos e nos países de ultramar abastecedores de açúcar de cana — Pôrto Rico e Havai — tudo a um tempo e quando mais se necessitava do produto para remetê-lo aos aliados. A carência de açúcar nos Estados-Unidos foi, em parte, compensada pelo aumento das importações de Cuba, mas ainda assim as perspetivas para 1945 não são tão boas quanto seria de desejar. Os cálculos da colheita para o corrente ano (ainda antes de um furacão haver no mês de outubro açoitado a parte ocidental da ilha) indicam uma produção menor que a de 1944. Com as crescentes solicitações de açúcar das Nações Unidas e das regiões liberadas, um dos melhores frutos da vitória no Pacífico seria o açúcar filipino.

Em que prazo e em que volume a produção de açúcar das ilhas de Luzon e Negros, onde estava centralizada a produção antes da guerra, e das outras ilhas do grupo — entre elas Leyte, Panay, Mindoro e Cebu — onde se produziam quantidades menores de açúcar, poderá ser obtida é uma questão determinada por três fatôres: 1) — a data efetiva da libertação das várias ilhas produtoras entre as muitas do arquipélago filipino; 2) — o volume dos estoques abandonados pelos japonêses ao serem expulsos; 3) — as condições das plantações de cana e das usinas depois de vários anos de ocupação nipônica, tendo algumas servido de campo de batalha por mais de uma vez.

A cana pode ser moída e o açúcar cru fabricado desde novembro até a terminação do período normal da moagem em junho. A simplicidade da tarefa vai depender da quantidade de engenhos que tenham sido despojados das suas máquinas; do número de usinas destruídas pelos japonêses em sua retirada, e da área dedicada à cultura da cana que haja sido abandonada ou dedicada a outras culturas.

As condições das plantações e do equipamento no momento da libertação dependerão da parte que a indústria açucareira filipina haja desempenhado sob os seus dirigentes temporários. Com os abastecimentos dos açúcares de Formosa, das Índias Holandesas e de várias ilhas do Pacífico para supri-las em caso de necessidade, é pouco provável que os japonêses tivessem interêsse pela produção de açúcar das Filipinas.

Não obstante, o invasor teve necessidade de álcool industrial e derivados para a manufatura de materiais de guerra e êstes produtos poderiam ter sido fàcilmente elaborados com a cana de açúcar das ilhas. De acôrdo com determinadas informações. a cana foi utilizada para a fabricação de álcool-motor em substituição dos escassos produtos petrolíferos usados como combustíveis. A serem verdadeiros tais informes, o restabelecimento da produção de açúcar poderia ser levado a cabo com bastante facilidade.

A produção da cana de açúcar tem uma larga história nas Ilhas Filipinas. Séculos antes de Magalhães cruzar o Oceano Pacífico, viajando rumo ao ocidente vindo da América do Sul, a cana já era cultivada nas ilhas. Depois de subsistir durante meses com uma dieta completamente exígua na histórica travessia, a tripulação de Magalhães foi recebida com suculentos pedaços de cana por um potentado de Mindanau. Os viajantes voltaram à Espanha contando sôbre os doces que haviam comido nas Filipinas feitos com o suco da mesma cana.

Informes fragmentários falam sôbre o primeiro comércio do açúcar filipino. A cana figurava em um carregamento das ilhas realizado em época tão distante como o ano de 1565. Um embarque de 150 toneladas de açúcar foi consignado para os Estado-Unidos em 1795. Em 1796 mais de 5.000 toneladas de açúcar foram exportadas das ilhas e já por volta de 1835 as exportações haviam aumentado para 15.000 toneladas. O açúcar cru era primitivamente embarcado em bôlsas de esteiras chamadas "bayones", construídas com fôlhas de palmeira buri e amarradas com fibras. O comércio desenvolveu-se ao serem utilizados veleiros que partiam ao receber o açúcar como carga estivada.

A antiga moagem era realizada com primitivas moendas movidas por animais de tiro, sendo a cana moída entre cilindros de granito. Acredita-se que o equipamento e as vasilhas de barro, dentro dos quais escorriam os melaços dos cristais do açúcar, foram introduzidos pelos chineses,

---

(1) Do Departamento de Comércio Externo e Interno dos Estados-Unidos).

ESTATÍSTICA AÇUCAREIRA DAS ILHAS FILIPINAS

ANO	Cana colhida			Total (Toneladas curtas)	Açúcar produzido		
	Área cultivada. (acres)	Rendimento por acre (Toneladas curtas)	Produção calculada de tôda a cana colhida (Ton. curtas)		Centrifugado (Toneladas curtas)	Mascavo (Toneladas curtas)	Panocha
1921	595.066	9.89	5.883.948	533.188	219.370	282.622	31.196
1922	561.642	8.08	4.536.226	475.325	258.763	190.711	25.851
1923	561.395	9.02	5.061.999	529.091	325.046	172.245	31.800
1924	591.740	13.12	7.765.686	779.510	551.621	191.563	36.326
1925	572.886	10.06	5.764.913	607.362	407.703	163.682	35.977
1926	586.501	12.18	7.143.006	766.902	586.833	140.694	39.375
1927	585.636	12.88	7.544.010	807.814	634.585	128.989	44.240
1928	636.801	13.77	8.766.704	933.955	769.394	121.636	42.925
1929	640.063	13.63	8.721.127	983.767	866.913	77.346	39.508
1930	633.021	14.05	8.894.583	958.032	871.297	51.186	35.549
1931	625.435	17.10	10.695.670	1.174.311	1.100.214	41.671	32.426
1932	663.365	18.35	12.169.753	1.342.795	1.284.986	29.364	28.445
1933	755.854	19.89	15.035.377	1.652.593	1.597.949	23.339	31.305
1934	521.603	12.84	6.699.441	754.721	700.311	25.530	28.880
1935	619.603	14.26	8.833.004	1.042.630	978.865	28.309	35.456
1936	635.195	16.30	10.351.315	1.186.184	1.117.817	31.234	37.133
1937	563.215	17.84	10.050.301	1.115.574	1.054.631	27.047	33.896
1938	567.584	17.47	9.918.352	1.149.376	1.088.510	27.443	33.423
1939	589.951	16.97	10.010.958	1.141.841	1.049.015	63.886	28.940
1940	—	—	—	1.148.000	1.035.000	—	—
1941	—	—	—	1.167.000	—	—	—

que ocupavam posição destacada na indústria açucareira das Filipinas nos dias anteriores à adoção dos métodos modernos.

Com o estabelecimento dos primeiros engenhos movidos a motor, no ano 1860 aproximadamente, a indústria açucareira das ilhas começou o seu rápido desenvolvimento. O outro progresso digno de nota foi a utilização das mais modernas máquinas centrífugas, as quais separam o melaço do açúcar em tachos metálicos giratórios. Nos dez anos que se seguiram à primeira guerra mundial o açúcar centrifugado superou o mascavado que até então fôra o açúcar típico exportado pelas Filipinas.

O açúcar mascavado, ainda produzido em pequenas quantidades, é elaborado vertendo o suco fervendo da cana, pronta a cristalizar-se, em vasilhas com a forma de sino, de uma capacidade

de 45 a 63 kg. O fundo da vasilha se cobre com bagaço. Ao esfriar o suco e formar-se os cristais do açúcar, o melaço atravessa o bagaço e sai por um pequeno orifício praticado no fundo. O açúcar que se encontra na parte superior da vasilha tem bons cristais e relativamente pouco melaço. A quantidade dêste último aumenta à medida que se vai chegando mais para o fundo do recipiente. O processo é lento, requerendo vários meses para ser levado a cabo.

Outro tipo de açúcar fabricado nas Filipinas é o "panocha", produto cru modelado em pães no interior da metade de um côco vazio e vendido para o consumo dos nativos.

Antes da guerra o açúcar refinado era produzido por quatro estabelecimentos, sendo exportadas anualmente cêrca de 50.000 toneladas.

Em 1940, produziam açúcar nas Filipinas 42 usinas. Destas, 19 situadas na ilha de Negros produziram nesse ano 635.000 toneladas curtas (575.945 métricas) de açúcar. As 14 usinas situadas em Luzon tinham uma quota de 370.000 toneladas curtas (335.590 métricas) de açúcar.

Ao contrário da organização açucareira de muitas regiões canavieiras do mundo o ativo das usinas filipinas raramente inclui grandes inversões em terrenos para a cultura da cana. A prática nas ilhas foi desalentar as grandes plantações, seja dos indivíduos seja das emprêsas.

Esta subdivisão das terras explica o reduzido tamanho da maioria das 24.000 propriedades dedicadas à cultura da cana, muitas das quais anualmente plantam bem poucos acres. O cultivo dessas propriedades em épocas anteriores à guerra estava dividido igualmente entre pequenos proprietários e arrendatários.

O sistema de comerciar com a cana inclui um contrato entre o plantador e a usina pelo prazo de 30 anos, cujas cláusulas estabelecem a extensão do terreno que se deve dedicar à cultura. A maioria da cana é transportada às usinas pelas ferrovias de propriedade das mesmas. Depois da moagem e da elaboração, o açúcar é repartido na base de condições estabelecidas de antemão, freqüentemente em partes iguais entre o plantador e a usina. O plantador geralmente goza da mais completa liberdade para dispor da sua parte como entender. Alguns vendem o açúcar por intermédio de cooperativas, outros particularmente e vários nomeiam a usina como agente de vendas.

Quando as Ilhas Filipinas estavam sob o contrôle da Espanha, antes de 1898, já os Estados-Unidos eram importantes compradores de açúcar das ilhas. Depois dêsse ano, amparados nas concessões especiais de tarifas, as Filipinas se fortaleceram cada vez mais no mercado dos Estados-Unidos. Depois de 1930 as exportações de açúcares filipinos para outros países ficaram reduzidas a menos de 1.000 toneladas anuais.

A produção açucareira insular aumentou em forma constante, passando de menos de 500.000 toneladas anuais em 1920 para cêrca de 1.650.000 toneladas na colheita de 1933-34. Êste acréscimo foi devido menos ao aumento da área de cultura que ao conhecimento e emprêgo de melhores variedades de cana. Com uma única recaída para 750.000 toneladas no ano que se seguiu ao da cifra recorde, a produção de açúcar estabilizou-se em ..... 1.150.00 toneladas em 1941. O consumo interno das ilhas absorve anualmente de 75.000 a..., ... 100.000 toneladas.

A partir de 1902 os Estados-Unidos estenderam as vantagens de uma tarifa especial de isenções aos produtos filipinos, iniciando um novo acôrdo com a sua recentemente adquirida possessão. Sob o novo regime, o desenvolvimento da política dos Estados-Unidos relativa à admissão do açúcar filipino no país foi sempre de grande importância para a indústria.

Nos anos anteriores à presente guerra, as concessões de quotas limitando o volume de açúcar filipino que podia entrar nos Estados-Unidos anualmente, restringiu o crescimento da produção. O volume do açúcar produzido nas Filipinas, como em outras muitas regiões produtoras, era limitado menos pela capacidade produtiva que pela importância dos mercados disponíveis. Portanto, a produção das ilhas era quase equivalente ao total dos embarques permitidos pela quota estabelecida pelos Estados-Unidos. Êste processo favorável foi parcialmente destruído pelo programa da independência filipina e, de acôrdo com a lei que vigorava até iniciar-se a guerra, em 1946 iam ser estabelecidos impostos básicos.

Hoje a situação mudou e o abastecimento mais que a procura é o fator de maior importância no que diz respeito à situação açucareira dos Estados-Unidos e seus aliados. Com uma procura que promete ser ainda mais premente com a cessação das hostilidades na Europa, o açúcar filipino fàcilmente acessível, em futuro próximo vai encontrar mercado favorável.

Não obstante chegará o dia, no período do após guerra, em que os produtores de açúcar das Filipinas terão de enfrentar o problema. Passarão os dias de aguda escassez de açúcar e a produção em muitas regiões alcançará novamente os níveis anteriores, igualando ou superando a procura efetiva. A indústria deve levar em conta êstes fatôres que vão afetar os preços mundiais do açúcar e determinar o êxito com que poderá fazer frente à concorrência internacional.

"Álcool Absoluto"

Livro do

Dr. Anibal R. de Matos

Preço. . . . . Cr$ 6,00

Pelo Correio. . . . . Cr$ 6,60

À venda no Instituto do Açúcar e do Álcool

TRANSPORTADORES DE BAGAÇO FUNCIONAM MELHOR COM CORRENTES "REX"

A série "1100" de corrente de rolos "Rex" é usada largamente para transportadores de bagaço e geralmente dura neste serviço diversas vêzes mais do que as correntes comuns. Aguenta perfeitamente as severas condições de trabalho e é a sua melhor proteção contra desarranjos sérios e dispendiosos. A corrente "Rex" série "1100" é uma corrente fundida. Para formar uma linha rígida, tambores telescópicos estabelecem uma relação rígida entre as barras laterais (veja a fotografia acima). Fornece-se em ferro maleável ou metal Z, um metal férreo que é consideràvelmente mais forte e mais resistente ao desgaste e corrosão. Outra corrente popular para transportadores de bagaço é a corrente de aço Chabelco, que tem peças rígidas de união de aço tratado a quente da melhor qualidade, com peças de desgaste endurecidas e colocadas com precisão. Para informações completas sôbre Correntes "Rex" para usinas de açúcar, ou correntes para qualquer requisito de acionamento ou transporte, procure o distribuidor local ou escreva à Chain Belt Company, 1735 West Bruce Street, Milwaukee 4, Wisconsin, U. S. A. Filial em New York: 19 Rector Street, New York, N. Y., U. S. A.

CORRENTE "REX" PARA TRANSPORTADOR INTERMEDIÁRIO

Esta corrente tipo tambor, de dois pinos, elimina a acumulação de material entre a corrente e o pino. Além disso, o novo modêlo de taliscas, com bordas que se superpõem em direção contrária à da marcha, evita o depósito de material entre as taliscas. Fornece-se a Corrente "Rex" para Transportador Intermediário, Série 900-907E, em ferro maleável ou metal Z.

CORRENTE DE AÇO "REX" PARA TRANSPORTADOR DE CANA

Os aços especiais usados e a cuidadosa montagem dos pinos, buchas e rolos sob pressão controlada, combinam-se para formar uma corrente da máxima resistência e segurança para êste serviço.

REX **CORRENTES PARA USINAS DE AÇÚCAR**

Transportadores Intermediários de Bagaço e Cana

3074

Distribuidores para o Brasil:

ALMEIDA FONTES IMPORTADORA S. A.
SÃO PAULO — Rua Florência de Abreu, 475
RIO DE JANEIRO — Rua do Senado, 184-A
PÔRTO ALEGRE — Rua Vig. José Inácio, 40

BRAZILCO LIMITADA
Av. Marquês Olinda, 222 - Recife

DANTAS & KRAUSS
Caixa Postal 154 - Aracaju

SIMTRAL SOC. IMP. DE MÁQUINAS, TRATORES E ACESSÓRIOS LTDA.
Caixa Postal, 1341 — Bahia

MODERNIZAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Adelino Deícola dos Santos

O ponto débil da indústria açucareira nacional reside nas formas antiquadas de plantio e trato dos canaviais. Muito pouco se tem avançado da era colonial aos nossos dias. Deparamos por tôda parte com o emprêgo de métodos rotineiros, portanto anti-econômicos.

Por modernização da cultura canavieira entendemos o barateamento da produção da matéria prima. A conseqüência seria o aumento da produtividade nas mesmas áreas já cultivadas.

COMO AUMENTAR A PRODUÇÃO?

Há muita gente teimosa por êste Brasil afora que insiste em plantar variedades comuns, como a Caiana, a Louisier, a Roxa, a Port Mc Kay. Quase todos êsses tipos provêm do século passado. São de baixo rendimento e muito atacados pelas doenças. Já em 1925, nas lavouras paulistas, o técnico José Vizioli apontava uma diminuição brusca, alarmante, ao constatar que um hectare de canavial apenas produzia 13 sacos de açúcar. Há vinte anos passados impunha-se o abandono das variedades velhas.

Revelaram-se as canas javanesas não só mais resistentes às pragas, como de maior produção. Em Minas Gerais, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, realizaram-se experiências comparativas das variedades javanesas e comuns. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Cana de Java (por alqueire)	Cana comum (por alqueire)
1.º corte: 180 toneladas	1.º corte: 95 toneladas
2.º corte: 160 "	2.º corte: 60 "
3.º corte: 150 "	3.º corte: 50 "

Ficou evidenciada a supremacia das variedades javanesas, conhecidas pelo prefixo P. O. J. de sua estação experimental. Ùltimamente, foram introduzidos no Brasil híbricos de canas indianas, conseguidos pelos técnicos de Coimbatore. Conhecidos também pelo prefixo Co., adaptaram-se às nossas condições, revelando grande produção, boa riqueza sacarina, extraordinária resistência ao mosaico, à broca e outras enfermidades. A **Co. 290**, obtida de cruzamentos feitos na Índia, provou ser em São Paulo, em qualquer terra e em tôdas as zonas do Estado, a cana de maior rendimento de açúcar por hectare. Neste particular, distanciou-se nìtidamente de suas competidoras javanesas. A Estação Experimental de Piracicaba vem procedendo à sua multiplicação e distribuição aos lavradores.

NOVOS PROCESSOS DE PLANTIO

O verdadeiro segrêdo das grandes colheitas está na boa preparação do terreno. Mesmo em terras de segunda qualidade, o agricultor — se fôr caprichoso — obterá resultados compensadores.

Vejamos, agora, em que consiste um **bom preparo** do terreno para a formação dos canaviais. Em primeiro lugar: **destocamento** perfeito de todos os tocos e raízes, a fim de facilitar o trabalho do arado, das grades de discos e de dentes, dos sulcadores e das carpideiras. Convém destocar pelas seguintes razões: 1 — os tocos dificultam e encarecem todo o trabalho da lavoura; 2 — os terrenos destocados permitem o trabalho com as máquinas agrícolas, o que sai mais rápido e barato; 3 — os tocos ocupam espaço que não pode ser aproveitado; 4 — os tocos servem de esconderijos a animais e insetos que atacam as lavouras.

Em segundo lugar: **aradura** perfeita, seguida de completo **destorroamento.**

Em terceiro lugar: abertura de **sulcos** distanciados 1,m50 para as canas finas e médias, e 1.m80 para as grossas. Nesses sulcos de 30 centímetros de profundidade, distribuem-se as mudas, conservando-se entre elas um intervalo de 40 centímetros. Cobrem-se as mesmas com 5 a 10 centímetros de terra.

Os cultivos são feitos com a carpideira até a cana cobrir todo o terreno, quando as ervas infestantes não mais crescerão.

SELEÇÃO DAS MUDAS

Os nossos agricultores devem introduzir em suas lavouras o método de escolher cuidadosamen as mudas destinadas ao plantio. Os proveitos, que lhes advirão dessa prática, refletir-se-ão num considerável aumento de produção. Dois especialistas de renome, C. E. Beauchamp e F. Lazo acentuaram o valor da seleção com as seguintes palavras: "um vigor maior das mudas tem como resultado a obtenção de plantas com maior capacidade de assimilação dos alimentos, refletindo-se esta condição **em maior tonelagem de rendimento, por um custo menor**. A muda de cana vigorosa contém usualmente um suprimento mineral capaz de iniciar um crescimento luxuriante e vigoroso". **(Proceedings of 10th Anual Conference, Ass. de Tecnicos Azucareros de Cuba).**

A seleção das mudas é levada a cabo em viveiros localizados nos melhores terrenos e, de preferência, fàcilmente irrigáveis. Nesses viveiros o agricultor controlará o desenvolvimento das touceiras, futuras fontes de mudas para o plantio em grande escala. Tôda a planta, que apresentar estigmas de moléstias, degenerescência, etc. terá que ser imediatamente arrancada e queimada. A essa eliminação os americanos dão o nome de "roguing".

I. L. Forbes, em artigo no "Sugar Bulletin" exalta as vantagens do "roguing" na luta contra o mosaico. Em St. Mary Parish, escreve êle, um plantador conseguiu 5 toneladas de cana a mais, por acre (1 hectare = 2,47 acres) devido exclusivamente ao emprêgo do "roguing" e ao uso de mudas escolhidas.

O CULTIVO DAS SOCAS

Ao falarmos do atraso colonial, que ainda se verifica em numerosas plantações de cana, teremos que aludir à absurda queima da palhaça remanescente aos cortes dos canaviais. Sob a falsa impressão de limpeza do terreno e facilidade dos cultivos posteriores, recorre-se ao fogo. E êste terrível inimigo da terra destrói tôda a matéria orgânica, elimina o azôto fertilizante e mata os insetos inimigos da **broca**, que é a maior praga entomológica da cana de açúcar!

Nada, pois, de destruição dêsse potencial de humos, existente nas palhadas. Utilizemo-los no cultivo das socas, enleirando-as em ruas alternadas, nos canaviais. Êsse enleiramento, além de fortalecer a terra com nova incorporação de matéria orgânica, recobre o solo, conserva a umidade, impede a infestação de ervas daninhas, reduz as capinas, auxilia o desenvolvimento de insetos inimigos da "broca". Os trabalhos culturais das soqueiras são pequenos, limitam-se apenas a limpezas, enleiramentos e colheitas. Tudo isto sai muito mais barato do que formar novas lavouras canavieiras. "Na cultura racional e econômica — frisou o agrônomo Corrêa Meyer — o cultivo das socas é uma das operações que devem ser realizadas com especial cuidado e de maneira sistemática, **porque a sua exploração representa o verdadeiro lucro da indústria".**

A IRRIGAÇÃO

O centro e o sul do país desconhecem a prática da irrigação dos canaviais, já introduzida em Pernambuco por iniciativa do agrônomo Apolônio Sales. Êste técnico patricio estudou os métodos empregados em Havaí. Em Havaí, escreveu Apolônio Sales, "nenhuma plantação de cana se faz sem irrigação, em zona cuja altura pluviométrica anual não passe de 2.000 milímetros".

Em Piracicaba, no Estado de São Paulo, ficou patente o considerável aumento de tonelagem de cana produzida por meio de irrigação. Os ensaios feitos acusaram os seguintes resultados por hectare de terra velha:

	Sem irrigação	Com irrigação
P. O. J. 213	52 toneladas.....	92 toneledas
P. O. J. 2878	60 toneladas.....	100 toneladas

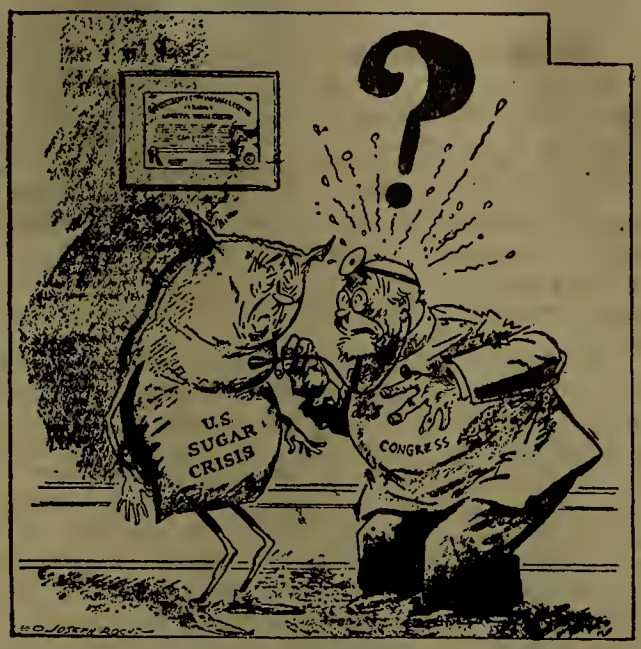
CONCLUSÃO

A cultura canavieira do Brasil poderá fàcilmente romper o invólucro da rotina herdada dos remotos tempos coloniais. Regiões açucareiras já existem no país, onde os canaviais podem vantajosamente competir com os centros agrícolas mais adiantados do exterior.

Mas, isto que parece muito, ainda é pouco, não passando de pequeninas ilhas de lavouras florescentes na vastidão da terra brasileira, onde predominam as formas antiquadas e anti-econômicas.

O problema premente que o após-guerra coloca diante da indústria acuçareira nacional é o da imediata modernização da lavoura canavieira.

A CRISE DE AÇUCAR NOS ESTADOS-UNIDOS



Entre as restrições impostas ao povo norte-americano durante a guerra, o racionamento do açúcar foi um dos mais severos, sendo também dos que mais duramente atingiram os seus hábitos alimentares, uma vez que nos Estados-Unidos se encontra um elevado consumo "per capita". A escassez de açúcar é um tópico de freqüentes comentários nos jornais norte-americanos e nas publicações especializadas. Os humoristas aproveitam também o tema para "charges", como esta que acima reproduzimos e que foi publicada pelo "The New York Times Overseas Weekly", de 27 de maio dêste ano. Um médico, representando o Congresso norte-americano, examina um saco de açúcar, êste simbolizando a crise do produto. A legenda inglêsa diz "Já é tempo para um novo exame geral".

"Os Holandeses no Brasil"

Jan Andries Moerbeeck — Motivos porque a Companhia das Indias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil. Amsterdam. 1624.

Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente. 1625.

Tradução do Rev. P.e Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues. Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues.

À venda nas Livrarias ..... Cr$ 5.00

MECANIZAÇÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Em recente edição do "The Sugar Bulletin" o Engenheiro R. M. Ram, do Departamento de Agricultura dos Estados-Unidos, devulga um esbôço do programa de investigação sôbre a colheita mecânica da cana de açúcar.

Em junho de 1944, o Congresso dos Estados-Unidos destinou 40.000 dólares para investigações sôbre maquinaria apropriada para a produção e colheita da cana de açúcar, de forma a reduzir o custo respetivo mediante a mecanização da lavoura.

Programa dessa ordem implica a revisão de todos os informes disponíveis e ampla coordenação entre as observações levadas a cabo pràticamente e as provas de verificação. O objetivo de semelhante trabalho de investigação é desenvolver novos métodos e tipos de máquinas a fim de alcançar utilização mais econômica da mão de obra e do equipamento, para reduzir os custos de produção e os riscos da colheita. Para levar a cabo a idéia, é necessário, primeiramente, determinar os problemas básicos fundamentais tanto ao crescimento como à colheita da cana. Por exemplo, um dos problemas fundamentais é o relativo ao corte da cana no pé e na ponta. Vão ser investigados vários métodos de efetuar esta operação para poder assim determinar o grau de fôrça necessário e a eficácia dos diversos tipos de máquinas. De acôrdo com as informações assim obtidas, serão desenvolvidos novos métodos, de utilidade tanto para os lavradores quanto para os fabricantes de máquinas para a indústria açucareira.

O Govêrno não produzirá equipamento para a venda. O programa de investigação tem por objeto, ùnicamente, a obtenção de informes para o desenvolvimento de novos tipos de máquinas que sejam úteis tanto aos que as usam como aos que as fabricam. Dependerá, ùnicamente, dos fabricantes utilizar tais informes para produzir tipos melhorados de máquinas. Tôda a máquina, sucetível de ser patenteada, que haja sido desenhada pelos técnicos do Govêrno, será patenteada como de uso público. Desta forma quaisquer pessoas se poderão beneficiar sem precisar pagar direitos.

Serão estudados os diversos métodos de colheita atualmente utilizados para determinar as respetivas vantagens e a maneira de melhorá-los. Das observações realizadas até o presente nas lavouras, verificou-se, de forma evidente, que não há um método que possa ser igualmente utilizado por todos os lavradores nem que convenha a todos os sistemas de produção. A finalidade, portanto, do programa de investigação, é cobrir todos os problemas mecânicos relativos à produção e colheita da cana. O plano de trabalho inclui experiências com máquinas para limpa, escavações, cultivo, fertilização, abertura de sulcos, plantação, colheita e defesa contra geadas a fim de fixar a conveniência de aconselhar métodos mais eficientes em tudo quanto se refira à cultura canavieira.

* * *

— No número de fevereiro de "Sugar", lê-se um resumo de um artigo publicado por R. M. Ramp, no Sugar Bulletin, sôbre o assunto.

Os dados obtidos com as pesquisas, diz o trabalho, serão aproveitados na construção de máquinas, em escala comercial, visando de preferência à produção e à colheita da cana. As pesquisas serão as mais amplas, compreendendo o contrôle das ervas daninhas e da broca, cultivo, adubação, plantio, colheita e outros problemas que possam ser resolvidos por meios mecânicos.

* * *

A Conferência de Técnicos Açucareiros de Queensland, Austrália, noticia "Cuba Economica y Financiera", reunida em 1914, manteve acalorado debate sôbre o tipo de máquina cortadora de cana que deveria receber o apoio oficial da associação e um auxílio financeiro visando o seu aperfeiçoamento em tempo de participar da colheita de 1944-45.

O "comité" especial para decidir do assunto selecionou a máquina "Toft", que utiliza dois discos giratórios quase à flôr da terra para cortar o talo e, em seguida, o suspende até uma mesa e aí o desfolha mediante outro disco. O subsídio de aperfeiçoamento outorgado pela associação foi de 1.700 libras esterlinas.

Tecnologia da fabricação do açúcar de cana

Livro do

Dr. Baeta Neves

Preço. . . . . Cr$ 50,00

Pelo Correio. . . . . Cr$ 51,00

No Instituto do Açúcar e do Álcool

MOENDAS de 3 a 14 ROLOS

Esteiras

Esmagadoras

Retalhadoras

Engrenagens Duplas

Máquinas a Vapor

Cabeças Hidráulicas

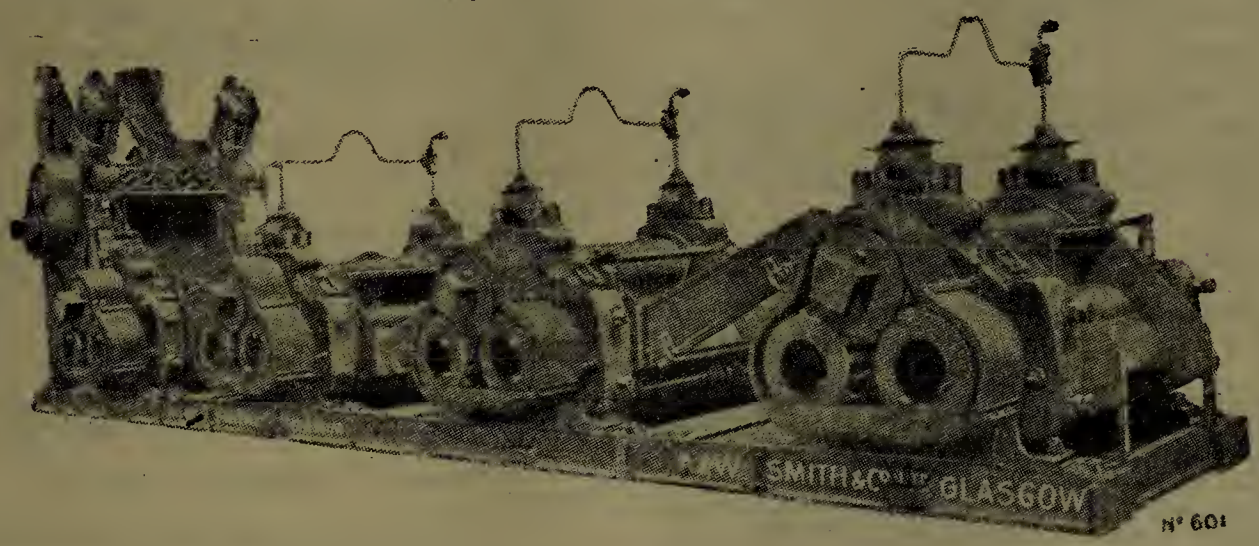
Acumuladores Hidráulicos

Bombas Elétricas e a Vapor

Reguladores Hidráulicos

Rolos Avulsos

Caldeiras



MOENDA de 14 ROLOS

CARLOS WRIGHT

Agrônomo

Caixa Postal, 4124 :: São Paulo, BRASIL

A. & W. Smith & Co. Ltd., desde 1837, Glasgow - Scotland.

TERCEIRA CONFERÊNCIA INTER-AMERICANA DE AGRICULTURA

O Conselho Diretor da União Panamericana aprovou o programa da Terceira Conferência Inter-Americana de Agricultura, a reunir-se a 24 do corrente em Caracas, capital da Venezuela. Essa Conferência, convocada em cumprimento de uma resolução da Segunda Conferência, celebrada em julho de 1942, na cidade do México, tem por fim estudar os problemas agrícolas de após guerra.

Os temas oficiais são os seguintes:

1.ª Seção — A Moeda e a Agricultura.

1 — Estudo das recomendações da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, New Hampshire, e da Conferência Técnico-Econômica Interamericana: a) Acôrdo sôbre o Banco Interamericano de Reconstrução e Fomento, e seu significado no desenvolvimento agro-pecuário das Américas; b) Estabilização internacional do sistema monetário.

2. Crédito agrícola: a) Organização e desenvolvimento do crédito agro-pecuário e florestal; b) Constituição de um fundo interamericano de crédito agro-pecuário.

2.ª Seção — Cultivos e Indústrias Atuais e sua adaptação ao após-guerra.

1. — Situação atual e perspectivas futuras da produção, aproveitamento e distribuição de produção, aproveitamento e distribuição de produtos de primeira necessidade para o comércio internacional, tais como trigo, café, açúcar, fibras, arroz e óleos vegetais.

2. Situação atual e perspectivas futuras dos cultivos cuja produção aumentou no hemisfério ocidental durante o período de guerra, a saber: borracha, quina, inseticidas, plantas medicinais e óleos vegetais.

3. Estudo das providências internacionais para promover a produção e distribuição ordenada dos excedentes agro-pecuários, a fim de que o produtor e o consumidor recebam maiores benefícios.

3.ª Seção — Alimentos e Matérias Primas.

1. — Melhoria dos sistemas de produção de alimentos de importância fundamental, e de outros bens econômicos: a) Criação de organismos para coordenar e fomentar a produção; b) Medidas destinadas a realizar o aproveitamento máximo dos recursos agrícolas, levando em conta a sua conservação e as vantagens comparativas que podem resultar da sua exploração.

2. — Aumento do consumo de alimentos e matérias primas agrícolas: a) Distribuição e aproveitamento dos excedentes agro-pecuários na atualidade e no após-guerra; b) Medidas destinadas a melhorar a alimentação rural e urbana, inclusive o estudo de regimes alimentares equilibrados, com a utilização dos alimentos disponíveis.

3. Cooperação técnica interamericana com o fim de aperfeiçoar os sistemas de produção e de consumo; sua relação com a cooperação internacional, especialmente no que se refere à Organização sôbre alimentação e Agricultura.

4.ª Seção — Mercados e Transportes.

1. — Transporte. Facilidades para o intercâmbio internacional de produtos agro-pecuários no após-guerra: a) Desenvolvimento dos meios de transporte e estudo dos efeitos que o transporte aéreo de produtos agrícolas provocará na economia interamericana; b) Fomento dos serviços destinados ao intercâmbio de produtos agro-pecuários, tais como armazenagem, classificação, beneficiamento e conservação; c) Criação de instalações para a armazenagem de produtos com o fim de permitir a sua ordenda distribuição pelos mercados.

2. Cooperação técnica interamericana no desenvolvimento dos meios de distribuição e intercâmbio de produtos agrícolas; sua relação com a cooperação internacional no que se refere à Organização sôbre Alimentação e Agricultura.

3. Ação conjunta das Nações Americanas em questões do comércio internacional que possam afetar os interêsses econômicos de uma parte ou da totalidade dos países do Continente; a) Organizações comerciais interamericanas, a fim de satisfazer as necessidades do Continente; b) Política tarifária; c) Convênios comerciais.

5.ª Seção — Migrações Agrícolas no após-guerra.

1. — Colonização: a) Movimento de populações rurais de zonas de grande concentração democráfica para regiões desabitadas; b) Princípios de legislação em matéria de colonização nacional e internacional.

2. Seleção e contrôle adequados da imigração no após-guerra e sua aplicação à agricultura.

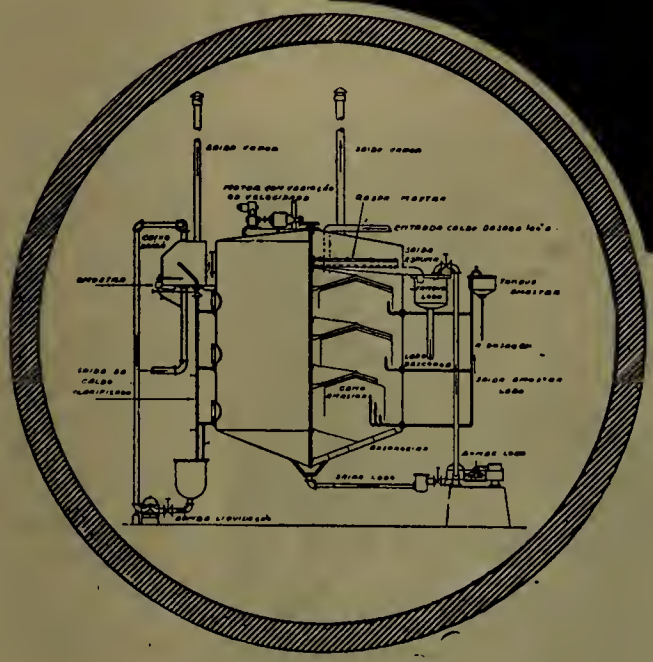
6.ª Seção — Estatística — Agrícola.

1. — Melhoria dos sistemas de preparação das estatísticas agrícolas das Repúblicas Americanas, especialmente com referência à produção agrícola, comércio, climatologia, etc.

2. Medidas que devem ser adotadas para a formulação de estatísticas nos países americanos, a fim de que as mesmas sejam apresentadas com tôda oportunidade.

3. Censos agro-pecuários.

FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSORIOS HIDRAULICOS
CLARIFICADOR **RONALD**
DISTILARIAS DO ALCOOL
ESQUENTADORES RAPIDOS
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS
FACAS PARA CORTADORES
FORNOS CONTINUOS ROTATIVOS
GUINDASTES PARA CANA
MOENDAS COMPLETAS
TRATAMENTO D'AGUA
TRIPLES EFEITOS
VACUOS CONDENSADORES BAROMETRO
DISTILARIA DE ALCOOL ANIDRO — usando desidratante nacional
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e ótimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJETOS - CONSTRUÇÕES

CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.

RUA FRANCISCO EUGENIO, 371
Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2120
End. Tel. "ARTE"

Rio de Janeiro

INDÚSTRIA E PESQUISA CIENTÍFICA

Walter M. de Oliveira

Dentro de uma tarde morna de abril, em Clewiston, o apito da usina silvou como sempre para anunciar a mudança de turmas de trabalho.

Mas desta feita o som se prolongou em gorjeios roucos de agudos e baixos, estendendo-se campo a dentro e acordando a curiosidade de muitos. Lá distante uma locomotiva respondeu e, dentro em ponco, um concerto dissonante criava vibrações dentro do ar. Tal festejo anunciava a passagem da última cana da safra de 44/45 através das moendas, marcando o término das operações industriais dentro da usina. Daquele momento até 36 horas após, uma seqüência de processos reduziu a atividade dinâmica de quase seis meses da máquina a um estado de repouso. Produção de vapor reduzida, descompressão de câmaras de vapor, chaves elétricas de bombas desligadas — a cada uma dessas operações, um estado de silêncio se estabelecia até a quietude final. Aquela noite foi uma noite estranha, demasiado silenciosa em contraste com as anteriores. A silhueta negra do edifício guardava o monstro que depois de se alimentar com milhares de toneladas de cana repousava para uma digestão hibernal sob uma sesta que se prolongará por seis meses.

Vista frontal do Departamento de Pesquisas da United States Sugar Corporation

O fumo das chaminés atestava a presença de vida dentro daquele sono, a respiração dos seus pulmões de aço — as fornalhas das caldeiras. No entanto, a manhã seguinte acordava sob um sol de primavera e mostrava que, embora a máquina estagiasse, o processo de vida nos campos continuava. Os brotos de cana de açúcar renasciam constantemente e a fixação e desenvolvimento da espécie se refazia a custa da absorção dos elementos contidos no ar e no solo.

Em uma direção oposta ao edifício majestoso da usina, afastada duas milhas e, mais próximo da cidade, um outro edifício de linhas simples se ergue: o Departamento de Pesquisas Agronômicas da U. S. Sugar Corporation. A voz de comando do apito paralisou a atividade do primeiro — Indústria, mas não a dêste último — Pesquisa Científica, cujo processo de atividade é contínuo e construtivo como o da própria Vida.

U. S. S. C. Research Department

Ainda tenho bem presente quando lá pela primeira vez entrei para iniciar uma fase de treinamento após ter trabalhado em tôdas as seções da usina. Um manto de garoa cinzenta escondia as coisas dentro daquela manhã, reduzindo a visibilidade. No dia anterior, o Dr. Bourne. diretor do Departamento, me havia dado tôdas as indicações para alcançar o edifício. Não obstante, após divergir da estrada principal, a garoa me desorientava e quando o divisei, já me achava quase a seu alcance. Recebido pelo Dr. Lott, tecnologista de solo, em companhia do qual permaneceria até o fim de minha estadia em Clewiston, percorri tôdas as dependências e entrei em contato com as diferentes seções e os técnicos responsáveis por elas. Tecnologia do solo, Genética, Entomologia, Agronomia, Estatística, Tecnologia Orgânica e do Açúcar são as principais divisões do Departamento de Pesquisas.

Outras construções menores como "greenhouses", esterilização de sementes e solos, plantas pilotos, etc., completam o conjunto cujos campos em volta suportam experimentação de plantio em larga escala.

Quando da criação do Departamento, a atividade inicial foi dedicada quase completamente ao cruzamento e seleção de novas variedades de cana,

melhor adaptáveis ao solo do Everglades, na tentativa de desenvolver características superiores, tais como resistência a doenças, pestes e geadas, baixo teor em fibra, alta percentagem em sacarose, além de uma produção compensadora em tonelagem. Cada ano os cruzamentos são realizados às centenas para sòmente muito poucas variedades novas serem separadas, demonstrando possibilidades de aplicação comercial. Atualmente cêrca de 70 por cento da cana plantada pela U. S. S. C. é de origem local, tais como a F. 31-962 e F. 31-436, sendo que esta última substituiu vantajosamente a POJ 2725 demonstrado pelo estudo comparativo abaixo, com apreciação estatística:

Tipo de plantio-Colheita	TONELADAS POR ACRE					
	F. 31-436		POJ 2725		Diferença significativa 20:1	
	Cana	Açúcar 96°	Cana	Açúcar 96°	Cana	Açúcar 96°
Planta — Dez. 1937	75.91	8.96	65.54	5.51	2.13	0.60
Soca — Jan. 1939	41.13	5.01	49.19	5.17	1.78	0.30
Ressoca — Fev. 1940	49.31	5.40	50.27	3.80	1.80	0.25
Total	166.35	19.37	165.00	14.48	5.71	1.15

Considerando apenas o rendimento em açúcar, deduzindo a diferença significativa total de 1.15 tons. resta uma significativa diferença de 3.74 tons. de açúcar de 96°, por acre, em favor da F. 31-436.

Devido à diversidade de conteúdo mineral no solo do Everglades, cada uma dessas variedades sofre um longo período de experimentação desde a planta embrião no vaso de barro, até áreas de 1/10 de acre para cada tipo de solo. Cada ano, dados referentes a tonelagem, percentagem de sacarose, maturação, etc., são avaliados em comparação com tipos **standard comerciais** e pelo menos é necessário um período de cinco anos para a seleção positiva de uma nova variedade para determinado tipo de solo.

A influência dos elementos minerais, na vida da planta, determinou a criação da seção de solos que nos primeiros anos realizou uma inspeção química exaustiva da camada superficial e interna de tôdas as terras da Companhia. Hoje em dia, um mapa com indicações em diversas côres, diz de imediato a constituição química de qualquer campo.

A determinação do pH é uma característica essencial para a compra de novos terrenos e êsse contrôle é realizado cada ano nos campos que são replantados após a colheita, além de determinação especial de certos elementos que são suspeitados como deficientes, para correção com fertilizantes.

Dois fatôres preponderantes influem na manutenção da fertilidade: a capacidade de troca iônica do solo bem como a capacidade absortiva do elemento pela planta, pois a determinação analítica de um elemento químico, no solo, não exprime que êle seja totalmente utilizado pelo vegetal.

Um espectógrafo construído recentemente sob a supervisão do Dr. Lott, com uma dispersão de espectro aproximadamente de 43 cm, superior a muitos de construção comercial, tem ajudado na resolução de muitos problemas específicos. O químico hoje determina as condições de saúde de uma planta e corrige as suas deficiências, como a clínica médica age com o ser humano.

Além da cana de açúcar, o Departamento de Pesquisas vem experimentando outras colheitas como "lemongrass", "ramie", a fibra vegetal que está despertando um grande interêsse atualmente, forragem e batatas. Além da araruta, foi desenvolvido um tipo de batata doce com alto teor em amido e que constituirá a matéria prima para uma moderníssima fábrica de amido que entrará em funcionamento até julho do corrente ano. Avaliada a sua construção em Cr$ 14.000.000,00, deverá produzir anualmente 34.000 toneladas de amido de alta qualidade, trabalhando 10 meses por ano.

O papel desempenhado pela pesquisa científica na vida industrial da U. S. Sugar Corporation é de valor mais relevante cada ano. A indústria moderna não pode prescindir da pesquisa, se não quiser marchar na rotina ou se deixar absorver na produção competitiva cuja tendência atual é elevar a qualidade e diminuir o custo da produção.

Charles F. Kettering, diretor dos Laboratórios de Pesquisas da General Motors, diz precisamente: — Se se espera até que seja necessária, então será muito tarde para começar com a pesquisa. Isto significa a urgência de técnicos capazes de realizá-la com eficiência.

TÉCNICA — fator indispensável da produção

A pesquisa em si abrange um mundo de possibilidades inexploradas, tanto no que se refere à obtenção de novas fórmulas e novos produtos como na melhoria e adaptação de certos processos de trabalho, quer na máquina ou na operação da matéria prima.

E' ainda Kettering quem afirma: — Aproximo-me dos meus 70 anos, e contudo me certifico cada vez mais de que há sempre uma nova maneira para aperfeiçoar quase tôdas as coisas.

Uma tal afirmativa, vinda de um cientista de renome mundial, só traz motivo de regozijo para o homem de ciência, para o técnico na indústria. Ficam assim estabelecidas, mais uma vez, as ilimitadas possibilidades que a técnica oferece no

mundo da ciência moderna. O progresso industrial, que tem sido um dos mais proeminentes marcos do século XX, não mais admite a rotina ou o apêgo a fórmulas estáveis de aplicação unilateral. Acabou-se dêsse modo o ceticismo dos "velhos" para os "novos" e não há mais razão aceitável para alimentar a vaidade daqueles que, arraigados a certos conceitos, olham com desdém para os visionários que tentam abalar o seu pedestal.

O técnico hoje em dia é, por fôrça, um iconoclasta idealista. A sua função principal é reparadora e construtiva, não destruidora. Dentro dessa escada de ascensão êle se aproxima mais do que nunca da Verdade, que é o seu limite, e caminha dêsse modo com o Tempo em velocidade positiva.

É tão assoberbador o mundo da ciência moderna para o leigo que procura de relance alcançar a sua significação, que de imediato o desânimo se lhe apossaria. Se, porém, os princípios lhe são esclarecidos em função de seu entendimento por imagens e associações que lhe são familiares, então a sua curiosidade se manifesta com maior vitalidade. Essa é a função da divulgação científica, muito debatida antes, mas hoje reconhecida como uma necessidade pelos vultos mais proeminentes do saber humano. A compreensão dos princípios científicos é ainda de maior necessidade quando se refere à aplicação prática.

E Pasteur, melhor do que ninguém, apontou êsse fato quando exprimiu: — Tenhamos sempre a aplicação por fim, mas com o apoio sólido e severo dos princípios científicos sôbre os quais ela repousa. Despojada dêstes princípios, a aplicação não passa de um conjunto de receitas e constitui o que se chama rotina. Ora, com a rotina é possível o progresso, mas com uma lentidão desesperadora.

Dessa maneira se estabelece o respeito do "eu" inteligente e o direito, melhor ainda, a necessidade de cultivar o espírito.

New Orleans, 13-5-945.

RESUMO:

On an April afternoon, the Clewiston Sugar House whistle blows to announce the end of the grinding season. Nevertheless, the fields are still green with the new buds of sugar cane striving forth from the earth.

While the Industry has stopped, the Scientific Research at the U. S. Sugar Corporation reeps its steps up with life, always forward, at its Research Department.

There, breeding of canes, soil studies, entomology, genetics and technology are the main features. Such facts emphasized in the present article under the titlé "Industry and Scientific Research", shows that both have to work together in order to give the industry the possibility to attain its true aim — better quality and efficiency.

MATÉRIA ORGÂNICA PARA OS SOLOS

Em artigo para "Tropical Agriculture", do qual lemos um resumo no número de fevereiro de "Sugar", F. Hardy relata uma pesquisa levada a efeito em Trinidad, a fim de determinar a quantidade e a distribuição das raízes da cana nos diferentes tipos de solos daquela ilha.

Verificou-se que, em média, as raízes da cana fornecem ao solo, numa profundidade de seis polegadas, uma quantidade de matéria orgânica de cêrca de 3.000 libras por acre, ou seja 0,15 por cento do pêso total do solo, observando-se variações naquela cifra, conforme a espécie da cana e o tipo de solo, sendo maior nos solos argilosos e menor nos arenosos. O autor refere-se a trabalhos semelhantes realizados em Havai, onde Atherton Lee encontrou cifra mais baixa, e em Barbados, onde Stevenson e Mc Intosh também encontram 0,15 por cento, dependendo da variedade cultivada e do tipo do solo.

De qualquer maneira, parece que as raízes da cana dão ao solo uma pequena contribuição de matéria orgânica, mesmo assim de algum valor para a cultura que se seguir. Em comparação com o palhiço, parece que os resíduos da raiz não são a melhor fonte de matéria orgânica. Por exemplo: se enterrarmos no solo o palhiço de 40 toneladas de cana, o solo ganhará uma quantidade de materia orgânica duas vêzes maior à que forneceriam as raízes. E' verdade que, em Mauritius, chegou-se à conclusão de que é mais conveniente abandonar o palhiço na superfície do que enterrá-lo com ou sem adubos artificiais.

A aplicação, contínua ou periòdica, do palhiço à terra oferece a vantagem, entre outras, de produzir uma estrutura porosa especial na parte superficial do solo, bem como uma camada compacta, por onde a água da chuva pode infiltrar-se fàcilmente. O autor acrescenta que a cobertura de palhiço diminui a perda de água por evaporação, impedindo ainda que a estrutura do solo se torne dura, em conseqüência das chuvas. Conclui dizendo que a formação e a manutenção de um perfil orgânico normal pela penetração lenta dos produtos da decomposição natural dos resíduos vegetais, aplicados à superfície de um solo, devem ser encorajadas, desde que resultam numa estrutura eminentemente adequada ao desenvolvimento do sistema radicular.

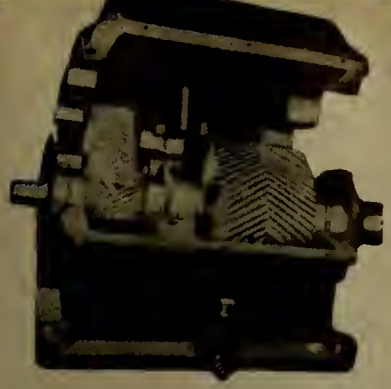
"Açúcar e Álcool no Brasil"

Dr. Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr$ 15,00
Pelo Correio . . . Cr$ 17,00

REDUTORES MOTORIZADOS HELICOIDAIS

Associa a solidez da construção, a simplicidade e a economia, com a alta eficiência e a durabilidade. Dispomos de 16 formatos estandardizados, relação de 6.2 para 1 a 292 para 1, de 1 a 75 HP.



REDUTORES EM ESPINHA DE PEIXE

Desenhado para trabalhos à alta velocidade, suporta a fôrça exigida e amortece as vibrações. Assegura um trabalho silencioso e é completamente protegido contra a poeira, incrustações e fumaça. 3 tipos e 45 tamanhos estandardizados. Relação de 2.8 para 1 para 318 para 1, desde fração de HP até 1.000 HP.

REDUTORES DE ENGRENAGEM SEMFIM

Para grandes proporçoes e onde se faz necessária elasticidade na disposição das máquinas. Para transmissões em ângulo reto e outras combinações de eixo, exigindo combinações simples ou duplas. Dispomos de tipos para acionamento vertical e horizontal. 7 tipos, 62 tamanhos estandardizados. Relação de 3 5/8 para 1 até de 8.000 para 1. Desde 1/8 de HP até 100 HP.

UMA OPINIÃO IMPARCIAL E AUTORIZADA

Dado o nivel técnico atingido por Link-Belt em matéria de construção de maquinaria e os seus estoques completos de redutores e materiais outros para transmissão de fôrça. V. S.ª pode ficar certo da autoridade e imparcialidade das recomendações da firma.

UMA RESPOSTA PERFEITA

PARA OS SEUS PROBLEMAS EM MATERIA DE REDUTORES DE VELOCIDADE

Link-Belt não só lhe fornece o tipo e tamanho que o Sr. precisa como até ajudar-lhe-á a selecioná-los. Todos os três tipos de redutores construídos inteiramente nas nossas próprias oficinas — além da ajuda técnica no sentido da melhor escolha para as suas necessidades específicas — eis, em suma, o que constitui a melhor razão para que o Sr. procure Link-Belt quando precisar de redutores.

Solicite-nos catálogos sôbre qualquer dos três tipos acima estampados. 9902

LINK-BELT COMPANY
Engenheiros, Fabricantes e Exportadores
Fundada em 1875
233 Broadway, Nova York 7, N. Y., E. U. A.
Endereço Telegráfico: LINKBELT

LINK-BELT

SIMBOLO DA QUALIDADE — LB — LINK-BELT COMPANY

REDUTORES DE VELOCIDADE

Representantes:
CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

AS PESQUISAS CIENTÍFICAS E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Em número recente, "The Australian Sugar Journal" divulgou um comunicado distribuído pelo Bureau de Estações Experimentais de Açúcar de Queensland, no qual se discute longamente o problema da formação de tecnologistas para a indústria açucareira.

Sustenta o comunicado o ponto de vista de que é de interêsse dos próprios industriais facilitar meios para a formação teórica e prática de equipes de especialistas que terão a responsabilidade de cuidar da parte técnica da indústria. Tomando por base as realidades presentes e passadas da indústria açucareira de Queensland, mostra a importância da ação dos técnicos e os progressos conseguidos e vantagens obtidas pelas fábricas onde mais de perto se fêz sentir o esfôrço orientado por princípios e normas científicos.

Embora vise diretamente o caso da indústria australiana, o comunicado em aprêço reune um apreciável acervo de fatos e experiências, capazes de interessar a quantos empregam os seus capitais e esforços na produção do açúcar. Parece-nos oportuno reproduzir o trecho do comunicado em que se discute o valor da pesquisa científica. É o seguinte:

"Nos Estados-Unidos, os Srs. Du Pont e Nemours gastam, anualmente, 7 milhões de dólares com as pesquisas científicas. E não há a mais leve sombra de dúvida quanto ao fato de serem os dirigentes dessa poderosa firma perfeitos homens de negócio que reclamam amplas compensações para os seus capitais. Na América, considera-se que dois por cento das despesas de uma empresa devem ser dedicados às pesquisas científicas; e o certo é que êsse dinheiro recompensa, pois os americanos continuam a empregá-lo.

Suponhamos que a indústria açucareira de Queensland dedicasse às pesquisas científicas uma quantia proporcional à que os americanos destinam a êsse fim. Teria de gastar, por ano, cêrca de 150 mil libras esterlinas. Atualmente, dispendemos apenas uma décima parte dessa quantia; falta muito, portanto, para nos aproximarmos do padrão norte-americano. A soma de 150 mil libras pode parecer excessiva. Admitindo, porém, que metade fôsse destinada ao trabalho das usinas, isto é, 75 mil libras, bastaria um aumento de 0,6 por cento na recuperação para que se obtivesse um lucro de 7 por cento sôbre o dinheiro invertido. Ora, é possível melhorar a recuperação além da percentagem acima aludida e então a despesa para êsse fim estava plenamente justificada. Há, ainda, outros aspectos a considerar, como, por exemplo, a utilização dos sub-produtos. Para que os sub-produtos se tornem valiosos é necessário empregar tempo e dinheiro em pesquisas. E para se ter a certeza de que os capitais empregados nesse fim não seriam perdidos, basta refletir um instante nas imensas ramificações da indústria do petróleo e do alcatrão. Exclusivamente em conseqüência de estudos e pesquisas, milhares de novos produtos foram lançados no mercado e novas indústrias surgiram. Substâncias plásticas, corantes, borracha sintética — para mencionar apenas alguns produtos — devem a sua origem às pesquisas dos técnicos, as quais ficam assim perfeitamente justificadas. Na indústria açucareira, os sub-produtos podem ter um alto valor latente, que sòmente poderá ser avaliado quando a pesquisa revelar os meios e modos de fazer essa avaliação.

Afigura-se bem claro que a indústria de Queensland deve inverter maiores somas nas pesquisas de caráter científico. Como fazê-lo da melhor maneira? A resposta é óbvia: cada usina deve instalar um laboratório e pessoal técnico, pois sòmente a prática de todo dia permite ao pesquisador enfrentar os problemas, sem perder de vista o lado prático. Os laboratórios centrais, como os do Bureau do Açúcar, têm o seu lugar no plano geral, mas não podem dar às usinas o serviço regular que só o laboratório próprio pode oferecer.

Para ilustrar a importância dos resultados que se podem obter com a pesquisa de laboratório, consideremos o quadro I, onde o grupo A representa a média de três usinas, nas quais se pratica a pesquisa de laboratório, e o grupo B a média de três outras usinas, onde o trabalho não é cientìficamente orientado. Essas fábricas estão localizadas em Queensland.

QUADRO I

	A — com pesquisa			B — sem pesquisa		
	1930	1941	Percentagem de melhoria	1930	1941	Percentagem de melhoria
Tons. de cana por hora	42,14	80,24	91	49,67	80,53	62
Pol. extração	94,90	96,57	1,7	94,89	96,16	1,3
Pol. recuperação	87,14	89,50	2.7	87,68	88,17	0,6
Combustível total (1)..	2987	2234	25,2	2801	2320	17,1

(1) B. T. U. em 1000 tons. de cana.

Se as usinas do grupo A tivessem melhorado os seus resultados na mesma proporção das do grupo B, então os valores correspondentes do quadro II aplicar-se-iam à safra de 1941. A diferença entre êsses números e os que esprimem a melhoria realmente conseguida em 1941 representa a medida da melhoria extra que se deve às pesquisas de laboratório:

QUADRO II

	Cifras para a safra de 1941 nas usinas A, se a melhoria se tivesse processado na mesma proporção das usinas B	Melhoria extra para as usinas A
Tons. de cana por hora.....	68,2	12,0
Pol. extração ...	96,17	0,40
Pol. recuperação	87,63	1,88
Combustível total (1)	2480	246

(1) B. T. U. em 1000 tons. de cana.

Durante a safra de 1941, essas usinas produziram um total de 75.000 toneladas de açúcar e trabalharam, em conjunto, durante 51 semanas. Dos valores do quadro II, pode-se deduzir que, se elas tivessem trabalhado sem os benefícios decorrentes da pesquisa científica, a produção de açúcar sofreria um decréscimo de 1.575 toneladas, seriam gastas mais de 10.000 toneladas de combustível e as fábricas trabalhariam mais nove semanas (três semanas por fábrica) na moagem. O valor monetário dêsses três itens pode ser calculado assim:

1575 tons. de açúcar a £ 17,18,6 a ton..	£ 28.282
10.000 tons. de madeira a £ 17,6 a ton..	£ 8.750
9 semanas de salários a £ 750 por semana	6.750
Total	£ 43.732

Além dêstes, outros fatores há que concorrem para aumentar o total. Entre êles uma média mais baixa para o valor c. c. s. da cana, em conseqüência do prolongamento da moagem. Êsses valores são reais, embora não seja fácil calculá-los, convindo assinalar ainda que o cálculo acima é provavelmente conservador.

É verdade que em 1941 as usinas restringiram a sua produção ao limite máximo que lhes foi destinado e conseqüentemente a mesma quantidade de açúcar teria sido produzida, mas um adicional de aproximadamente 11 mil toneladas de cana seria necessário sem os benefícios da pesquisa, do que resultaria uma perda correspondente àquele volume de matéria prima.

A pesquisa e suas aplicações deram às três usinas, em 1941, 44 mil libras, ou seja mais de 14 mil libras a cada uma. Para se obter de um capital o mesmo rendimento, ao juro de 5 por cento, seria necessário o emprêgo de 280 mil libras, uma quantia que excede de muito a que foi invertida pela usina nas pesquisas de laboratório.

No caso das três usinas que examinamos, a pesquisa ofereceu resultados compensadores e não há razão para que o mesmo não aconteça em outros casos. Antes, porém, que isso se dê, é essencial contar com tecnologistas bem preparados e o primeiro investimento que a indústria deve fazer para conseguir tais vantagens será prover os meios para formar êsses homens".

MÁQUINAS PARA A LAVOURA DE CANA

No número de fevereiro de "Sugar", lê-se um resumo de um artigo publicado por R. M. Ramp, no Sugar Bulletin, no qual se informa que, em junho de 1944, o Congresso norte-americano votou uma verba de 40 mil dólares, destinada ao financiamento de pesquisas sôbre maquinaria para a cana de açúcar, com o objetivo de reduzir as despesas com o cultivo e a colheita de cana por meios mecânicos. O fim dessas pesquisas é descobrir novos métodos e meios mecânicos para uma utilização mais proveitosa do trabalho humano e dos equipamentos, de modo a reduzir os custos de produção e os acidentes que afetam as safras.

Os dados obtidos com as pesquisas serão aproveitados na construção de máquinas, em escala comercial, visando de preferência à produção e à colheita da cana. As pesquisas serão as mais amplas, compreendendo o contrôle das ervas daninhas e da broca, cultivo, adubação, plantio, colheita e outros problemas que possam ser resolvidos por meios mecânicos.

"A economia dirigida na indústria açucareira"

Dr. O. W. Willcox

(Tradução de Teodoro Cabral)

Preço. . . . . Cr$ 8,00

Pelo Correio. . . . . Cr$ 10,00

A venda nas livrarias e no I. A. A.

FOLKLORE DO AÇÚCAR

Joaquim Ribeiro

O folklore do açúcar no Oeste brasileiro — Moendas e rapadureiros — Um texto do folklore goiano: "A moda do engenho" — Exegese temática: o problema da falta de braços — Exegese poética: a "moda", sua expansão no mundo rural brasileiro.

XX

Mesmo além das regiões tìpicamente canavieiras, como a do Município de Campos (Estado do Rio) e a do Nordeste, a cultura da cana se espraiou por todo o Brasil, sob feição de pequena lavoura ao lado das "roças" de milho e de mandioca.

Nos sítios, nas fazendas, nas granjas e nas "rancharias" do nosso interior sempre encontramos essas pequenas lavouras com finalidade nìtidamente autárquica. Quase sempre visam apenas atender ao consumo doméstico.

O **açúcar**, a **rapadura** e a **cachaça** figuram impreterìvelmente ao lado do milho e da mandioca, com os quais respectivamente fazem os nossos roceiros o **fubá** e a **farinha.**

Na zona agrícola êste uso está generalizado. E até mesmo nas regiões pastoris, essas "lavouras autárquicas", como podemos chamá-las, granjeiam inevitável expansão.

No alto sertão, quase todo de fisionomia pastoril, encontramo-las em grande quantidade.

Quem percorre o nosso Oeste demográfico, isto é, as zonas de pastoreio de Goiás e de Mato Grosso, não desconhece essa paisagem local, que gravita em tôrno das "casas de sapé" dos sitiantes ou das "casas-grandes" dos fazendeiros.

Moendas e **rapadureiros**, com as características rudimentares da técnica sertaneja, espalham-se por tôdas as partes.

O nosso pastor sertanejo do Oeste não dispensa nem a rapadura nem a cachaça.

Nessas regiões, entretanto, existem também **engenhos**, cuja produção excede às necessidades domésticas e constituem pequena indústria local.

O competente folklorista José A. Teixeira coligiu em Vila Bela (Estado de Goiás) um pitoresco texto folklórico, que documenta êsse fato. Trata-se da "Moda do engenho", que inclui no seu valioso livro "Folklore goiano" e atribui ao cantador popular Randolfo Antônio de Sousa, do qual dá o seguinte informe biográfico:

"Natural do município (Bela Vista), de 50 anos de idade, filho de pai mineiro e mãe goiana. Branco. Lê e escreve. Foi fazendeiro, tendo quebrado na crise de 29, e hoje é **agregado** E' um velho **catireiro** e possui enorme bagagem de moda dêste gênero. Eis algumas: "A moda da "roqueira", "gado zebu", "o boiadeiro", "crítica de um vestido", "sôbre namoração", "o automóvel", "o engenho", "o namôro", etc.". (Obra citada, pág. 31).

José A. Teixeira, que, além de folklorista, é também um perspicaz conhecedor da linguagem dialetal, recolheu o referido texto, que nos interessa, conservando plenamente o seu sabor dialetológico. Vejamo-lo:

MODA DO ENGENHO

I

Vinha **vinu di viagi**
Passei numa rancharia
Ajustei **cum fazendêru**
Pra **trabaiá noiti i dia**
Só si **vissi u tantu**
Di cana **qui êli muía.**
Trinta **carru pur** semana
Cinco carrada **pur dia.**

II

Êssi homi era **duenti**
Não **pudia trabaiá,**
Êli tinha duas **fia**
Qui não **deixava** eu **pará.**
Uma cuava café
Ôtra ia **mi chamá:**
— **Môço** levanta **ligeru**
Qui o café pode **isfriá.**

III

Eu levantava da cama,
Eu **oiei** não vi ninguém,
Eu peguei **oitu boi**
I discí lá **pru ingém.**
Inchi a tacha **piquena,**
Inchí a grande **tamém,**
Ganhava oitenta mil réis
Passaru meu ganho a cem.

IV

Eu **bibia u** café
I não **pudia pitá**
A moça tocava **us boi**
Ingém pegava **chiá.**
Eu pua um **fêxi di** cana
Ela **pua ôtro** di lá.
Quanu u bagaçu topava
U ingém pegava **istralá.**

V

U vei gritava lá **dentu**
Pra **muê** mais **divagá,**
Si fô inu dêsse **jeitu**
Meu **ingém podi** quebrâ.
A balança **du ingém**
É feita **di** jacarandá
A **ponti di** aruêra
Muenda di jatobá.

VI

A moça tocava **us boi**
Anti da **vorta fechá,**
Garapa **déce nu côchu**
Qui a gente **pódi nadá.**
Bagaçu suja, eu **acarregu,**
Ingém é pra mim **lavá.**
U véi mais **essas moça**
Mi mata **di trabaiá,**
U casamento **qui** é **bão**
U véi não **qué mi falá.**

VII

Passei a mão **nu** facão
Disci pru canaviá
Cortava duas **carrada**
In anti du sol **entrá.**
Cum pôcu u carru chegava
Eu **judava carregá,**
Cana **sôrta** na **istêra**
Picada sem **amarrá.**

VIII

U côchu di formentu
Tá lá pra **mim, lambicá**
A cachaça **que** eu **lambicu**
Não precisa **graduá,**
Lévu um **pôcu** lá **dentru,**
Dá **pru véi isprementá,**
Juganu a pinga pra cima
Di forti ixala nu á.

IX

Vô mimbora dessa terra
Aqui **num** posso **morá,**
Vô começanu a **durmi**
U véi manda **chamá.**
Eu **tô mortu di cansadu**
Êlis num deixa eu **discançá.**
Eu falo em **i simbora**
As **moça** não **qué dexá.**

X

Vô dá u nomi du homi
Da fazenda **i du lugá,**
Êli chama Juca Quitu
Sobrenomi di Amará.
Êli móra nu ri das **véia,**
Vertenti du Corumbá
Pertu di dona **Olaa**
Fazenda **du** Maratá.

XI

Chamei às **conta u véi,**
Às **quatru** hora da **tardi**
As **moça vêi di lá di dentu**
Pidinu pur caridadi:
— **Omentu** mais **u** seu **ganhu**
Qu'isso é **qui** é sua **vontadi,**
Pru meu pai **ocê fais farta,**
Pra **nóis ocê fais sôdadi.**

(Obra cit., págs. 285/288).

Êste documento popular, antes de tudo, na sua forma verbal é um texto dialetológico bem curioso para uma exegese linguística. O que nos interessa, entretanto, é o conteúdo **temático** e a forma **poética,** adotada nesta composição.

A EXEGESE TEMÁTICA

Se analisarmos o tema desta "Moda do engenho" verificamos dois aspectos interes-

santes: um, o problema sócio-econômico da vida na lavoura de cana de açúcar e nas engenhocas de Goiás; e outro, o retrato da vida doméstica local.

Sob o primeiro aspecto, o poeta goiano fixa a patente falta de braços para o trabalho rural. Um só agregado, auxiliado apenas por duas moças, se encarrega de todo trabalho agro-industrial. Fala também no auxílio de semoventes: **"oitu boi"**, diz o texto. Certamente dois para mover a moenda e dois para o carro.

Êste é, sem dúvida, um sério problema de nosso mundo rural.

Quase todo o alto sertão é uma terra em franco declínio de ondas de povoamento.

O nomadismo é um fato alarmante.

A **mobilidade horizontal**, para usar a terminologia de Sorokin, nessa região brasileira se faz no sentido das grandes lavouras de café e de algodão de São Paulo.

O alto sertão despovoa-se. Daí a rarefação, cada vez maior, dos trabalhadores rurais.

O catireiro de Bela Vista não teve outro intuito ao satirizar os encargos do agregado do engenho.

Justamente por isso, êste documento tem também o seu significado sociológico. E' um quadro fiel da vida agrícola nos araxás goianos.

O folklore é uma fonte preciosa para os inquéritos sociais e sòmente espíritos apegados a estreitos e desarrazoados preconceitos, podem subestimá-lo.

Não dispomos ainda de sábias medidas de **retenção** do homem ao campo, não por processos coercitivos (o que seria um crime), mas por meio de adequada proteção ao lavrador, permitindo-lhe um **nível de vida** satisfatório.

Não basta o retórico "slogan": rumo ao Oeste.

O que se exige é uma política rural bem orientada, utilizando-se meios convenientes aos alvos colimados.

O outro aspecto do texto refere-se à vida doméstica no engenho.

Êste ponto foi claramente observado por José A. Teixeira, que nos deu o seguinte comentário:

"No decurso de uma vida de trabalho em comum, não raro surge uma afeição entre o camarada e a filha do fazendeiro. O casamento é quase sempre impossível, pela diferença de **condição social**" (Obra cit., pág. 31).

O cantador frisa a resistência do proprietário:

> "U casamento **qui** é **bão**
> **U véi** não **qué** me **falá**".

A diferença de classes fomenta o preconceito.

Não faltam textos folklóricos sôbre tão inquietante situação na vida rural. Pesa sôbre o trabalhador o anátema social que, durante séculos, confundiu o trabalho com a escravidão.

A EXEGESE POÉTICA

A forma literária desta composição — a moda — é um gênero muito comum na região dominada pelos antigos paulistas.

E' sempre cantada em falsete porque, conforme observou o escritor regionalista Cornélio Pires, na obra "Conversas ao pé do fogo", a música e o canto roceiros "são tristes, chorados em falsete" (Obra cit., págs. 9 e 163).

Êsse fato é geral no alto sertão. O canto em falsete é característico de nossas populações sertanejas. Êsse **timbre nasal** o saudoso folklorista Mário de Andrade atribui à influência amerîndia ("Música, doce música...", pág. 12).

Cornélio Pires expõe a técnica dêsse canto popular do seguinte modo:

"Para terminar as "modas" cantam os caipiras o "arto" e o "baixão", que é o sinal do fim, em contraste com o "levante", que é uma quadra qualquer que o cantor canta com o fito de chamar para si as atenções".

Creio que Mário de Andrade incidiu num exagêro quando afirmou que "a moda parece conservar firme influência indígena".

Tal influxo é, no entanto, puramente acidental e se restringe ao **timbre nasal** do canto e nada mais.

Uma análise mais minuciosa sôbre a estrutura poética dêsse gênero tradicional vem demonstrar, ao contrário, que as raízes desta forma literária são lusitanas.

As características reinóis são evidentes: o **verso** de sete sílabas, a **rima** intercalada e sempre a mesma, a **temática** consistindo numa narrativa, por vêzes, **dialogada.**

Tudo nos faz lembrar os "romances" por-

A PORTEIRA

Ademar Vidal

Ouve-se no silêncio da noite a pancada quase constante da porteira que dá saída para os fundos do engenho. Para o corpo da fazenda. Alguém passou a pé ou a cavalo para prosseguir no caminho. O sinal é conhecido, torna-se inconfundível. Parece até que sem porteira batendo de vez em quando a propriedade perde muito de seu caráter. E' a sua alma falando através de pancadas sêcas e rápidas, deixando no ar um som de vida autônoma, de terra eficaz e de fixação dedicada. E' o som da organização e da ordem na paz da madrugada. Chega-se a conhecer as porteiras pelas pancadas: esta corresponde à primeira, isto é, àquela que fica mais perto, a outra é da mais distante e, assim por diante. Não será difícil saber o som de tôdas elas ou melhor: interpretar, localizando-o. E também quando é apenas o pedestre que a abre e fecha, quando é o homem montado ou, então, quando é o carro de boi que chega ou sai, mesmo sem fazer o clássico rangido do seu cântico lamentoso.

A porteira por ser uma separação de limites, torna-se indispensável ao labor do cassaco e de quantos vivem no engenho — e isto porque impõe disciplina, é fonte de ordem e dela ninguém se serve à toa: abrindo-a, terá de fechá-la. Vê-se com que cuidado se observa essa prática durante o dia e durante a noite. Demais, sendo uma limitação, o gado não pode ficar senão dependente da porteira, ficando impedido de invadir terreno proibido pelo trabalho diferente, pelo pasto novo e ainda pela necessidade de orientação administrativa. A sua finalidade é definida.

E é local reservado para os encontros de almas de outro mundo. Vultos furtivos que escapam maciamente dos olhares fixos dos crentes e dos supersticiosos. Local destinado às conversas de fantasmas.

Não tôdas as porteiras, porém existem

---

tuguêses (Cif. "Romanceiro geral português", de Teófilo Braga).

Por estas razões, parece incontestável o elemento lusitano na origem e formação da "moda", cantado por nossos roceiros.

Aliás, o vocábulo "moda" com acepção de "cantiga" não é nenhum brasileirismo. E' conhecido em Portugal, onde também "modilho" é certa "música ligeira, popular", conforme registra Silva Bastos.

Todavia, o vocábulo "moda" no Brasil sofreu inegável restrição semântica e passou a designar o canto típico dos nossos roceiros.

Convém distinguir a "moda" da "modinha". Esta positivamente não é canto popular. Ao contrário, é gênero popularesco. E enquanto que a "moda" é canto **rural** por excelência, a "modinha" não passa de música e canto eminentemente **urbanos**

A "moda" é, em geral, acompanhada pelo violão, o instrumento musical generalizado em tôda a área sertaneja.

Em alguns lugares a "moda" é cantada, ao mesmo tempo, a duas vozes.

A índole dêsse canto popular, é, sobretudo, narrativa. A sua área geográfica de expansão abrange tôda a vasta região devassada pelas bandeiras paulistas.

Numa tentativa que fiz de fixar as áreas de nossos cantos populares, fixei o que chamei o "ciclo da moda".

O Prof. Luís Heitor, com a autorizada competência de folklorista especializado em assuntos musicais, retificando a minha classificação, nenhuma objeção levantou no que se refere ao "ciclo da moda".

E', na verdade, uma área bem clara e definida.

O documento folklorico, que acabo de comentar, acha-se integrado neste ciclo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: — José A. Teixeira, Folklore goiano; Sorokin, Social mobility (in Enc. of. Social Sciences); Cornélio Pires, Conversas ao pé do fogo; Mário de Andrade, Música, doce música...; Teófilo Braga, Romanceiro geral português; Silva Bastos, Dicionário etimológico, prosódico e ortográfico da língua portuguêsa; Joaquim Ribeiro, A moda (in "Idéia", setembro — 1936); Joaquim Ribeiro, Folklore brasileiro.

OBSERVAÇÃO: — Em reunião do "Centro de Pesquisas Folklóricas" da Escola Nacional de Música, o Prof. Luís Heitor, que preside o referido centro, discutiu a minha classificação e, após sugestiva crítica, levantou nova classificação mais precisa sôbre os ciclos dos cantos populares no Brasil. — J. R.

algumas delas que representam qualquer nota de sobrenatural: enterram alguém junto ao mourão. Foi conseqüência de um desenlace de amor. Nunca se soube ao certo quem foi o culpado. Ficou mais um vulto penando sem encontrar pouso adequado.

Na beira da estrada, o automóvel pára sùbitamente com o fim de fazer-se ligeiro consêrto na máquina. Assim, adiante se vê uma pobre porteira de paus arrebentados, meio pensa, escura e estragada pelo excesso de serviço: ela divide dois campos de gado na propriedade Maraú — um engenho histórico e magnífico, com uma igrejinha simpática de barrôco, mostrando influências populares. Em baixo, no sopé onde se senta o pino da porteira, está acesa uma vela que deve ter sua significação. Que representaria aquilo ? Qual o fim dessa devoção mística ? Deve esconder algum propósito de natureza sentimental. Por certo, foram mãos piedosas que andaram por aqui pelo menos pagando alguma velha promessa. E' o que se deve supor, uma vez que, em casos semelhantes, não se encontra outra explicação razoável. A fé católica impõe deveres de caridade e piedade que são cultivados com entusiasmo fervoroso.

Comumente se depara, ao longe dos caminhos, cruzes assinalando túmulos esparsos. Não ficam de todo esquecidos. Não só os parentes vêm acender a sua vela numa homenagem singela, os estranhos também, por sua vez, costumam parar a viagem, apear-se e prestar igual manifestação votiva.

A solidariedade popular é um dos traços mais comoventes dêsse povo calado e grave nas atitudes públicas, alegre e feliz na intimidade, embora os dissabores constantes de um viver miserável, sem nenhum confôrto, e desamparado dos poderes governamentais. Não pode espiar uma cruz enfincada que não faça o sinal da igreja, e, podendo, sendo ao anoitecer, não perde vaza para render espontâneamente aquela homenagem de peito sincero. De modo que, uma vela acesa assim, logo se tem a certeza de que foi iniciativa familiar ou de algum religioso nas demonstrações incontidas. Se o fato se verifica, não ao lado de uma cruz, porém, ao pé da imagem de um Santo Antônio ou Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário ou São Benedito, que se destacam como figuras de prol com fundas raízes na alma popular, então os motivos são os mais variados possíveis. O casamento é um dêles, um desejo forte por alguma coisa é outro, a saúde alcançada é também motivo e, assim por diante, podendo-se apontar um extenso rol de "pagamento de promessa".

Quanto à vela queimando na porteira, a razão é bem diferente. Ela range naturalmente. Dizem, porém, que nem sempre por maneira simples: revela, às vêzes, qualquer sintoma merecedor de atenção. E' que ali mora alguém invisível a lamentar-se através da voz da porteira, precisando emancipar-se daquela prisão e ir para o cemitério, por lá ficando ao lado de outras companhias na paz, na tranqüilidade e no silêncio dos sepulcros. A vela acesa representa uma caridade. E apenas os corações místicos se tornam capazes de gestos assim. Intriga deparar a todo passo com passagens dêsse porte. Há urgência de alguma explicação.

— Eu lhe explico, meu senhor.

— E' daqui ?

— Não, não moro aqui; vivo no Corredor. Eu sei como é; eu lhe explico.

José Pequeno fica recostado no pescoço do cavalo para um apoio de descanso que é mais um hábito do que uma necessidade.

— Na festa de S. João mataram o Nôzinho por malquerença tôla. O pobre não estava preparado; o corpo aberto, pegado de supetão, ficou à toa e sem saber para onde ir. Não tinha ninguém por êle. Teve de ficar na estrada esperando quem acendesse vela em sua intenção. Depois de um número certo, a alma sai direitinho para o cemitério e, enquanto êsse número de velas não fôr atingido, Nôzinho não sai da "cadeia".

— E se conhece que há alma nessa porteira ?

— Botando bem o ouvido, se sabe pelo "rangido".

Índice alfabético e remissivo
de
"Brasil Açucareiro"
Do I° ao XIII° volume
Preço . . . . . Cr$ 5,00

Formem a sua prosperidade com

os maquinismos de construção "SQUIER" para usinas de açúcar

Muitas propriedades açucareiras começaram com uma pequena moenda "SQUIER", adquiriram equipamento novo de ano em ano e atualmente possuem uma Central totalmente equipada por "SQUIER" que lhes produz os máximos resultados financeiros.

A habilidade do "saber como" que possuem os engenheiros de "SQUIER" é devida ao estarem ìntimamente relacionados com a própria moenda e com a elaboração da cana. Êste conhecimento prático dos seus problemas, combinado com as facilidades modernas de fabricação e investigações técnicas contínuas, são garantias de que os maquinismos "SQUIER" serão de grande utilidade na sua usina também.

THE GEO. L. SQUIER MFG. CO.
177 Mortimer Street,
Buffalo, N. Y., E. U. A.

"SQUIER"

Maquinaria para a Indústria Açucareira

AGRICULTURA E ECONOMIA AÇUCAREIRAS NO SÉCULO XVIII

José Honório Rodrigues

I

Os documentos dos oitocentos suprindo a deficiência da bibliografia revelam-nos a alarmante decaída do açúcar. E não só os documentos. A rica legislação do século XVIII fornece-nos amplo material. Os engenhos abandonados, a lavoura de cana desamparada, os senhores endividados, e o pouco açúcar produzido sem saída no Reino atestam uma situação grave. Havia uma incrível falta de escravaria, "e que por esta causa e a dos excessivos preços em que hoje estão os homens prêtos se impossibilita aos senhores de engenho e lavradores de canas e tabacos e mandiocas fazerem os empregos de que necessitam para poderem continuar as suas lavouras". (1)

A carta que o Governador D. Rodrigo da Costa escreveu, em 19 de junho de 1706, ao Rei sôbre a situação ruinosa do Brasil impressionou gravemente o Conselho Ultramarino que a 1.º de setembro do mesmo ano concordava "em que todo o dano que padece o Brasil e que com o tempo pode crescer como vai mostrando a experiência procede da falta de negros, e de não bastarem os que se introduzem para a fábrica dos engenhos, cultura de tabacos e trabalho das minas, porque o maior interêsse que tem nêles os particulares faz extrair para as mesmas minas os negros que havião de servir nas fábricas dos engenhos e dos tabacos". (2)

A manifesta decadência do comércio mercantil, a sensível falta de dinheiro, e em conseqüência a indigência e miséria popular tornavam o Estado do Brasil ruinoso desde os fins do século XVIII.

São três documentos decisivos: João Pinheiro Viegas, em 1687, D. Rodrigo da Costa, em 1706 e Wenceslao Pereira da Silva em 1738 revelam e confirmam a desastrosa situação da agricultura brasileira dos fins do século XVII à primeira metade do século XVIII. "Notorio he a todos os moradores desta capital (Bahia São Salvador) e seu reconcavo o calamitoso e deploravel estado, em que se achão os senhores de Engenho e os Lavradores do Paiz, que são os nervos do corpo politico e civil". (3)

O açúcar brasileiro decaíra tanto na sua produção que houve época em que o açúcar estrangeiro dava entrada na própria Metrópole.

Wenceslao Pereira da Silva, cujo parecer pode ser considerado como um dos melhores documentos sôbre a situação econômica nos inícios dos oitocentos, declara que mal não menos sensível foi o luxo, que "cruelmente infeciona, destroe e consome estes moradores mal morigerados". "Todos sentem, todos se queixam, e todos se lamentam perdidos; mas sempre enfermos do mesmo mal, não tomam remedio, nem admittem correctivo". "O Brasil se achava ainda, acrescenta o autor, na inocência ou ignorância das leis suntuarias, por que não havia noticia ou observancia delas, regulando-se cada um pelo seu apetite, vestindo-se sem diferença alguma no modo e no excesso do imoderado luxo, nos trajes e adornos de ouro, prata e sedas".

Por volta de 1728 ou 1729 a nova moda das cadeiras guarnecidas de ouro e sêdas havia sido introduzida. As pessoas de condição inferior, diz o referido parecer, começaram a incitar as classes dominantes e aos poucos faziam-se excessivas despesas com o fornecimento, sustento e vestiário dos escravos ocupados nesta função.

Numa sociedade de base rural, que padecia quase tôdas as indiscrições da necessidade e vivia no mais calamitoso estado de pobreza

---

(1) Cf. Carta do Governador D. Rodrigo da Costa, sôbre diversos assuntos referentes ao Brasil. Lisboa, 19/junho 1706. Do. 2917 in An. B. N. R. J. Vol. VI, 1921.

(1) Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sôbre os prejuízos que causava ao Brasil a falta de negros e o remédio para os evitar. Doc. 2913-2014, in An. B. N. R. J. Vol. VI, 1121.

(3) Parecer de Wenceslao Pereira da Silva, em que se propõem os meios mais convenientes para suspender a ruína dos três principais gêneros do comércio do Brasil, açúcar, tabaco e solha, Bahia, 12-2-738, in Anais da B. Nac. R. 1913. Doc. 347.

por falta de capitais, e abatimento dos produtos, não se moderava o luxo, e por isto mesmo cresciam "os empenhos e dividas que se não pagam, quebram e fogem os falidos, cometem-se usurpações, roubos, latrocinios".

O que na verdade era atacado e considerado como luxo, ofensivo aos interêsses da agricultura, era a utilização de grande número de escravos nos serviços domésticos. Parecia ao govêrno na grave emergência que atravessava a economia da colônia uma ostentação da classe ociosa reter inúmeros escravos que poderiam servir à agricultura sem braços. Diga-se, aliás, de passagem, que a classe ociosa no Brasil foi enorme e nascendo com a colônia até hoje não se extinguiu. A gente do Brasil é mais afidalgada do que imaginais, disse Brandônio nos Diálogos das Grandezas do Brasil" (4). Muitos viveram a custa do trabalho escravo, empregado em obras públicas ou particulares.

Só nas Minas se ocupavam mais de 150.000 negros escravos. A necessidade e riqueza fácil fazia elevar o preço. O comércio negreiro não aumentava de acôrdo com as exigências da nova situação econômica. O comércio da **Costa da Mina** de onde vinham muitos se atenuara nos últimos anos, devido à falta de embarcações. As poucas que continuavam a fazer o serviço, faziam-no tão mal, com espaço tão insuficiente que a maioria da carga se perdia. Com tabaco ou cachaça trocavam os negros escravos de Angola ou Costa da Mina (5).

O tabaco e a cachaça (6) do Brasil eram tão indispensáveis para o resgate de negros, quanto os mesmos negros eram precisos para a conservação da América Portuguêsa. Para comerciar no resgate de escravos algumas nações precisavam do nosso tabaco e açúcar. Os holandeses e neerlandeses, por exemplo, da Companhia Ocidental dominavam a maior parte da Costa da Mina e em troca de negros escravos forneciam aos negros senhores os gêneros e drogas que os agradavam revendendo os escravos, depois, aos portuguêses a trôco do nosso ouro. Muitas vêzes ia parar às mãos dos negros da Costa, através das embarcações negreiras, que carregavam certo ou ocultamente o ouro que aqui se extraía, e êles o trocavam com os holandeses. Para suprir a falta de escravos e suspender a ruína que ameaçava a fábrica, lavoura e minas, Wenceslao Pereira da Silva propunha a formação de uma Companhia de Comércio, que à semelhança da Companhia Geral de Comércio de 1649 restaurasse o comércio, salvasse as frotas e suprisse as necessidades da colônia.

Martinho de Melo e Castro, na Instrução para o Marquês de Valença, governador da Capitania da Bahia (7), temia os gravíssimos inconvenientes que podiam resultar ao Reino, caso o comércio da Costa de África caísse em mãos dos brasileiros, particularmente dos habitantes da Bahia e Pernambuco, aos quais fôra concedida ampla liberdade de navegação nos portos daquele continente. Queixava-se de não terem os portuguêses a preferência, isenção, privilégios e graças para disputar aos brasileiros aquêle comércio tão vantajoso. Justificava esta preferência nos direitos dos metropolitanos sôbre os colonos.

Os colonos da Bahia e Pernambuco possuindo, porém, o tabaco, a cachaça, e o açúcar, gêneros próprios para o comércio da Costa de África fàcilmente excluíram do negócio os portuguêses, e dêle se assenhorearam. Na referida Instrução acusa Martinho de Melo e Castro os colonos baianos e pernambucanos de terem estabelecido naquela costa dois ramos de comércio: um lícito, legal e útil, que é o resgate dos negros; outro ilegal, pernicioso e proíbido, que é a introdução de fazendas estrangeiras no Brasil, trocadas na Costa

---

(4) Diálogos das Grandezas do Brasil. Ed. da Ac. Bras. Letras, 1930, pág. 157.

(5) Vide 1) Ofício do ViceRei Conde de Athouguia para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo a pouca utilidade que produzem as palmeiras do Brasil... Doc. 167 do Arq. M. e Ultr. de Lisboa. An. B. Nac. R. J. 1913. Vide também Ofício do Intendente Geral interino Sebastião Francisco Manuel para o Ministro do Ultramar informando acerca de certas condições que se pretendia impor à navegação para a Costa da Mina e da impossibilidade de fixar o preço da compra dos escravos que alli eram adquiridos a troco de rolos de tabaco e ancoreta de aguardente. Bahia, 10-8-1757. Doc. 3041-42 do Arquivo do M. e Ultr. in Anais da B. Nac. do R. J. 1913.

(6) A aguardente era pesadamente tributada. Sôbre os impostos que elevavam seu preço cf. Relação dos direitos que pagavam a aguardente da terra ou cachaça na capitania da Bahia, doc. 19.226 in Anais da Biblioteca Nac. do R. J., vol. VI, 1916.

(7) Vide doc. 10.319, de 10-9-1779, do Arq. de Marinha e Ultramar, in An. B. N. R. J. 1914.

de África especialmente com os holandeses, pelo tabaco.

Na verdade os escravos introduzidos nos portos da Bahia e Pernambuco não iam entregar-se à faina agrícola. A procura de escravos nas Minas era tão grande, e o preço que pagavam tão alto, que dos portos da Bahia e de Pernambuco saíam escravos revendidos aos mineiros (8).

Assim o próprio contrôle do comércio escravagista feito pelos negociantes baianos e pernambucanos não contribuía para aliviar a falta de braços e baixar o alto preço de que tanto se queixavam os Senhores de Engenho e lavradores de cana.

Aliás, desde o raiar do século o govêrno metropolitano procurava evitar a migração forçada dos escravos para as minas. Pelo próprio interior, pelo sertão, passavam os negros seguindo os roteiros da época, e vencendo as 60 léguas de linha reta ou as 112 léguas de linha tortuosa que separavam a cidade da Bahia das Minas do Rio das Contas (9).

Alarmado com abandono das fazendas e engenhos, preocupados com o contrabando das riquezas minerais tomaram-se várias providências. Assim pelo Alvará Régio de 20 de janeiro de 1704, determinava-se que 200 negros anuais vindos de Angola para a capitania do Rio de Janeiro, fôssem vendidos aos paulistas, pelo mesmo preço dos escravos da terra. Procurava-se suprir o mercado paulista, sem desfalcar os necessários às capitanias agrícolas.

Desde 7 de fevereiro de 1701 as comunicações entre Bahia e Pernambuco com as minas de São Paulo, pelo sertão estavam proibidas (10). Recomendava-se aos cabos do sertão que impedissem com tôda a vigilância esta comunicação. Sabemos que quase nenhum resultado conseguiu esta determinação real. O próprio Alvará de 20 de janeiro de 1710 sofria em dezembro do mesmo ano grande restrição. A finalidade fôra impedir que os senhores de engenho e lavradores de cana ficassem privados de braços. Mas êstes em precária situação não podiam comprar a maior parte dos escravos importados e por isto atendendo aos interêsses das companhias escravagistas e dos mineiros procurava-se em 9 de dezembro de 1701 uma solução conciliatória. As minas de São Paulo não se limitariam naquele ano à quota de 200 escravos anuais. A carta régia de 9 de dezembro de 1701 (11), determinava que chegando à Capitania do Rio de Janeiro os mil escravos que conduzia em seus navios a Companhia da Guiné, se oferecesse primeiro aos senhores de engenho os negros "que precisamente lhes fossem necessarios, para a cultura das suas fazendas, e fabricas dos engenhos e estes deixeis ficar, e os repartais por ellas e as mais pessoas que para o seu serviço tambem os hajão precizamente mister, ficando sempre no nosso arbitrio a justa necessidade dos moradores desta capitania, e a que tiverem destes negros as minas de S. Paulo". Continuava a preferência dada aos Senhores de Engenho, mas não se limitava naquele ano o número de negros que poderiam ser vendidos às Minas, antes dava-se livre direito aos mestres de navios e comissários da Companhia de venderem, remeterem e levar para São Paulo todos os que sobrassem. Estabelecia-se para os Senhores de Engenho a cláusula de proibição de revenda, evitando-se assim que procurassem os mesmos comprar não por necessidade de braços, mas com o fito de lucrarem na revenda. Atendera-se dêste modo aos interêsses da Companhia da Guiné e dera-se satisfações às necessidades paulistas.

Aos poucos iam os paulistas representando ao rei e ao govêrno, procurando obter maior número de escravos para suas minas. A carta régia de 17-3-1702, parecia uma promessa de aumento. Conseguiram de D. Ál-

(8) Ofício do Govêrno interino para Francisco Xavier de Mendonça, no qual dá uma larga informação sôbre os direitos que pagavam os escravos que saíam para as minas dos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Doc. 6966 do Arq. de Marinha e Ultr. de Lisboa. An. da Bib. Nac. do R. J. 1913. Vide também Doc. 6971. Muitos anos mais tarde D. Rodrigo de Sousa Coutinho recomendava a mais severa execução das leis que proibiam o extravio de negros para Montevidéu. Cf. Doc. 19225 in An. B. Nac. R. J. Vol. IV, 1916.

(9) Cf. Carta do Coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, dando-lhe informações sôbre as distâncias entre as minas do interior e a cidade da Bahia, 20-7-1727 in Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, XLVIII, 1929, pág. 105-107.

(10) Cf. Carta régia a Arthur de Sá e Menezes comunicando que ficavam prohibidas as comunicações entre as capitanias da Bahia e Pernambuco e as minas de São Paulo, pelos sertões, 7-2-1710, in Docs. Interessantes, obr. cit., pág. 19.

(11) Carta régia a Arthur de Sá e Menezes, in Doc. Interessantes, obr. cit., pág. 51.

varo da Silveira e Albuquerque que intercedesse junto ao rei para que a lei de 20-1-1701 fôsse substituída permitindo a elevação do número de escravos. Não era possível, diziam, que fôssem os paulistas reduzidos à quota de 200 negros, pois compravam de outros revendedores "sem o que o negocio das minas pararia e consequentemente teria V. M. diminuição em seus reais quintos". (12).

Convencido dos males que poderia resultar do abandono da lavoura e fábrica de açúcar o Rei não cedeu a êste apêlo e reafirmou a quota de 200, "sem embargo de confessarem os paulistas grande detrimento assim para os moradores, como para as minas o haverem de ir tão poucos" (13).

A sedução exercida pelas Minas Gerais era tão grande que para lá corriam oficiais de variados ofícios do Engenho. No artigo anterior citamos documentos referentes a falta daqueles que antigamente se dedicavam a "manufatura dos Engenhos". Para remediar esta situação, — no fundo o govêrno sempre esteve convencido de que era preciso evitar a decadência açucareira — determinou a carta régia de 7 de maio de 1703 que não se desse licença a oficial mecânico, especialmente ourives, nem a oficial de Engenho para passarem às Minas (14).

Sem os escravos não se poderia resolver o problema da decadência agrícola. "A V. M. he presente, e a todos geralmente notorio, que sem escravos que vem de Angola e Costa da Mina se não podem fabricar no Estado do Brasil nenhuma sorte de lavoura, por serem os ditos escravos os verdadeiros e unicos agricultores dellas, e não haverá quem naquele estado afirme o contrario, nem duvide o que, digo" (15).

Dêste modo continuou a difícil situação sem que um remédio pudesse atalhar de pronto a ruína do açúcar e os danos dos Senhores de Engenho.

O govêrno metropolitano usava de todos os meios para evitar a paralização do trabalho agrícola. Em 1704, por exemplo, a carta régia dirigida aos oficiais da Câmara do Rio, declarava isentos de assentamento de praça nas tropas pagas todos os oficiais que trabalhassem nos engenhos (16).

A Câmara se queixara de que o Governador para suprir a falta de gente que havia no Terço do Presídio obrigava os oficiais de Engenho, como carpinteiros, ferreiros, mestres e banqueiros, e feitores a assentar praça. Lembrava a carta régia que havendo sido concedido pelas portarias de 5 de novembro de 1663 e 7 de dezembro de 1667 (17) "que

---

(12) Cf. Carta de D. Álvaro da Silveira e Albuquerque ao rei sôbre a lei de 20 de janeiro de 1701, relativa à venda de escravos africanos aos paulistas, in Docs. Interessantes para a Hist. e de S. Paulo, LI, 1930, pág. 122-124.

(13) Cf. Resposta de D. Álvaro da Silveira e Albuquerque à carta régia de 17 de março de 1702, sôbre o número de escravos africanos destinados às Minas e aos moradores de São Paulo. 7 de setembro de 1702, in Docs. Interessantes para a Hist. e Cost. de S. Paulo, LI, 1930, pág. 133.

(14) Carta régia a D. Álvaro da Silveira de Albuquerque ordenando-lhe que não desse licença a oficial mechanico, especialmente ourives, nem a oficial de engenho, para passarem às Minas. 7-5-1703. In Docs. Int. para a Hist. e Cost. de S. Paulo, 1930, pág. 176. Muitos anos depois em 1719 proibira S. M. que se levantassem engenhos de aguardentes em Minas devido as inquietações que ocasiona aos negros esta bebida, privando-os de seus serviços às Minas e occupando-se nos ditos engenhos inumeravel quantidade de negros. Cf. Docs. Int. para a Hist. e Cost. de S. Paulo, vol. LIII, S. Paulo, 1931. Já no Rio não havia ordem regia proibindo a construção de engenhos. Cf. Certidão do Escrivão da Fazenda do Rio de Janeiro, respondendo ao Requerimento do Padre Marcos Gomes Ribeiro, que desejava construir um engenho no Rio. Docs. 8140-8142 in An. Bib. Nac. do R. J., vol. VII, 1934).

(15) Carta do Governador D. Rodrigo da Costa, sobre diversos assumptos referentes ao Brasil. Lisboa, 19/junho/1706, in Anais da Bib. Nac. do R. J., vol. VI, 1921, pág. 302.

(16) Cf. Carta Regia dirigida aos Oficiais da Camara do Rio, em que se declara estarem izentos do assentamento de praça nas tropas pagas todos os oficiais que trabalhassem nos engenhos. Lisboa, 10-12-1704. Doc. 12103 in An. Bib. Nac. R. J., vol. VII, 1934. Cf. tambem Doc. 15031, in obr. cit., vol. VIII, 1936. Como exemplos de aplicacão desta Carta, cf. Docs. 12102 e 15027 (vol. VIII, 1936). Em 1776 passada a crise de trabalho que enchera a fase áurea das minas voltou-se naturalmente a antiga doutrina. Os escravos dos Senhores de Engenho ficavam obrigados a prestar auxílio às tropas em defesa da Capitania. Cf. Doc. 9237, do Archivo M. e Ultr. Oficio do Governador Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro. Bahia 29/outubro/1726, in An. Bib. Nac. do R. J., vol. II, 1914.

(17) Cf. Docs. 1049 e 1050, obr. cit., vol. VI, 1921 e Balthazar da Silva Lisboa. An. da Bib. Nac. do R. J., 1834/35, t. III, pág. 261-266. Deve-se registar que em 25 de outubro de 1680 discutiu o Conselho Ultramarino a representação dos oficiais da Camara do Rio de Janeiro, em que pediam a prorogação, por mais 6 anos, da mercê concedida aos habitantes de não serem executados em seus engenhos e a 20-2-1811 saía a portaria concedendo durante seis anos aos habitantes do Rio a mesma concessão. Cf. Docs. 1392, 1393 in vol. VI, 1921.

se não pudesse fazer execuções nas fabricas dos engenhos para que se não desfabriquem, com muito maior razão se não deve entender com os oficiais que são os instrumentos mais necessarios para o uso e serviço delles".

A legislação protetora das atividades açucareiras nem sempre conseguiu seus objetivos, mas ao menos devemos reconhecer que ofereceu uma pausa à decadência progressiva que se apoderara da nação portuguêsa (18). A decadência não poderia ser travada, se as causas internas e externas não fôssem removidas. Dificìlmente se poderia dirigir para às atividades agrícolas o imenso esfôrço que as Minas atraíam. Dificìlmente se poderia abater a competência estrangeira, inglêsa, e especialmente francesa que afastava do mercado européu o açúcar brasileiro.

Os franceses andaram até projetando medidas violentas para obrigar os portuguêses a abandonar a cultura de açúcar no Brasil. (19).

LISTA DE DOCUMENTOS RELATIVOS AO AÇÚCAR (x)

CARTA do Provedor da Fazenda Luiz Lopes Pegado Serpa, para Diogo de Mendonça Côrte Real, em que se refere ás grandes dificuldades que encontra para evitar as fraudes nos despachos da Alfandega e á escassa produção dos assucares e tabaco naquelle anno.

Bahia, 19 de agosto de 1737. (sem texto). 10

(18) Cf. João Lucio de Azevedo. O Marquês de Pombal e sua época. Anuario do Brasil, 2.ª ed., 1922, pág. 308.

(19) Cf. Observation importante sur la traitte des esclaves a la côte de Guinée et les moyens d'obliger ces Portugais a abandonner la culture de leur plantation de sucre au Brésil (1745). MS. da Bib. National de Paris, Affaires Etrangers. Memoires et Documents n. 2008. Consultado em cópia fotostática na Library of Congress em Washington D. C. E. U. America.

x) Esta Lista inclui todos os documentos relativos ao açúcar que se encontram registrados no **Inventario dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa**, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, e publicado nos Anais da Biblioteca Nacional entre 1913 e 1936 (7 vs.). Os documentos referem-se à Bahia de 1613 a 1807 e ao Rio de Janeiro de 1616 a 1755: Os números que acompanham cada documento correspondem ao número de registro com que aparecem no **Inventario.**

OFFICIO do Provedor da Fazenda, Luiz Lopes Pegado Serpa, participando ter a Náu da India carregado tabaco, assucar e sola, com destino a Lisboa, e remettendo varios documentos relativos ás cargas de differentes navios.

Bahia, 5 de janeiro de 1741. (sem texto). 18

OFFICIO do Vice-Rei conde de Athouguia, communicando que as grandes chuvas haviam prejudicado muito as colheitas e que por carta do coronel Mathias Coelho de Sousa soubera da partida do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada para Minas Geraes, onde ia dar execução á lei sobre o pagamento dos quintos. Refere-se aos presentes que o gentio **Odomé** lhe enviara e á necessidade que havia de manter o commercio dos escravos de Ajudá.

Bahia, 3 de maio de 1751. (sem texto). 18

OFFICIO do Vice-Rei de Athougia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo-se á chegada do Vice-Rei da India Marquez de Alorna, do ex-Arcebispo de Gôa, D. Fr. Lourenço, á cultura do arroz, do assucar e do tabaco, etc.

Bahia, 30 de junho de 1751. (texto incompleto). 115

OFFICIO do Vice-Rei Conde de Athouguia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, referindo a pouca utilidade que produzem as palmeiras do Brazil, os serviços prestados pelos canarins que tinham ido de Gôa para a Bahia, destinados a ensinar o melhor aproveitamento daquellas plantas.

Bahia, 12 de outubro de 1751. (texto incompleto). 167

OFFICIO do Vice-Rei Conde de Athouguia, referindo-se á abundancia de viveres, á producção do assucar e do tabaco e communicando ter chegado a Buenos Ayres o Marquez de Valdelirios, primeiro commissario de Hespanha para a demarcação dos limites.

Bahia, 10 de maio de 1752. **Tem annexo um documento.** (sem texto). 236-237

CARTA do Conde de Sabugosa, referindo-se entre outros assumptos ás resoluções do Conselho Ultramarino, geralmente tomadas sem as prévias e necessarias informações dos Governadores; ás viagens das frotas, á arrematação dos contratos do Brazil, aos direitos que pagavam os escravos que iam para as Minas, á Feitoria de Ajuda, á exploração do ouro nas Minas Novas, á prisão do Capitão Mór Antonio Velloso da Silva e informando muito desfavoravelmente acerca de Manuel Francisco dos Santos Soledade e das suas pretenções.

Bahia, 23 de agosto de 1730. (texto incompleto). 346

PARECER de Wencesláo Pereira da Silva, em que se propôem os meios mais convenientes para suspender a ruina dos três principaes generos do commercio do Brazil, assucar, tabaco e solla.

Bahia, 12 de fevereiro de 1738. (texto incompleto). 347

NOTICIAS sobre os Bispados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Grão Pará, Gôa e Arcebispados Primaz do Oriente e Cranganor, Bispados de Cochim, Miliapôr ou S. Thomé, Nankim, Pekim, Malaca, Macáo, Santiago de Cabo Verde, S. Thomé e Angola.

(Lisboa), 7, 8 e 10 de julho de 1738. (a) Manuel Caetano Lopes de Lavre. (texto completo) 348-50

PARECER do Juiz de Fóra Luiz Coelho Ferreira acerca das representações dirigidas ao Rei pelos proprietarios dos Engenhos dos assucares, pelos cultivadores do tabaco e ainda pela mesa do Commercio de Lisboa, sobre os impostos lançados sobre os assucares e tabacos produzidos no Brazil, sobre os fretes e cargas dos navios e ainda sobre o pretendido monopolio do commercio dos escravos da Costa da Mina.

Bahia, 3 de maio de 1753. (sem texto). 563

MAPPA geral dos navios, que em o primeiro de junho de 1753 fazem viagem na Frota da Cidade da Bahia, comboyados pela Capitania S. Antonio, de que he commandante Gonçalo Xavier de Barros e Alvim e pela Náu da India **N. S.ª do Monte** de que he Capitão de Mar e Guerra, Antonio de Brito Freire. **S. d. (Annexa ao n. 611).**

Contem os nomes dos 34 navios, que compunham a frota, os nomes dos capitaes e a especificação da carga de cada um delles. Productos exportados: tabaco, mel, madeiras, solla, couros em cabello, farinha, assucar, etc. (sem texto). 614

INFORMAÇÃO da Mesa da Inspecção da Alfandega da Bahia, acerca da exportação do tabaco e do assucar.

Bahia, 30 de maio de 1753. **Tem annexo um documento.** (sem texto). 628-629

OFFICIO do Intendente Geral do ouro, remettendo a Diogo de Mendonça Côrte Real, o seu parecer e o do Inspector Luiz Coelho Ferreira, acerca das representações dos Proprietarios dos Engenhos de Assucares e dos Lavradores do tabaco sobre as taxas impostas no Regimento da Mesa da Inspecção e no decreto de 27 de março de 1751 e ainda sobre a carga dos navios.

Bahia, 29 de maio de 1753. **Tem annexos 3 pareceres, todos largamente fundamentados.** (sem texto). 630-633

TERMO das resoluções tomadas pela Mesa de Inspecção sobre o exame, apuro e classificação dos tabacos e assucares.

Bahia, 24 de julho de 1752. **Copia. (Annexo ao n. 1040).** sem texto). 1047

OFFICIO do Vice-Rei Conde de Athouguia, para Diogo de Mendonça Côrte Real, agradecendo ter sido nomeado o Conde de Arcos (Governador das Minas de Goyaz), para lhe succeder no cargo de Vice Rei do Brazil e participando que desejava regressar ao Reino na primeira

frota. Refere-se tambem aos escravos de Moçambique chegados ao Rio de Janeiro, á posse do Desembargador da Relação Francisco Antonio Berquó da Silveira, á escassa colheita do assucar e do tabaco, por causa da falta de chuvas, etc.

Bahia, 22 de abril de 1754. (sem texto). 1125

MAPPA geral dos navios, que em 7 de agosto de 1754, vão na Frota da Cidade da Bahia comboyados pela Capitania **N.ª S.ª das Necessidades**, de que he Commendante Antonio Pereira Borges e pela Náu da India **S. Francisco Xavier e Todo Bem** de que é Capitam de mar e guerra, Caetano Corrêa de Sá.

Bahia, 6 de agosto de 1754. (Anexo ao n.º 1307). (sem texto). 1311

INFORMAÇÃO da Mesa da Inspecção acerca da classificação dos assucares e do seu carregamento nos navios da frota.

Bahia, 5 de julho de 1755. **E' assinada por Wenceslau Pereira da Silva, Sebastião Gago da Camara e Manoel Alvares de Carvalho.** (sem texto). 1785

OFFICIO do Governo interino para Diogo de Mendonça Côrte Real, no qual se refere ao fallecimento do Coronel Governador Lourenço Monteiro, á partida dos Marquezes de Tavora para o Reino, á falta de chuvas, á producção do tabaco e do assucar, etc.

Bahia, 5 de julho de 1755. (sem texto). 1786-1800

OFFICIO do Intendente Geral do Ouro Wenceslão Pereira da Silva, para Sebastião José de Carvalho e Mello, ácerca da partida dos navios da frota e sobre os preços de venda dos assucares.

Bahia, 7 de julho de 1755. (sem texto). 1879

EDITAL da Mesa da Inspecção da Bahia, sobre os preços dos assucares.

Bahia, 14 de abril de 1755. **(Annexo ao n.º 1879).** (texto incompleto). 1881

OFFICIO do Provedor mór da Fazenda Manuel de Mattos Pegado Serpa, ácerca da execução movida contra Bernabé Cardoso Ribeiro e da venda dos bens que lhe foram sequestrados.

Bahia, 7 de maio de 1757. (sem texto). 2452

CERTIDÃO do termo do primeiro lance que deu D. Caetano de Bettencourt e Sá por seu procurador no Engenho da Grama e suas terras e fabricas sequestradas pepa Provedoria mór da Bahia a Bernabé Cardoso Ribeiro.

Bahia, 8 de fevereiro de 1757. **(Annexo ao n.º2452.** (sem texto). 2453

CERTIDÃO dos autos de avaliação e arrematação do Engenho da Grama, sequestrado a Bernabé Cardoso Ribeiro.

Bahia, 8 de fevereiro de 1757. **(Annexo ao n.º 2452.** (sem texto). 2454

RELAÇÃO da Freguezia de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro do Reconcavo da Bahia, pelo Vigario José Nogueira da Silva.

1757. **(Annexa ao n.º 2666).** texto completo). 2691

NOTICIA sobre a Freguezia de S. Pedro de Itararippe e Rio fundo, no arcebispado da Bahia, pelo Vigario collado Manuel Lobo de Souza.

S. D. (Annexa ao n.º 2666). (texto completo). 2692

NOTICIA sobre a Freguezia de Nossa Senhodo Monte do Reconcavo da Bahia, pelo Vigario Collado Miguel Teixeira Pinto.

1757. (Annexa ao n.º 2666). (texto completo). 2694

RELAÇÃO dos logares, povoações, extensão de legoas e rios que ha na Freguezia de Nossa Senhora do Soccorro do Reconcavo da cidade da Bahia, pelo Vigario Ignacio Jardim.4

1757. (Annexo ao n.º 2666. (texto incompleto). 2695

NOTICIA sobre a Freguezia de S. Gonçalo da Villa de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde, pelo Vigario Collado Valentim dos Santos Neves.

S. D. (1757). (Annexo ao n.º 2666). (texto completo). 2696

NOTICIA sobre a Freguezia de S. Sebastião das Cabeceiras de Passé, do Arcebispado da Bahia, pelo Vigario Collado o Reverendo Licenciado Felippe Barbosa da Cunha.

S. d. (1757). (Annexa ao n.º 2666). (texto completo). 2697

NOTICIA sobre a Freguezia de S. Bartholomeu da Villa de Maragogipe, Reconcavo da Bahia.

Não está assignada nem datada. (Annexo ao n.º 2662). (texto completo). 2700

RELAÇÃO da Freguezia de Nossa Senhora da Encarnação de Passé e dos sitios ou logares, rios, seus nomes e distancias e juntamente das pessoas que n'ella e nas capellas suas filiaes ao presente se compreendem, pelo Vigario Antonio da Costa Pereira.

1757. (Annexa ao n.º 2666). (texto completo). 2702

NOTICIA sobre a Freguezia de S. Miguel de Cotigippe, distante 6 legoas da cidade da Bahia, dentro do termo da dita cidade. Pelo Vigario Manoel Cardoso dos Santos.

1757. (Annexa ao n.º 2666). (texto completo). 2704

OFFICIO do Vice Rei Conde dos Arcos, para Sebastião José de Carvalho e Mello, informando ácerca de uma representação dos commerciantes da Bahia em que pediam autorisação regia para organizarem uma Companhia com o monopolio do commercio da Costa da Mina e outros portos da Africa.

Bahia, 4 de maio de 1757. (texto incompleto). 2804

REQUERIMENTO dos commerciantes da Bahia, pedindo ao Vice-Rei para submetter á approvação regia a seguinte representação e os estatutos da nova Companhia, que pretendiam organizar.

S. d. (Annexo ao n.º 2804). (texto completo). 2805

REPRESENTAÇÃO dos commerciantes da Praça da Bahia, supplicando a Elrei D. José que approvasse a organização da nova companhia que pretendiam estabelecer para a exploração do commercio da Costa da Mina.

S. d. (1757). (Annexo ao n.º 2804) (texto completo). 2806

ESTATUTOS da nova Companhia que alguns dos principaes commerciantes da Praça da Cidade da Bahia que pretendiam fundar para a exploração do commercio da Costa da Mina.

Bahia, 3 de maio de 1757. **(Annexos ao n.º 2806).**

São assignados por **Luiz Corrêa Ferreira, Francisco Xavier de Almeida, José Alvares da Silva, Antonio Cardoso dos Santos, José de Abreu Lisboa, Manuel Rodrigues Rios, Joaquim Ignacio da Cruz, Fructuoso Vicente Vianna, José Antunes de Carvalho, Manuel Alvares de Carvalho, Antonio Pereira de Araujo, Manuel Ignacio Pereira.** (texto incompleto). 2807

OFFICIO do Intendente Geral interino Sebastião Francisco Manuel para o Ministro do Ultramar, informando acerca de certas condições que se pretendia impôr a navegação para a Costa da Mina e da impossibilidade de fixar o preço da compra dos escravos que alli eram adquiridos a troco de rolos de tabaco e **ancoretas** de aguardente.

Bahia, 10 de agosto de 1757. **1.ª e 2.ª vias.** (sem texto). 3041-3042

CARTA de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello (para Thomé Joaquim da C. Côrte Real), em que se refere á

OS FAZENDEIROS DE CAMPOS, NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

VIII

COMENDADOR JOSE' RIBEIRO DE CASTRO

(Visconde de Santa Rita)

Estamos em 1881. Devido à crise que se manifestou por muitos anos no mercado de café, muitos lavradores voltaram as suas vistas para outra cultura mais remuneradora, a da cana de açúcar.

Por outro lado, o govêrno imperial, compenetrado da importância da indústria açucareira, estimulou o seu desenvolvimento com a lei de 6 de novembro de 1875, fixando uma soma de 30 mil contos para garantia de juros, aos capitais que fôssem empregados no levantamento de Engenhos Centrais.

O primeiro que se aproveitou da lei foi o Visconde de Araruama que com os seus irmãos, Barões de Quissamã e Ururai, seu cunhado Barão de Vila Franca e outros membros da sua família, fundaram o **Engenho Central de Quissamã,** em Macaé.

O segundo Engenho Central estabelecido no Brasil, no município de S. João da Barra foi o de **Barcelos,** devido aos esforços do Dr. Domingos Alves de Barcelos, agraciado pelo seu empreendimento com o título de **Barão de Barcelos.**

Outros fazendeiros de Campos, amparados pela mesma lei, transformaram as suas fábricas em pequenos Engenhos Centrais e nessa época, na antiga Província do Rio de Janeiro, já tinham sido empregados em 9 Engenhos Centrais, 5:600$000, sob a garantia de 7 %.

Êsses Engenhos, excetuados os dois acima mencionados, foram levantados no município de Campos.

Se é verdade que o **Engenho Central de Quissamã** estava abastecido de matéria prima suficiente para a fabricação do açúcar, outro tanto não se podia afirmar quanto aos **Engenhos Centrais de Barcelos e os de Campos.**

É que o Engenho Central de Quissamã fôra fundado em um distrito onde as terras cultiváveis pertenciam aos membros da família do Visconde de Quissamã, sócios na emprêsa e que possuíam grandes fazendas como as da Machadinha, S. Miguel, Mandiqueira, Santa Francisca, S. José e Boa Esperança.

Era de 50 o número de fornecedores que vendiam as canas a 6 rs. o quilo e se mostravam satisfeitos com a pronta venda dos produtos das suas lavouras.

No triênio de 1880 a 1882, passaram pelas

---

venda dos vinhos da Companhia do Alto Douro, á creação das vigarias, aos Jesuitas, á producção dos engenhos d'assucar, etc.

Bahia, 23 de dezembro de 1758. (texto incompleto). 3924

OFFICIO dos Inspectores da mesa da Inspecção José Lopes Ferreira Francisco Xavier de Almeida para Thomé Joaquim da C. Côrte Real, relatando as divergencias que havia entre os vogaes da Mesa da Inspecção sobre a classificação dos assucares e queixando-se do procedimento irregular do Desembargador e Inspector Bernardo Gonzaga, em uma sessão a que presidira, arrogando a si o voto de qualidade para fazer prevalecer a sua opinião.

Bahia, 27 de maio de 1759.

Tem annexos 2 documentos. (sem texto). 4147-4149

OFFICIO dos Inspectores da Mesa de Inspecção, da Bahia, Antonio da Rocha Pitta, João Bernardo Gonzaga e José Alvaro Pereira Sodré, para Thomé Joaquim da C. Côrte Real, acerca das divergencias que havia na Mesa da Inspecção sobre a classificação dos assucares.

Bahia, 27 de maio de 1759.

Tem annexos 7 documentos. 1.ª e 2.ª vias. (sem texto). 4151-4166

moendas do dito Engenho Central 140.069.425 quilos de canas que produziram 9.518.100 quilos de açúcar e 1.841.880 litros de aguardente, vendidos por 806:530$000, apresentando um lucro líquido de 23% sôbre o seu capital fabril de 1.284:561$000.

Já ao **Engenho Central de Barcelos** faltava a matéria prima para as suas moagens, como se pode verificar dos seguintes dados:

De 1878, quando começou a funcionar, moeu em 6 safras, apenas, 111.127.896 quilos de canas, que produziram 8.300.220 quilos de açúcar e 1.875.818 litros de aguardente, sendo o resultado líquido, em dinheiro, 356:161$000.

Mais crítica era a situação dos pequenos Engenhos Centrais de Campos. Os seus proprietários, raros fornecedores tinham e só contavam com as canas das suas fazendas, que não eram abundantes, devido à falta de braços. Os seus escravos, explorados pelos abolicionistas, fugiam ao trabalho e se refugiavam nos matos onde viviam em quilombos.

Também os lavradores preferiam moer as suas canas nas próprias fábricas que se espalhavam por todo o município de Campos, em número de 377 e destas apenas 125 eram movidas a vapor e as restantes 252, por animais.

Era, pois, necessário a introdução do braço livre nas lavouras. Em 7 de abril de 1884, tinha sido fundada em Campos, a "Sociedade Campista de Agricultura", sendo 55 o número dos sócios fundadores. Em 1881, dêstes só existiam dois: o Comendador José Ribeiro de Castro, então 2.º Barão e depois Visconde de Santa Rita, e seu irmão Comendador Julião Ribeiro de Castro.

Alguns dos novos sócios, julgando que a "Sociedade" não preenchia os seus fins, opinaram que fôsse extinta e que o seu fundo fôsse dado à Santa Casa.

O Barão de Santa Rita, então Presidente, convocou uma assembléia geral, para deliberar sôbre o assunto, a qual teve lugar em 23 de janeiro dêsse ano.

Manifestou-se contra o desaparecimento de tão útil instituição e com aplauso da maioria dos sócios, por conta de mais de 30:000$000 que tinha em Caixa, mandou vir da Europa 50 famílias, compostas, pelo menos, de quatro pessoas, cada uma. Estas vieram de Espanha, se aclimataram bem na terra goitacá, havendo completa transformação nos trabalhos agrícolas. Muitos dos seus membros tornaram-se bons colonos e alguns chegaram a fazer fortuna.

* * *

O Visconde de Santa Rita, que era o decano dos fazendeiros campistas, secundado pelo seu genro Dr. João Belisário Soares de Sousa, converteu o velho engenho de Sapucaia em magnífica fábrica Central, com maquinaria inglêsa da Casa Thomson Black & Cia.

Estava aparelhada como a de Santa Cruz, já descrita no artigo anterior, com exceção das moendas que eram de 3 cilindros. Tudo que era moderno fôra ali adotado; defecação a vapor; evaporação no tríplice-efeito; cozimento no vácuo; esgotagem e queima do bagaço verde, vindo da moenda por trilho aéreo. Os acessórios para distilação e trabalhos externos, eram de primeira ordem.

A **Usina da Sapucaia**, que tem o limite da sua fabricação de 78.808 sacos de açúcar, e pertencia à firma Irmãos Sence & Cia., foi vendida no ano passado por 27 milhões de cruzeiros.

* * *

O Visconde de Santa Rita, Comendador José Ribeiro de Castro, era filho dos Barões de Santa Rita, Manuel Antônio Ribeiro de Castro e de D. Ana Francisco Pinheiro.

Era casado com D. Maria Antônia Neto da Cruz, filha do Barão e Viscondessa de Muriaé, Manuel Pinto Neto da Cruz e D. Raquel Francisca de Castro Neto da Cruz. Faleceu em 5 de agôsto de 1890.

Foi no seu palacete, onde se hospedou D. Pedro II, quando visitou Campos pela última vez em 1883.

Também ali foi hospedado pela Viscondessa de Santa Rita, em 20 de novembro de 1891, o Bispo D. José, Conde de Santo Agostinho.

ACÔRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Segundo informações fornecidas pela embaixada brasileira em Londres, o govêrno norte-americano ratificou o protocolo assinado em Londres em 31 de agôsto do ano passado, prorrogando por mais um ano o Acôrdo Internacional sôbre produção e distribuição do açúcar. No referido instrumento, que se acha depositado nos arquivos do Foreign Office, a Comunidade das Filipinas confirma as obrigações assumidas no dito protocolo.

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

X

No triênio de 1853 a 1855, a colonização de trabalhadores estrangeiros na zona agrícola nacional foi o problema que mais preocupou a "Sociedade Auxiliadora". Pôsto em equação por haver suprimido o tráfico africano a lei Eusébio de Queiroz, tornou-se premente pela necessidade que se tinha de extinguir o deficit, dia a dia crescente, do braço escravo. Dificultava a urgência de achar-se uma solução para o caso a complexidade de fatôres que êle envolvia.

Complexo e premente, o problema absorveu as atividades intelectuais das classes conservadoras da nação, que não viam, como solução capaz, o aproveitamento do braço livre nacional. Tinham-no por imprestável.

Como sempre acontecia, a "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional" abriu as colunas do seu periódico para o estudo da questão. Sôbre todos os aspectos, foi ela examinada e discutida, notadamente pelos presidentes de províncias, que não a descuravam nos seus relatórios anuais.

Dos muitos que foram publicados pelo "O Auxiliador", um se destaca pela excelência dos conceitos e informações que presta acêrca de um ensaio de colonização na província do Maranhão, onde a idéia fôra concebida em 1823, meses antes da sua emancipação política. E' um trabalho refletido e bem pensado, que justifica, sobejamente, a fama de talento e de cultura do seu autor — o Presidente Eduardo Olímpio Machado, a quem não regateou louvores o íntegro Sotero dos Reïs, quando lhe escreveu a biografia.

Nestas condições, vale ler-se o documento em seus tópicos principais.

Dizia Olímpio Machado:

"O sistema de colonização que mais convém ao país seria aquêle que resultasse da emigração voluntária de colonos moralizados e industriosos, atraídos pela bondade das nossas leis civis e políticas, pela nossa tolerância em matéria religiosa, pela hospitalidade, que, em grau tão eminente, distingue o caráter nacional, e, sobretudo pela fertilidade e recursos do nosso solo."

"Apesar de tôdas estas vantagens, o certo é que países, aliás comparativamente menos favorecidos, levam por êste lado, melhoria ao nosso, o qual, por um muro de preconceitos e calúnias, tem permanecido fechado à corrente da emigração, que não cessa de arrojar anualmente às praias dos Estados-Unidos da América do Norte uma multidão de colonos. Que a corrente da emigração há de chegar-nos também, é para mim um fato providencial, porque enfim um país, formado com as condições do nosso, não pode ficar por muito tempo estacionário e desaproveitado. Enquanto, porém, não chega está época, para a qual, depois da cessação do tráfico africano, caminhamos apressadamente pelo desenvolvimento dos interêsses materiais, cumpre ir fazendo alguns ensaios, embora modestos, que pelo menos terão o mérito de demonstrar, pràticamente, a exequibilidade da substituição do trabalho escravo pelo livre no processo da indústria rural, e destruir os prejuizos que contra a emigração para o Brasil, principalmente para as províncias do norte, se tem levantado em alguns Estados da Europa."

Depois destas considerações e de lamentar vir nos faltando uma intensa propaganda no estrangeiro, passa o relatório a expor o que a administração maranhense já tinha realizado naquele sentido, no ensaio denominado **Colônia Agrícola de Santa Isabel.**

"Esta colônia foi fundada", escreveu o Dr. Eduardo Olímpio Machado, pelo sistema de parceria, nas terras do engenho — Frechal — de propriedade do Tenente-Coronel Torquato Coelho de Sousa, em virtude de um contrato que com o mesmo Tenente-Coronel celebrou o govêrno provincial, em data de 22 de abril de 1823."

"Os colonos, em número de 50, já se acham empossados das datas de terra, que pelo contrato, o empresário ficou obrigado a entregar-lhes, num total de 5000 braças quadradas".

"Todos êles possuem uma derrubada de 40 a 50 braças quadradas para plantação de cana de açúcar, além de um terreno para horta de 12 por 40 braças nas margens de um rio, o Mirinzal."

"Quase no centro, em terreno plano, foi reservado um quadrado de 100 braças para as habitações, que serão dispostas pela seguinte maneira: Fronteira ao campo, deve ficar a capela, com duas casas de cada lado. Estas casas, construídas de boas madeiras e cobertas de telhas, conterão duas salas na frente com 20 palmos cada uma, e dois quartos correspondentes a elas, separados por um corredor, que dê comunicação para o interior, cozinha e um quintal de 11 braças. Uma destas casas será reservada para o empresário, quando fôr à colônia, outra para residência do capelão, outra para a do professor de primeiras letras e outra servirá de armazém. Ao S. O. correrá outro lanço com 12 casas, contendo as mesmas proporções, e descrevendo com aquêle um ângulo reto, separado dêste por uma rua de 60 palmos de largura: e do lado oposto outras tantas casas perfeitamente iguais, formando uma praça de 60 braças de largura, que se estenderá até o campo."

"Esta localidade, situada mil braças ao S. do engenho Frechal, e quatro léguas a S. O. da vila de Guimarães, é uma situação aprazível pelo campo, que lhe fica a L. e pelo rio que corre ao S."

"A salubridade do clima e a bondade das terras prometem longa duração à colônia de Santa Isabel, e os mais felizes resultados a ambas as partes contratantes."

"Estou informado de que o empresário tem fornecido, religiosamente, aos colonos a ração gratuita de que reza a 4.ª cláusula do contrato, e que, afora os gêneros alimentícios a que se obrigou, dá-lhes aos domingos carne fresca e vinho e, em muitos dias da semana, café, açúcar, arroz, fumo e aguardente."

"Tem reinado entre o empresário e os colonos a mais perfeita harmonia, sem a qual não poderia ir avante o estabelecimento. A moralidade e obediência dêstes e a retidão e o espírito conciliador daquele prometem a continuação dêste estado satisfatório."

Depois dêstes informes, o presidente observava que existindo na colônia 14 menores, de 6 a 15 anos de idade, em estado de aprenderem a ler, era de esperar-se que a Assembléia Legislativa Provincial criasse ali uma escola de primeiras letras, conforme estabelecia o contrato.

Sôbre as vantagens do sistema parciário, adotado na colônia em apreço, Olímpio Machado, embora o julgue o mais cômodo e lucrativo para a cultura da cana, não se considera apto a fornecer dados positivos, visto como a colônia tinha apenas 8 meses de existência.

Interessante também é a parte do relatório referente às despesas feitas com os colonos. Revela-nos a grande valorização da nossa moeda naqueles tempos. Apreciemos êstes números:

Com passagens de Portugal ao pôrto de S. Luís, passaportes e adiantamentos em dinheiro a 50 colonos	2.863$410
Comissão ao engajador na cidade do Pôrto	204$000
Passagens e comedorias de S. Luís à colônia (Guimarães)	102$000
	3.169$410

Cada colono fazia, pois, de despesa ... 56$147, em média.

Uma vêz localizado em Santa Isabel, o custo do seu sustento não passava de 240 réis.

Observador meticuloso e presidente consciente dos seus deveres, Eduardo Olímpio Machado, não termina o seu trabalho sem dar a sua impressão a respeito do caráter do colono português. O tópico que escreveu não desmerece a sua fama.

Ei-lo:

"São em geral pacíficos, morigerados e trabalhadores os colonos portuguêses da colônia "Santa Isabel". Tomados de admiração pela fertilidade das nossas terras, não há para êles trabalho impossível. Encontraram a princípio algumas dificuldades, mas hoje trabalham nas matas com desembaraço igual ao dos nossos mais adestrados e melhores trabalhadores.

Nota-se nêles uma ambição elevada a tal grau que degenera em reprovado egoísmo; não tocam, é verdade, no alheio, porém também não prestam aos seus compatriotas, companheiros de sorte e de viagem, o mais insignificante favor."

"Aborrecem a comunhão no trabalho e reclamam sempre pela sua divisão. Mostram

O AÇÚCAR NA "CULTURA BRASILEIRA"

Miguel Costa Filho

A Companhia Editora Nacional reeditou, faz pouco tempo, aliás por sua própria conta, o volumoso trabalho do Prof. Fernando de Azevedo, que serviu de Introdução à Série Nacional das publicações do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1.º de setembro de 1941 (1).

Através de cêrca de quatrocentas e cinqüenta páginas, servindo-se de vasta bibliografia, o autor traça um panorama, em larga escala, de nossa evolução cultural. E' a primeira vez que se realiza êsse trabalho, no Brasil. Não obstante alentada, é evidentemente uma obra de síntese, em que se estudam o país, a gente, o trabalho humano e outros fatôres da cultura, para em seguida serem apreciadas as instituições e crenças religiosas, vida intelectual, cultura científica, cultura artística, etc. A terceira e última parte do livro examina o sentido da educação colonial, as origens das instituições escolares, a descentralização e a dualidade de sistemas, a renovação e a unificação do sistema educativo, o ensino geral e os ensinos especiais.

Muito embora trabalho dessa natureza e porte houvesse forçosamente de se arrimar em farta bibliografia, não sabemos porque o autor cita um ou outro livro perfeitamente dispensável, em passagens em que devera figurar com suas próprias palavras.

Deixando, porém, de parte, essa questão, vamos tratar, por hoje, de um assunto restrito, versado no volume em aprêço.

Afirma o autor que a fundação do primeiro engenho de açúcar em São Vicente, entre 1532 e 1533, abre, para o Brasil, "o primeiro ciclo econômico e rasga as mais largas perspectivas à colonização". (2).

Quanto à segunda parte de sua afirmação não há dúvidas. A colonização, pròpriamente dita, do Brasil, data do estabelecimento de Martim Afonso de Sousa em São Vicente. Contudo, não se afigura inteiramente de acôrdo com a verdade histórica atribuir-se ao açúcar fabricado na capitania vicentina o início da vida econômica da nova terra incorporada aos domínios da coroa portuguêsa.

Os trinta e dois anos que medeiam entre a descoberta da Ilha de Vera Cruz por Cabral e a vinda da esquadra colonizadora não passaram em branca nuvem, como se poderia depreender daquela afirmação.

O Sr. Fernando de Azevedo sabe-o perfeitamente. Tanto assim que alude ao transporte do algodão nativo, de sementes, animais e índios preados e pau-brasil, sendo que êste "constituiu a principal fonte de renda de Portugal e dos contratadores", teve papel preponderante na primeira metade do século XVI e "abriu à metrópole um vasto campo de exploração e uma das suas fontes de riqueza, pela rápida colocação da madeira nos mercados mais importantes da Europa". (3).

E' verdade que a exploração do pau-brasil era uma "indústria puramente extrativa". Era uma "economia destrutiva", como observa o escritor paulista. Mas, dado o vulto que tomou, merece se considere o nosso primeiro ciclo econômico, como querem os Srs. Roberto C. Simonsen (4), Afonso Arinos de Melo Franco (5) e Bernardino de Sousa. (6).

Incontestàvelmente, porém, foi o historiador norte-americano Alexander Marchant quem mais se aprofundou no estudar o papel que a ibirapitanga representou nas primeiras

(1) "A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil". 2.ª ed. Cia. Editora Nacional. 1944.

(2) Obr. cit. Pág. 41.

(3) Obr. cit. Pág. 40.

(4) "História econômica do Brasil". Brasiliana. Vol. 100. 2.ª ed. Cia. Editora Nacional. 1944. Pág. 79. (E' no Sumário do Cap. III que o autor emprega a expressão).

(5) "Síntese da história econômica do Brasil". Min. da Educação e Saúde. Rio. 1938. Pág. 32.

(6) "O pau-brasil na história nacional". Brasiliana. Vol. 162. Cia. Editora Nacional. 1939. Pág. 29.

---

tanta diligência e atividade quando trabalham no que é só seu, quanta morosidade e indolência quando trabalham para todos. Não existe entre êles o laço de fraternidade, essa íntima união que gera um sentimento comum — as saudades da terra natal. O desejo de adquirir como que tem amortecido êste belo sentimento, que, aliás, quando estamos longe da terra que nos viu nascer, costuma manifestar-se em tôda a sua energia".

décadas da terra de Santa Cruz, e mesmo posteriormente, extraindo dos documentos e dos relatos dos cronistas elementos que permitem conhecer mais amplamente a natureza das relações econômicas entre o europeu e o indígena.

O primeiro ciclo econômico do Brasil corresponde ao primeiro dos três períodos em que Marchant divide o seu estudo, 1500 a 1533, mais ou menos, "quando os portuguêses eram traficantes de pau-brasil e guarda-costas". (7).

O pesquisador norte-americano salienta que "Varnhagen divisou nìtidamente uma espécie de escambo, quando se referiu aos "primeiros contratos e escambos com os europeus", que tiveram lugar durante os primeiros dias da colonização". (8) Da colonização, note-se bem. Na verdade, o historiador brasileiro já alude ao período iniciado com a doação de capitanias. (9).

"A importância da verificação, continua Marchant, nunca foi bem reconhecida, talvez porque êle não mais a mencione em sua obra, e ficou ignorada até por um estudioso tão proficiente do Brasil colonial, como Capistrano de Abreu". (10).

O autor de "From barter to slavery", em relação a Pôrto Seguro, faz o reparo de que êste não foi além da constatação da existência do escambo e de que deixou implícito que o escambo se limitava aos primeiros anos da vida de todo o estabelecimento colonial. E ficou a impressão, continua o norte-americano, de que êsse escambo fôra pronta e completamente suprimido como relação econômica insatisfatória entre portuguêses e índios. (11).

Tal não se deu, contudo. E Marchant mostra que os lusos e franceses continuaram usando o escambo como fundamento na obtenção de braços e mercadorias, não obstante as diferenças entre os seus métodos de coletar a madeira.

No concernente ao velho Capistrano, Marchant cita apenas o livro "Capítulos de história colonial", como base de sua afirmação. Entretanto, o historiador brasileiro, em outra oportunidade, deu mais algumas indicações a respeito. Depois de referir que se desenvolveu desde o princípio um comércio relativamente importante e que não possuímos muitos documentos para determinar a importância dêsse primitivo comércio, acrescenta: "Em troca dos objetos que obtinham dos naturais, os que então com êles comerciavam ofereciam-lhes carapuças, avelórios, espelhos, machados e coisas de pouco valor". (12).

Adiante, em outro capitulo, sôbre o mesmo ponto, observa: "Para facilitar as cargas de navios, de uma a outra viagem, ficaram feitores, que, com espelhos, avelórios e sobretudo objetos metálicos, obtiveram dos retardatários homens da idade de pedra penetrassem no sertão à procura de pau vermelho, transportando-o a ombros para o litoral. Estampas quase contemporâneas representaram êste espetáculo". (13).

Em uma passagem anterior, Capistrano dissera que no "comércio de 1501 a 1532 está quase todo o comércio brasileiro do século XVI". (14).

Provam êsses trechos da obra de Capistrano que o indefesso pesquisador compreendeu perfeitamente que o comércio entre o europeu e o homem da terra revestiu a forma de permuta, de escambo. Que êsse comércio teve a sua importância. Que não se limitou aos primeiros anos. Que, ao contrário, modelou as relações comerciais do português e do índio, prolongando-se pelo tempo adiante.

O primeiro ciclo econômico do Brasil é, pois, caracterizado não só pela forma destrutiva da exploração da terra. Mas também pelo escambo na obtenção das mercadorias exportadas — pau-brasil, principalmente, mais algodão, peles, animais, etc. — e na obtenção do próprio trabalho. Mais tarde, de alimento. Os indígenas é que derrubavam as árvores, preparavam e carregavam os toros, etc. Em troca do pau de tinta e dêsse trabalho, os europeus lhes davam facas, machados, contas e outras bugigangas.

Handelmann também notou que, nas décadas que antecederam o estabelecimento de Martim Afonso, os negócios comerciais do europeu com o dono da terra, se assim se pode chamar o indígena, eram feitos pelo método do escambo. Com efeito, diz o historiador alemão: "Naturalmente, o comércio bra-

(7) "Do escambo à escravidão". Trad. de Carlos Lacerda. Brasiliana. Vol. 225. Cia. Editora Nacional. 1943. Pág. 30.
(8) Obr. cit., pág. 29.
(9) "História Geral do Brasil". Tomo Primeiro. Cia. Melhoramentos de S. Paulo. Pág. 269.
(10) Ib.
(11) Ib.

(12) J. Capistrano de Abreu. "O descobrimento do Brasil". Edição da Sociedade C. de Abreu. 1929. Pág. 80.
(13) Id. Págs. 315/316.
(14) Id. Pág. 81.

sileiro era todo feito pelo sistema de permutas..." (15).

Que provas temos de que êsse comércio, essa exportação, tomou tal vulto que mereça ser considerado o nosso primeiro ciclo econômico?

Quando começou a exportação de pau-brasil? A quanto atingiu por ano? Quanto produziu nos três decenios iniciais de nossa vida histórica?

O primeiro carregamento de pau-brasil, à parte a quantidade levada como amostra, por um navio da esquadra de Cabral, foi feito pela expedição que partiu de Portugal em meados de 1501 e tornou em julho do ano seguinte. (16).

Segundo uma carta de Pietro Rondinelli, de 3 de outubro de 1502, o rei contratou com alguns cristãos novos o tráfico de pau-brasil, devendo os arredantários mandar anualmente seis navios ao Brasil. (17).

De como ou se foram bem executadas as cláusulas do contrato não se sabe com precisão e minúcia. Ou antes existem apenas rerefências.

Entretanto, outra carta contemporânea dêsses fatos, de Lunardo da Cà Masser, nos dá uma indicação que é preciso levar em conta. Da referida nova terra, diz, "se traz todos os anos 20 mil quintais de brasil". (18) Acrescenta a informação que não obstante não tingir "com a perfeição em que o faz o nosso do Levante", "despacha-se muito para Flandres, e daqui para Castela e Itália para muitos lugares". (19).

Essas cartas referem-se ao contrato de Fernando de Noronha.

O navio em que viajou Vespucio, na segunda expedição mandada a estas plagas pelo rei de Portugal, e outro que se lhe juntou, depois de dividida a esquadra nas proximidades da atual ilha de Fernando de Noronha, fizeram em Cabo Frio boa carga do pau vermelho, em 1504. (20).

(15) Henrique Handelmann. "História do Brasil". Trad. de Lúcia Lahmeyer. Ed. do I. H. G. B. Pág. 33.

(16) Duarte Leite. "O mais antigo mapa do Brasil", in "História da Colonização Portuguêsa". Litografia Nacional. Pôrto. MCMXXIII. Vol. II. Pág. 254.

(17) Id. Pág. 255.

(18) H. C. P. II. Pág. 278.

(19) Ib.

(20) Visconde de Pôrto Seguro. "História Geral do Brasil". 3.ª ed. int. 1.º tomo. Cia. Melhoramentos de São Paulo. Pág. 97.

Sabe-se que Noronha obteve novo contrato em 1506, o mesmo se dando em 1509 e 1510, com uns franceses e alemães.

O carregamento da Nau Bretoa (ano de 1511) computou-se em 5008 toros, vindo a relação dos embarques, dia por dia, no respectivo livro, que serviu a Alexander Marchant para a reconstituição do modo e do intercâmbio comercial dos dois povos

Há notícias de embarques em 1526, 1527 e 1531.

Quanto aos franceses, sabe-se que freqüentaram o nosso litoral em busca do pau-brasil, a partir de 1503 ou 1504.

Para se avaliar a relativa importância daquelas exportações, recordemos que Fernando de Noronha pagava, segundo o contrato de arrendamento, quatro mil cruzados, pela concessão. Essa quantia representa, segundo o Sr. Simonsen, um poder aquisitivo de cêrca de um milhão de cruzeiros, nossa moeda atual.

Com a montagem do primeiro engenho de açúcar, em São Vicente, em 1532 ou 1533, inicia-se o segundo ciclo econômico. O açúcar passa a ser o produto principal do Brasil. Começa a colonização, pròpriamente dita, da nova terra.

Mas o pau-brasil continua a ser objeto de permuta entre o alienígena e o aborígene.

O escambo entre o europeu e o indígena continua. Pode-se dizer que só acaba quando acaba o índio.

Em uma nota, (21) o Sr. Fernando de Azevedo menciona o trecho da "História do Brasil", de Frei Vicente do Salvador, em que se diz que foi a capitania de São Vicente a primeira "onde se fez assucar, donde se levou plantas de cannas pera as outras capitanias", acrescentando que êsse texto foi o primeiro sôbre a cana de açúcar no Brasil.

Esqueceu-se o autor de "Cultura brasileira" que, antes daquele cronista, Gabriel Soares de Sousa não só dissera que aquela terra foi "a primeira em que se fez assucar na costa do Brasil, d'onde se as outras capitanias proveram de cannas de assucar para plantarem (22), como ainda escreveu informações muito mais importantes e esclarecedoras sôbre as canas de açúcar na Bahia. (23).

(21) Ob. cit. Nota 3. Pág. 41.

(22) "Tratado descritivo do Brasil em 1587", 3.ª ed. Brasiliana. Vol. 117. Cia. Editora Nacional. 1938. Págs. 105/106.

(23) Id. Págs. 177/178.

ENGENHOS DO OESTE CARIOCA

Affonso Varzea

No protótipo Vieira Leão, de 1767, três bacias fluviais tributárias da baía de Sepetiba servem de eixo à arrumação dos engenhos: a do Pinhão, a do Piraquei, a do Guandu-Mirim. Nas cartas atuais o Pinhão passou a rio do Portinho e o Piraquei a Piraquê apenas no curso inferior, pois no médio e no superior é rio Cabuçu: ria da Prata do Cabuçu.

No mapa-modêlo de fins do setecentismo a sede da Freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba ficava a sudoeste das cabeceiras do Pinhão, em cuja margem ocidental figuram duas fábricas, confrontadas por outras tantas na riba leste. À esquerda do baixo curso está uma engenhoca, marca de aparêlho aguardenteiro, enquanto as outras quatro permanecem no anonimato.

Na cópia de Andreis a Vieira Leão o Pinhão figura como Piração, com a sede da freguesia e quatro engenhos no curso superior, guardando as fábricas a mesma arrumação do desenho-padrão, apenas no italiano a sede mostra-se acima dos núcleos açucareiros enquanto na cópia apresenta-se a oeste do mais meridional.

No belo mapa de Rocio, de 1777, o riozinho é simplesmente Piração, tendo apenas três engenhos no curso superior, dois à margem leste, sendo a fábrica da margem direita a mais setentrional.

A fiar na cartografia, no decorrer do decênio a bacia mais oriental, dentre as tributárias da Sepetiba, perde dois quintos de seus núcleos açucareiros-aguardenteiros, sendo a primeira a desaparecer a engenhoca do baixo curso.

Na iconografia da bela carta da baía de Guanabara, de Capacci, 1730, figura esta soberba silhueta de vaso de guerra português navegando boa distância ao sul da barra da lagoa Rodrigo de Freitas, a proa em rumo que o levará a passar ao sul do arquipélago das Cagarras. Vale o ornato como ótima indicação da silhueta típica de belonave com que, no começo do setecentismo, a administração ultramarina guardava os comboios de açúcar que navegavam do Brasil para a metrópole. Decalque de Miguel Hochmann, da rara cópia existente no Instituto Histórico.

NO PORTINHO E NO PIRAQUÊ

Muito mais extenso que o vizinho de leste, o Piraquei serve de eixo a cinco fábricas no paradigma Vieira Leão, as do alto vale tôdas a leste da calha, chamando-se, de montante para jusante, Engenho Lamarão, Engenho Juari e Engenho Caboçu. A oeste do curso médio fica o engenho Magarça e, à direita da foz, o Engenho da Pedra, origem, juntamente com a Guarda da Pedra, do pitoresco povoado atual de pescadores e banhistas: Pedra de Guaratiba. Pedra devido à afloração de **boulders** que dão um ar de detalhe do arquipélago granítico de Paquetá.

Andreis mantém as cinco fábricas do modêlo, com a mesma distribuição, chamando as Lamarão, Iuari, Cabesso, Magarça. A de ocidente da foz especifica que pertencia aos Padres do Carmo, não sendo pois difícil conjeturar quem teriam sido os iniciadores da atual e tão pitoresca igreja de Nossa Senhora do Destêrro.

Em Rocio já não funciona mais o aparêlho dos religiosos, mas se cessa o contíguo à desembocadura continuam a fumegar os quatro do vale superior e médio. Com intervalo de dez anos a bacia do Piraquei perde um quinto de sua vitalidade açucareira-aguardenteira.

Examinado intervalo maior, pois foi em 1788 que apareceu a ampliação do modêlo Vieira Leão por Antônio Lopes de Barros, "Partidista da Academia Militar do Rio de Janeiro", os engenhos do Piracão caíram a

dois, um a cada margem do curso superior, tendo permanecido na direita a fábrica situada a nordeste da sede da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba. Na bacia do Piraquei o total sustenta-se em quatro, desaparecido desta vez o Magarca e ressurgindo o aparêlho dos Padres do Carmo, mais chegado, porém, à beira-mar que à riba fluvial.

BACIA DO GUANDU-MIRIM

No protótipo de 1767 a bacia do Guandu-Mirim dá vida a seis engenhos, três dêles situados na bacia do formador coletando águas do Maciço da Pedra Branca — rio da Prata do Mendanha — dois no vale do formador escorrendo do Maciço de Gericinó: Guandu do Sena.

Examinada a bacia lindeira de outro ângulo, também o Guandu do Sena — nome tirado de um senhor de engenho Sene — pode ser encarado como formador do rio da Prata do Mendanha, o qual possui tributário de monta no rio dos Cachorros.

A sexta fábrica ficava a oeste dêsse rio dos Cachorros, em realidade o receptor da bacia do Guandu-Mirim mais adentrado para o meridião, entalhando o **front** norte do Maciço da Pedra Branca. Devia ela demorar ao sopé dos morros debruçados sôbre o vale do Campinho — morros do Carapuçu, da Ventosa, do Alarim — por sua vez o Campinho desaguando nos pântanos da margem esquerda do Guandu-Mirim, paúis ora dessecados pelo Canal do Campinho e pelo Canal do Guandu-Mirim, calhas de drenagem devidas a obras recentes do saneamento da Baixada Fluminense.

O núcleo imediatamente a leste das nascentes dos Cachorros está anônimo, podendo porém ser identificado com aquêle mais tarde chamado Bangu, enquanto o do baixo curso não passava de aparêlho aguardenteiro — Inginhoca — precedida, na margem direita, por outra do mesmo teor.

A fábrica ao sul do alto curso do Guandu do Sena também não tem nome, mas aquela ao meridião do baixo curso é o Engenho do Mendanha.

Para as bandas do rio do Campinho demorava o Engenho da Capoeira.

SEMPRE SEIS FÁBRICAS

Na cópia de Andreis a fábrica a leste das cabeceiras dos Cachorros continua anônima, e duas que se achegam, pelo sul, ao alto Guandu do Sena chamam-se Furtado e Mendanha. Quase na confluência dos Cachorros no rio da Prata do Mendanha, mais colado à margem esquerda dêste último, um engenho sem nome.

O Engenho Capoeiras está para os lados do rio do Campinho, e aparece como Prata o Guandu do Sapê.

Tanto em Andreis como em Rocio é chamada Tererê a margem direita dos Cachorros, no curso médio, mas a bela carta de 1777, embora deixe no anonimato o núcleo a leste das cabeceiras dos Cachorros, apelida de Coqueiros o engenho à direita do curso, pouco a montante da confluência com o rio da Prata do Mendanha, aquêle que para Vieira Leão fôra apenas aparêlho aguardenteiro: Inginhoca.

O Capoeiras mostra-se equidistante entre os Cachorros e o Campinho, mais ou menos como vinha acontecendo desde o modêlo de 1767, e o Engenho do Mendanha está por pequena distância a leste da confluência do Guandu do Sena no rio da Prata do Mendanha. Na outra riba dêste último confronta uma engenhoca o Engenho do Mendanha.

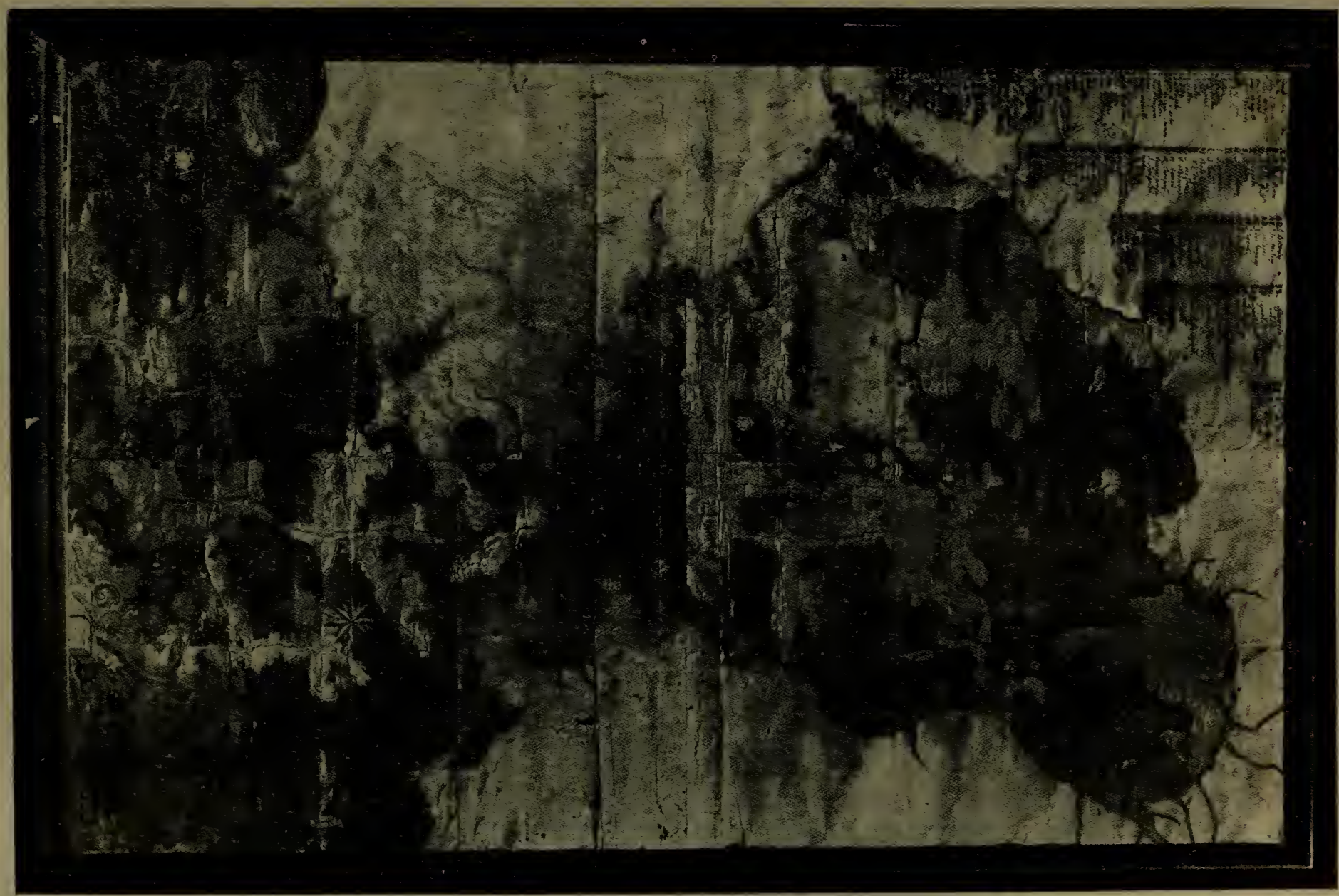
O Guandu do Sapê prossegue tratado de rio da Prata, e limpo de núcleos açucareiros ou aguardenteiros, qual se viu nos mapas anteriores.

Tôdas as cartas registram o Maciço do Gericinó entre a bacia do Guandu-Mirim e um feixe de tributários da esquerda do Guandu-Açu, Vieira Leão tratando o maciço das Alcalinas Jurássicas de Jerexinó, Andreis repetindo êsse apelido e Rocio grafando Gerecinó.

AO NORTE DO GERICINO'

Tanto em Vieira Leão como em Rocio o rio que contorna por ocidente o maciço ainda é tributário do Guandu-Mirim, o padrão de 1767 deixando-o no anonimato mas o belo desenho de 1777 chamando-o Cabendy rio. Andreis apelida-o Cabench e traça-o a deitar águas no Cabuçu, afluente do Guandu-Açu.

Vieira Leão dá nas cabeceiras dêsse tributário do Guandu-Mirim o engenho Piranga e, a meio caminho entre suas margens e aquelas do Caboçu, o engenho Marapecu. Andreis chama a fábrica de Pitanga, e mete-a nas cabeceiras de outro afluente do Cabuçu, situando o Marapecu mais para a margem norte do Cabench (sic). Rocio dá para o Piranga a



Nesta fotografia da preciosa cópia do mapa de Capacci de 1730, guardada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem se nota o estado de deterioração da carta de que o Instituto do Açúcar e do Álcool está empenhado em obter decalque restaurador, quanto mais que o trabalho jesuíta dá a indicação iconográfica dos engenhos mais chegados à cidade de São Sebastião, bem assim aquêles da ilha do Governador. (Foto Stefan Rosenbauer).

SOCIOLOGIA DA CANA DE AÇÚCAR

Vasconcelos Torres

III — SOCIEDADE

A sociedade existe onde há o interêsse comum. Segundo a definição da sociologia, a palavra sociedade exprime agregação, convivência entre indivíduos. Da cooperação estável origina-se a sociedade, com o traço diferencial da linguagem, o meio pelo qual é possível o entendimento e a comunicação entre os homens. O fim moral é a sua principal característica.

Sociólogos procuram classificar a sociedade sob diferentes aspectos, remontando alguns dêles à origem histórica dos primeiros grupamentos humanos. Herbert Baldus e Emilio Willems dão, no Dicionário de Etnologia e Sociologia, cinco acepções em que pode ser tomada a palavra sociedade. São as seguintes: 1 — a sociedade é constituída pela totalidade dos homens existentes em uma determinada época: nesse sentido o têrmo designa o mesmo que humanidade ou sociedade humana, em confronto, por exemplo, à sociedade animal; 2 — sociedade pode ser "têrmo geral para homens vivendo em relações sociais, em um sentido especial o grupo ou agregado social mais amplo em que se encontram padrões culturais mais ou menos comuns, determinando as instituições comuns" (Young); 3 — sociedade pode ser sinônimo de grupo, qualquer que seja sua forma concreta; 4 — o têrmo sociedade é usado, também, para designar uma camada social, considerada representativa; 5 — finalmente, o têrmo sociedade adquiriu um sentido social de moderna sociologia.

Archero, no seu livro, cita a divisão de Fauconnet, discípulo de Durkheim, que é a seguinte: **sociedades instáveis e inorganizadas,** "que se formam e se desfazem ràpidamente, como as multidões nas ruas, as reuniões, as campanhas temporárias, formadas ao acaso das circunstâncias", **sociedades duráveis e bem organizadas,** "que são criadas com o propósito deliberado para satisfazer desejos especiais determinados"; **sociedades mistas,** "que são por sua vez estáveis e organizadas", em cujo caso está a sociedade doméstica.

A sociedade, para Agramonte, é o sistema das relações sociais, através das quais vivemos e mediante as quais formamos os grupos. Eubank diz que a sociedade humana se compõe de um vasto conjunto de sêres humanos, possuindo cada indivíduo um organismo psico-físico, biològicamente auto-suficiente, mas dotados de muitos desejos que são impossíveis de satisfazer fora da vida coletiva. Uma vez, continua êle, estabelecida a associação com seus semelhantes, a vida de cada indivíduo, dentro do grupo, se converte em uma sucessão contínua de atividades, em companhia dos demais indivíduos, destinados à consecução dos seus objetivos.

Aqui, nesta série de artigos, abordaremos principalmente a sociedade doméstica. O trabalhador, quando na fábrica, longe do lar, está vivendo também em sociedade, na qual os seus camaradas estão unidos pelo objetivo da produção da fábrica, que por sua vez remunera a cada um na proporção das tarefas executadas. Findo, porém, o período normal

---

mesma situação de copiador italiano do modêlo de 1767, também repetindo êste quanto à localização do Marapecu, imediatamente ao sul da sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Marapecu.

Entre os galhos do formador mais meridional do Caboçu situa Vieira Leão o Engenho Cabouço, que Andreis grafa Cabeço, estando anônimo em Rocio.

O fato é que na bacia dos Guandus, de tanta significação no extremo oeste carioca, as fábricas ao norte do Maciço de Gericinó, portanto em terras que ficaram para jurisdição do Estado do Rio, são sempre três nos três mapas da segunda metade do setecentismo, contra o dôbro da bacia do Guandu-Mirim incorporada ao Distrito Federal.

Notar ainda que, na tríade cartografica de tanta significação, o número de fábricas ao sul e ao norte do maciço das rochas nefelínicas mantém-se constante, denotando maior vitalidade que aquelas dos vales do Portinho e do Piraquê.

da atividade, retorna à casa, integrando-se no seu grupamento definitivo, que é a família.

A sociedade nas zonas canavieiras do Brasil não apresenta peculiaridades capazes de torná-la uma organização específica. Possui os mesmos traços característicos das demais sociedades rurais brasileiras. Pequeninas dissemelhanças são constatadas, não no que concerne pròpriamente à estrutura da sociedade, mas quanto a certas usanças e costumes.

Na sociedade que observamos durante as nossas viagens de estudo pelos Estados açucareiros, pudemos distinguir nìtidamente a existência do pauperismo, mormente nos elementos ligados às atividades rurais. Êsse traço distinguia o grupamento, e , por assim dizer, constituía um elo entre os integrantes da comunidade, fazendo com que a procura de melhores condições de vida fôsse uma aspiração geral. O baixo nível de vida estampava-se, à primeira vista, no vestuário dos membros da família. No nordeste nos foi dado ver crianças completamente desnudas. De passagem digamos que, ao lado das precárias condições de vida do trabalhador,— poderíamos dizer do povo brasileiro — surgem problemas conexos e, quando das visitas realizadas, sentimos que as sociedades estavam se desfalcando de componentes que a deixavam em busca de bem estar.

Uma família rural no Nordeste canavieiro

Hoje, a escassez da mão de obra agrícola relaciona-se estreitamente com o padrão de vida. No nordeste canavieiro, o braço raro valorizou o trabalho, mas nem mesmo essa valorização (aparente na verdade) influiu no seu aparecimento. Dir-se-ia que a sociedade até então vivendo do amanho da terra perdera o interêsse pelo campo. De estável como deve ser, a sociedade passou, acentuadamente na zona nordestina, a tìpicamente instável.

Os elementos fixos têm vida social idêntica a de outros grupos brasileiros. Após o trabalho, o obreiro na sua modesta habitação toma conhecimento das necessidades domésticas, etc. Nas regiões setentrionais o comparecimento às feiras periódicas corresponde a uma vida social, efêmera na verdade, no decorrer da qual o campônio se inteira das novas, enquanto faz o aprovisionamento de gêneros para a semana vindoura. Naquele charivari os acontecimentos verificados nas fazendas vizinhas são descritos minuciosamente, etc.

A pequena sociedade rural reúne-se, também, nos dias de comemorações religiosas. Um fato importante desloca-a para um ponto determinado. Assim, por exemplo, quando ocorre um óbito, a vizinhança dispõe-se ao velório e, no transcurso dêste, há uma série de circunstâncias, algumas tratadas em nossa literatura regional. Conforme tivemos oportunidade de falar no primeiro capítulo dêste trabalho, a literatura regional vem preenchendo, no Brasil, o lugar que de direito pertence à sociologia.

Trabalhadores reparando os trilhos da ferrovia de uma usina nortista

O traço mais típico a destacar é o da solidariedade. Em caso de doença mobilizam-se os recursos e as energias. O medicamento pode faltar, mas a assistência carinhosa dos membros da comunidade não deixa de existir.

A hospitalidade, mesmo nos núcleos mais desajustados, é verificada. Um prato de comida é oferecido ao forasteiro que arriba em qualquer choupana e se êste não tem onde pousar, o caboclo cede a sua esteira, embora isto lhe custe dormir na umidade do piso de terra batida.

Em capítulos especiais trataremos de outros aspectos da sociedade nas zonas canavieiras do Brasil.

Nestes primeiros artigos continuaremos tratando dos assuntos ligados ao nosso tema, de forma um pouco sumária, partindo da sociologia geral, para depois entrarmos definitivamente no terreno da sociologia aplicada ao caso particular da cana de açúcar.

NOVOS EMPRÊGOS PARA O AÇÚCAR

A Sugar Research Foundation acaba de criar cinco prêmios, no valor de 45 mil dólares, a serem conferidos a cientistas que descubram novos empregos para o açúcar na medicina, na indústria, nas artes ou em qualquer tecnologia.

Segundo informações do diretor científico da fundação, Dr. Hockett, aquela importância será dividida em quatro prêmios de 5 mil dólares e um de 25 mil. Os prêmios menores serão distribuídos anualmente, a partir de 1 de março de 1946, aos autores da mais importante descoberta ou invenção. O prêmio de 25 mil dólares será deferido em 1 de março de 1950 à mais importante descoberta ou invenção feita no curso do qüiqüênio anterior. A Academia Nacional de Ciências dos Estados-Unidos terá a incumbência de conferir os prêmios, de acôrdo com as notas que a respeito publicou o boletim de 6 de março, de Lamborn.

"A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço. . . . . Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 14,00

IMPUREZAS DO ÁLCOOL ETÍLICO

Jaci Botelho

Na transformação dos hidrocarbonados vegetais em álcool etílico por influência dos fermentos, há, quase sempre, produção de outros princípios que constituem as suas impurezas.

As substâncias empregadas naquela transformação são, geralmente, as farinhas dos diversos cereais, as féculas dos tubérculos e raízes, os sucos dos vegetais sacaríferos e, principalmente, os méis residuais da indústria açucareira.

Por distilação das preparações fermentadas daquelas substâncias, se obtém um líquido de concentração variável, contendo, além do álcool etílico, embora em pequena quantidade, certos princípios, alguns de cheiro e sabor agradáveis, outros tão desagradáveis além de tóxicos que, os tornam impróprios a muitas aplicações.

Êstes princípios são constituídos pelos álcoois superiores, ácidos, aldeídos, ésteres, acetonas, etc.

Na indústria se purifica e concentra o álcool etílico, simultâneamente, em aparelhos providos de **plateaux** nos quais os vapores alcoólicos atravessam uma série de pequenas câmaras superpostas, onde a água e os compostos de ponto de ebulição elevado se condensam. O álcool etílico, ainda sob a forma de vapor vai se condensar nos **plateaux** mais elevados e daí sai para os recipientes de depósito.

Conquanto na fabricação das aguardentes conservem-se aquelas impurezas, as quais algumas de cheiro e sabor agradáveis e que constituem o bouquê que caracteriza as diversas bebidas, na fabricação do álcool procura-se eliminá-las tão completamente quanto possível, pois os produtos da fermentação dos melaços da cana, assim como de certos grãos e féculas, são dotados de cheiro ativo e nauseabundo.

Na distilação, os produtos que passam em primeiro lugar são os mais voláteis, isto é, os de ponto de ebulição inferior ao do álcool etílico e, por isto, são denominados, **produtos de cabeça;** e os de ponto de ebulição mais elevado e que sempre acompanham o álcool na distilação, são chamados **produtos de cauda.**

Êstes compostos, considerados como impurezas, agrupados segundo suas funções químicas, são os seguintes:

Álcoois: propílico, isobutílico, amílico, caprílico, glicol isobutilênico, glicerina;

Ácidos: acético, butírico, propiônico;

Ésteres: Acetato de etila e de amila, propionato de etila, isobutirato de etila e de amila e oenantílato de etila;

Aldeídos: etílico, isobutílico, paraldeído, oenantílico, capróico e furfurol.

Os princípios que constituem os **produtos de cabeça** compreendem os ésteres, as acetonas, os aldeídos; e os **de cauda,** os álcoois superiores, ácidos, furfurol etc.

A despeito da retificação, ou seja de sua purificação, que se faz concomitantemente à sua concentração, é quase inteiramente impossível privá-lo de pequena proporção daqueles produtos.

Os princípios voláteis que constituem os produtos de cabeça são, especificadamente os seguintes: Aldeído acético, éter acético, acetona, álcool metílico etc., e os que constituem os produtos de cauda, o álcool propílico, o butílico e o amílico, ácido acético e o furfurol.

Os álcoois superiores se diferenciam do álcool etílico por encerrarem em sua composição, em escala progressiva, de acôrdo com a série, mais carbono. Todos, inclusive o álcool metílico e o etílico, formam uma série homóloga filiada à seguinte fórmula geral $C_nH_{2n-2}^{o}$.

Damos aqui suas fórmulas brutas, os respectivos pontos de ebulição, assim como os seus pêsos moleculares:

Denominação	Fórmula	Ponto de ebulição	Pêso molecular
Álcool metílico	CH_4^{o}	67° C.	32
Álcool etílico	$C_2H_6^{o}$	78: C.	46
Álcool propílico	$C_3H_8^{o}$	97° C.	60
Álcool butílico	$C_4H_{10}^{o}$	117° C.	74
Álcool amílico	$C_6H_{12}^{o}$	137° C.	88

Explicam-se as variações das propriedades físicas de um têrmo para outro, nesta série, como conseqüência do aumento, em condensação, do carbono. Assim, à medida que o pêso molecular cresce, o ponto de ebulição e a densidade se elevam, enquanto que a solubilidade nágua diminui e que, sendo infinita para os primeiros têrmos, é muito fraca a partir do 5° da série.

Quanto à origem dêstes produtos no álcool etílico industrial, em parte, corre por conta da presença, nos mostos a fermentar, de substâncias azotadas de origem vegetal e que, pela sua constitui-

ção e composição química, são denominados **aminoácidos.**

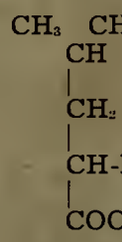
Êstes produtos azotados, constituindo as proteínas vegetais, encontradas nas farinhas dos cereais, féculas dos tubérculos e leguminosos e nas demais substâncias alimentícias e empregadas na fermentação, são as seguintes: **Glutenína** e **gliadína** do trigo, **Zeína** do milho, **Edestína** do cânhamo, **Legumina** dos leguminosos etc.

E os principais aminoácidos contidos naquelas proteínas, são: **Leucina, Isoleucina, Valina, Alanina, Ácido glutâmico, Ácido aspártico, Tirosina, Triptofano** etc.

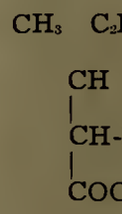
Independentemente das fermentações específicas para os diversos álcoois, êstes podem ter origem na decomposição daqueles aminoácidos, assim: o álcool amílico, da transformação da **leucina** e da **isoleucina;** o álcool butíliio, da decomposição da **valina;** o furfurol, pode provir tanto do **triptofano** como das **pentoses**, e os aldeídos e ácidos correspondentes, dêstes mesmos protéicos.

Vejamos então as fórmulas químicas de alguns e as possíveis transformações nos produtos que constituem as impurezas do álcool etílico industrial, assim como, o mecanismo dessas transformações:

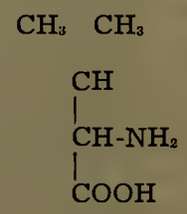
Leucina ou ácido aminocapróico



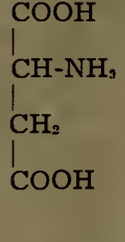
Isoleucina ou ácido aminometiletilpropiônico



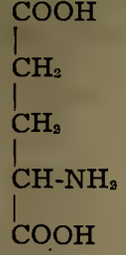
Valina ou ácido aminoisovaleriânico



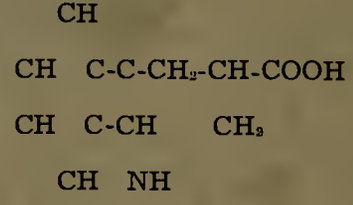
Ácido aspártico ou ácido aminosucínico



Acido glutâmico ou ácido aminoglutárico

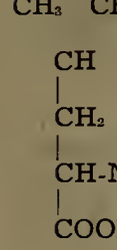


Triptofano ou ácido inindolaminopropiônico

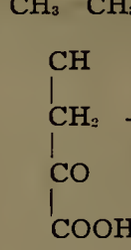


O mecanismo das transformações compostas em: aldeídos, álcoois e ácidos superiores, é assim representado:

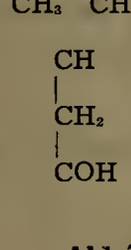
LEUCINA



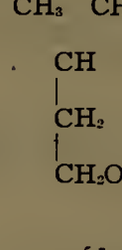
Leucina



Ácido cetocapróico

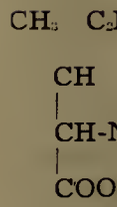


Aldeído valérico (iso)

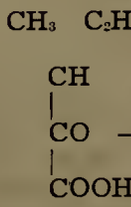


Álcool amílico (iso)

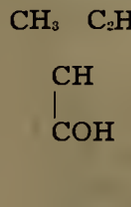
ISOLEUCINA
(Ácido aminometiletilpropiônico)



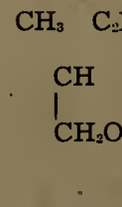
Isoleucina



Ácido cetocapróico

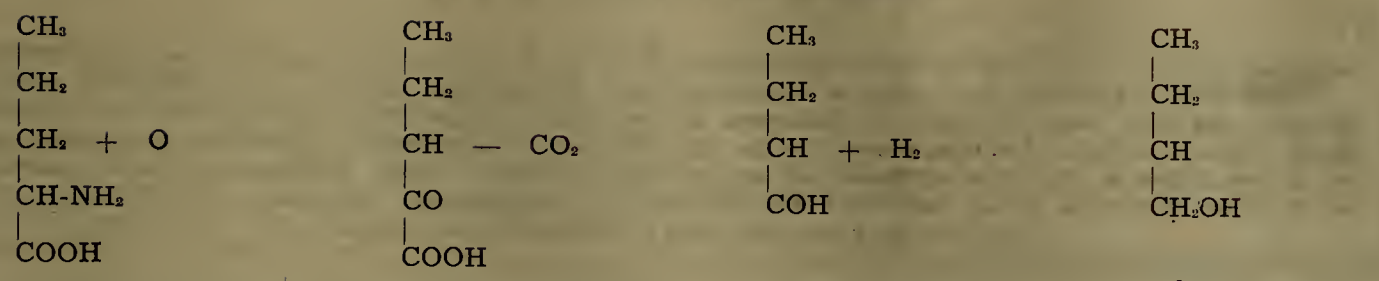


Aldeído valérico



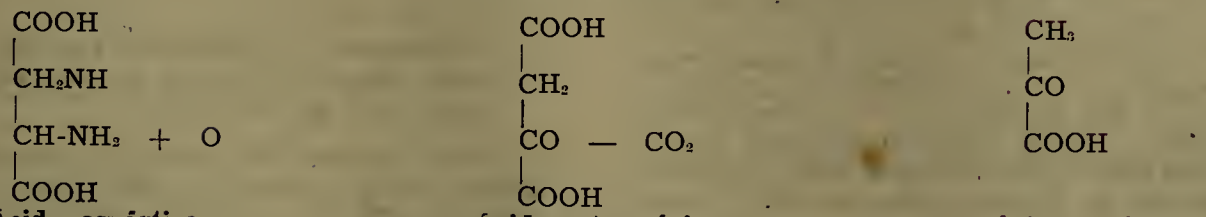
Álcool amílico

VALINA
Norvalina — (Abderhalden)



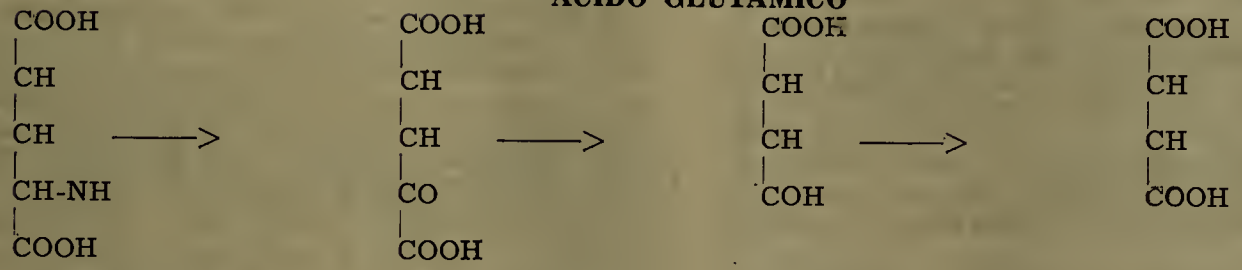
Nor-valina — **Ácido cetovaleriânico** — **Aldeído butílico** — **Álcool butílico (normal)**

ÁCIDO ASPÁRTICO
(Ácido aminosucínico)



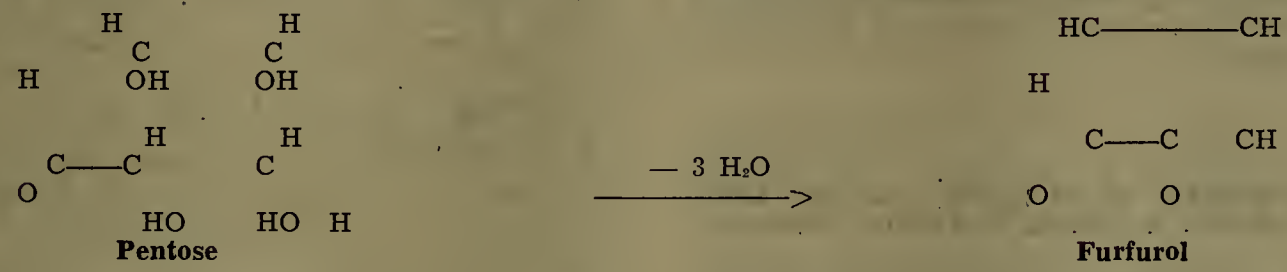
Ácido aspártico — **Ácido cetosucínico** — **Ácido pirúvico**

ÁCIDO GLUTÂMICO



Ácido glutâmico — **Ácido cetoglutárico** — **Aldeído sucínico** — **Ácido sucínico**

Com relação ao furfurol, grande parte tem origem na intensa hidrólise dos polímeros da pentose (arabana da pectina) e essa transformação é assim representada:



Pentose — **Furfurol**

Como vimos, primeiramente por uma oxidação, os aminoácidos perdem amoníaco e se transformam em cetoácidos os quais, por descarboxilação (em conseqüência da **carboxilase** de Nerberg) perdem CO_2 e se transformam em aldeídos. Êstes, por sua vez, se hidrogenizam passando a álcoois correspondentes.

Quanto aos aldeídos, cetonas, ésteres, ácidos etc., podemos admitir sua presença, por incompleta transformação ou um desvio desta, e assim permanecerem tais produtos no seio do líquido destilado.

São, pois, estas as transformações que explicam o aparecimento dos produtos de cabeça e de cauda no álcool etílico industrial e que, constituindo o bouquê, muitas vêzes, caracteriza o vegetal de onde proveio a substância fermentescível.

Concluímos que, para a obtenção de álcool etílico com o mínimo de impurezas, necessitar-se-ia purificar o mosto a fermentar, com relação àqueles produtos, respeitando certo limite compatível com as necessidades dos fermentos, e, por outro lado, a adição de certos aminoácidos aos mostos, mais ou menos puros, concorreria para modificar o bouquê do produto destilado, de tal forma a assemelhar as qualidades dos álcoois de diversas substâncias alcoolígenas.

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta seção

"THE ECONOMICS OF FULL EMPLOYMENT", por T. Balogh, F. A. Burcharditd e outros. — Edição do Instituto de Estatística da Universidade de Oxford.

O livro, dedicado ao estudo do mais importante problema a ser enfrentado pela economia capitalista na paz que ora se inicia, compõe-se de seis estúdos, escritos independentemente mas relacionados entre si por tratarem todos de determinado aspecto do mesmo problema central do emprêgo total.

O primeiro estudo focaliza as causas do desemprêgo, o segundo os três caminhos que se abrem à prática do emprêgo total, o terceiro a estabilidade e flexibilidade do emprêgo total, o quarto a relação existente entre as finanças públicas e o emprêgo total, o quinto aspectos internacionais do emprêgo total e o sexto, finalmente, uma experiência do emprêgo total estabelecida por meio dos contrôles da economia alemã, no período 1933-1938.

A maneira clara e segura pela qual a matéria foi tratada pelos autores e, sobretudo, a sua preocupação de fixar indicações ilustrativas, que permitam ao leitor ajuizar das formas de solucionar o problema do desemprêgo, tornam esta edição da universidade britânica trabalho dos mais úteis e oportunos.

*
* *

"FREEDOM FROM WANT", por Paul Einzig, Nicholson & Watson — Londres, Editores.

O autor procura mobilizar a opinião do leitor em favor de uma economia planificada que evite, depois da guerra, o retôrno aos velhos métodos do passado que conduziram à luta econômica, prelúdio da luta militar. O que ocorrerá nesta matéria pròximamente vai depender da compreensão que a opinião tiver do problema e do propósito em que a mesma se encontrar de lutar em defesa dos princípios que asseguram maiores proveitos sociais e benefícios mais eqüânimes para todos os membros da coletividade.

Para êsse fim o autor defende a necessidade de serem mantidos depois da guerra muitos dos atuais regulamentos econômicos, os quais servirão para evitar a volta pura e simples aos antigos processos de concorrência ilimitada e de lucro irrestrito como elementos motores da economia social.

*
* *

"ENSINO E EXPERIMENTAÇÃO" — Apolônio Sales — Serviço de Documentação do ministério da Agricultura.

Neste folheto vem divulgada conferência pronunciada pelo Ministro da Agricultura na Universidade de Pôrto Alegre em tôrno aos problemas relacionados com o ensino e a experimentação nos trabalhos rurais.

Ilustrando a sua tese, o Sr. Apolônio Sales refere a tarefa que lhe foi dado realizar para a renovação agrícola de uma das maiores concentrações canavieiras do Brasil, a qual só se tornou possível em virtude da compreensao do empresário agrícola, elemento esclarecido, cuja experiência agrícola foi sumamente valorizada pela aceitação dos modernos processos técnicos para o trabalho da terra.

DIVERSOS

BRASIL: — A arborização das estradas de rodagem, por José Mariano Filho; Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo; ns. 96 e 97; Boletim do Departamento Estadual de Estatística, Minas Gerais, n.º 25; Boletim Geográfico, n. 17, Boletim Mensal da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, ns. 3 e 4; Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior, n. 2; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 215; Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ns. 125 e 126; Boletim da Câmara de Reajustamento Econômico, n. 53; Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, n. de julho e dezembro de 1944; Boletim do Ministério das Relações Exteriores, n. 1; Contribuição ao estudo das plantas tóxicas brasileiras, por E. M. de Morais Melo e J. Sampaio Fernandes; Cooperativismo, n.º 51; O Campo, n. de abril de 1945; Como pode ser feito o tratamento das sementes, por José Soares Brandão filho; Companhia de Seguros da Bahia, Relatório 15º; Dados culturais sôbre as principais hortaliças (quadro do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura); Economia, n.º 71; O Economista, n. 301; Formação, n. 81; Impôsto de Consumo, n.º 72; Mundo Automobilístico, n.º 4; O Mundo Motorizado, n. 193; Oleaginosas alimentícias da Amazônia, por Ricardo Borges; O observador Econômico e Financeiro, n. 111; Revista do

O AÇÚCAR E AS DOENÇAS DO CORAÇÃO

Em "La Industria Azucarera" o Dr. Edward Podolsky publica o seguinte:

"O açúcar é talvez o mais importante de todos os alimentos produtores de energia. E' uma das substancias úteis mais difundidas; encontra-se em estado livre na seiva de muitas plantas e nos seus sucos. E' uma das partes constituintes normais do sangue no corpo humano e no de muitos animais.

O primeiro a reconhecer o valor do açúcar como fonte de energia para o coração foi, provàvelmente, o Dr. Gouston, que observou em 1912 uma melhora no estado dos pacientes doentes do coração quando se incluía açúcar nos seus alimentos. Esta observação foi confirmada mais tarde por outros médicos: Carter, Dingle e MacGregor, os quais comprovaram que o consumo de quatro onças de açúcar diárias melhorava muito o estado das pessoas doentes do coração.

A partir de então, dois médicos constataram que o açúcar é de grande importância para aumentar a reserva de glicogênio (amido animal) no músculo cardíaco, o que é de suma importância para que o coração se mantenha, no curso de uma doença extenuadora e grave. O coração falha durante uma doença grave simplesmente porque na luta contra o mal esgota todo o material de reserva. Isto sucede especialmente nos casos de difteria e pneumonia.

Os Drs. Edmunds e Cooper demonstraram-no de forma concludente, pois infectaram animais com gérmens de difteria que deixa o coração exausto. Ao injetar uma solução de 16% de açúcar diretamente na veia do animal doente, puderam melhorar consideràvelmente o estado do coração. Comprovaram que o açúcar salvava em muitos casos realmente a vida do animal sendo injetado na veia antes que o coração houvesse deixado de funcionar.

Em seguida realizaram-se experiências com pacientes em uma clínica. O Dr. Toomey comprovou que nos casos de difteria, em que o coração estava infectado, a injeção nas veias de uma solução de açúcar produzia um resultado muito favorável. O Dr. Nassau, do seu lado, verificou que no coração dos doentes de pneumonia o açúcar era de um valor inapreciável, porque subministrava energia e ajudava o paciente a vencer o período crítico.

Os médicos observaram que o açúcar tem a propriedade de economizar proteínas e reduzir a destruição dos tecidos nos casos em que o paciente não se alimenta. Açúcar subministrado a um paciente em um caso de infecção impede a absorção de matérias tóxicas por várias causas. Quando é injetado na veia aumenta o volume do sangue momentaneamente reduzido. E' um alimento direto para todos os sistemas musculares, especialmente o coração".

"Geografia do açúcar no Leste do Brasil"

Prof. Afonso Várzea

À venda nas Livrarias

D. N. C., ns. 141 e 142; Revista Brasileira de Química, n. 111; Revista Bancária Brasileira, n. 148; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 78; Reflexos da Guerra na Economia Catarinense, por Lourival Câmara; Revista do D. A. C., n. 2; Revista Impôsto da Renda, n. 3; Revista do Serviço Público, n. 2; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 235; Revista de Agricultura, n. 3-4; Reformador, n. 4; Revista de Química Industrial, n. 155, A Rodovia, n. 63; Saps, n. 6; São Paulo de hoje, de ontem e de amanhã, n. 18; São Paulo, ns. 64 e 66; Serviço Social, n. 36; Vitória, ns. 595 a 598.

ESTRANGEIRO: — The Australian Sugar Journal, n. 10; Boletim Americano, ns. 429 e 431; Boletin Agrícola, Argentina, ns. 6 a 9; Cento News Chat, n. de março de 1945; Cuba Econónica y Financiera, n. 227; Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, ns. 57 a 59; Elaboraciones y Envases, n. 1; Estudio Económico-Bromatológico sôbre subproductos de la Industrialización del Trigo, por Arnoldo Gorostiaga; Fortnightly Review, n. 220; The French Sugar Situation, publicação de Lamborn & Company; Guia de Importadores de Indústrias Americanas, n. 2; Gaceta Algodonera, n. 254; A Guerra nos Ares, publicação do Coordenador de Assuntos Interamericanos, Washington; La Industria Azucarera, n. 617; The International Sugar Journal, n 555; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 12 a 15; El Mundo Azucarero, n. 2; Noticias de Mexico, n. 103; Planificación Económica, n. 25; Revista Industrial, n. 3; Revista de Estadistica, n. 2; El Rotariano Argentino, n. 217; Revista Industrial y Agrícola de Tucuman, ns. 4-6 e Índices do Tomo 32; Revista del Comercio Exterior, n. 12; Relaciones Comerciales Hispano-Brasileñas, publicação da Camara de Comercio, Industria y Navegación Hispano-Brasileña, Barcelona; Revista del Ministerio de Agricultura, Cuba, n. 28; Sugar, ns. 3 e 4; Uruguay Industrial, n. 1; Vini-Avicultura, n. 3; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 7, 11, 13 e 15.

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES DE AÇÚCAR

1942/43 — 1944/45

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade: Saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformado em álcool	Consumo	Estoque final
TODOS OS TIPOS (USINAS E ENGENHOS)							
Abril de 1945	4.108.555	529.899	—	—	—	1.294.144	3.344.310
Abril de 1944	4.936.963	879.843	—	—	—	1.362.871	4.453.935
Abril de 1943	5.233.583	522.607	—	1.133	—	1.041.925	4.713.132
TIPOS DE USINA							
JUNHO/ABRIL							
1944/45	3.682.451	19.990.470	—	284.588	—	20.044.023	3.344.310
1943/44	3.651.464	21.337.750	—	755.510	38.554	19.741.215	4.453.935
1942/43	2.538.324	21.400.454	—	333.439	37.669	18.854.538	4.713.132
Abril de 1945			—	—	—	1.076.579	2.992.782
Abril de 1944	3.674.462	394.899	—	—	—	1.235.552	4.141.552
Abril de 1943	4.632.261	744.843	—	1.133	—	849.391	4.459.055
JUNHO/ABRIL	4.974.972	334.607					
1944/45	3.391.814	14.648.470	—	284.588	—	14.762.914	2.992.782
1943/44	3.408.514	14.993.450	—	755.510	38.554	13.466.348	4.141.552
1942/43	2.381.046	14.611.654	—	333.439	37.669	12.162.537	4.459.055

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1944/45

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1945

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (sacos 60 kg)				ÁLCOOL de todos os tipos (Litros)
	Limite	Estimada	De Usinas	De Usinas e Engenhos	
Acre	6.589	10.000	—	10.000	—
Amazonas	4.740	5.000	—	5.000	—
Pará	26.459	75.000	1.347	61.347	4.102
Maranhão	34.095	110.000	6.027	106.027	—
Piauí	3.901	67.000	1.710	66.710	—
Ceará	28.085	517.000	15.970	515.970	91.600
Rio Grande do Norte	132.393	160.000	54.365	154.365	16.800
Paraíba	336.776	750.000	455.922	755.922	1.338.000
Pernambuco	6.660.120	5.850.000	4.531.161	4.981.161	26.371.696
Alagoas	2.388.998	1.880.000	1.402.991	1.682.991	7.795.340
Sergipe	1.009.482	985.000	697.709	722.709	1.194.539
Bahia	998.365	1.370.000	768.835	1.118.835	1.563.238
Minas Gerais	1.001.484	2.328.000	468.949	2.268.949	4.461.583
Espírito Santo	76.669	175.000	62.919	182.919	309.400
Rio de Janeiro	2.740.505	2.540.000	3.009.408	3.149.408	20.013.880
Distrito Federal	—	—	—	—	—
São Paulo	2.883.382	3.610.000	3.067.177	3.517.177	39.099.645
Paraná	13.002	30.000	28.587	48.587	304.826
Santa Catarina	422.572	410.000	51.418	401.418	282.093
Rio Grande do Sul	20.328	80.000	—	80.000	—
Goiás	137.543	130.000	—	130.000	—
Mato Grosso	40.163	37.000	23.975	30.975	119.570
BRASIL	18.965.651	21.119.000	14.648.470	19.990.470	102.966.312

NOTA: — A) Na Coluna "Limite" está excluída a rapadura, por não estar mais sujeita a limitação;

B) Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45, a liberação pelo I. A. A. de todo açúcar necessário ao consumo nacio-

C) Continua livre, na safra de 1944/45, a produção de açúc-

ESTOQUE DE AÇÚCA[illegible] ... ESTOQUES

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE —
POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1945
Unidade: Saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	Granfina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	Re[illegible] PRA[illegible] Capitais	Interior	Nas Usinas	Dist. do I.A.A.
R. G. do Norte ..	—	4.819	—	—	—	4.738	9.557	8.692	—	865	—
Paraíba	—	54.553	—	—	—	3.845	58.398	25.056	29.435	3.907	—
Pernambuco	123.008	766.502	42.018	3.023	3.085	278.779	1.216.415	848.284	233.766	134.365	—
Alagoas	33.276	263.374	195.365	—	—	42.626	534.641	484.667	12.065	37.909	—
Sergipe	—	470.452	7.181	—	9.890	—	487.523	308.511	134.513	44.499	—
Bahia	—	164.829	1.895	—	—	80	166.804	144.367	—	22.437	—
Minas Gerais . . .	—	55.541	2.342	—	2.159	6.121	66.163	22.791	—	43.372	—
Rio de Janeiro ..	—	281.377	26.679	—	—	—	308.056	2.314	—	305.742	—
D. Federal	—	204.396	13.240	—	—	15.339	232.975	232.975	—	—	—
São Paulo	—	173.160	25.722	53.974	—	—	252.856	78.031	8.120	166.705	—
Demais Un. Fed.		10.135	787	—	—	—	10.922	—	—	10.922	—
BRASIL	156.284	2.449.138	315.229	56.997	15.134	351.528	3.344.310	2.155.688	417.899	770.723	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1943 — 1945
POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1945
Unidade: Saco de 60 quilos

UNIDADES FEDERADAS	TODOS OS TIPOS			TIPOS DE USINA		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945
R. G. do Norte	11.371	13.363	9.557	11.371	10.352	4.819
Paraíba.	19.247	169.035	58.398	18.284	163.179	54.553
Pernambuco	2.719.822	2.262.985	1.216.415	2.547.579	2.039.895	937.636
Alagoas	669.908	873.375	534.641	594.757	793.711	492.015
Sergipe	609.219	580.109	487.523	609.219	580.109	487.523
Bahia	327.633	220.266	166.804	327.613	220.266	166.724
Minas Gerais	50.400	5.254	66.163	50.400	5.254	60.042
Rio de Janeiro	93.712	115.441	308.056	93.712	115.441	308.056
D. Federal	83.010	49.666	232.975	77.310	48.904	217.636
São Paulo	117.161	156.463	252.856	117.161	156.463	252.856
Demais Un. Fed	11.649	7.978	10.922	11.649	7.978	10.922
BRASIL	4.713.132	4.453.935	3.344.310	4.459.055	4.141.552	2.992.782

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

ABRIL DE 1945

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL									DEMERARA								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA			MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945
João Pessoa	73,0	82,0	101,0	73,0	82,0	101,0	73,0	82,0	101,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	68,0	82,0	95,0	62,0	82,0	95,0	65,8	82,0	95,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maceió	67,6	79,0	92,0	67,6	79,0	92,0	67,6	79,0	92,0	56,6	69,0	88,0	56,6	69,0	88,0	56,6	69,0	88,0
Aracaju	67,0	82,6	94,7	62,0	82,6	94,7	63,7	82,6	94,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Salvador	65,0	82,6	108,1	65,0	82,6	108,1	65,0	82,6	108,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	110,0	129,0	129,0	98,0	129,0	129,0	104,0	129,0	129,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	82,2	92,2	100,0	82,2	92,0	100,0	82,2	92,1	100,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	70,0	70,0	115,0	67,0	68,0	115,0	68,5	69,0	115,0	60,0	60,0	111,0	58,0	58,0	111,0	59,0	59,0	111,0
São Paulo	N/	N/	120,0	N/	N/	120,0	N/	N/	120,0	—	—	116,0	—	—	116,0	—	—	116,0

2. TIPO DE ENGENHO

PRAÇAS	BRUTO								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1943	1944	1945	1943	1944	1945	1943	1944	1945
João Pessoa	58,0	69,0	84,0	58,0	69,0	84,0	58,0	69,0	84,0
Recife	66,4	79,0	85,0	62,4	77,0	85,0	64,4	78,0	85,0
Maceió	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aracaju	39,5	78,6	78,6	39,5	78,6	78,6	39,5	78,6	78,6
Salvador	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	92,3	50,0	50,0	92,3
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
D. Federal	54,0	54,0	108,2	52,0	52,0	108,2	53,0	53,0	108,2
São Paulo	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2	N/	N/	110,2

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Seção de Estatística

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

BALANCETE EM 30 DE ABRIL DE 1945

ATIVO

Inversões	Cr$	Cr$
Biblioteca do Instituto	134.619,20	
Construção de Distilarias Centrais	25.803.067,10	
Distilarias Centrais — Custo de Instalação	68.651.295,84	
Imóveis	4.711.679,90	
Laboratórios	123.546,80	
Móveis e Utensílios	2.760.981,10	
SAM/Material Permanente	97.945,00	
SAM/Tanques, Maq., Bombas, Acces. e Instalações	2.721.294,23	
SAM/Terrenos e Edificações	230.065,60	
SAM/Vagões-Tanques	500.000,00	
SAM/Vasilhames e Tambores	1.170.320,18	
SAM/Veículos	638.519,76	
Títulos e Ações	10.707.000,00	118.250.334,71
Operações de Crédito e Financiamento		
Adiantamento s/Açúcar de Engenhos	3.000.000,00	
Caixa de Empréstimos a Funcionários	287.850,30	
Empréstimos Diversos	39.906.855,60	
Empréstimos a Produtores de Açúcar	12.357,80	
Empréstimos a Refinarias	11.252.318,10	
Financiamento a Distilarias Particulares	20.724.256,81	
SAM/Adiantamento para Compras de Álcool	3.509.253,23	78.692.891,84
Contas de Regularização		
Açúcar c/Despesas	184.890,30	
Aluguéis	209.611,60	
Bonificações	26.568.187,20	
Comissões	470.321,40	
Contas a Classificar (Saldos Devedores)	9.653.269,40	
Despesas de Viagem	212.365,40	
Despesas do Edifício Taquara	120.744,80	
Despesas Gerais	1.475.396,40	
Diárias	150.131,00	
Distilarias Centrais — Despesas de Fabricação	814.890,60	
Distilarias Centrais — Mão de Obra	245.852,60	
Estampilhas	4.494,60	
Fundos para Propaganda	290.311,93	
Gratificações	346.736,00	
Portes e Telegramas	72.532,00	
Prêmios e Demais Despesas de Seguro	11.959,60	
Revista Brasil Açucareiro	39.088,70	
Salário Família	66.650,00	
SAM/Despesas do Álcool Motor	639.503,20	
SAM/Despesas s/Álcool Anidro	1.837.864,20	
Vencimentos	1.687.629,10	45.102.430,03
A transportar		242.045.656,58

Transporte		2.045.656,58
Material de Consumo e de Transformação		
Distilarias Centrais — Almoxarifado	2.515.199,31	
Distilarias Centrais — Matéria Prima	2.692.718,60	
Material de Escritório	418.395,60	5.626.313,51
Valores Realizáveis		
Compras de Açúcar C/Retrovenda	51.601.105,70	
Compras de Açúcar C/Reversão	14.499.997,00	
Distilarias Centrais — Produtos Elaborados	273.116,10	
Livros e Boletins Estatísticos	934.357,20	
SAM/Álcool Motor C/Fabrico	3.553.056,80	
SAM/Compras de Álcool	1.571.365,70	72.432.998,50
Créditos Diversos		
Contas Correntes (Saldos Devedores)	15.582.991,90	
Distilarias Centrais — Contas Correntes (idem)	389.023,30	
Letras a Receber	74.919,00	
SAM/Contas Correntes (Saldos Devedores)	12.021.372,45	28.068.306,65
Disponibilidades		
Banco do Brasil — C/Arrecadação	75.212.610,7[illegible]	
Banco do Brasil - Créditos à Disp. da Secção de Câmbio	61.357,6[illegible]	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Movimento	16.382.800,1[illegible]	
Banco do Brasil — Depósito C/Juros C/Taxas S/Açúcar de Engenhos	8.877.630,1[illegible]	
Caixa	191.234,[illegible]	
Delegacias Regionais C/Suprimentos	20.518.442,[illegible]	
Distilarias Centrais C/Suprimentos	2.835.798,[illegible]	124.079.873,80
Contas de Compensação		
Açúcar Depositado em Penhor	6.000.000,0	
Banco do Brasil — C/Caução de Açúcar	51.601.105,0	
Banco do Brasil — C/Créditos	28.398.894,0	
Depositários de Títulos e Valores	2.001,0[illegible]	
Títulos Depositados em Garantia	300.000,0[illegible]	
Títulos e Valores Apenhados	1.003.000,0[illegible]	
Valores Caucionados	465.182,0[illegible]	
Valores em Hipoteca	34.078.054,40	121.848.237,40
TOTAL	Cr$	594.101.386,44

PASSIVO

		Cr$	Cr$
Patrimônio			
Reserva Patrimonial Geral		80.976.478,40	
Reservas Patrimoniais Especiais:			
Distilarias Centrais — Reservas p/Substituições	3.679.173,50		
Reservas p/Substituições	11.599,30	3.690.772,80	84.667.251,20
Reservas			
Reservas p/Depreciações		1.201.798,70	
SAM/Locação de Vagões-Tanques		200.000,00	
SAM/Reserva do Álcool Motor		9.625.070,71	
SAM/Reservas p/Depreciações		1.709.445,80	12.736.315,21
Fundos Especiais			
Fundo de Assist. às Associações e Plantadores de Cana		21.080,20	
Fundo de Assistência Financeira		2.022.422,80	
Fundo de Assistência Social		1.710.695,90	
Fundo de Bonificações		18.939.851,20	
Fundo de Donativos		1.488.380,45	24.182.430,55
Reserva de Previsão			
Reserva de Previsão			152.772.422,15
Exigibilidades			
Banco do Brasil — C/Financiamento		51.601.105,70	
Contas Correntes (Saldos Credores)		6.770.707,40	
Depósitos de Engenhos		118.400,00	
Depósitos Especiais		5.736.610,90	
Distilarias Centrais - Contas Corr. (Saldos Credores)		325.990,10	
Distilarias Centrais — Depósitos Especiais		645.277,60	
Ordens de Pagamento		10.817.165,30	
SAM/Contas Correntes		2.381.510,12	
SAM/Vales Emitidos S/Álcool Motor		778.073,35	
SAM/Vales Emitidos S/Álcool Motor (Em Liquidação)		2.909,96	79.177.750,43
Contas de Regularização			
Anuário Açucareiro		125,00	
Arrecadações Diversas		23.550.323,00	
Contas a Classificar (Saldos Credores)		14.854.813,90	
Distilarias Centrais — Álcool Anidro		607.440,00	
Distilarias Centrais — Álcool Industrial		193.765,30	
Distilarias Centrais — Óleo de Fuzel		1.800,00	
Juros		1.069.170,80	
Livros e Boletins Estatísticos—Recebimentos Diversos		8.109,90	
Multas		31.770,00	
Rendas do Edifício Taquara		254.067,90	
Revista Brasil Açucareiro — Recebimentos Diversos		32.580,60	
SAM/ Álcool Motor — Filtragem		10.050,60	
SAM/Vendas de Álcool Motor		3.395.053,10	
SAM/Vendas de Álcool S/Mistura		325.192,80	
SAM/Sobras e Vazamentos		3.190,50	
Taxa de Açúcar de Engenhos		1.663.630,30	
Taxa de Açúcar de Usinas		39.090.365,30	
Taxa de Estatística		42.508,00	
Taxa S/Aguardente		793.979,10	
Taxa S/Álcool		29.589.467,90	
Taxa S/Fornecimento de Cana		3.199.575,50	118.716.979,50
Contas de Compensação			
Açúcar Caucionado		51.601.105,70	
Créditos à N/Disposição		28.398.894,30	
Depositantes de Títulos e Valores		465.182,00	
Depósitos de Títulos em Garantia		300.000,00	
Outorgantes de Hipoteca		34.078.054,40	
Penhor Mercantil		7.003.000,00	
Títulos e Valores Depositados		2.001,00	121.848.237,40
TOTAL		Cr$	594.101.386,44

Rio, 30/4/1945.

LUCIDIO LEITE — Contador Geral.

188

208

228

313

362
365

420

461

483

568

588

11

272

16

22

38

76

24

08

09

13

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

ORÇAMENTO PARA 1945 — POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1945

VERBAS	DESPESAS ADMINISTRATIVAS — ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				DESPESAS ADMINISTRATIVAS — ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS				DESPESAS ESTATUTARIAS — FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA			
	Despesas Mês: Abril	Total despesas	Crédito anual	Saldo créd. anual	Despesas Mês: Abril	Total despesas	Crédito anual	Saldo créd. anual	Despesas Mês: Abril	Total despesas	Crédito anual	Saldo créd. anual
PESSOAL												
Despesas Gerais	3 900,00	20.395,00	134 000,00	113.605,00					8.331,80	38.226,70	180.000,00	141.773,30
Diarias	3 190,00	14 270,00	90 000,00	75 730,00	4 580,00	8 050,00	120.000,00	111.950,00	20.642,00	127.811,00	1 131.624,00	1.003.813,00
Gratificações	70 034,00	289 113,70	1 971 601,00	1 682 487,30	9 800,00	38.122,30	1 030.313,00	992 190,70	1 950 00	19.500,00	452.050,00	432.550,00
Salario Familia	7 850,00	34 000,00	120 000,00	85.400,00	7 800,00	22 000,00	60 000,00	37.100,00	1.400,00	9 150,00	120 000,00	110.850,00
VENCIMENTOS												
Funcionarios	281 140,10	1 137 206,50	4 968.367,00	3 831.160,50	53 887,70	183 877,50	2.732.513,00	2.548 635,50	54 250,00	270 145,10	2 008 800,00	1.738.654,90
Comissão Executiva	26 200,00	96 400,00	374 800,00	278.400,00								
MATERIAL												
Despesas Gerais	18 540,10	34 983,70	363 000,00	328.016,30					—	373,00	7 500,00	7.127,00
Laboratorios (Drogas e Materiais)	—	—	50 400,00	50 400,00	—	2.315,00	6 000,00	3 685,00				
Livros e Boletins Estatisticos									7 900,00	230 902,00	72.000,00	158.902,00
Material de escritorio	28 489,80	144 831,20	450 000,00	305 168,80	6 576,50	15 275,30	188 400,00	173 124,70				
SERVIÇOS DE TERCEIROS												
Comissões	102 523,50	470 323,40	1 100.000,00	629 676,60								
Despesas Gerais	39 984,90	133 783,70	701 500,00	567 716,30								
Despesas de Viagem	15 601,90	57 508,00	371 700,00	314.191,40	305,60	11 785,60	348.000,00	336.214,40	18 473,80	143 071,20	900.000,00	756.928,80
Portes e Telegramas	7 804,20	50 793,40	400 000,00	349 206,60	3.959,40	21 738,60	315 240,00	293 501,40				
ENCARGOS DIVERSOS												
Alugueis	49 580,40	198 321,60	660 000,00	461 678,40	7.575,00	11 290,00	279.600,00	268 310,00				
Despesas Gerais					13.675,70	39 355,70	253 200,00	219 844,30	567,20	2 801,80	36.500,00	33 698,20
Estampilhas	392,20	3 470 20	10.000,00	6 629,80	67,70	1 124,10	13 200,00	12 075,60				
Gratificações					—	—	313.200,00	313 200,00				
Prémios e diversas despesas de seguro	48,90	2,80	4000,00	4 002,80	—	1 629,20	103.000,00	101 370,80				
Reserva para depreciações	—	—	190000 00	190 000,00	—	—	70 000,00	70.000,00				
TOTAIS Cr$	655.182,20	2.685,898,20	11.959.368,00	9.273.469,80	107.616,40	351.463,60	5.832.672,00	5.481.208,40	113.514,80	841.980,80	4.908.474,00	4.066,493,20

Rio, 19/5/1945

LUCIDIO LEITE — Contador Geral

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

POR ASSUNTOS, PAÍSES E AUTORES

Janeiro a junho de 1945 — Ns. 1 a 6 do 25.º volume de "Brasil Açucareiro"

— A —

ABASTECIMENTO

Açucareiro em São Paulo. 99
Manutenção, pelas emprêsas, de postos de abastecimento — Decreto-lei federal n.º 7.249. 126
Regimento Interno da Com. de Abastecimento do Estado de São Paulo. 210
Escassez de açúcar nos EE. UU., em 1945... 328
De Minas Gerais — controvérsia da Ass. Com. de Belo Horizonte com o I.A.A. 373

AGUARDENTE

Resoluções ns. 101/45 e 102/45, da Comissão Executiva sôbre requisições..... 199
Acêrca de críticas ao I.A.A., na requisição da aguardente de Minas. 489
Suspensão de requisição em 1945/46..... 495

ÁLCOOL

No Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria. 195
Combustível no Brasil central. 270
Álcool de milho, na Argentina. 271
Produção cubana. 271
Movimento em Cuba e São Domingos — 1941/1944. 363
A produção de álcool industrial. 393
Padronização de trabalho nas distilarias — Manuel F. Gomes. 460
Aplicações industriais do álcool etílico — Renato Salmoni. 462
Álcool-motor no mundo — Celso Filho. ... 474
Consumo de óleo na fabricação do álcool, em Minas. 490

ARMAZENAGEM

Problemas da estocagem na Índia. 456

— B —

BANGUÊ

Solução para o banguê. 191

BIBLIOGRAFIA

Novos colaboradores do "Brasil Açucareiro". 3
Pesquisas sôbre história do açúcar nos EE. UU. — José Honório Rodrigues. 59
Livros editados pelo I.A.A. 86
Recebida: Motor fuel from moasses, W. L. Owen; British Life & Thought; Publicações da Colônia de Angola. 107
Recebida: Memórias do Inst. Osvaldo Cruz, 1944; Boletim do Museu Nacional; Orientaciones a los cañeros mexicanos; Revista del Banco de la Nación Argentina; Composição da cana e do caldo da cana em relação ao complexo vitamínico B, por J. Rocha de Almeida; Ley de Tierras, Pôrto Rico. 188
"Esbôço da química dos hidratos de carbono". 208
"Problemas sociais e econômicos da lavoura canavieira". 228
Concurso para edição de Monografias no Ministério da Agricultura. 313
Sociologia da cana de açúcar — V. Torres (papel da literatura regional). 362
O café — Valentim Bouças. 365
Notas à literatura brasileira sôbre açúcar no século XVIII — José Honório Rodrigues. 420
"O comércio internacional do açúcar" — nota de "Cuba Económica y Financiera" 461
Recebida: Técnica da revisão de safras das usinas e outras verificações de interêsse fiscal, por A. M. Furtado de Sousa.... 483
Lista de documentos relativos ao açúcar — José Honório Rodrigues. 568
Recebida: "The Economics of full employment" T. Balogh; Freedom from want, Paul Einzig; Ensino e experimentação, Apolônio Sales. 588

— C —

CLASSIFICAÇÃO

De produtos agrícolas na Bahia — Decreto do govêrno local. 11
Comercial do açúcar de cana — Jaci Botelho. 272

COMÉRCIO

O açúcar e o mercado. internacional — Barbosa Lima Sobrinho. 316
Compra da safra cubana 1945/46 pelos Estados-Unidos. 322
Perspectivas do mercado açucareiro nos Estados-Unidos. 38
O açúcar na "Cultura brasileira" — Miguel Costa Filho. 576

COMISSÃO EXECUTIVA

Votos de Natal. 124
Resolução nu.º 100/44 — sôbre autuação dos processos contenciosos. 198
Resolução n.º 101/45 — requisitando aguardente fabricada. 199

Resolução n.º 102/45 — requisitando aguardente e melaço da Usina Passagem..... 200
Resolução n.º 103/45 — criando quotas para montagem de novas usinas. 290
Resolução n.º 104/45 — aprovando Regimento Interno. 293
Moção de solidariedade ao Presidente do I.A.A. 390
Resolução n.º 105/45 — sôbre concorrencia para montagem de novas usinas... 501

CONSUMO

Açucareiro nos Estados-Unidos em 1945. 323
Mundial 1939/40. 326

CONTABILIDADE

Balancete e orçamento do I.A.A. — novembro de 1944. 109
Balancete e orçamento do I.A.A. — março de 1945. 484
Balancete e orçamento do I.A.A. — abril de 1945. 594

CONVÊNIOS

Terceira Conferência Interamericana de Agricultura. 550
Acôrdo internacional do açúcar — prorrogação até 31/8/45. 573

COOPERATIVISMO

Primeira usina cooperativa do Brasil... 524

CULTIVO

Estimativa dos rendimentos de cana c açucar, em Cuba. 22
É importante enviar cana fresca ao engenho — William E. Cross. 97
Uma questão de psicologia. 101
A adubação da cana e a qualidade do suco 275
Inconvenientes do cultivo de uma única variedade. 364
Flórida Everglades — Walter M. de Oliveira. 444
A produção econômica de estacas de cana para plantio. 450
Cultivo da cana de açúcar no Uruguai. ... 40
Hibridação e solos. 500
Modernização da lavoura canavieira — Adelino D. dos Santos. 546
Mecanização da lavoura canavieira. 548
Indústria e pesquisa científica — Walter M. de Oliveira. 552
Matéria orgânica para os solos. 554
Máquinas para a lavoura da cana. 557

— D —

DIVERSOS

Concurso escolar. 6
Visitas entre banguezeiros. 12
Embaixada "Barbosa Lima Sobrinho"... 41
O Sr. Barbosa Lima Sobrinho no Cons. Federal de Com. Exterior. 132
Sôbre relações do I.A.A. com o D.I.P. .. 283
Usina Clewiston — orgulho da indústria açucareira norte-americana — Walter M. de Oliveira. 330
Subvenção ao Instituto Nacional de Tecnologia. 393
Falecimento do Dr. Hermann Claasen. .. 415
Quarto Congresso Brasileiro de Química. 478
Decreto-lei federal n.º 7.553, transferindo à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington — atribuições do Decreto-lei n.º 5.428. 500
Desobstrução do rio Coruripe. 497

— E —

ECONOMIA

O Instituto e a economia de após-guerra — Celso Filho. 25
Da libertação dos escravos às modernas organizações açucareiras — Clóvis Caldeira. 31
A cartografia do açúcar e o seu significado histórico — Jaime Cortesão. 44
Nota oficial do I.A.A. em resposta a críticas de jornais paulistas sôbre economia brasileira de açúcar. 115
Variação do nível de vida e situação escolar nas zonas canavieiras do Brasil — Vasconcelos Torres. 138
A indústria açucareira norte-americana e a planificação no após-guerra. 141
A produção de açúcar de usinas e nossos principais produtos agrícolas no decênio 1933/42 — Pessoa da Silva. 212
Direitos em oposição — Celso Filho. 226
Para um novo acôrdo internacional do açúcar — O. W. Willcox. 229
Combustivel no Brasil Central. 270
O açúcar e o mercado internacional — Barbosa Lima Sobrinho. 316
As classes e o Congresso de Teresópolis — Barbosa Lima Sobrinho. 522
Ampliação do parque açucareiro do Brasil 526
Agricultura e economia açucareiras no século XVIII — José Honório Rodrigues. 564
O açúcar na "Cultura brasileira" — Miguel Costa Filho. 576

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

Registro de contrato referente à de Curato, no Tribunal de Contas. 20
Os problemas do açúcar na palavra do Ministro da Agricultura. 24
Estações Experimentais de Cana. 64

ESTATÍSTICA

Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — novembro de 1944 . . .. 103 — 106
Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — dezembro de 1944. . ..... 184 — 188
Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — janeiro de 1945. . ..... 276 — 279
Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — fevereiro de 1945. . ..... 366 — 369

Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — março de 1945. . . . . 479 — 482
Quadros da Seção de Estatística do I.A.A. — abril de 1945. 590

ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA

Terra Alheia — Celso Filho. 134
Regimento Interno da Comissão Executiva como órgão de julgamento — Resolução n.º 104/45. 293

EXPORTAÇÃO

Açúcar para a Bolívia. 5
De açúcar para o Rio da Prata — nota oficial do I.A.A. 115
De açúcar para o Uruguai. 286

— F —

FINANCIAMENTO

De açúcar de engenho, em Pernambuco. 4
À Sociedade Fluminense Distribuidora de Açúcar. 5
Ampla assistência financeira do I.A.A. aos produtores. 132
Alteração do contrato com o Banco do Brasil para a defesa do açúcar—decreto-lei federal n.º 7.342. 196
Empréstimo a agricultores — decreto-lei n.º 14.620 do Govêrno de São Paulo... 289

FITOPATOLOGIA

Para o contrôle da mariposa perfuradora da cana de açúcar. 34
A cigarrinha dos canaviais em Sergipe — A. Caminha Filho. 92
Insetos que acompanham o carvão da cana. 108
Início da campanha contra a cigarrinha em Sergipe. 496

FOLCLORE

Do açúcar — XV — Joaquim Ribeiro... 87
Do açúcar — XVI — Joaquim Ribeiro.. 148
Do açúcar — XVII — Joaquim Ribeiro. 285
Do açúcar — XVIII — Joaquim Ribeiro. 359
Do açúcar — XIX — Joaquim Ribeiro. .. 416
Do açúcar — XX — Joaquim Ribeiro. .. 558
Aguardentismo e folclore — Vasconcelos Torres. 91
Moreira Cesar no folclore da cana — Sodré Viana. 152
Doces derrotados — Sodré Viana. 268
A porteira — Ademar Vidal. 561

FORNECIMENTO DE CANA

Balança da Usina Junqueira. 5
Conversão de quotas — Dalmiro Almeida. 28
Leis humanas — Permínio Asfora. 30
Término do litígio entre o I.A.A. e a Usina Junqueira. 124
Os fornecedores de cana e o I.A.A. ... 190
A propósito da organização de cadastro — Dalmiro Almeida. 221
Tabelamento de cana em Alagoas. 287
Homologação de desistência da Usina Junqueira. 289
O rendimento industrial das usinas e o pagamento de cana — M. Lacerda de Melo. 320
Um artigo sôbre os lavradores de Campos 391
Tabelamento de canas, em Campos, na C. E. 392
Usinas que moem 100% de canas de fornecedores — Dalmiro Almeida. 402
Declarações do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, sôbre pagamento de cana, em São Paulo e Estado do Rio. 495
Parecer do Sr. Joaquim Pinto sôbre tabelamento no Estado do Rio. 496

FUNCIONALISMO

Portaria n.º 76, do M. da Fazenda, sôbre o Sr. Joaquim de Melo na Comissão de Reorganização dos Quadros de Pessoal das Autarquias. 521

— G —

GEOGRAFIA ECONÔMICA

A cartografia do açúcar e seu significado histórico — Jaime Cortesão. 44
Geografia das relações parciais — Afonso Várzea. 82
Engenhos dentre Guanabara-Sepetiba — Afonso Várzea. 179
Esplendor canavieiro do vice-reinado — Afonso Várzea. 252
Cartografia dos engenhos cariocas — Afonso Várzea. 354
Engenhos de Jacarepaguá na carta — Afonso Várzea. 438

— H —

HISTÓRIA

A cartografia do açúcar e o seu significado histórico — Jaime Cortesão — I — 44
A indústria açucareira de Formosa. 38
Esplendor canavieiro do vice-reinado — Afonso Várzea. 252
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — V — Basílio de Magalhães. 50
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — VI — Basílio de Magalhães. 153
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — VII — Basílio de Magalhães. 245
Azeredo Coutinho — III — Sérgio Buarque de Holanda. 53
"A melhor cultura do país" — Clóvis Caldeira. 175
Pesquísas sôbre história do açúcar nos Estados-Unidos — III — José Honório Rodrigues. 59
Pesquísas sôbre história do açúcar nos Estados-Unidos — IV — José Honório Rodrigues. 156

O açúcar segundo o depoimento de José da Silva Lisboa — José Honório Rodrigues. 237
O Brasil na "História do Açúcar", de E. O. Von Lippmann — VII — José Honório Rodrigues. 334
Notas à literatura brasileira sôbre açúcar no século XVII — I — José Honório Rodrigues. 420
O intendente Câmara, senhor de engenho — Luís Viana Filho. 55
O açúcar brasileiro há um século. 183
Os fazendeiros de Campos, no século passado — III — Alberto Lamego. 68
Os fazendeiros de Campos, no século passado — IV — Alberto Lamego. 169
Os fazendeiros de Campos, no século passado — V — Alberto Lamego. 250
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VI — Alberto Lamego. 340
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VII — Alberto Lamego. 426
Os fazendeiros de Campos, no século passado — Alberto Lamego — VIII —. . . . 572
História do açúcar na Paraíba — V — Ademar Vidal. 71
História do açúcar na Paraíba — VI — Ademar Vidal. 161
História do açúcar na Paraíba — VII — Ademar Vidal. 256
História do açúcar na Paraíba — VIII — Ademar Vidal. 342
História do açúcar na Paraíba — IX — Ademar Vidal. 428
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — V — 79
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — VI — 172
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — VII — 248
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — VIII — 350
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — IX — 436
O açúcar através do periódico "O auxiliador da indústria nacional" — Jerônimo de Viveiros — X — 574
Agricultura e economia açucareiras no século XVIII — José Honório Rodrigues. . 564
O açúcar na "Cultura brasileira" — Miguel Costa Filho. 576
Engenhos do oeste carioca — Afonso Várzea. 579

— I —

INSTALAÇÃO DE FÁBRICA

Montagem de um engenho a gás pobre, em São Paulo. 4
Quotas para montagem de novas usinas — Resolução n.º 103/45 da Comissão Executiva. 290
Resolução n.º 105/45, sôbre concorrência para montagem de novas usinas. 501
Primeira usina cooperativa do Brasil. . . . 524

— L —

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei federal n.º 7.219-A, sôbre imposto de consumo. 8
Decreto-lei n.º 375, da Bahia, sôbre classificação de produtos agrícolas. 11
Decreto-lei federal n.º 7.249, sôbre postos de abastecimento. 126
Decreto-lei federal n.º 7.342, sôbre contrato de financiamento do açúcar. 196
Decreto do govêrno do Uruguai, sôbre preços do açúcar cristal. 196
Decreto-lei n.º 14.620, do govêrno de São Paulo, sôbre empréstimo a agricultores. 289
Decreto-lei federal n.º 7.553, transferindo à Comissão de Contrôle dos Acordos de Washington as atribuições do Decreto-lei n.º 5.428. 500

— M —

MAQUINARIA

Para a indústria açucareira. 190
Reequipamento da indústria do açúcar e da lavoura de cana. 286
Centrífugas de alta velocidade. 456
Cortador de cana Toft, na Austrália. 36
Cortadores de cana na Austrália. 548
Máquinas para a lavoura da cana. 557

MEDICINA

O açúcar na aviação. 341
O açúcar na alimentação. 352
O açúcar e as doenças do coração. 589

MEDIDORES

Contadores para álcool e aguardente, em Alagoas. 392

MELAÇO

Melaço para gado de corte — Joseph Hill. 452

— P —

PREÇOS

Reclamações contra situação dos preços do açúcar. 195
Fixação do preço máximo do açúcar cristal no Uruguai. 196
De cana para o plantador na Argentina . . 36
A questão dos preços do açúcar, no Uruguai. 146

PRODUÇÃO

De açúcar em Cuba — 1919 a 1943. 42

A produção de cana, em 1938/42. 190
Custo de produção de produtos agrícolas, no Conselho Federal de Comércio Exterior. 210
A produção de açúcar de usinas e nossos principais produtos agrícolas no decênio 1933/42 — Pessoa da Silva. 212
Visita do Coordenador ao I.A.A. sôbre aumento de produção. 284
Ampliação da produção açucareira do Brasil — visita do Sr. Anápio Gomes ao I.A.A. 318
Produção açucareira do Equador em 1944 322
Sôbre limite atingido pelas usinas mineiras, em 1944. 490
Ampliação do parque açucareiro do Brasil. 526

— Q —

QUÍMICA AÇUCAREIRA

Métodos óticos de análise química. 131
O fabrico do açúcar integral. 189
A química dos hidratos de carbono. . . . 208
Desidratação de melaços. 247
Fabricação simultânea de açúcar e álcool. 270
A inversão no processo de dupla decantação — Alexandre S. Alvarez. 454
Açúcar e borracha — Jací Botelho. 458
Padronização de trabalho nas distilarias. 460
As pesquisas científicas e a indústria açucareira. 556
Impurezas do álcool etílico — Jací Botelho 585

— R —

RACIONAMENTO

Do açúcar em 1945, no Brasil. 22
Rações de açúcar nos Estados-Unidos. . . 319
Declarações do Sr. Barbosa Lima Sobrinho, sôbre suspensão do racionamento do açúcar. 494

RAPADURA

E mel de furo, em São Domingos. 124

— S —

SAFRAS

A safra brasileira de 1944/45. 4
A safra açucareira fluminense. 81
Safra argentina em 1944. 321

SUBPRODUTOS

A cêra da cana de açúcar pode ser aproveitada. 197
Açúcar e borracha — Jací Botelho. 458
Aplicações industriais do álcool etílico — Renato Salmoni. 462
Novos empregos para o açúcar. 584

— T —

TRABALHO

Prorrogação do trabalho — requerimento da Ass. Prof. da Ind. do Açúcar de Minas Gerais. 313
Desocupação periódica dos trabalhadores da indústria açucareira e possibilidades de remediá-la — William E. Cross. . . . 404
Sociológia da cana de açúcar — Vasconcelos Torres. 442
Sociológia da cana de açúcar — Vasconcelos Torres. 582
Colonização em 1853, no Brasil. 574

TRANSPORTE

Novas tarifas para o pôrto da Bahia. . . . 20
Diferença de frete para açúcar destinado a São Paulo — Resolução n.º 145 da C. E. 21
Tarifas na E. F. Ilhéus a Conquista — portaria n.º 30 do Min. da Viação. 131
Transporte de açúcar no Estado do Rio. 493
Transporte de açúcar em navios estrangeiros — circular n.º 1.744, do Ministério da Fazenda. 521

TRIBUTAÇÃO

Decreto-lei n.º 7.219-A — sôbre impôsto de consumo. 8
Novas tarifas para o pôrto da Bahia — portaria n.º 5, do Min. da Viação. . . . 20
Arrecadação da taxa de açúcar de engenhos. 287
Taxa de Cr$ 1,00 sôbre tonelada de cana, em Minas Gerais. 288

ÍNDICE POR ESTADOS E PAÍSES

— A —

ARGENTINA

Preços de cana para os plantadores. 36
Criada a Junta Nacional do Açúcar. 140
Aumento nos preços do açúcar. 142
Provimento da safra em 1944. 321

BRASIL AÇUCAREIRO

Desocupação periódica dos trabalhadores de sua indústria açucareira. 404
Relação compulsória de estoques de açúcar 412

AUSTRÁLIA

Cortadores de cana Toft. 36
Safra de 1944. 142
Valor da sua indústria açucareira. 321
Estimativas da safra de 1944. 412

— B —

BAHIA

Classificação obrigatória dos produtos agrícolas — decreto-lei n.º 375, da Interventoria local. 11
Novas tarifas para o pôrto da Bahia. 20

BOLÍVIA

Açúcar brasileiro para a Bolívia. 5

— C —

CANADÁ

Situação dos abastecimentos de açúcar... 37
Produção das Refinarias — O açúcar em Ontário. 412

CHILE

Movimento açucareiro em 1944. 37

COLÔMBIA

Crise na produção açucareira. 534

COSTA RICA

Orientação do Estado na sua economia açucareira. 413

CUBA

Situação da indústria de bebidas alcoólicas 35
Produção açucareira — 1919/1943. 42
Sôbre venda da safra 45/46. 144
Vendas de melaço e álcool em 1944. 322
Produção e distribuição de álcool. 363
Fixação da produção açucareira para 1945 413
Venda de melaços entre colonos e usineiros — Ainda a venda da safra 1945/46 aos Estados-Unidos. 536

— D —

DISTRITO FEDERAL

Geografia das Relações Parciais — Afonso Várzea. 82
Engenhos dentre Guanabara-Sepetiba — Afonso Várzea. 179
Cartografia dos engenhos cariocas — Afonso Várzea. 354
Engenhos de Jacarepaguá na carta — Afonso Várzea. 438
Engenhos do oeste carioca — Afonso Várzea. 579

— E —

EGITO

Produção açucareira, em 1943/44. 536

EQUADOR

Problemas de sua economia açúcareira. . . 37
Movimento açucareiro em 1944. 322
Escassez de açúcar. 536

ESTADO DO RIO

Safra açucareira fluminense em 31/12/44 81
Os fazendeiros de Campos, no século passado — III — A. Lamego. 68
Os fazendeiros de Campos, no século passado — IV — A. Lamego. 169
Os fazendeiros de Campos no século passado — V —A. Lamego... 250
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VI — A. Lamego. 340
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VII — A. Lamego. 426
Os fazendeiros de Campos no século passado — VIII — A. Lamego. 572

ESTADOS-UNIDOS

Desvio de açúcar para a indústria alcooleira. 35
Safra beterrabeira em 1944. 37
Perspectiva do mercado açucareiro. 38
Política açucareira norte-americana. 41
Sua indústria açucareira e a planificação no após-guerra. 141
Movimento açucareiro. 144
Movimento açucareiro. 323
Escassez de açúcar em 1945. 328
Usina Clewiston — orgulho da indústria açucareira norte-americana — W. Oliveira. 330
Flórida Everglades — W. Oliveira. 445
Açúcar para consumo em 1945 — Escassez de açúcar — Safra beterrabeira em 1945 536
Crise de açúcar. 547

— F —

FILIPINAS

Situação de sua indústria açucareira ~~em 1945~~. 414
Situação da sua indústria açucareira, após a invasão japonêsa. 536
A indústria açucareira nas Filipinas — George F. Dudik. 542

FRANÇA

Situação da sua indústria de açúcar, depois da ocupação nazi. 537
Produção de açúcar em Reunião. 538

— H —

HAITI

Produção de açúcar bruto e melaços em 1944. 39
Movimento açucareiro em 1943. 145
Início da moagem. 537

HAVAI

Desenvolvimento da safra em 1944. 145
Produção e mão de obra. 325

HOLANDA

Situação do açúcar na Guiana. 145
Redução na produção beterrabeira. 325

— I —

ÍNDIA

Papel da cana de açúcar na sua economia 325
Problemas da estocagem de açúcar. 456

INGLATERRA

Produção nas Antilhas Britânicas. 36
Abastecimento açucareiro com produção própria, em 1945. 39
A cultura beterrabeira na agricultura inglêsa. 415
Exportação de melaços pela Guiana Inglêsa 537

— J —

JAPÃO

A indústria açucareira de Formosa. 39

— M —

MÉXICO

Escassez de açúcar em 1944. 326

MINAS GERAIS

Minas Gerais e a política açucareira. 288
Prorrogação de trabalho nas suas usinas. 313
Questão entre o I.A.A. e a Ass. Com. de Belo Horizonte. 373
Requisição de aguardente e óleo para fabrico do álcool e diminuição de sua produção, numa nota do I.A.A. 489

— N —

NICARÁGUA

Contrôle dos estoques de açúcar pelo govêrno. 145

— P —

PANAMÁ

Número de usinas açucareiras. 537

PARAGUAI

Situação estatística de sua indústria açucareira em 1940/45. 538

PARAÍBA

História do açúcar na Paraíba — V — Ademar Vidal. 71
História do açúcar na Paraíba — VI — Ademar Vidal. 161
História do açúcar na Paraíba — VII — Ademar Vidal. 342
História do açúcar na Paraíba — VIII — Ademar Vidal. 428
História do açúcar na Paraíba — IX — Ademar Vidal. 428

PERU

Situação do seu açúcar em 1944. 145
Estimativa da produção em 1944. 415

PÔRTO RICO

Produção de melaços finais (1944). 40
Produção açucareira em 1943/44. 145

— S —

SÃO DOMINGOS

Estimativa da safra de 1945. 146
Importância da sua indústria alcooleira. . 146

SUÉCIA

Produção beterrabeira em 1943. 146

SUÍÇA

Movimento açucareiro em 1944. 326

— U —

UNIÃO SOVIÉTICA

Novo método de tratamento das beterrabas 146

URUGUAI

Cultivo da cana de açúcar. 40
Preços do açúcar cristal. 146
Impôsto sôbre bebidas. 309
Situação dos cultivos de cana e beterraba, em 1944. 538

— V —

VENEZUELA

Posição do mercado açucareiro. 538

ÍNDICE POR AUTORES

— A —

ALMEIDA (Dalmiro) — Conversão de quotas 28
A propósito da organização de cadastro. . 221
Usinas que moem 100% de canas de fornecedores. 402
ALVAREZ (Alexandre S.) — A inversão no processo de dupla decantação. 454
ASFORA (Permínio) — Leis humanas. . . . 30

— B —

BARBOSA LIMA SOBRINHO — Carta ao Sr. Fernando Costa. 3
O açúcar e o mercado internacional. 316
Suspensão do racionamento do açúcar (entrevista). 494
Pagamento de cana no Estado do Rio (entrevista). 495
As classes e o Congresso de Teresópolis. . 522
BOTELHO (Jaci) — Classificação comercial do açúcar de cana. 272
Açúcar e borracha. 458
Impurezas do álcool etílico. 585
BUARQUE DE HOLANDA (Sérgio) — Azeredo Coutinho — II — 53

— C —

CALDEIRA (Clovis) — Da libertação dos escravos às modernas organizações açucareiras. 31
"A melhor cultura do país". 175
CAMINHA FILHO (Adrião) — A cigarrinha dos canaviais em Sergipe. 92
CASTRO AZEVEDO — Ampla assistência financeiras do I.A.A. aos produtores (entrevista). 132
CELSO FILHO — O Instituto e a economia de após-guerra. 25
Terra alheia. 134
Direitos em oposição. 227
Álcool-motor no mundo. 474
CORTESÃO (Jaime) — A cartografia do açúcar e o seu significado histórico — I — 44
COSTA FILHO (Miguel) — O açúcar na "Cultura brasileira". 576
CROSS (William E.) — E' importante enviar cana fresca ao engenho. 97
Desocupação periódica dos trabalhadores da indústria açucareira e possibilidades de remediá-la. 404

— D —

DEÍCOLA DOS SANTOS (Adelino) — Modernização da lavoura canavieira. 544
DUDIK (George F.) — A indústria açucareira nas Filipinas. 540

— G —

GOMES (Manuel Ferreira) — Padronização de trabalhos nas distilarias. 460

— H —

HILL (Joseph) — Melaço para gado de corte. 452

— L —

LACERDA DE MELO (Mário) — O rendimento industrial das usinas e o pagamento de cana. 320
Ampliação do parque açucareiro do Brasil (exposição). 526
LAMEGO (Alberto) — Os fazendeiros de Campos, no século passado — III —. . . 68
Os fazendeiros de Campos, no século passado — IV 169
Os fazendeiros de Campos, no século passado — V. 250
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VI. 340
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VII. 426
Os fazendeiros de Campos, no século passado — VIII. 572

— M —

MAGALHÃES (Basílio de) — O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — V —. . 50
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — VI —. 153
O açúcar nos primórdios do Brasil colonial — VII —. 245
MC MARTIN — Inconvenientes do cultivo de uma única variedade. 364

— O —

OLIVEIRA (Walter) — Usina Clewiston — orgulho da indústria açucareira norte-americana. 330
Flórida Everglades. 444
Indústria e pesquísa científica. 552

— P —

PESSOA DA SILVA — A produção de açúcar de usinas e nossos principais produtos agrícolas no decênio 1933/42. 212

PINTO (Joaquim) — Pagamento de cana no Estado do Rio (parecer). 496

— R —

RIBEIRO (Joaquim) — Folklore do açúcar — XV. 87
Folklore do açúcar — XVI. 148
Folklore do açúcar — XVII. 265
Folklore do açucar — XVIII. 359
Folklore do açúcar — XIX. 416
Folklore do açúcar — XX. 558
RODRIGUES (José Honório) — Pesquisas sôbre história do açúcar nos Estados-Unidos — III. 59
Pesquisas sôbre história do açúcar nos Estados-Unidos IV. 156
O açúcar segundo o depoimento de José da Silva Lisboa. 237
O Brasil na "História do Açúcar", de E. O. von Lippmann. 334
Notas à literatura brasileira sôbre açúcar no século XVIII. 420
Agricultura e economia açucareiras no século XVIII. 564

— S —

SALES (Apolônio) — Os problemas do açúcar (entrevista). 24
SALMONI (Renato) — Aplicações industriais do álcool etílico. 462
SODRÉ VIANA — Moreira Cesar no folclore da cana. 152
Doces derrotados. 268

— V —

VARZEA(Afonso) — Geografia das relações parciais. 82
Engenhos dentre Guanabara-Sepetiba. . . 179
Esplendor canavieira do vice-reinado. . . 252
Cartografia dos engenhos cariocas. 354
Engenhos de Jacarepaguá na carta. 438
Engenhos do oeste carioca. 579
VASCONCELOS TORRES — Aguardente e folclore. 91
Variação do nível de vida e situação escolar nas zonas canavieiras do Brasil. . 138
Sociologia da cana de açúcar — I. 362
Sociologia da cana de açúcar — II. 442
Sociologia da cana de açúcar — III. 582
VIANA FILHO (Luis) — O intendente Câmara, senhor de engenho. 65
VIDAL (Ademar) — História do açúcar na Paraíba — V. 71
Idem, idem — VI. 161
Idem, idem — VII. 256
Idem, idem — VIII. 342
Idem, idem — IX. 428
A porteira. 561
VIVEIROS (Jerônimo de) — O açúcar através do periódico "O Auxiliador da Indústria Nacional" — V. 79
Idem, idem — VI. 172
Idem, idem — VII. 248
Idem, idem — VIII. 350
Idem, idem — IX. 436
Idem, idem — X. 574

— W —

WILLCOX (Dr. O. W.) — Para um. novo acôrdo internacional do açúcar. 229

Léxico Açucareiro
Inglês-Português

Por TEODORO CABRAL, autor do "Dicionário Comercial Inglês-Português".

O "Léxico Açucareiro" compreende têrmos técnicos inglêses, usualmente empregados na lavoura da cana e na indústria do açúcar com seus equivalentes em português. Volume em formato portátil, ilustrado, com 170 páginas.

Preço do exemplar cart.... Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 14,00

—:—

A' VENDA NA SEÇÃO DE PUBLICIDADE DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42
(9.º pav.)

Caixa Postal 420 RIO

ANUÁRIO AÇUCAREIRO

PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL
REGISTRADA NO D. N. I.

DE 1935 A 1942

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochura	Cr$ 10,00
Pelo Correio	Cr$ 12,00
Encadernado	Cr$ 30,00
Pelo Correio	Cr$ 33,00

À venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Álcool nos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Sergipe e na sede :

Seção de Publicidade

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - (9.º pav.)

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL

BANCO DO BRASIL

O maior estabelecimento de crédito do País

Agências e sub-agências em tôdas as capitais e principais cidades do Brasil, Correspondentes nas demais e em todos os países do mundo.

Condições para as contas de depósitos:

COM JUROS (sem limite) . . . . . .2% a. a. (retiradas livres)

POPULARES (limite de Cr$ 10.000,00) . 4% a. a. (" ")

LIMITADOS (limite de Cr$ 50.000,00) . 3% a. a. (" ")

PRAZO FIXO — de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

Prazo fixo com renda mensal:

— de 6 meses. . . . . .3,½% a. a.
— de 12 meses. . . . . .4,½% a. a.

NOTA — Nesta conta, o depositante retira a renda, **mensalmente,** por meio de cheques.

DE AVISO — Para retiradas (de quaisquer quantias) mediante aviso prévio :

— de 30 dias. . . . . .3,½% a. a.
— de 60 dias. . . . . 4% a. a.
— de 90 dias. . . . . .4,½% a. a.

——————::——————

Letras a prêmio - (sujeitas a sêlo proporcional)

— de 6 meses. . . . . .4% a. a.

— de 12 meses. . . . . .5% a. a.

——————::——————

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIA CENTRAL :

66 - RUA 1.º DE MARÇO - 66

RIO DE JANEIRO

AGÊNCIAS METROPOLITANAS:

GLÓRIA - Pça. Duque de Caxias (Edf. Rosa)
BANDEIRA - Rua do Matoso, 12
MADUREIRA - R. Carvalho de Sousa, 299
MEYER - Av. Amaro Cavalcanti, 27

TIRADENTES — Rua Visconde do Rio Branco, 52

CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 100

Companhia Usinas Nacionais

AÇÚCAR

"PÉROLA"

Saco azul

Cinta encarnada

Pacotes de 1 e 5 quilos

FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

SANTOS

TAUBATÉ

JUIZ DE FORA

BELO HORIZONTE

NITERÓI

CAXIAS - EST. DO RIO

ENTRE RIOS " "

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319

TELEGRAMAS "USINAS"

TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi confecionada nas of. de Indústrias Gráficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro